

# JAYME DOS SANTOS TADDEI

O Militar e a Democracia:

Profissionalização e Visão de Mundo

Tese apresentada ao Instituto  
Universitário de Pesquisas do Rio  
de Janeiro como requisito parcial  
para a obtenção do título de  
Doutor em Ciências Humanas:  
Ciência Política.

---

Ricardo Benzaquen de Araújo (Presidente)

---

César Guimarães (Orientador)

---

Marcelo Gantus Jasmin

---

Antonio Carlos Peixoto

---

Severino Cabral

Rio de Janeiro  
2007

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

“Veritas uniuscuiusque rei est proprietas sui  
esse quod sabilitum est ei”

“A verdade de uma coisa é a característica  
própria de seu ser, que lhe foi dada como  
propriedade constante.”

(Avicena, cit. por Tomás de Aquino I, 16, 3)

Rio de Janeiro  
2007

## Agradecimentos

Ao meu orientador e amigo, Professor César Guimarães, que, em sua irreduzível paciência para com inquietações e fabulações da terceira idade, nunca mediu o tempo para uma interlocução permanente, a que trazia a inestimável colaboração da postura crítica com que enriqueceu nossa convivência acadêmica.

Ao Professor Ricardo Benzaquen de Araújo, pela leitura perscrutadora, observações críticas e disposição permanente para a interlocução, que me foram generosamente oferecidas no curso de toda a experiência de IUPERJ, a que aliava as insuspeitadas significações com que iluminou os caminhos da tese subsidiada e substancializada com seu olhar analítico e a sua incansável amizade.

Ao Professor Marcelo Jasmin, cujas perspectivas de análise representaram sempre um novo e redobrado incentivo a inquietações que se entreabriam e se renovavam com a luz de seu interesse e o vigor de desafio de suas de suas visadas críticas. E que, com a força de suas instigações, desvelavam a criatura ao criador. E o seu oposto.

Aos Professores Antonio Carlos Peixoto e Severino Cabral, pela gentileza de haverem aquiescido em participar da Comissão de defesa de tese, pelas sugestões apresentadas e preocupações trazidas em seus respectivos comentários e análises da pesquisa trazida a seus respectivos olhares analíticos.

Aos Professores Renato Lessa, Maria Regina Soares de Lima e Maria Alice Rezende de Carvalho, cujas respectivas leituras de mundo instigaram a reflexão e desequilibraram as certezas que vêm construindo os negócios do homem.

Ao pessoal da Biblioteca e aos funcionários do IUPERJ, o meu reconhecimento pelo carinho e permanente disponibilidade para com as itinerâncias de minha passagem acadêmica junto a vocês.

A Ângela, que nesse seu exercício de vida me ensina a viver através dos instrumentos de sua crítica e observações transeuntes em prontidão permanente; pela irredutível disposição de uma colaboração descomprometida com a aquiescência fácil e a banalidade simpática. E por reconhecer o sentido maior desta reflexão acadêmica e dela se fazer parte indissociável do todo que partilhamos.

Ao Paulo e Márcio, por haverem compreendido a indisponibilidade paterna nesse tempo de pesquisa e fabulação que os transportou à idade adulta, amadurecendo ambos com o pai que envelhecia e se somando ambos ao pai que, assim, e em vocês dois, se rejuvenescia.

## RESUMO

Até que ponto se podem compatibilizar os supostos de raiz das forças armadas, hierarquia e disciplina, com os princípios da democracia contemporânea? Uma primeira aproximação desta questão trata os militares enquanto profissão: o que exércitos estrangeiros trouxeram de empréstimos, cujo alcance variou da influência organizacionalmente enriquecedora à “formação das almas”(CARVALHO, 1990). Enquanto *organização*, a força armada se faz herdeira dos efeitos de tensão que se entremeiam nas relações entre totalidade e indivíduo, de incidência sobre todos os seus membros, em quem ela imprime as marcas do nexos social da “universitas” (DUMONT,1985). Nesse quadro de análise, não se descartou a auto-percepção que os militares têm de sua profissão, particularmente importante em razão do processo estrito de formação de crenças e convicções que a organização produz e estimula. Importa-nos, aqui, justapor a *organização* vis-à-vis a *instituição*, constitutivas ambas, e mutuamente contribuintes, do caráter militar. Enquanto instituição, buscam-se aqui os delineamentos de uma ordem dos homens, de que é parte indissociável a construção de uma verdade institucional e seus processos anexos de legitimação. São estes processos que a ela creditam níveis altos de plausibilidade. A ressocialização, ao longo da profissionalização, leva em conta questões que se resolvem no exercício de cognições e de incorporação de um estoque de valores, com os quais o grupo lê e julga as pautas do mundo. Um mapeamento das noções atuais de democracia e das inscrições históricas maiores do militarismo balizam a discussão do fenômeno na América Latina. Para este fim, recorreremos a três países, especificamente, aos sistemas de ensino que vertebram os seus *national war colleges* ou escolas superiores de guerra. No caso brasileiro, examinamos que conseqüências para a nossa questão central advêm de conteúdos, métodos e posturas teóricas que constituem o arcabouço do sistema de cognições. Aí se contém o núcleo do ensino que forma os líderes das forças armadas. Mobiliza-se a seguir um outro olhar teórico-metodológico, visando extrair significados de discursos militares contemporâneos. Os insumos recolhidos apontam espaços estruturais do mundo militar que deferem a democracia como princípio ético e também sinalizam margens de incompatibilidade. Propõem-se aí medidas de ruptura de bloqueios a uma convivência, em que os valores democráticos se inscreveriam na teia de significados com que o grupo militar constrói, explica e recorta o mundo.

Palavras-chave: Militar. Democracia. Profissionalização. Visão de mundo

## ABSTRACT

To what extent can one make compatible the military founding principles with those of a contemporary democracy? The first approach deals with the military as a profession considering the lendings brought in by foreign armies, varying from enriching professional experiences through “soul building”, in the sense dubbed by Carvalho(1990). While an organization, the Services are made the heir of the tension effects existing between totalness and the individual that works upon all its members, imprinting the marks of a social bond that Dumont calls “universitas” (1985). In the realm of this particular picture , it was not advisable to discard the self-perception military professionals bear upon their own profession. The utmost importance of self-perception lies in that it refers to strict patterns of belief-building of a social group. It is just fundamental then to juxtapose the conception of organization vis-à-vis that of institution, both of which are mutually constitutive of military character. Taken as an institution this reseach pursues the outlines of an ensuing order of men, thereof emphasizing the theoretical construction of an institutional truth and the adjoining institutional processes of legitimation, which credits truth with plausibility. Processed all along the profissionalization course, ressocialization (which aggregates with professionalization as a whole) takes into account questions that are solved through both the exercise of cognitions and the admittance of a set of values by which the institution reads and evaluates the schedules of the world. A good deal of mapping the contemporary notions of democracy and of historical major insertions of militarism stakes out the discussion on the phenomenon in Latin America. For this purpose, the work resorted to three Latin American countries, namely, their war colleges (escolas superiores de guerra). In the very Brazilian case, contents, methods and theoretical standings are examined since they make up the the framework of the cognition system that accounts for the molding of top military leaders. The work mobilizes another theoretical reference, the discourse analysis approach, which gauges contemporary military discourses so as to elicit meanings underlying the text itself. The inputs so gathered point to structural spaces that abide by democracy as an ethical principle. Conversely we also plot margins of an incompatibility with the principles therein. Consistent with this diagnosis we propose steps so as to have democracy included in the web of significations whereby the military read, explain and delineate the world.

Key words: Military. Democracy. Professionalization. View of the world (*Weltanschauung*)

## *Sumário*

<b>Introdução</b>	<b>9</b>
<b>1. Uma Profissão: Empréstimos e Consciências</b>	<b>19</b>
1.1. A Aquisição de Competências	19
1.2. Modernização e Colonização : os norte-americanos	25
1.3. Identidade: A Dimensão Coletiva	39
1.4. Obediência e Virtude	48
1.5. Profissão, Ofício e Voto	55
<b>2. Democracia e Militarismo</b>	<b>61</b>
2.1. Militarismo: Espaços Conceituais	64
2.2. Militarismo: Tecnologia, Burocracia e Escola Norte-Americana	68
2.3. Os (Dois) Militarismos	76
2.4. Militarismo e Democracia Brasileira	82
2.4.1. Arquitetura Retórica	84
2.4.2. A Convivência Udenista	98
<b>3. Militarismo e América Latina</b>	<b>106</b>
3.1. As Lições da América Latina	106
3.2. Três Países: Educação Militar e Militarismo	111
3.3. A Educação Militar Mexicana e Peruana	116
3.4. Disciplinas, Métodos e Significados	127
<b>4. Socialização</b>	<b>156</b>
4.1. Institucionalização e a Ordem dos Homens	156
4.2. A Construção da Verdade Institucional	171
4.3. Ordens de Socialização e Realidade Subjetiva	178
4.4. Socialização Formal/Informal	191
4.5. Ressocialização e Seus Produtos	212

<b>5. O Discurso e o Texto: Vozes Sem Nome</b>	<b>221</b>
5.1. Discurso: Ideologia e Relações de Poder	224
5.2. Vozes da Exterioridade	233
<b>6. Do Texto ao Discurso: Visão de Mundo nas Formações Ideológica e Discursivas</b>	<b>236</b>
6.1. Transcrição do Discurso da Situação	239
6.1.1. Análise do Discurso da Situação	243
6.2. Transcrição do Discurso de Oposição	260
6.2.1. Análise do Discurso de Oposição	263
6.3. Taxionomia das formações discursivas	271
<b>Conclusão, Visão de Mundo e Democracia: Compatibilidades e Intolerâncias</b>	<b>280</b>
- Visão de Mundo Enquanto Organização	285
- Visão de Mundo Enquanto Instituição	288
- Democracia: Assimetrias e Correções de Curso	290
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>295</b>

## INTRODUÇÃO

Associar as noções de militar e democracia no Brasil de hoje não é empresa fácil, particularmente nos meios acadêmicos. Ainda é possível ouvir os ecos de uma memória recente, em que se inclui o protagonismo militar na derrubada do poder constitucional, nos atos de exceção e na ruptura de direitos civis, políticos e sociais. Essa feição mais recente de manifestação de um tipo de militarismo entre nós deixou fundas cicatrizes nas relações entre o mundo acadêmico e o mundo militar. Desconfianças e olhares enviesados de parte a parte aprofundam um desconhecimento mútuo, gerador de preconceitos e estereótipos. Diante de um estado de coisas de total divórcio entre estes dois mundos, não há como prever engajamentos de qualquer das partes em favor do fortalecimento da democracia brasileira e de formas de participação e representação da sociedade.

A presente pesquisa pretende buscar elementos de compreensão da especificidade do grupo militar no que concerne à questão da democracia nos dias de hoje. Pretende ainda identificar entraves fundamentais a uma coexistência madura e operativa no sentido de resultados, de interesse da sociedade e da democracia. Aí parece se conter a perspectiva também de uma cooperação de interesses mútuos, entre os mundos acadêmico e militar – independentemente das diferenças de perspectivas e salvaguardadas as respectivas visões de mundo – que substitua as atuais relações meramente formais, quando não suspicazes. De nossa parte, a pesquisa também se vai valer do fato de irmos, durante um tempo considerável, transitando pelos dois territórios, o militar e o acadêmico. Esse hibridismo, que chega aos nossos dias, corresponde à viagem de uma vida adulta em busca da iluminação dos conceitos de cada um daqueles mundos.

A que militar, afinal, exatamente, estamos nos referindo? O foco de nossa discussão se centrará no militar do século XXI, contemporâneo nosso, portanto condômino ou espectador dos sistemas de poder que compõem hoje a nossa poliarquia e das práticas de ação política que nos caracterizam como democracia em sua epopéia de construção. Esse militar brasileiro que se faz objeto de nossa atenção é o oficial das três armas, Exército, Marinha e Aeronáutica, embora, como se observará, remissões e exemplificações se orientem prevalentemente para a força de terra brasileira, o que deverá ser creditado não a preferências pessoais, mas a uma presença institucional historicamente mais freqüente do Exército e a um exercício de militarismo mais

conspícuo, ainda que não exclusivo. Apesar de contemporânea na mira de seu olhar, a pesquisa não se furtará a recorrer a elementos de natureza diacrônica toda vez que esta postura se revelar facilitadora das reflexões analíticas. Essa cumplicidade de olhares diacrônico e sincrônico nem por isso perde de vista que o foco é concentrado no homem de hoje, na organização de hoje, na consciência de hoje.

O conceito de democracia, embora se pretenda universal, não passa incólume pelas contingências de histórias e de contextos. Democracia, como de resto a própria linguagem, é um conceito polissêmico, cujas camadas de significação desafiam a tarefa de delimitá-lo ou de expandi-lo. Não pretendemos, contudo, revisitar a ágora ateniense, por mais fundamentais que se nos mostrem a importância de sua existência e a busca de seu conhecimento. Nos limites desse trabalho, nossa intenção será a de começar a entender a democracia como

um ideal ético voltado para as virtudes republicanas, para a eliminação das injustiças, para uma comunidade que se auto-regula. É, enfim, a ordem pública que realiza igualdades: perante a lei; de condições de participação na vida pública; de condições de participação na riqueza (GUIMARÃES, 2003:12).

Em suma, a referência à democracia observará que [ela] “não é uma forma de governo, mas aquela sociedade em que a legitimidade dos governantes advém de consensos produzidos pela maioria da população, o que remete [...] para o fundamento último da soberania popular” (GUIMARÃES, 2003:11). E que tal estado de coisas e relações subsista para “além de sua arquitetura liberal” e para “a eficácia dos mecanismos de legitimação da ordem democrática”(EISENBERG,2003:180).

A idéia de profissionalização, no âmbito da organização militar, não se basta em ser compreendida como a capacidade individual e coletiva de exercício de uma determinada função numa organização. A profissionalização que aqui se vai referir tem pretensões maiores. Busca aproximar-se de processos e métodos, concepções e visões de mundo que configuram a *organização*, isto é, um conjunto de pessoas trabalhando de modo definido para um mesmo fim, no caso militar, segundo os mesmos supostos. O sentido que atribuímos à profissionalização, em particular das forças armadas, agrega também o processo pelo qual ela se faz *instituição*, vale dizer, é dotada de uma doutrina, idéias, princípios e significados, um conceito de ser e de agir,

uma ontologia e uma teleologia. No caso específico das forças armadas, e no âmbito de limites oficiais, a profissionalização leva em conta a inserção constitucional no Estado, a relação com sistemas outros de poder e o reconhecimento de uma identidade. Além desses traços gerais da organização/instituição, permanece como marca mais intensa das organizações militares o seu reconhecimento constitucional como detentoras da força e, enquanto tal, exercendo a violência exclusiva que ao Estado compete.

A visão de mundo militar é plantada na consciência do grupo sob forma de um mapa cognitivo e um repertório de valores e princípios que vertebram uma definida ideologia. Daí advém, para os fins da presente pesquisa, a relevância extrema do sistema educacional militar inscrito no processo global e onipresente de socialização, a que os seus membros são uniforme, disciplinada e universalmente submetidos. A existência de uma autonomia do sistema educacional militar com relação às redes de ensino formal e aos processos de socialização no âmbito da sociedade mais ampla é um outro dado que será considerado como instrumento reitor da constituição da visão de mundo militar. Daí se podem gerar questões como a de em que medida o processo de educação/socialização conduz, abjura ou se aliena de formas de militarismo, desde a influência na decisão política à tomada do poder *tout court*.

Uma vez recortados os conceitos de militar, democracia, profissionalização e visão de mundo, será possível enunciar a questão que permeará toda a pesquisa e demandará uma (ou muitas) resposta(s): até que ponto existem margens de conciliação entre os princípios de hierarquia e disciplina, que universal e necessariamente fundamentam as forças armadas, e a idéia de democracia de hoje, vinculada em seus conceitos e operacionalização não apenas a aspectos procedimentais, mas à conquista e exercício da igualdade de direitos civis, políticos e sociais, tais como inscritos na aventura da civilização ocidental? Será possível, em pleno século XXI, num país como o Brasil, uma conciliação entre os supostos fundadores das forças armadas e o exercício da democracia, tal como acima esboçada em suas linhas mestras?

O percurso da argumentação a ser por nós trilhado se articula em seis capítulos, que não se ordenam segundo uma narratividade linear ou causal; não se pretendem desenvolvidos segundo alguma seriação cronológica; menos ainda se dispõem a quaisquer comprometimentos definitivos com uma historiografia *événementielle*. E não alimentam o projeto de serem identificados como uma pesquisa de história no sentido estrito.

Em caráter mais específico, o capítulo inicial, **Uma profissão: empréstimos e consciências**, se incumbirá, num primeiro momento, de tematizar as influências que exércitos alienígenas trouxeram ao nosso, não tanto em questões de aparato material, quanto em formação de consciência, na situação de militares profissionais inscritos num contexto de mundo. O capítulo opera com características aportadas pelos exércitos alemão, francês e norte-americano em momentos distintos da vida brasileira. A modernidade a nós trazida é um contraponto ao estado material em que se encontrava a força de terra brasileira e ao que com ela se passava no âmbito desses contextos. Vai nos interessar o processo como neste modelo de intercâmbio seguimos aprendendo, conscientes, a boa lição, ao tempo em que assimilávamos a lição despercebida, que se inscrevia em nossas convicções, transcendendo a mera modernização de aparatos físicos e métodos didáticos.

É intenção da pesquisa tangenciar o sentido das cognições para além de meramente reconhecê-las como informações modernas. Na verdade, cuidamos aí de sondar alguns aspectos fundamentais de um macro processo de colonização do mundo da vida do grupo militar e entender que, mais que uma cessão de competências que foram a nós repassadas, seria preciso ler o subtexto de tais relações e influências, em que a linguagem não se faz clara, precisa e concisa, como se requer da linguagem militar, até porque o mundo não oferece uma legibilidade sempre nítida.

Ao buscar entender a atividade militar profissional, se porá em discussão a tensão que marca as relações entre o indivíduo e a totalidade, tal como essa questão se inscreve na vida das organizações militares. Vai nos interessar não a descrição de situações e relações, mas as conseqüências que daí advirão para a constituição de uma visão de mundo institucional, já aqui tangenciando a questão central que move a presente pesquisa. Tal ordem de consideração mobilizará e tematizará noções fundamentais de indivíduo, de sujeito, de agente no âmbito da sociedade e da instituição.

Entender a atividade militar enquanto profissão vai exigir uma sintonia mais fina e uma imagem de maior definição com respeito às auto-percepções de seus membros, desde evidentemente que desvincilhadas do discurso oficial. “A profissão por seus profissionais” bem poderia dar título à seção que, por razões de necessidade heurística vai se envolver nos meandros de virtudes e obediências, tal como proclamadas e entendidas.

**Democracia e militarismo** exigirá da pesquisa duas atitudes gerais. A primeira delas se inclinará por dispor dos conceitos do título e tratá-los essencialmente como referenciais do desenvolvimento da discussão como um todo, em particular do repertório de conceitos que configuram o mapa cognitivo dos militares em seu processo de socialização formal. Neste sentido, democracia e militarismo funcionarão como balizamentos centrais da pesquisa. O primeiro deles, através de uma visão diversificada da reflexão acadêmica contemporânea; o “militarismo”, através dos diversos espaços conceituais comprometidos com contextos sócio-políticos diferenciados. Aí se incluirão concepções do fenômeno, numa primeira abordagem, trazidas por dicionários gerais, que se submetem a diferentes sistemas de poder. Ao buscar os contornos do fenômeno, estaremos também levando em conta a reflexão acadêmica. Serão então de nossa atenção maior as relações entre militarismo e aspectos contextuais funcionando como elementos catalisadores. É o caso das articulações havidas com a burocracia, a tecnologia e o nível de desenvolvimento atingido pela sociedade em questão.

A segunda atitude geral que organizará o capítulo estará justapondo a experiência do militarismo brasileiro, ainda uma vez, na construção de consciências, que se faz adjunta do desdobramento empírico – não necessariamente nessa ordem. Estaremos nos aproximando do período de pós Segunda Guerra Mundial referido como “democrático” ou “populista”. Vamos buscar inspecionar as diversas iniciativas de intervenção militar através do exame da arquitetura retórica que as caracterizou. Ou produziu. Ainda deste momento da história política brasileira vai nos interessar de perto a parceria ético-política dos militares com o udenismo de então.

Uma outra medida de pertinência desta discussão para a nossa questão central reside em a liderança militar dos dias de hoje ter sido profissionalmente tratada, em primeira ou segunda geração, pelo mesmo sistema de socialização e profissionalização que produziu as experiências de cognição e incorporação de valores do período referido. Afinal, o sistema educacional militar de formação de lideranças, que opera portanto a nível estratégico, tem consistência e lógica plantada no mapa cognitivo que se desenhou sob a influência norte-americana do pós-guerra. Uma outra consideração, longe de ser ancilar, e que não será perdida pelo capítulo, se estabelece nos termos de relações dos militares com a sociedade civil. Em outras palavras, de um processo de cooptação que então se estabelecia distante das margens da inocência.

“Militarismo e América Latina” reorienta a atenção da pesquisa no sentido do subcontinente, para usar a expressão, também categoria, do léxico norte-americano dos assuntos

de Defesa. O foco de nossa atenção se voltará mais especificamente para os *national war colleges*, ou escolas superiores de guerra da América Latina representadas pelas ESGs do México, do Peru e do Brasil. Embutida nesta discussão que iremos desenvolver, se achará uma busca de identificação entre educação militar em seu nível mais elevado, estratégico, e as respectivas forças armadas em que as escolas se inserem. Haverá relação entre o sistema de educação que prepara a liderança mais alta da instituição militar e os desdobramentos da respectiva força sob forma de intervenção na ordem político-jurídica ? E que tipo de contribuição pela via ideativa-valorativa a escola dará para a naturalização e legitimação da intervenção ?

São várias as ordens de explicação dando conta dos golpes militares latino-americanos. De nossa parte, fica já visível que o foco de nossa pesquisa nos levará a trabalhar mais enfaticamente com outro tipo de variável independente, a formação de sua liderança mais alta por via de um modelo de escola superior de guerra.

Com o declínio por 70 anos da incidência de golpes militares, o México, através de seu *war college*, será o primeiro país a ser escrutinado. Que razões maiores terão levado o país a um comportamento tão civilizado e qual o papel aí desempenhado pela sua ESG ? Já a ESG do Peru sofreu uma considerável influência de sua co-irmã brasileira.

A análise comparativa, afinal, dos três sistemas educacionais militares mobilizará componentes dos respectivos processos de socialização formal: tipos de currículo, postura e ambiente do aluno, relação com civis, áreas de cognição envolvidas com maior ou menor ênfase, tipos de relação com o poder, para ficarmos nesta introdução com apenas algumas instâncias das experiências cognitivas. Daremos, como é evidente, ênfase à ESG brasileira, e aí nos deteremos com alguma especificidade maior nas construções epistêmicas aí deferidas e postas em ação.

Fenômeno social importante vinculado a interesses significativos (SUMNER), uma significância estrutural estratégica (PARSONS), formas de interação social condicionadas por valores e interesses (SUMNER e KELLER) – qual será o suporte conceitual que leva a organização militar a se constituir em instituição? A partir de questões como estas, se desdobrará a discussão do passo seguinte da pesquisa. A admissão singela da instituição como um contexto de ordem, direção e estabilidade conduz com extrema facilidade a se admitir a organização militar como instituição. Mas aí se conterão todos os elementos constitutivos da construção institucional? E as suas direções de atuação, *maxime* de uma instituição militar com todas as suas tipicidades?

A preocupação de ser ou não ser instituição está muito longe de constituir uma preocupação nominalista. Por trás dela acha-se um foco de interesse teórico que vai dar direção a um momento do capítulo: o de estudo da construção da “verdade institucional”. Este será um dos centros polarizadores de nossa discussão, em razão do papel reitor que a existência de uma instituição – e não apenas de uma organização – poderá assumir na seleção e construção de cognições, no estabelecimento de um repertório de valores, como paradigmas de juízos e iniciativas. Coerente com tais indagações, nos será de importância primeira analisar a engenharia teórica com que se processa a legitimação de conhecimentos assim formulados em uma sistematizada experiência de socialização.

Em última análise se estarão questionando as possíveis relações entre procedimentos cognitivos e o diagnóstico de o grupo constituir exemplo de visão ético-política conservadora. E, em caso afirmativo, que perfil de conservadorismo estaria aí contido? Uma outra angulação que se mostrará no capítulo quatro visará conhecer o potencial de influência de uma “instituição” para a visão de mundo. Não passará despercebida a necessidade de extrair daí uma medida de homologia possível do grupo com a sociedade mais ampla, que afinal é a origem de todos os seus membros.

**O Discurso e o Texto: Vozes sem Nome e Do Texto ao Discurso: Visão de Mundo nas Formações Ideológica e Discursiva** poderiam ser referidos como uma *segunda parte*, caso aqui nos bastássemos nos aspectos meramente formais de construção da pesquisa. Vai-se, a partir daquela altura, capítulo cinco, considerar o emprego de uma direção de investigação diferente, em sua metodologia e supostos teóricos, das referências até então utilizadas. As duas ordens de referenciais teórico-metodológicos – a até então utilizada e, já agora, a análise de discurso – são contudo convergentes nos objetivos e atitude de perquirição de respostas à mesma questão que deu vida à pesquisa. Nesse sentido, os capítulos cinco e seis cuidarão buscar, respectivamente, fundamentação teórica e explicitação empírica de uma configuração da visão de mundo contemporânea dos militares, sem voltar a recorrer a elementos empírico-factuais ou a uma postura descritiva. Mais especificamente, procuraremos elicitar significados a partir do discurso militar contemporâneo.

A construção teórico-metodológica do capítulo cinco e sua aplicação em caso concreto, no capítulo seis, lançarão luz sobre o que se terá referido como visão de mundo dos militares, o que acaba caracterizando a postura ético-política e, por via de consequência, a inclinação para o

edifício da democracia, em alguma de suas arquiteturas ou, de outra parte, para um formato qualquer de participação militarista. A resposta à questão que definimos para a presente pesquisa disporá, a partir dos dois capítulos finais, de insumos trazidos por uma outra ordem de coisas e de realidade – o discurso – até então não utilizado para os fins que a pesquisa almeja alcançar.

Admitir o emprego de uma análise de discurso recomenda que, desde logo, se previna que não recorreremos a mecanismos hermenêuticos, nem a análises de conteúdo de base quantitativa, que se bastem na análise lingüística, das quais se costuma extrair curvas de frequência das construções do texto analisado. Também não haverá sentidos ocultos a serem desvendados nem uma chave de decifração de conteúdos a ser aplicada. Não há chaves. Estaremos recorrendo a uma análise de discurso crítica, comumente referida como de origem francesa.

. Preliminarmente admitimos que esta é uma decisão analítica que mobiliza uma determinada atitude com relação à língua(gem) e pressupostos específicos. O primeiro desses pressupostos admite, com Pocock, que cada instituição constitui a sua rede simbólica própria. E isso diz respeito ao foco de interesse maior deste aspecto da pesquisa. É evidente que a instituição, qualquer instituição, não se reduz à rede de símbolos de que lança mão, mas sem esta não teria existência assegurada. Estamos falando de uma linguagem com que a instituição significa e se significa, que pode não lhe ser exclusiva mas lhe é inerente. Essa linguagem deita luz sobre os caminhos sócio-históricos que a instituição percorreu e percorre.

Na verdade, os dois últimos capítulos não ocultam uma mal-disfarçada postura de crítica social e normatividade, na medida em que mobilizam uma capacidade de produzir diagnósticos e afirmações críticas, que evidentemente produzem, no mínimo, alguma tensão. Vale-nos nesta oportunidade que o que daqui “se pretende extrair é uma aptidão para modelar práticas humanas a partir de argumentos formados em parceria com uma ciência social interpretativa” (EISENBERG,2003:22, 20, 21).

Numa consideração mais aprofundada, admitir um grau de afiliação à escola francesa de análise do discurso pressupõe também que o processo de simbolização da instituição não será em qualquer hipótese *neutro*, isento, admitindo-se com Castoriadis que “não se podem tomar signos em qualquer lugar, nem se podem tomar quaisquer símbolos” (2000:139 seg.). Estamos reconhecendo a pertinência da antiga, e sempre renovada, questão da relação da linguagem com a realidade. E é em seu âmbito que admitimos que o discurso é elaborado por relações de poder e

ideologias. Mais que isso, discursos fazem emergir efeitos constitutivos que são exercidos sobre identidades sociais, sobre relações sociais, sistemas de crenças e de conhecimento. É bem este o nosso caso.

Tal como será aqui tratado, o discurso não se opõe à gramática nem é desta uma mera projeção. O discurso será compreendido como um efeito de sentido, uma posição ideológica, independentemente de o enunciador ter ou não acesso consciente das manobras semânticas que se efetuam e dos efeitos que se produzem. A presença ou ausência de traços ou vestígios de direção ideativa definida não será tomada como um acontecimento fortuito ou o exercício de um estilo, mas como a expressão de um sistema ideológico e de uma expressão discursiva específica de autoridade.

É na instância dessa chave de compreensão do discurso que ocorre a paráfrase foucaultiana ao lidar com os procedimentos de interdição de “uma sociedade como a nossa”: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1998: 9 e 10). A admissão do discurso como tal referido, então, parece impor uma explicitação de que noção de poder estamos falando - afinal, de que Foucault se está aqui falando. Ainda na construção foucaultiana, de que Pêcheux se aproxima na sua chamada terceira fase (GREGOLIN, 2004:64), dela se extrai a “polêmica idéia de que o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existem, de um lado, os que têm o poder e, de outro, os que se encontram dele aliados. Rigorosamente, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona.”(MACHADO, 1996:XIV)

Cabe ainda apontar que os capítulos cinco e seis operarão também como um instrumento de controle, funcionando como uma validação legitimadora ou não dos argumentos com que tratamos e cuidamos responder à questão central formulada e que deu vida à pesquisa.

Exatamente aí parece se conter a contribuição que este trabalho pode oferecer. E nos referimos não apenas ao seu caráter cognitivo, ou seja, de esclarecimento, a partir de uma visão de dentro da instituição militar, de aspectos associados à lógica, à ética, enfim, à visão de mundo do militar brasileiro de hoje, que o leva à aproximação ou à insensibilidade quanto à nossa construção democrática. Mais que isso, essa contribuição pode e deve, principalmente, permitir um aprofundamento de caráter operativo das reflexões e conclusões aqui contidas. Esta feição

construtivista da pesquisa não reduz a sua utilidade aos domínios da instituição estudada. Na verdade, há toda uma intenção e uma proposta de que a sociedade, ela própria, possa sair daqui beneficiada: pelo conhecimento específico mais amplo e pelo caráter ideológico da pesquisa, este, de enunciação manifesta.

## **1. UMA PROFISSÃO: EMPRÉSTIMOS E CONSCIÊNCIAS:**

Uma compreensão contemporânea das forças armadas não tem como desprezar uma percepção de que, no Ocidente ao menos, grupamentos de homens institucionalmente armados foram articulados com suas respectivas formações sociais e com a estrutura de poder vigente. Aqui se coloca uma ordem de racionalidade que se faz comum aos exércitos, às forças armadas de todo o planeta. A percepção destas questões pertinentes com a configuração geral de uma *profissão* militar tem uma passagem fundamental na dimensão coletiva que tipifica a existência e as operações das forças armadas, seu *ethos* e suas racionalidades e define um regramento codificado das condições de *pertencimento* a elas. A identidade coletiva, em última análise, talvez seja a mais significativa – com toda certeza a mais conspícua – forma de energia dos comportamentos militares e, não menos importante, de provocação de iniciativas e respostas em que a instituição se lança, acolhendo ou repelindo decisões de força e de violência.

### **1.1 A AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

A nós parece indispensável, de uma perspectiva inicial, trazer uma referência à organização militar brasileira, num período referenciado já como “formativo” do pensamento do Exército. Nas primeiras décadas do século XX (MCCANN, 1984:737), a força de terra vai refletir sobre questões como a visão de Brasil que o Exército constrói, a auto-imagem institucional, poder nacional e prestígio, integração política e nacional e desenvolvimento industrial. Estas questões estarão presentes tanto na agenda do regime de 1964 quanto naqueles anos de iniciação (MCCANN, 1984: 738) e ainda nos dias de hoje. A organização armada de hoje tem com certeza vínculos sólidos de convicção com o que com ela se passou, em particular, a partir de influências exercidas por forças armadas estrangeiras que se colocavam na vanguarda do que se entendia por capacitação militar.

No Brasil de então, os jovens oficiais que, no projeto de modernização do Exército Brasileiro do general Argollo/Marechal Hermes da Fonseca, haviam estagiado na Alemanha, ficaram conhecidos como “jovens turcos”, por referência, e até alguma ironia, a Mustafá Kemal. Quando já de volta ao Brasil, o grupo toma a iniciativa de criar, em 1913, a revista “A Defesa Nacional”. O editorial de 1917 já abre questões tão insólitas quanto absolutamente fundamentais ao Exército, tal como era então percebido pelos jovens turcos:

No Império, o recrutamento forçado que trazia para as fileiras do Exército os elementos de baixa camada social foi sempre o fator de desprestígio da farda que, em vez de representar o cultivo do amor pela pátria, era tida como um símbolo de castigo (A Defeza Nacional. IV, 1917:114).

O “jovem turco” Gen Caetano de Faria é então convocado à chefia de gabinete do Ministro da Guerra. Leva consigo simpatia pela causa da atualização da instituição e vai acabar constituindo uma das indicações de candidato à escolha do ministro da Guerra, como parte do mordaz e extremamente insólito projeto de Augusto Sá, que falava em nada menos que o comandante do Exército não ser nomeado pela hierarquia, mas eleito pela oficialidade.

Este é o período da Primeira Guerra Mundial, do presidente Wenceslau Braz, em que a campanha pelo sorteio se intensifica, com o suporte que o grande conflito lhe prestava. 1915: a campanha ganha o apoio de Olavo Bilac, que, naquele tempo, será ungido “príncipe dos poetas brasileiros”, exemplo formal do tipo de literatura que a partir do parnasianismo se produzia para uma determinada sociedade, de que Bilac era o grande artesão e ourives, com suas rimas perfeitas, suas chaves de ouro, a falar dos deuses da Antigüidade. Este é o tempo em que a literatura vai ser entendida como o “sorriso da sociedade”. Todas estas características de Bilac, que vão alçá-lo a alguma coisa como um panteão da cultura brasileira, pouco ou nada terão a ver com a causa a que vai ele se entregar. O poeta do soneto levado à perfeição parnasiana, aqui, vai falar diferente:

O melhor meio de combater a possível supremacia da casta militar é justamente a militarização de todos os civis: a estatocracia é impossível quando todos os cidadãos são soldados. Que é o serviço militar generalizado? É o triunfo completo da democracia; é o nivelamento das classes: a escola da ordem, da disciplina da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo. É a instrução primária obrigatória; é a educação cívica obrigatória (BILAC,1917:7).

Filho de militar, Bilac guia sua campanha para as regiões de concentração dos filhos das elites civis, i.e., as faculdades de direito e medicina, em particular, do Centro e do Sul. Quer acabar com o “divórcio monstruoso que separa o exercito do povo”. (CARVALHO, 1977:193-4). Junto a esse público é que proclama, enfático que

pelo sorteio, teremos o exército que devemos possuir: não uma casta militar, nem uma profissão militar, nem uma milícia assoldada, nem um regime militarista, oprimindo o país: mas um exército

nacional, democrático, livre, civil, de defesa e coesão, que seja o próprio povo e a própria essência da nacionalidade” (BILAC,1965:106-7).

Bilac quer que o exército seja o povo e o povo seja o exército, de modo que cada brasileiro se ufane do título de cidadão-soldado (CARVALHO, 1977:194).

Estávamos já em curso de atuação dos jovens turcos: funda-se, em 1916, a Liga de Defesa Nacional, que já contava com o apoio de elites civis. Neste mesmo 1916, se fará o primeiro sorteio, de acordo com a lei de 1908. Dois anos mais tarde já se exige carteira de reservista aos candidatos a cargos públicos. Uma transformação básica, já que se poderia contar com abundante e qualificado material humano, modernizar e sistematizar o processo de treinamento, criar reservas, incluir em suas funções a educação cívica, como vinha sendo pregado por Hermes, pelos turcos e Bilac, e reduzir a distância de separação da elite civil. Transformação que ganha, aos poucos, condições de se tornar realmente nacional. O sorteio deu ao Exército o controle do serviço das armas a nível nacional, com o que multiplicava seu poder político. (CARVALHO. 1977:195)

O processo que se gerava do trabalho dos “jovens turcos” brasileiros, com o desfecho da Grande Guerra, vai ter curso e conseqüência substancializado pela vinda para o Brasil de uma Missão Militar Francesa, cujo contrato foi redigido “sob influência de duas correntes militares reformistas” – sobre o sentido que deveria tomar a profissionalização da Força – que se entrecrocavam: a *nacionalista* [...] e a *germanófila*, cumprindo notar que, da primeira, faziam parte elementos que, embora influenciados por suas ligações espirituais (*sic*) com a formação germânica, reconhecendo a impossibilidade de ser contratada missão alemã, não hesitaram em pugnar pela francesa. Entre ambas as correntes, que eram progressistas, havia a camada dos inertes ou indiferentes, remanescente dos velhos tempos (MAGALHÃES,1998: 329).

A Missão Francesa iria primeiro receber o encargo de *assistente*, “para submeter a seu critério todas as decisões e resoluções do comando antes adotadas.” O termo não agradou aos franceses, e a Missão acabou com a função de *consultora*. Isso a colocou “à margem das atividades práticas”, atuando como “órgão de consulta, de instrução e, discretamente, como conselheira, por insinuações veladas e raramente compreendidas” (MAGALHÃES.1998:330). Dentre as deficiências que foram apontadas na Missão, observava-se que “seus componentes não eram ‘dotados de patriotismo’, o que os fazia reagir apenas no campo restrito de suas “obrigações contratuais”. À imputação de defeitos da Missão, incluía-se a que detectava que “a Missão Militar Francesa não exerceu a influência que seria para (*sic*) desejar, tanto mais

quanto desconhecia nossos complexos anímicos e vícios de formação nacional” (BASTOS FILHO,1994:3-44).

Excluída a Escola Militar do âmbito de atuação da Missão, a esta coube a melhoria da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, que, desde então, capacitava formalmente para as funções de oficial superior (de major a coronel), o curso de Estado-Maior - que constitui até hoje um dos pré-requisitos de acesso ao generalato e a suas respectivas assessorias - e o curso de atualização de estado-maior, que passava a ser oferecido com uma periodicidade definida, buscando uma reciclagem dos já graduados.

Há que destacar a boa qualidade técnica da formação de oficiais de estado-maior, em comparação com suas congêneres estrangeiras, e tal fato vai criar um espírito novo no quadro que reúne os assim qualificados. Vai ser também uma marca de distinção pessoal que trará consigo fumaças de elitismo. A importância desse *status* profissional, contudo, estava em que, ao oficial de estado-maior, passava a caber, e somente a ele, em função de assessoria, estudos de áreas estratégicas, planejamentos de viabilidade de atividades operacionais ou de serviços, a definição organizacional, mais recentemente análises prospectivas etc. Tudo isso vai aqui ganhando referência para que se estimem as transformações havidas na instituição militar, depois da passagem dos franceses e, principalmente, a acolhida irrestrita que a força brasileira sempre dedicou à influência trazida ou exercida por forças armadas mais poderosas, que representassem sobretudo uma modernização disponível.

Nesta seção - em que se discutem as dificuldades de superação das carências provocadas pela falta de profissionalização militar -, alguma referência deve ser feita ao surgimento, em 1920, do Regulamento Interno de Serviços Gerais, RISG e do Regulamento Disciplinar do Exército, RDE, que vão aumentar o controle interno da organização e, conseqüentemente, o seu poder político. Pesando, agora, a influência exercida por estrangeiros e idéias entrecruzadas, ressalte-se, desde logo, que foi dessa geração já *trabalhada* pelas concepções da Missão que surgiu uma nova concepção de defesa nacional, abrangendo todos os aspectos relevantes do país: da preparação especificamente militar à idéia de criação de indústrias estratégicas, de que a siderurgia será o exemplo mais imediato e, posteriormente, a indústria do petróleo, duas décadas mais tarde, quando a organização e a atuação profissional já estarão debaixo da influência norte-americana. Para cá virá a sua Missão Militar, também como um dos desfechos da II Guerra Mundial (CARVALHO, 1977: 200). E aqui permanecerá até o seu próprio desfecho, quando o Presidente Geisel denunciara o Acordo que regia formalmente o intercâmbio militar.

As idéias de melhoria pela via da profissionalização, como já se pode observar, não

incluíam apenas uma renovação na disponibilidade de materiais bélicos, a existência de instalações, campos de instrução mas, principalmente, o *software* para levar inteligências a discutir e decidir sobre a natureza e a forma de organização da instituição, a articulação do comando, o funcionamento do estado-maior, a capacidade operacional, formação de seus profissionais, além da elaboração dos regulamentos diretores de seu funcionamento. Na constituição e legitimação das lideranças que se iam formando, há de se incluir a *Bildung* como instrumento maior da construção de consciências, de qualificação de desempenhos militares e de orientação de uma nova visão de mundo. Aí se inseria a adoção de uma nova perspectiva mundial, de conseqüentes e inevitáveis posições políticas. Essa responsabilidade que a força armada percebia como tendo de assumir pelo país adviria da “falta de consciência cívica da população”, da ignorância do que fosse “patriotismo”. E o Exército deveria ter em seus oficiais “apóstolos do patriotismo e do civismo” (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, *Boletim*. 1912: 23-31).

Como se observa, essa nova posição política tem passagem obrigatória pela influência estrangeira. Os *jovens turcos*, acima citados, não apenas substancializaram um deslumbramento pelo poderio bélico da Alemanha Imperial, mas também participaram da vertigem de conviver com outros níveis de complexidade, de organização e de aplicação da inteligência e do conhecimento. Seus resultados positivos para a instituição militar de terra não se limitaram a catalisar a fundação de uma revista técnico-militar, a já citada *A Defesa Nacional*, o que já seria uma notável transformação. Mais que simples agenciadores de um empréstimo, os jovens turcos revolucionaram a reflexão ao implantarem o hábito da discussão que, até então, restringia-se ao Boletim do Estado-Maior do Exército – de caráter oficial e, por isso, não exatamente um veículo de estimulação de uma visão crítica e criadora.

A vinda da Missão Militar Francesa, de sua parte, não arrefeceu a disposição para a mudança, configurada segundo o paradigma europeu do século XIX da *Nação Armada* (MCCANN: 1982). Das transformações infundidas na organização brasileira, interessa-nos mais de perto a reforma completa do ensino, voltada para a organização das escolas segundo o modelo francês; a criação de escolas de especialização, a capacidade de planejamento trazida à Escola de Estado-Maior e de coordenação e direção ao novo Estado-Maior do Exército. São estes os vetores de mudança de origem francesa a partir da educação. Principalmente a educação. Não foi pouco.

Entre os militares da nova geração de reformadores que constituíam os *francófilos*, a coesão foi traço marcante. Uma comparação com os *tenentes* evidenciaria que estes formulavam proposições radicalizadas e pouco explicitadas ou fundamentadas. Sabiam o que

não queriam, mas não sabiam o que queriam, para usar uma frase que se tornou cansada pelo uso. Atinham-se muito a um discurso moralizante com intenções de regeneração dos costumes. Eis um tema de fácil acolhida e mobilização universal no meio educacional militar, principalmente quando imerso numa atmosfera de ufanismo patriótico e de um parnasianismo formal de exaltação cívica e propostas de futuro radioso. As propostas tenentistas de política sócio-econômica ou de reformas para o fortalecimento do Estado-Nação eram imprecisas, descosidas e heterogêneas. Quando se imagina um oficial que, julgando-se o construtor da Nação, estudava os problemas nacionais e formulava teorias a respeito do Brasil – surpreendentemente ou não –, estes não eram os *tenentes* mas os reformadores influenciados pela Missão do general Gamelin. É nos reformadores que nasce a estratégia: para a organização do Exército é indispensável a construção do Estado-Nação; passou-se a considerar, no meio militar que cabia a todos os cidadãos assegurar a existência do Estado-Nação.

Já no regime Vargas, uma das explicações para a estratégia de desenvolvimento da força terrestre observa uma definida racionalidade: para fortalecer o Exército, há que fortalecer e modernizar o Estado; para modernizar o Estado, há que industrializá-lo, estabelecer redes de transportes e comunicações e por aí adiante. O projeto de 1937, que tem ingredientes castilhistas, nacionalistas, corporativistas e cultura própria, tem também introjetada essa lógica dos reformistas (COELHO, 1985:14).

Nesse novo desenho estratégico, a dimensão de relevância atribuída à educação na sociedade mais ampla ganha uma nova densidade e uma outra escala de envolvimento. O que de insólito aí existia eram a origem e o patrocínio da abordagem da questão educacional, como se observará no pronunciamento de uma autoridade militar. “O problema da educação, apreciado em toda a sua amplitude, não pode deixar de constituir uma das mais graves preocupações das autoridades militares” (DUTRA, apud Schwartzman, 1984:68).

No plano do ensino militar, no Exército, não na sociedade, a modernidade, como foi por nós anotado, advém da influência dos exércitos alemão e francês. A extrema relevância que foi então atribuída à educação do povo brasileiro é resultado da avaliação feita no período Vargas e, após a sua deposição, no governo que o sucedeu e por ele foi escolhido. É na visão de Dutra que se defende a idéia de que:

[...] o Brasil reclama um sistema completo de segurança nacional, o que pressupõe fundamentalmente um entrosamento dos órgãos militares com os órgãos federais, estaduais e notadamente municipais, incumbidos da educação e da cultura. Nunca se tornou tão imperativa, como no atual momento, essa

necessidade. E, não obstante, assinalam-se, no setor pedagógico do Brasil, muitos obstáculos a serem vencidos, para que o objetivo de segurança nacional possa ser completamente alcançado” (DUTRA apud SCHWARTZMAN, 1984:68).

Como apontava um ideólogo do regime de 1937, aquele era um processo, em que não somente o Exército mas também a Igreja Católica envolvia-se numa participação crescente nos misteres da educação nacional. Vencendo resistências e definições difusas de liberais, pacifistas e internacionalistas, essa influência seria sentida como resultado dos esforços do governo, da Igreja e de outros setores: esforços “em organizar, disciplinar e imprimir na população uma “mentalidade adequada” ao novo Estado Nacional que se queria construir.” Nessa direção, o Exército, inspirado pelo projeto de Olavo Bilac -“de formar o cidadão-soldado através da interpenetração cada vez mais estreita entre o Exército e o povo”-, tinha o serviço militar como seu principal instrumento(SCHWARTZMAN *et alii*, 1984, 67). E buscava, nas palavras do poeta,

“... estabelecer o triunfo da democracia; o nivelamento das classes; a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo. É a instrução primária obrigatória; é a educação cívica obrigatória; é o asseio obrigatório, a higiene obrigatória, a regeneração muscular e física obrigatórias” (BILAC,1917: 7).

No que tange especificamente ao Exército, há sintomas demonstrando que mais que meras intenções, existiam já iniciativas e a determinação de chegar a resultados na área da educação brasileira. Exemplo disso estava em que o capitão Severino Sombra, redator da seção de pedagogia da revista *A Defesa Nacional*, a pedido do General Góes Monteiro, em janeiro de 1935, produziria um documento sobre a política social do Exército, onde teoriza que a educação patriótica deveria ser iniciada ainda na escola. Recorrendo ao que avalia como existência de “literatura marxista nos quartéis”, propõe que o trabalho educativo comece na infância, no pressuposto de que, se para os comunistas “a propaganda de classe deve ser oposta ao ensino patriótico, o inverso será necessariamente verdadeiro” (SOMBRA apud SCHWARTZMAN, *Ibidem*, 68).

## **1.2. MODERNIZAÇÃO E COLONIZAÇÃO: os norte-americanos**

A influência que o exército norte-americano vai exercer será a mais ampla e

profunda de nossa história militar. A nós, hoje, talvez nos confundisse a substância do caldo de cultura do oficial norte-americano que vem do século XIX e chega à II Guerra Mundial. No âmbito de uma sociedade que reconhecia os seus anos vinte como os *crazy twenties* - o paroxismo do consumo e de enormes riquezas adventícias -, a nós estranham opiniões e comportamentos da oficialidade ianque de então. Os militares norte-americanos do período não poupavam, em casa, expressões de reprovação e se alarmavam com “a vaidade nacional” exuberante. Preveniam quanto a uma persistente corrente jacksoniana de pensamento, que levava o povo norte-americano a desprezar competências e a própria profissão militar. O país falava “da fé cega no destino manifesto da República”, ao que os militares redargüiam que, a esse respeito, nada havia de manifesto. A posição dos militares se mostrava assim antípoda à convicção nacional de que “a história americana [se achava] no caminho de realização do milênio”. A sociedade está convicta de que “a independência nacional, o governo republicano e a Constituição aparecem como sinais da Divina Providência, criando-se assim um elo entre a República e o plano de Deus, que se corporifica em um tipo de religião civil”(OLIVEIRA LIMA, 2000: 34).

Alguns militares, na contramão da euforia cívica da população, lamentavam em artigos que os Estados Unidos nunca houvessem conhecido uma Jena ou um Verdun, com o que desvendavam a intenção de refrear o que percebiam como arrogância e complacência nacionais (HUNTINGTON, 1957:266). O aspecto menos saudável encontrado por Huntington na psicologia norte-americana situava-se, no que concernia à convicção dos militares, em que se sentiam antagonizados por um espírito nacional de mercancia. E reagiam com veemência à ascensão do industrialismo e à dominância de um pacifismo dos negócios. O ataque militar tinha raízes num conservadorismo inteiramente não-econômico e exibia um caráter mais fundamental do que os provindos da classe trabalhista e de grupos radicais que, afinal, partilhavam com o mundo dos negócios uma ética utilitarista básica. E, ainda, se indispunham com um Congresso tomado e controlado por homens de negócios. Fiske prevenia que “as insistentes exigências dos negócios, partidas da sociedade, dos negócios e do prazer enervavam a nação, deixavam-na rica, poderosa e aberta ao ataque” (FISKE apud HUNTINGTON, Ibid.).

No Brasil, por seu turno, não se conseguia contemplar na sociedade as mesmas convulsões de turbulência ética. Afirmava-se, aqui, ostensivamente até, que, para as “classes cultas” do país, “a indiferença é a lei moral” e “o interesse próprio o único incentivo”. Chama-se a atenção dos estudantes “que vivem entre o sorriso e a gala da vida culta” e para as “humildes camadas populares, mantidas na mais bruta ignorância, que mostram só inércia,

apatia, superstição, absoluta privação de consciência.”(BILAC. 1917: 5-6) Ou seja, são assim duas ordens de distância da organização armada para a sociedade, definidas em questões de ética ou de frivolidade.

Rejeitadas por uma sociedade comercial, as forças armadas dos EUA se mostravam desdenhosas dos valores por ela cultuados e certas da superioridade de seu próprio credo. Uma das vantagens da Academia Militar de West Point, afirmava-se, residia em isolar os cadetes da “atmosfera de comercialismo”. Os cadetes permaneciam estritamente confinados à Escola por quatro anos e não estavam autorizados a receber, possuir ou sequer usar dinheiro trocado nos bolsos - o que se pode ler como uma indicação, ainda que menor, do isolamento da Academia como um mosteiro militar. No Brasil, fato idêntico se dará, não por coincidência, no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, com a transferência da Escola Militar do Realengo para as Agulhas Negras, município de Resende, ao sul do Estado do Rio de Janeiro. Buscava-se afastar os cadetes brasileiros não de atividades mercantis exuberantes, mas da turbulência política na capital federal.

A concepção da oficialidade norte-americana, assim o expressava Huntington, sustentava a superioridade moral da vida militar, que se assentava na sua isenção ante “a sordidez, e a miséria de o comércio conseguir dinheiro” (1957:268). A ordem, a disciplina e a regularidade da existência castrense militar geravam o “contentamento militar”, enquanto a corrida frenética e alvoroçada, o sentido interesseiro e caótico e a injustiça da vida civil faziam endêmico o descontentamento na vida fora dos quartéis. Paz de espírito, liberdade de impulsos nunca saciados por ganhos materiais só se tornavam factíveis com a autodisciplina e a contenção características da vida militar.

Em comparação com este estilo de pensamento do militar norte-americano em suas origens, faz-se mais visível, com base na literatura clássica, e, agora, a partir de um observatório do final do século XX, conhecer um dos importantes subprodutos da educação militar nos EUA, a sua ética. A relevância dessa aproximação se prende a que essa ética dos valores militares traz consigo, evidentemente, um direcionamento de ação e reação dos militares enquanto instituição, e isso pressupõe e mobiliza principalmente a sua liderança, o seu círculo decisório do poder. Essa liderança mais alta, nos EUA, em esmagadora maioria é oriunda da Academia Militar de West Point, vale dizer, tem a mesma origem acadêmica, passa pelas mesmas experiências de socialização, formal e informal e é aculturada de modo a ver o mundo segundo um mesmo repertório de cognições e sob as luzes do que foi incorporado como um mesmo estatuto do bem e do mal. A mesma metodologia de construção de virtudes e o mesmo rol de predicados seriam aplicados, em nosso país, aos militares

brasileiros, e não por coincidência, no caso da força terrestre, em sua academia militar, matriz de formação do oficial profissional destinado à liderança.

Essa maneira de pensar do militar é, como regra, avaliada segundo três abordagens:

- (i) através de suas habilidades ou qualidades;
- (ii) seus atributos e características;
- (iii) suas atitudes ou substância.

A primeira dessas aproximações (HUNTINGTON. 1986:36), como regra, tem dado ênfase ao que se refere como um “calibre não muito elevado desse pensamento, particularmente se comparado ao do advogado, do homem de negócios ou do político”. Essa suposta desvantagem, que se expressaria de uma forma não-atraente por meio de estereótipos e clichês, tem sido atribuída à qualidade menor de talentos e habilidades dos que se destinam ao oficialato, à organização da profissão militar, que desencorajaria a iniciativa individual e a falta contumaz de oportunidades de o profissional aplicar seus conhecimentos e perícias. Essa visão analítica se afirma numa abordagem geral, ocupada, possivelmente, por uma marca do pensamento militar, mas não ajuda a explicitar aspectos caracteristicamente militares desse pensamento.

E, como se nota, há nessa avaliação um compromisso com o êxito, percebido segundo a definição de sua sociedade e seus valores de êxito – um capitalismo em fase de acumulação, cujo caminho as “características militares” estão longe de pavimentar. Não apenas por falta de vocação e qualificação, mas também pela prevalência na sociedade maior de um individualismo que, aos militares, é, no mínimo, nocivo. Vale considerar ainda que, militar ou não, o homem norte-americano se constrói e ao seu Estado com base numa visão puritana, atento a suas marcas religiosas: a descentralização da fé, o pluralismo religioso e a salvação centrada na responsabilidade individual. Inscrevem-se em agudo contraste os traços da religiosidade brasileira, abrigando uma responsabilidade de católico que, longe de pruridos individualistas, se faz na sacristia, a que se poderia acrescentar uma prática religiosa formal e descolada da realidade. Todos esses traços admitem a conclusão de que se impõem ao brasileiro um distanciamento das coisas do mundo e a dissociação entre valores e práticas religiosas. (PAIVA, 2003: 52)

A mesma postura analítica sustenta também que a singularidade do pensamento dos militares residiria em certos atributos ou qualidades mentais que constituiriam a sua personalidade. Autores militares e civis não se distanciam muito em reconhecer que o pensamento militar é disciplinado, rígido, lógico, científico, por oposição a pensamentos de outras contexturas, que seriam flexíveis, tolerantes, intuitivos, emocionais. O desempenho

contínuo de funções militares pode bem dar à luz essas qualidades citadas. Ainda que intuitivamente se possa chegar a essas conclusões, há que reconhecer que se faz necessária uma acumulação maior de conhecimentos sobre os traços de personalidade do militar profissional e de outros grupos politicamente significativos, e aí se inclui a relação entre personalidade, valores e comportamentos em situações sociais. Sem essa fundamentação, qualquer opinião que se emita fica muito dependente de variáveis pessoais, ideológicas, profissionais e se perde na gratuidade de simpatias e antipatias, o que não assegura conclusão alguma com um mínimo de confiabilidade.

Um outro tipo de aproximação se orienta no sentido da substância do pensamento militar norte-americano – atitudes, valores, visões. Isso tem sido feito por meio de duas técnicas: definir os militares em termos de conteúdo ou de fonte. A primeira delas descreve determinados valores e atitudes como “militares” em seu conteúdo, e entende que tais características, assim identificadas, lhes são largamente prevalentes. Dois conjuntos de atitudes têm sido, como regra, apontados como característicos dos militares: belicosidade e autoritarismo. Acredita-se que o militar julgue ser a paz estultificante e que o conflito e a guerra desenvolvam as mais elevadas qualidades morais e intelectuais. Seria ele favorável a políticas nacionais agressivas e belicosas. Também se considera o militar contrário à democracia e desejoso de que a sociedade se organize segundo o modelo de cadeia de comando. Independentemente de essas conclusões serem ou não acuradas, o método empregado para chegar até elas é tão subjetivo quanto arbitrário. O suposto apriorístico de que certos valores são militares e que os militares, então, os sustentam pode ou não ser verdadeiro, mas nada há no procedimento adotado que exija que assim o seja. (HUNTINGTON. 1986: 37)

Haveria ainda uma aproximação alternativa para definir os valores militares, entendendo-os como fonte ou matriz, o que significaria que toda e qualquer expressão de atitude ou valor proveniente de um militar reflete pensamentos militares. Acontece que há nos EUA militares protestantes, católicos, judeus, “wasps” “chicanos”, “popists”, oriundos de contextos sócio-históricos associados ao capital, ao trabalho e à burocracia estatal, liberais, reacionários, moralistas, direitistas, católicos. Enfim, qualquer proposição feita por um militar pode não refletir suas atitudes enquanto militar mas, ao contrário, derivar de suas filiações sociais primárias, econômicas, políticas ou religiosas, irrelevantes com relação a seu papel militar, que exige e impõe outras referências para a inserção na organização das armas. A questão reside em se ter de eliminar todas essas características acidentais dos militares, oriundas de todas as extrações da vida, e passar a investigar uma amostragem ampla, de militares de todas as origens, de todos os países, de todos os tempos. A impossibilidade

contida na proposta leva a que se busque um caminho alternativo ao pensamento militar: chegar à substância das *idéias militares* definindo-a como uma ética profissional.

Não é difícil admitir, pela via do senso comum até, que pessoas que agem da mesma maneira durante um longo período de tempo tendem a desenvolver hábitos de pensamento característicos e duradouros. Os desempenhos objetivos continuados de uma função profissional geram o aparecimento de uma continuada *Weltanschauung* ou “pensamento” profissional. Neste sentido, o que se chama de “pensamento militar” consiste em valores, atitudes e perspectivas que se embutem em racionalidades, teleologias e autopercepções que são inerentes aos desempenhos da função militar profissional e dedutíveis da natureza daquela função.

A mente militar já foi abstratamente definida como um tipo ideal weberiano (HUNTINGTON, 1957:61), em cujos termos as crenças de homens e grupos podem ser analisadas. No que tange a uma instituição total, com o cimento da dimensão coletiva, a mente do profissional é configurada, pode-se admitir, não a partir de imperativos sociais, no sentido da sociedade nacional, mas nos de ordem funcional. A ética militar profissional tem caráter “não-datado e não-localizado” tanto quanto a profissão de que é expressão. Pode-se admitir que, na medida em que não se processe alteração alguma na natureza intrínseca da função militar, não haverá mudança no conteúdo da ética militar

A ética militar profissional, tal como cultuada e exercida pelo modelo matriz norte-americano, não perde de vista que a existência mesma da profissão pressupõe interesses humanos conflitantes e o uso da violência no sentido de aprofundar e dar consecutividade a esses interesses. Há, como se observa, uma naturalização do conflito e uma normalização do emprego da violência. O resultado disso é a compreensão do conflito como um padrão universal e a violência como enraizada na natureza permanente e biológica do homem. E, entre o bem e o mal, se dá destaque ao mal no seguinte sentido: “o homem é egoísta, motivado por impulsos na direção do poder, da riqueza e da segurança” (Ibidem, 63). A mente é por natureza unilateral e limitada. No que respeita à existência de elementos de força e de fraqueza no homem, a ética militar enfatiza a fraqueza. O egoísmo do homem o leva à luta, mas sua fraqueza faz o conflito bem sucedido depender da organização, da disciplina e da liderança. Toda guerra pressupõe a fraqueza humana e é contra esta que ela se dirige, dissera Clausewitz. A profissão militar organizaria os homens para superar seus receios e falhas intrínsecas. (1986: 32-3).

No que respeita à razão e à irracionalidade do homem, a ética militar dá ênfase aos limites da razão. Os melhores esquemas mentais do homem, no âmbito de operações

militares, são frustrados pelo *atrito*, um conceito clausewitziano, existente nos domínios da realidade (PROENÇA JR et alii, 1999;82).“A guerra é a província da incerteza” é mais que uma frase de trânsito amplo e acolhimento irreduzível. A natureza humana é universal e imutável. O homem de todos os tempos e de todos os lugares é basicamente o mesmo. A visão militar americana do homem é indubitavelmente pessimista. O homem tem elementos de bondade, força e razão, mas ele é também mau, fraco, irracional: um homem de Hobbes(HUNTINGTON.1957:63).

Ao militar brasileiro parece aplicável o pensamento de um soldado notável. A responsabilidade da profissão é aumentar a segurança militar do Estado. O cumprimento dessa responsabilidade exige cooperação, organização, disciplina. Tanto porque é dever seu servir à sociedade como um todo quanto devido à natureza dos meios que aplica para cumprir com seus deveres, o homem militar enraíza a subordinação da vontade individual à vontade do grupo. Tradição, espírito de corpo, unidade, comunidade – são elementos avaliados em elevado nível no sistema de valores militar. O oficial submete interesses pessoais ao que for necessário ao benefício de sua Arma. O homem é predominantemente um animal social – eis a base de uma racionalidade coletiva. Só existe em grupos. Só se defende em grupos. Só se realiza em grupos.

Para o militar, o homem aprende somente pela via da experiência. Eis uma verdade que veio de fora, chegou às contrapartes dos países periféricos e foi imediatamente absorvida. E, se dispuser de poucas oportunidades de aprendizagem, aprenderá pela experiência dos outros. Como o exemplifica a rotina profissional, que, por exemplo, compartilha dos planos de aulas imune às seduções da autoria. E determina depoimentos de quem acabou de cumprir uma missão militar: os *debriefings*, que o exército norte-americano difundiu pelo mundo ocidental. Uma consequência do aprender pelas vias da experiência situa-se nas certezas que se entrevêem e se incorporam a partir da história. Até porque a história, diz Liddell Hart, “é experiência universal”, e a história militar, diz Moltke, “é o meio mais efetivo de ensinar a guerra em tempo de paz”(HUNTINGTON.1957:64). A ética militar atribui, por isso, um valor heurístico ao estudo da história, ordenada e com finalidades específicas. A história é valiosa ao militar somente quando usada para desenvolver princípios capazes de uma aplicação posterior. O militar estudante de história – e os há em considerável número - sempre tenta extrair generalizações de seu estudo. Contudo, a ética militar não se obriga nenhuma teoria específica da história. Ao mesmo tempo em que rejeita interpretações monistas, também enfatiza a importância da força, tal como contrastada por fatores ideológicos e econômicos. A permanência da natureza humana torna impossível qualquer

teoria de progresso. Na medida em que existir um padrão na história, este é cíclico por natureza. As civilizações experimentam ascensões e quedas. Guerra e paz se alternam.

Se você acredita em médicos, nada é saudável; se acredita em teólogos, nada é inocente;  
se acredita em soldados, nada é seguro.

A citação de lorde Salisbury é um dos indicativos de que “os deveres de um militar profissional fazem dele um pessimista, repelindo idealismos e “wishful thinkings” (HALL,1946:781). A referência parece identificar um nível ampliado de alarme com que o militar profissional norte-americano vislumbraria as ameaças à segurança do Estado. Para alguns autores, este seria o viés característico do militar profissional, de que o norte-americano se fez paradigma. Se tal concepção de mundo advém de uma consciência construída pelos sistemas de socialização de sua força armada ou como necessidade operativa de uma política de hegemonia assente no poder militar, essa é uma discussão fundamental que, contudo, extraviaria a pesquisa da busca de seu nó central.

O militar – assim reza este raciocínio – examina a capacidade dos outros estados, não as suas intenções. Intenções têm uma natureza política, volúvel, instável, praticamente impossível de avaliar e predizer. Haveria nessa avaliação militar, então, um viés profissional de natureza subjetiva, cuja força vai depender de seu nível geral de profissionalismo. A segurança exige que se atribua a outras potências as piores intenções – a pior hipótese de ameaça – e a mais astuta perspicácia. Aí pode até estar a gênese da chamada teoria da conspiração. De outra perspectiva, aí se acha uma naturalização da política hegemônica norte-americana, das iniciativas, preempções e interpretações suspicazes com que as relações entre os estados são definidas, justificadas e celebradas.

No nível de nossas reflexões, seria ocioso continuar mapeando o volume e a densidade da influência exercida pelo Estado norte-americano através de sua organização militar, para começar, no campo da política internacional, a partir da guerra hispano-americana de 1898, nas direções e extensões de expansão prescritas e “legitimadas” na geopolítica de Mahan. Aí, nesta virada de século, os metecos espanhóis, os “não americanos”, são expulsos das terras do Novo Mundo, como contribuição para a construção de uma nova matriz de civilização, que tivera o seu discurso fundador na doutrina do Destino Manifesto nascida nos Oitocentos. Estava aberto o caminho para se cunhar uma suposta unidade de propósitos continental, visão estratégica e ação. No que respeita ao campo que nos interessa mais de perto, os militares da região que os norte-americanos chamam de subcontinente foram

aculturados no sentido e consoante os objetivos estratégicos da grande nação do Norte. Brasileiros, fomos aculturados no emprego das mesmas técnicas de combate, de preparação para o combate, de conteúdos, métodos e processos de ensinar, seus materiais didáticos – para não mencionar o material bélico que nos chegava, valorizado pelo selo de qualidade que cabia aos vencedores da II Guerra Mundial. Esse processo colonizatório específico será alvo da atenção da pesquisa nas seções seguintes.

O que vai convocar nossa atenção maior residirá nos aspectos referentes à construção de uma visão de mundo erigida através de valores e atitudes, que nos passaram a ser inculcados em um processo de socialização, formal e informal, e de uma educação que, para ser “isenta”, aparentemente precisava estar, para começar, imune às influências de nosso Ministério da Educação, que afinal acolhe demandas e expede direções que a educação da sociedade deve observar.

Nossos conceitos, regulamentos e manuais, como conseqüência “lógica” da guerra, eram de origem norte-americana. Em considerável sentido, ainda o são. Abriram-se as portas das escolas militares norte-americanas de todos os níveis e especializações para alunos brasileiros, que retornavam ao Brasil ao final dos cursos e estágios, já instrutores, para a reprodução das lições incorporadas. É o que aí se contém que nos desperta o interesse, ou seja, nos aspectos ligados a corações e mentes, que se passaram a constituir. Interessa-nos extrair da trajetória da instituição militar norte-americana os valores, as inclinações, as atitudes em relação ao mundo, à política, ao Congresso, ao Poder, à sociedade civil, ao oficialismo, ao profissionalismo, às relações com a sociedade, à substância de elaboração de uma nova ética profissional, às concepções que arrimam as relações internacionais, para ficar em alguns exemplos.

Aprendíamos a caminhar com os pés dos outros, o que não é necessariamente ruim, se se mantiver uma visão crítica dos conteúdos e processos dos passos que nos são oferecidos e a existência de uma autonomia do pensar. Através destes processos, se implantavam convicções e construía consciências, a partir de um deslumbramento acrítico por uma modernidade de *gadgets*, que nos era servida a título de convivência com o estado da arte.

Conhecer por dentro, como propõe esta pesquisa, a construção teórica que arrima uma visão de mundo a partir da formação profissional, em suas engenharias concretas e arquiteturas do espírito, pressupõe admitir que o caráter de profissão constitui o nível mais adiantado de manipulação e tratamento de problemas e questões referentes ao exercício de funções - militares ou não. Profissionais são, principalmente para os fins da presente pesquisa, os militares que serão selecionados para o exercício da liderança mais alta: o Alto Comando.

Nossa atenção se volta aqui para aqueles que darão orientação, prioridade e intensidade à Força nos caminhos que, para ela, eles mesmos traçarem. Daí porque pareceu-nos fundamental chegar perto deste nível mais elevado de qualificação no exercício funcional, até como definição de nosso objeto e recorte de nosso *corpus*.

Pretende-se buscar entender a emergência do oficialato militar, a partir do momento em que é tratado e exercido a níveis profissionais de desempenho e, nesta instância, o tipo de mente militar que aí se embute. Na verdade, mais que simplesmente a “mente militar”, estamos recorrendo, por força da influenciação conceitual, à *military mind*, expressão original que, diferentemente de sua tradução literal e insuficiente para os nossos propósitos, traz consigo um considerável número de acepções de que necessitaremos em nossa reflexão: *pensamento, juízo e intelecto, percepção, objetivo e consciência, razão, compreensão e entendimento, mentalidade e, até, espírito, alma, psique, psiquismo*.

Conhecer a profissão militar ao sul do equador impõe examinar características trazidas do exército estrangeiro que mais profundas influências exerceu e exerce na instituição armada brasileira, ao longo de um processo irreversível de aculturação de pensares e de ações, muito particularmente, a partir do regresso da II G. M. Mais até: ao sondarmos a influência do Exército dos EUA, estaremos admitindo, mais que o repasse de um instrumental de competência de desempenhos, o fato de que essas influências exercidas sobre nós, brasileiros, são fontes e matrizes reitoras das vozes que atravessaram e atravessam o militar brasileiro neste patamar mais alto de liderança da hierarquia.

Cada manual, regulamento, método ou processo, técnica de ensino traduzido em nossa língua, ao contrário do que o texto em vernáculo possa expressar, não passa necessariamente a falar em nosso português. Será talvez um português com forte sotaque, perceptível na significação geral, mas de semântica própria. Todas essas fontes de *modernização* foram e continuam a ser expressão de sentidos que não nos pertencem e se estendem, num grande quadro de abrangência nacional, ao plano da produção dos bens materiais e ao plano da vida dos bens simbólicos – ou seja, das significações do mundo.

Daí não ser possível, ao admitir a colonização que não nos foi exclusiva, mas foi específica, ignorar a *mind* norte-americana que nos foi exportada, satisfazendo requisitos e significados de um discurso que fala outras verdades, a verdade de outros contextos, de outros interesses, de outro desenho de vida.

Dizer simplesmente que o oficialato militar norte-americano constitui, já de algum tempo, uma profissão não chega a ser novidade maior. Afinal, é o que se configura na tese central de uma literatura clássica, que inclui Huntington, Janowitz, Finer e seus seguidores.

Como em todo âmbito profissional, há uma série de parâmetros a que se deve satisfazer, quase sempre em oposição ao “outro”, ao amador, ao “engenheiro” - isso visto da perspectiva da qualidade do desempenho que se procura. A opinião tradicional que o exército norte-americano estendeu ao mundo, pelo menos ocidental, configura o profissional como aquele que (1) é possuidor de um *conhecimento especializado*; (2) que responde idealmente a um *tipo especial de vocação*; (3) e possui entranhado um sentido de *unidade orgânica*, que os iniciados reportam como “espírito de corpo” e os sociólogos, como “corporativismo”.

A especialização diz respeito à capacidade de o profissional planejar e colocar em ação, em função do nível da carreira em que se encontra, conhecimentos que adquire através de educação e treinamento de um determinado repertório de destrezas e habilidades e da experiência que vai acumulando. Esse conhecimento profissional traz consigo uma natureza intelectual, ou seja, ele se conserva através de uma codificação escrita, que ilumina as cognições e mostra o caminho certo. Não é uma atividade aprendida de pessoa para pessoa, de chefe para chefe, numa atmosfera de confidencialidade que costuma existir entre pessoas que partilham segredos e se admitem confidentes – não. As raízes da atividade militar se nutrem de um subsolo de Idade Média, mas o modelo de formação profissional não é o da corporação de ofício.

Para o fim específico de profissionalizar militares, ao revés, há institutos, academias, centros, escolas, núcleos, todos eles com sua área específica de especialização, vale dizer, habilitando para desempenhos especializados de profissionais comissionados ou não (oficiais e sargentos). Os contatos profissionais entre professores, instrutores e alunos são levados também, para além destes institutos, através de conferências, revistas profissionais, cursos e estágios de atualização – e do convívio funcional, no âmbito já de suas estruturas de guerra, não mais nas escolas e centros. Quem ensina e quem aprende são peças de mesma organização de guerra. Um outro aspecto da literatura canônica costuma apontar para o fato de que o profissional é parte de uma tradição, de uma história que lhe cabe exercer e dar curso e conseqüência; alguma coisa como “um segmento da tradição cultural total da sociedade”. No universo norte-americano que nos serviu de modelo, as profissões “aprendidas” o são porque “partes integrantes do corpo total de aprendizagem da sociedade” (HUNTINGTON, 1957:8).

A afirmação só a duras penas consegue aplicação entre nós, já que o sistema educacional militar brasileiro, à exceção da formação de seus engenheiros, se mantém inteiramente alheio ao que faz ou pensa o Estado em matéria de educação, suas diretrizes, organização etc. De modo que fica dificultado aplicar a visão acima, do “conhecimento da

sociedade”, ao caso militar brasileiro em estudo.

A réplica é que parece verdadeira: a sociedade incorporaria a seu repertório de aprendizagem a organização militar brasileira. Assim, pelo menos, pensava, em 1912, o General Caetano de Faria, Ministro da Guerra, quando interpretou que o Exército “será uma grande escola cujo professorado será constituído pelo corpo de oficiais” (FARIA,1912:25). Não é diferente o conteúdo da oração de Gregório Fonseca, no Clube Militar, quando afirmava que

[...] a missão dos oficiais era “fazer do Exército a grande escola de civismo em que se acrisola o amor pela pátria, se ensina o respeito à lei e se infiltra a disciplina. Exército e povo formariam um ser homogêneo. Inquebrantável solidariedade confraternizaria todas as classes, desapareceria para sempre o militarismo. A Nação seria o Exército e o Exército seria a Nação (FONSECA, 1941:14).

Em que consiste o conhecimento especializado do oficial militar? Haverá conhecimento comum a todos eles ainda não partilhados pelos grupos civis? Há a considerar uma esfera de competência que existe efetivamente e que é comum a todos os oficiais, e os diferencia dos civis. Trata-se de uma habilidade central que Lasswell sintetiza numa expressão, “a administração da violência”(LASSWELL, apud BERGHAHN, op.cit: 455-68). A função do militar consiste em ser bem-sucedido em combate com armas. Os deveres conseqüentes são formalmente sumariados como os de organização, equipamento e treinamento de sua força; de planejamento de suas atividades e de direção da operação em combate ou fora dele. A habilidade peculiar do oficial consiste então na direção, operação e controle de uma organização humana, cuja função primordial é a aplicação da violência. Isso diz respeito a oficiais de terra, mar e ar e diferencia os oficiais militares, enquanto tais, de outros especialistas que existem também em organizações militares.

As habilidades e conhecimentos destes outros especialistas serão, com toda certeza, necessárias à realização dos objetivos da força, mas na qualidade de vocações auxiliares, de atividades de apoio. Nenhum deles – e aí se incluem médicos, técnicos dentro de uma larga faixa de atividades, do laboratório aos equipamentos de raios-X, passando pelo psicólogo, analista de sistemas, nutricionista – nenhum destes, evidentemente, administra a violência e, por conseguinte, não receberá funções de comando. Quanto mais complexas forem as organizações de administração da violência que um oficial militar é capaz de dirigir, tanto maior o número, situações e condições em que será ele chamado a operar e tão mais alta a sua competência profissional. O topo da vocação localiza-se na capacidade de dirigir operações

combinadas, que envolvem forças terrestres, aéreas e navais de grande escala.

Há inquestionavelmente por trás da profissão militar o sentido irreduzível de uma responsabilidade social especial. Imaginando pelo pior, admita-se, desde logo, que o emprego desse conhecimento e dessas habilidades de modo indiscriminado serviria somente para arruinar o tecido da sociedade. Dizendo de um outro modo, tal como com a medicina, o emprego da violência só se admite para fins socialmente deferidos. A sociedade, como regra, tem um interesse direto, imediato e abrangente no emprego dessa administração da violência para fins de sua segurança. Se, por um lado, todas as profissões são reguladas pelo Estado, a profissão militar é por ele monopolizada. O Estado tem preocupação direta com o atendimento da segurança militar da sociedade juntamente com outros valores sociais; mas o corpo de oficiais sozinho é responsável pela segurança de natureza militar.

Como neste quadro se deve inscrever a motivação dessa profissão militar ?

Não sendo sensibilizado por motivos econômicos, nas sociedades ocidentais a vocação do oficialato, historicamente, nunca foi monetariamente bem remunerada. Nem é o seu comportamento no âmbito do Estado governado por recompensas e punições econômicas. Não há “horas extras” ou “gratificações em cascata”. O oficial não é um mercenário que transfira seus serviços a quem lhe der mais ou em função de leis de oferta e demanda. Também não é o cidadão-soldado temporário que, inspirado por um momentâneo e intenso fervor patriótico e um resoluta e permanente dever a cumprir, descuida-se de seu aperfeiçoamento em sua capacidade de administrar a violência. As motivações de um oficial se devem plantar numa espécie de paixão técnica por seu ofício e pelo sentido de obrigação em benefício da nação. Esta, de sua parte, só consegue substancializar estas motivações se não faltar com o seu reconhecimento ao profissional. A combinação desses empuxos constitui a motivação profissional.

Com o risco da obriedade, diga-se que não se está diante de um profissional assemelhado a um eremita ou, mesmo, que viva entre quatro paredes. Seu comportamento no âmbito da estrutura militar é regido por uma massa complicada de regulamentos, costumes e tradições, ritos e rituais com significados definidos e inflexíveis, tradicionais em muitos casos e sentidos. Com relação à sociedade, seu comportamento é guiado pela consciência de que seu preparo profissional só pode ser utilizado para finalidades por ela aprovadas, através de seu agente político, o Estado. As responsabilidades do profissional militar para com o Estado lembram as do conselheiro especialista, preocupado apenas com um segmento das atividades de seu cliente. Cabe-lhe explicitar as necessidades em sua área de responsabilidade, responder a essas necessidades e contribuir para a implementação de soluções, tão logo uma decisão

tenha sido tomada pelo Poder legitimamente constituído. Até certo ponto, o comportamento do oficial com relação ao Estado, ao ser guiado por um código explícito, expresso em lei, é assemelhável aos cânones da ética profissional de um médico ou advogado. Em considerável sentido, o código do oficial, analisa Huntington, é expresso em costumes, tradição e, sobretudo, o espírito de continuidade da profissão (HUNTINGTON, 1957:17-8).

No plano interno, o tipo de exercício da autoridade militar parece ter sepultado o antigo sistema de relações funcionais que se fazia pela via da dominação e do controle absoluto e o ter substituído por um investimento mais intenso e mais duradouro em técnicas de controle de grupo, de persuasão e consenso. Admite-se que determinados limites devem ser estabelecidos para estas novas formas de controle indireto, se a organização militar pretende se manter efetiva. Que limites serão estes – eis aí uma questão que permanece objeto de controvérsia. Com toda transformação gerencial e administrativa experimentada pelas forças armadas, o que não pode deixar de ser considerado é que as ameaças de perigo e o constante estado de alerta emprestam à gestão organizacional uma natureza peculiar. Como resultado disso, analistas admitem, a profissão militar é vulnerável à rigidez organizacional, ao cerimonialismo e à superprofissionalização. A questão parece então só se resolver se a organização militar encontrar o seu ponto ótimo de equilíbrio no exercício da autoridade. A esse respeito, parece evidente que a autoridade, na maioria das unidades de combate, tornou-se homóloga aos valores de uma sociedade civil, no que ela enfatiza a realização técnica, a racionalidade e a ética pragmática.

Uma outra pedra de toque da organização militar é a extrema importância que dispensa aos procedimentos de doutrinação. Entende ela, formalmente, que ao oficial deve ser oferecida uma educação franca e realista sobre questões políticas. Mas, surpreendentemente ou não, é o próprio analista que, franco e realista ele próprio, admite que seria um erro imaginar que a educação política nas forças armadas atenderia a todas as necessidades de uma democracia. Desde 1945, junto aos militares de países adiantados, leia-se ricos e desenvolvidos, a ampliação da educação política avançada tem sido considerável, particularmente devido às forças armadas terem em níveis crescentes recorrido a recursos civis. Ressalta, contudo, que este sistema tem uma incontida tendência a produzir *conformidade* nos pontos de vista das forças. Masland e Radway (apud JANOWITZ:67) concluem que a maioria das escolas militares norte-americanas continua a gravitar orientada para o seu próprio âmbito e, a esse respeito, os intangíveis – as tradições, os slogans e costumes não-escritos – têm maior significação que os programas. Aí parece se conter, *à vol d’oiseau*, as sinapses da matriz que, um dia, em nome de um destino grandioso da

humanidade ou do subcontinente, inclinou-se por nos colonizar.

### 1.3 IDENTIDADE: A DIMENSÃO COLETIVA

Dado que a parte guarda com o todo a mesma relação que o imperfeito tem com o perfeito. E dado que cada homem é uma parte dessa totalidade perfeita que é a comunidade, segue-se que a lei deve ter como objeto apropriado o bem-estar do conjunto da comunidade [...] Em sentido estrito, a lei tem como objeto primeiro e principal o ordenamento do bem-comum. (SANTO TOMÁS DE AQUINO, apud KELLY, 1992:136)

As sociedades diferem em suas respectivas configurações e sistemas de classificação. Isso redundava, a partir de um olhar antropológico, na existência de uma diversificação do significado social do indivíduo em diversas sociedades. Com tal colocação, Dumont (1970) não está negando a existência concreta do indivíduo, que existe como realidade empírica em todo sistema social. O que Dumont levanta, e DaMatta acolhe, é o problema sociológico do “valor” e das “representações coletivas”, vale dizer, como e por que esta entidade – o indivíduo –, que nas sociedades tradicionais é inteiramente englobada por instituições mais abrangentes - como a família, o clã, a casta, a tribo ou os vínculos de patronagem -, desvencilhou-se dessas limitações e foi redefinida no mundo ocidental, onde o indivíduo é a categoria social dominante” (DAMATTA. 1988: 204-219). O contraste pode ser mais eficazmente resumido em se dizendo que a unidade da sociedade antiga era a Família e a da sociedade moderna, o Indivíduo. Não por motivos distantes, Tocqueville tomou o individualismo como uma das categorias-chave para compreender os valores da sociedade norte-americana.

A título de síntese, reafirme-se, então, que, ao considerar a justaposição entre o indivíduo e a totalidade – esta como configuradora do grupo militar –, estamos subscrevendo a postura teórico-metodológica de Mauss, perfilhada por Dumont (1985: 12). Mauss, um aluno de Durkheim, parte da existência de duas sociologias: na primeira, comum aos modernos, constituída originariamente por indivíduos humanos para em seguida constituir-se em sociedade. Tenta-se constituir uma morfologia da sociedade a partir da interação dos indivíduos, processo explanatório a que se referiu como *individualismo metodológico*. A segunda sociologia, o chamado *holismo metodológico*, entende o homem como ser social. O fato global da sociedade ou a formação social específica são em consequência irreduzíveis a toda e qualquer composição.

Na lição de Marcel Mauss, este recusa deter-se no que as sociedades teriam em comum. Malgrado a inclinação para o individualismo e o nominalismo, fruto de uma cultura anglo-saxã, foi impossível dispensar a sociologia holística de Durkheim. A preocupação central de Mauss assenta, então, no que chama de fato social total, um complexo específico de determinada sociedade, ou *de um tipo de sociedade*, grupo social, impossível de se sobrepor a qualquer outro (DUMONT,1985:12). E, para consolidar essa comparação, “cumpre levar em conta”, aponta ainda, “em cada sociedade ou cultura, a importância relativa dos níveis de experiência e de pensamento que ela reconhece. O nosso sistema de valores, sentencia, “determina toda a nossa paisagem mental” (DUMONT,1985:18).

Em DaMatta, as pesquisas têm revelado que a noção de indivíduo em nossa sociedade traz consigo um sentido pejorativo. Ser “indivíduo” ou “cidadão” corresponde, em seu olhar, a estar à margem, circunstância que é percebida “como condição de estranheza, liminaridade, alienação ou criminalidade.” Admitida ou não a observação de DaMatta, a verdade é que o grupo militar, que constitui o nosso objeto, ressoa em Dumont, quando pontuava como “primeiro mérito da sociologia francesa” o de ter “insistido numa presença do social no espírito de cada homem”(DUMONT,1997:54). Em contraponto às sociedades modernas, em que “o Ser humano é o homem “elementar”, indivisível, sob sua forma de ser biológico e ao mesmo tempo de sujeito pensante, nas sociedades ditas tradicionais o acento incide sobre a sociedade em seu conjunto, como Homem coletivo. O ideal define-se pela organização da sociedade em vista de seus fins, e não da felicidade individual; “trata-se antes de tudo de ordem, de hierarquia, cada homem particular deve contribuir em seu lugar para a ordem global, e a justiça consiste em proporcionar a funções sociais com relação ao conjunto” (DUMONT,1997:57). Aí reside, à parte aspectos e iniciativas empíricas, o núcleo de lógicas e valores que *coletivamente* é programado para a construção do mapa cognitivo, que recheia a visão de mundo militar. A esta altura inicial da pesquisa, esta é uma afirmação que, independente de sua inegável vocação para alimentar ideologias, se pretende “hipótese operacional”, cuja discussão e validade será aprofundada em capítulos subsequentes. Fica de toda maneira o registro dumoniano de uma antropologia política que calçará, ou refutará, conclusões posteriores.

Este modelo coletivo de sociedade ou grupo social delinea contextos sociais marcadamente diferentes daqueles que tipificam sociedades liberais. Aí os EUA se reconhecem paradigma, identificando o seu passado e idealizando o seu futuro – uma réplica do comportamento do indivíduo anônimo. No Brasil esta individualização, numa outra leitura antropológica é consequência de uma ruptura com laços familiares, de parentesco e/ou grupais

(DAMATTA,1988: 204-219).

No retorno sempre útil de Dumont, o indivíduo é percebido como assomando a três etapas até a sua gênese. Na primeira, identificado como categoria religiosa, que aparece nos primórdios do cristianismo. Nesse nível, a idéia e a igualdade perante Deus seriam uma espécie de protoplasma do indivíduo concebido com exclusividade no plano cósmico e transcendente. O atingimento do segundo patamar corresponderia a uma combinação de categorias religiosas e conjunturas históricas, que estão colocadas basicamente e em termos empírico-factuais, na fusão dos reinos europeus com a Igreja e na sua posterior crise, gerando a idéia de indivíduo como categoria política, através da identificação da sociedade com o Estado. O terceiro patamar registra a separação das esferas econômica e política: a idéia de um indivíduo pleno para participar do mercado e/ou estar livre para vender a sua força de trabalho concretiza a noção de autonomia individual, desempenhando o papel de centro da ideologia moderna (LEIRNER, 2003:59-60).

No âmbito dessa ideologia individualista, é legítima a apropriação de expressões individuais do pensamento como formas de entendimento da própria sociedade. Em suporte a essa idéia, ainda uma vez, está a noção de Dumont de que “o indivíduo que escreve está inscrito num paradoxo”; do qual mais correto seria dizer, com o jovem Marx, que “a sociedade escreve atrás dele”. Com o que se adota Mauss: “se há indivíduo, é porque há uma determinação social que assim o faz.” (apud LEIRNER, 2003:61). Aproximações com outros autores apontam em direção homóloga.

A menorização do sujeito passa pela errância das grandes teorias [...] As concepções de Michel Foucault sobre o sujeito são inseparáveis de uma questão essencial: como é que o singular é inscrito em formas de linguagem e que gênero de categorizações presidem a este trabalho. Assim as “categorias” de sujeito, de autor, de indivíduo etc. são afinítárias do trabalho de disciplinação do corpo próprio, e neste processo a escrituralização da vida [...], um problema histórico mas também crítico. (MIRANDA e CASCAIS.1992: 9-10)

O tratamento dado ao sujeito por Dumont cuida mostrar a existência do conjunto, da totalidade, por contraposição a enunciações individualizadas das autorias. Diz Leirner que tal atravessamento de textos se dá porque “os autores se usam uns aos outros, seja como referência, como pontos de crítica etc.” (LEIRNER, 2003:62). Outras explicações haverá. De todo modo, o que se acha aqui em jogo é a existência do mecanismo de remissões – que integra processos discursivos cuja explicitação se fará nos dois últimos capítulos, em torno do

discurso militar contemporâneo.

Na especificidade brasileira, a oposição e o conflito entre o *indivíduo* e a *pessoa* correspondem à dupla concepção de coletividade que existe no sistema social: a de *nação moderna*, ou país, formada por leis constitucionais explícitas e administrada por um governo respaldado no Estado. A este tipo de coletividade, se vincula a concepção moderna de indivíduo como categoria moral e política. Na verdade, a nação está ligada ao corpo social concebido como *societas*, ‘como associação ou parceria’, uma coleção de indivíduos que partilham de uma igualdade básica diante das leis que os governam. A outra concepção é a antiga idéia de coletividade concebida como *universitas*, “um todo de que os homens são simplesmente as partes” (DUMONT,1985:76), uma entidade feita de laços imperativos de parentesco e lealdades pessoais, de homens governados por leis antigas, consideradas como parte da natureza ou como dadas ao homem por Deus.

Entendemos a existência de entrelaçamentos significativos entre o grupo militar e a categoria de “*universitas*” da construção teórica de Dumont. Tal se deverá à presença no grupo em questão de noções e percepções de parentesco no grupo militar, e de convergências existenciais, cognitivas e axiológicas. Vai-se nesta pesquisa endossar a perspectiva antropológica da coletividade enquanto sociedade, tal como na construção de Dumont, e nesta chave se tratará o grupo social militar, considerando noções de parentesco e homologias existentes, sistemas de lealdade decorrentes e, a partir daí, as vantagens heurísticas advindas à pesquisa. Estes traços e vantagens não serão esgotados na presente seção. Irão sendo apontados ao longo do caminho (ver também em 4). Mas nem por isso se deixará de mencionar a questão de o sistema militar de educação dar larga preferência, e quase exclusividade até, à categoria de *nação*, em detrimento de referências mais explícitas à categoria “sociedade”, com todas as conseqüências políticas geradas de uma tal opção, que de ingênua nada tem.

Ao analisar o conceito de um grupo social, Fleck conseguiu ir mais longe que Durkheim: introduziu conceitos específicos como *a coletividade de pensamento* – que equivalia ao “grupo social” de Durkheim - e *estilo de pensamento*, correspondendo às “representações coletivas” durkheimianas. O “estilo de pensamento” de Fleck tem grande proximidade com a idéia de um esquema conceitual que, na visão de uma certa crítica, limita e controla a cognição individual (ver disciplinas, historiografia e visão da linguagem em 3.4 e 4.4) com tamanho rigor que exclui a comunicação transcultural. Na construção de Fleck, o “estilo de pensamento” é tão soberano para o pensador quanto a “representação coletiva” o era na cultura primitiva, como pensava Durkheim. Não eram contudo os primitivos o objeto

da análise de Fleck. O “estilo de pensamento” estabelece as pré-condições para qualquer cognição e determina o que pode ser considerado uma questão razoável, uma resposta verdadeira ou falsa, na medida em que conduz e treina a percepção e disponibiliza uma provisão de conhecimentos.

Em Durkheim, a divisão do trabalho é a grande responsável pela diferença entre sociedade moderna e sociedade primitiva. A compreensão da solidariedade pressupõe o exame das formas de sociedade, que não dependem das trocas de serviço e produtos diferenciados. Nesses casos *elementares*, os indivíduos passam a pensar da mesma forma ao internalizar sua concepção de ordem social e a sacralizá-la. O caráter de sagrado se vincula a ser perigoso e estar exposto ao perigo, convocando todo bom cidadão a defender seus baluartes. No âmbito da organização militar, este sagrado é associável à idéia de hierarquia e de disciplina: da fé que cimenta as partes em um todo indecomponível. O universo simbólico compartilhado nas pré-condições de qualquer cognição (o “estilo de pensamento”, de Fleck) e as classificações da natureza incorporam os princípios da autoridade e de coordenação. Num tal sistema, problemas de legitimidade são resolvidos porque os indivíduos carregam a ordem social no seu íntimo.

Uma divisão avançada de trabalho, contudo, destrói essa harmonia entre a moralidade, a sociedade e o mundo físico, substituindo-a por uma solidariedade que depende do comportamento de mercado. O grupo militar é infenso à reflexão taxionômica de Durkheim, quando este não via condições de sobrevivência de uma solidariedade baseada em símbolos sagrados na sociedade industrial. A época moderna, em sua concepção, é a que transfere a sacralidade para o indivíduo. Sobrevivem, a nosso ver, contudo, ao arrepio dessa classificação binária, em que se assentam as formas de sociedade da teoria de Durkheim (1893, 1895), as instituições referidas como “totais”(GOFFMAN, 1974:22).

O aspecto central das instituições totais pode ser descrito como a ruptura das barreiras que comumente separam essas três atividades da vida (dormir, brincar e trabalhar). Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo lugar e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias *são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma* atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda a seqüência de atividades é imposta por cima, por um sistema de regras formais, explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional, único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição (GOFFMAN, 1974:17-

8, grifo nosso).

A idéia de sagrado, transferida para o indivíduo nas sociedades modernas, vincula-se e instala-se, na construção durkheimiana, como se disse, com a internalização da concepção de ordem social. Na instituição militar, em particular, o sagrado coletivo sobrevive. Nela se alcança este nível supremo, metafísico, mediante a sagração conferida aos valores da hierarquia, da disciplina, da centralização e da ordem natural de coisas que se institui a partir desse código do mundo.

Ainda a considerar, com respeito às especificidades do grupo militar, o pouco apego, para não dizer o repúdio consensual, ao espírito mercantilista, comercial, ao caráter encantatório das cintilações, valores e racionalidades do mercado. Não é uma característica militar apenas nacional. Até mesmo exércitos de países na linha de frente da acumulação capitalista mundial exteriorizam essa aversão com relação aos valores de mercado, o discurso que os justifica, a racionalidade que os naturaliza, a ética própria que os quer absolvidos e a pessoa que sai daí construída. À luz de uma matriz explanatória medieval, com base no modelo Durkheim-Fleck, a que fizemos menção, os exércitos, como órgãos do estado, isentos das imprevisões e vaivéns da lógica contemporânea de mercado, carregam representações do mundo com algumas raízes se avizinando de sociedades antigas. Esta última afirmação se pretende lida em chaves tanto de literalidade quanto de analogia.

Fleck distinguia o seu conceito de “comunidade de pensamento coletivo” do conceito de “estilo de pensamento”. Admitia que as “comunidades de pensamento coletivo” variassem, de acordo com a sua persistência ao longo do tempo, de formações mais transitórias e acidentais a formações mais estáveis. Considerava o “estilo de pensamento” das formações estáveis mais disciplinado e uniforme, a exemplo do que ocorria, citava ele, em associações, sindicatos e igrejas, ao que poderíamos associar as comunidades goffmanianas. Fleck desenvolveu o seu *constructo* analisando as estruturas internas de agregados sociais, nelas identificando um centro e bordas, onde a massa se localiza. O centro é o foco que tudo põe em movimento. As bordas adotam suas idéias em um sentido literal e inquestionável: é aí que a vertebração acontece (DOUGLAS, 1998: 26-7). Não é impossível a leitura deste “centro” como representação de uma instância de poder, que emite normas, julga, aprova e reprova e, em considerável sentido, é parte indissociável da vida e sobrevivência profissional das bordas.

O indivíduo, no contexto do coletivo, nunca ou quase nunca tem consciência do estilo de pensamento

predominante, que quase sempre exerce uma força absolutamente compulsiva sobre o seu o pensamento, e do qual não é possível discordar (FLECK, 1935: 41).

Em Fleck, muitos eram os universos de pensamento, cada um deles dispendo de seu centro e de suas bordas. Quando existe uma interação forte, a questão da divergência intelectual mal se coloca. Não por coincidência, a homogeneidade de procedimentos e de pensamento no meio militar é um traço definatório e um ideal a ser buscado pela via da padronização. Uniformizam-se os corpos mas também as mentes e os corações, a partir exclusivamente do centro e de suas irredutíveis sentenças e juízos.(3.4 e 6.)

A comunidade científica não ficou imune à construção de Fleck, o que a tornou alvo de questionamentos e suspeições, em particular, de teóricos de construções individualistas. Aí se incluem defensores da “escolha racional”, com seu *ethos* e a incorporação de princípios importados da economia: a satisfação de interesses individuais, a curto prazo, com maximização de retornos. De outra parte, Goodman vai trazer à tona algumas das colocações de Fleck. Aponta ele que, no processo de produção de conhecimento, a correção das categorias empregadas depende de como nelas se processa a *adequação* a um universo, o que parece apontar numa direção apenas funcionalista. A correção pressuposta no sentido de adequação à ação e a outras categorias corre em paralelo ao conceito de Fleck de harmonia entre elementos pertencentes a um “estilo de pensamento”. Há indubitavelmente uma grande aproximação entre a construção que Fleck faz da realidade objetiva, por meio de experiências sociais da coletividade de pensamento, e a de Goodman, segundo a qual a correção se processa por adequação à prática e , assim, “justificar testes tendo em vista a correção poderá consistir basicamente em demonstrar, não que eles sejam confiáveis, mas que sejam fundamentados (GOODMAN,1978:138-9) (ver 4.2, **A construção da verdade institucional**).

O grupo militar, embora não somente ele, exemplifica com nitidez que a base coletiva de conhecimento não é uma mera criação de vagares intelectuais, mas uma questão fundamental, na medida em que o laço social elementar só se forma quando se processa a incorporação individual aos esquemas de pensar, vale dizer, quando os indivíduos inscrevem em suas mentes um modelo de ordem social. Não é pouca coisa a aproximação de um modelo determinado de ordem social. A fim de adquirir legitimidade, toda instituição precisa de uma fórmula que encontra sua correção na razão e na natureza. Há assim todo um processo cognitivo, “naturalizado” e racionalizado, para oferecer fundamentação à ordem social e aos argumentos que a explicitam e a defendem. Aí está um esquema de elaboração mental conservadora. A profissão militar não é exceção. Já, então, não chega a surpreender que, nela,

o processo cognitivo mais elementar do indivíduo finque suas fundações e, afinal, dependa das instituições sociais.

A teoria social de Max Weber, malgrado as dívidas para com o Iluminismo, e a de Durkheim ilustram as vantagens mistas de se deixar que as instituições operem suas próprias classificações (DOUGLAS,1998:99 et seq.) e as dificuldades de inspecionar como o fazem (LOURAU,1996:106 et seq.). Essa sociedade weberiana é a de um equilíbrio entre os diversos setores institucionais, que alimentou o viés funcionalista de seu tradutor, introdutor e simplificador na academia norte-americana, Talcott Parsons. Nesse esquema, a principal explicação weberiana para a mudança é a descrição das forças históricas que contribuem para o desequilíbrio. Nesse quadro, o pensamento secular se divide em dois setores, um dominado pelas instituições de mercado, o outro pela burocracia. A racionalidade do mercado gira em torno do raciocínio prático, individual e do jogo de meios e fins; o burocrático, que mais nos diz respeito, caracteriza-se principalmente pelo pensamento institucional, isto é, pela abstração e o estabelecimento de uma rotina.

Uma idéia fantasiosa sobre o pensamento institucional ganhou foros de verdade no final do século XX. Afirmava-se que as instituições apenas realizam o pensamento rotineiro, de baixo nível, do dia-a-dia. Malgrado tais opiniões de que decisões de menor importância são encaminhadas para um processamento institucional, enquanto a mente do indivíduo fica livre para ponderar questões importantes e difíceis (SCHOTTER. 1981:149) – , na verdade, o grupo militar nos remete à reflexão de Douglas, quando assevera ser mais provável que o contrário suceda. “O indivíduo tende a deixar as decisões importantes para as suas instituições, enquanto se ocupa com as táticas e os detalhes”(DOUGLAS,1998:115). Ao buscar adquirir legitimidade e basear-se na natureza e na razão, a coletividade institucional usufrui do encargo de construir suas próprias classificações, proporcionando a seus membros um conjunto de analogias, por meio das quais poderá explorar o mundo. É delas dispendo que se justificarão a naturalidade e a razoabilidade dos papéis instituídos e que se poderá manter a sua forma contínua, identificável. O que se aproxima, como acima apenas referimos, de uma simetria com a constituição do discurso conservador.

Embora a “instituição” de nós mereça uma reflexão *a posteriori* (4.1), cabe aqui uma referência à função institucional de controle da memória de seus membros: tanto ao fazê-los esquecer de experiências incompatíveis com a imagem de correção que têm de si mesmos, quanto a alimentá-los de memórias de acontecimentos que apóiam uma natureza de identidade que lhes chega como inerente. As instituições não só fornecem as categorias dos pensamentos de seus membros, como estabelecem os termos para o autoconhecimento e

fixam as identidades. Tudo isto não basta. É preciso garantir o edifício social sacralizando os princípios de justiça (DOUGLAS, 1998: 116).

Ao se reconhecer que das grandes decisões sempre se esperam princípios éticos intrínsecos, fica difícil imaginar que seus analistas enfoquem com um único propósito, unidirecional, os dilemas morais individuais. Michel Sandel escreveu contra o viés que incide sobre a teoria social, como agente individual, desonerado, a-histórico. Demonstra como a teoria apóia a autocontradição no interesse de defender os pressupostos da filosofia liberal (SANDEL, 1982). Uma teoria da justiça tem de alcançar o equilíbrio entre as teorias da ação humana, por um lado, e as teorias da comunidade, por outro. Se, na teoria da justiça, a assim denominada comunidade é de uma espécie que jamais penetra a mente de seus membros, se sua experiência compartilhada não faz qualquer diferença quanto a suas necessidades e em nada contribui para a sua autodefinição ou para os seus conceitos de mérito - muita coisa, então, está errada com a teoria. Seu conceito de eu desintegra-se e seu conceito de comunidade se contradiz ao longo da argumentação.

Em Sandel, a conceituação se mostra operativa para os fins da presente pesquisa: o *eu* seria profundamente penetrado pela comunidade e, assim, a identidade seria, até mesmo, por ela constituída. Afirmar que os membros de uma sociedade são ligados por um sentido de comunidade não significa simplesmente dizer que muitos deles professam sentimentos comunitários e perseguem objetivos comunitários, mas sim que eles concebem a sua identidade como algo definido pela comunidade de que fazem parte. Para eles a comunidade descreve não apenas o que possuem, enquanto concidadãos, mas também o que são: daí ser muito comum nas solenidades de despedida do serviço ativo o militar que parte usar em sua alocução formal de despedida um lugar-comum, em que é declarado que “tudo que sou devo ao Exército (ou à Marinha, ou à Força Aérea)”. Isso é diferente de um relacionamento escolhido, como ocorre numa associação voluntária: aqui se acha uma ligação em que os membros descobrem, não meramente um atributo, mas algo que constitui a sua identidade. Em contraste com os conceitos instrumentais e sentimentais de comunidade, poderíamos descrever essa caracterização como um conceito constitutivo (SANDEL, 1982: 150).

Esta visão está a requerer uma completa revisão do vocabulário, conceitos e pressupostos da questão da totalidade. Ingressamos no âmbito, se não característico – na expressão de Sandel: *constitutivo* – em que os membros militares são definidos, de todo modo, pela comunidade militar de que fazem parte – melhor, de que *são* parte – e que lhes constitui a identidade e lhes fornece o mapa de conhecimentos necessário e suficiente para que construam e reconheçam a autoidentidade que aprendem, subscrevem e reproduzem com

motivos e competência. Mas, na construção ainda de Sandel, não se trata tão simplesmente de sentimentos que um crente professe contrito e enlevado. Trata-se de representar junto ao mundo estes sentimentos comunitários exemplares e deles extrair o rumo moral, a ética pessoal, a racionalidade de contemplação e ação no mundo e a razão prática exigidas pela convivência (ver 4).

A mudança de pressupostos a que Sandel remete define-se através de uma filosofia moral que tem origem não no conceito de indivíduo como agente soberano, para quem a livre-escolha constituiria condição essencial. A posição de Sandel é a de que o agente humano “é essencialmente alguém que precisa descobrir, e não escolher, seus fins, e que a comunidade propicia os meios de descoberta”. Durkheim e Fleck ensinaram que cada tipo de comunidade é um mundo de pensamentos que se expressa em seu próprio *estilo de pensar*, penetrando a mente de seus membros, definindo a sua experiência e estabelecendo os pólos de sua compreensão moral. Dito, por nós, de outro modo, dando configuração a uma cultura, i.e., a uma teia de significados (GEERTZ, 1989).

Malgrado a forte e contemporânea corrente opositora, Sandel investe-se em seu programa, remetendo-o a eras passadas: estar engajado na autodescoberta, procurá-la na comunidade, com o objetivo de encontrar os próprios fins, é ser um ente humano, como os antigos o concebiam (SANDEL, 1982: 22). Estamos diante de uma tradição antiga de roteiros já traçados pela literatura, pela história e pela filosofia. O caminho de retorno é apontado no programa de Durkheim-Fleck. Por bem ou por mal, os indivíduos compartilham seus pensamentos e, até certo ponto, harmonizam suas preferências. Eles não têm outros meios de tomar as grandes decisões a não ser na esfera das instituições que constroem (DOUGLAS, 1998:130). E os constroem.

#### **1.4 OBEDIÊNCIA E VIRTUDE**

A análise sobre a sociedade militar de França, que Girardet desenvolveu, a partir de 1915 a nossos dias (2000), recupera com acuidade a percepção da sociedade francesa do século XIX, também no que tange ao trato com a obediência – exemplificada por Vigny (1975: 37) – uma cabeça também dos Oitocentos – como uma virtude de despojamento pessoal, digamos assim. Mas ele próprio não diz assim, com essa pretensão de elegância. Diz, com todas as letras que “O homem se apaga sob o soldado”. “A arma em que se serve é o molde onde cada um atira o próprio caráter, se transforma e se refunde para tomar uma forma geral impressa para sempre.” (1957:37). Chamando por outras palavras, a obediência militar

faria sobrelevar uma postura aquiescente com relação a um exercício mais *forte* de poder.

Mudando o plano de nosso olhar sobre o fenômeno da obediência, não é fácil acolher de imediato um tal raciocínio de submissão, quando se fala da França, sua história revolucionária, que nos ensinou as primeiras letras da escola dos direitos civis e políticos, da desmontagem do absolutismo e construção da república laica, com seus irredentismos e incontínuas. Difícil, mas não impossível: coincidência ou não, esta reverência a um poder maior se mostra nítida na sondagem periódica que, em França, é conduzida para identificar os heróis que se acham inscritos na memória nacional. Os resultados apontam, em escala decrescente, os três mais reverenciados heróis franceses, em 4 anos de pesquisa:

**Em 1948:** 1) Napoleão; 2) Henrique IV; 3) Joana D'Arc;

**Em 1980:** 1) De Gaulle; 2) Napoleão 3) Luís XIV

**Em 1987:** 1) De Gaulle; 2) Mitterrand; 3) Napoleão;

**Em 1999:** 1) De Gaulle; 2) Napoleão; 3) Luís XIV

(JOUTARD et LECUIR, 2000:32).

A surpresa mais plena de ensinamento parece se conter em a escolha da sociedade francesa se orientar para personagens da história da França que se constituíram fundamentalmente em chefes poderosos: De Gaulle, Napoleão e Luís XIV, seguidos de François Mitterrand, Carlos Magno, Jacques Chirac e Henrique IV. Os conjuntos de respostas constituídos pelos reis de França e imperadores de um lado, presidentes da V República de outro, em avaliações próximas da igualdade, constituem mais de dois terços das menções (Idem:34) .

A conclusão da sondagem feita, que se apresenta a seguir, é de um pesquisador do Collège de France, em resposta a uma questão por ele mesmo levantada. *La République a-t-elle besoin de grands hommes ?* E sua resposta:

*Puis la III République [la France] a développé une pédagogie et une morale fondée sur les exemples qu'offrent les personnages historiques, rois compris. Paradoxe d'un régime qui rejette le culte de l'homme fort, mais en a eu besoin pour s'imposer* (AGULHON, 2000:46).

A nós parece que essa opinião nacional, orientada em louvor de homens fortes achasse, com certeza, associada à situação nacional em que a pesquisa foi realizada. Aí se inscrevem variáveis fundamentais à extração de significados. Mas a possibilidade de daí

derivar conclusões mais abrangentes fica, naturalmente, dependente de investigações de maior penetração sobre a afirmação conclusiva de Agulhon, investigações que passam por um exame mais profundo dos respectivos contextos sócio-políticos de gestação das opiniões nacionais sucessivas, que escapam ao foco da pesquisa.

Nem com isso, contudo, se deixará de referir à surpresa trazida pelo reconhecimento e valorização do *homem forte*, a quem se deveu obediência na construção e reconstrução do Estado francês alimentada por um espírito de admiração cultivado pela sociedade. E a admiração por homens fortes deixa entrever, direta ou indiretamente, algum nível de participação no resultado daquilo que foi referido, por Vigny, como a virtude da “obediência passiva”.

A questão colocada pelo tempo que vivemos é, então, a de se manter ou não, hoje, um tal culto a esse tipo de relação entre indivíduos, pessoas, cidadãos, níveis funcionais. Para muitos, essa relação é de subalternia ou mesmo submissão; para outros, de reverência a um princípio de autoridade, a que a contemporaneidade não parece subscrever e, até, a tem como injusta, porque a considera incompatível com o gênero humano. Mais de perto, importa-nos como processar esta questão, entendê-la como virtude em instituições militares. Afinal, como entender na organização castrense uma noção de virtude – como exemplo de conceituação questionada pelo século XXI – que não dessubstancialize os princípios “fundadores” ? A virtude: aprende-se, ensina-se ?

[...] em 1794, Filloteau, jovem hussardo de 18 anos, batera-se com entusiasmo pela causa revolucionária. Bonaparte feito cônsul, ele compreendeu que ficara sem-jeito de tanto cantar La Marseillaise; sob os Bourbons, fez sua primeira comunhão e tornou-se oficial da Légion d’Honneur. Saudava-se o aparecimento do *funcionário militar* (GIRARDET, 2000:74, grifo nosso).

Stendhal, citado por Girardet, configura o grande pêndulo do impasse das mentalidades e da ética dos militares de seu tempo: lealdade a um homem, a um princípio ou a uma causa? Inclino-nos por considerar que o acolhimento do princípio da obediência é tão inerente ao meio militar que buscamos lê-lo a partir da postura que será especificamente tratada na seção seguinte, e que diz respeito à consciência de o exercício da profissão ser assemelhado ao cumprimento de um *voto* leigo. Subsumindo a questão da obediência, a discussão que adiante se delineará antecipa a que se relaciona com o tratamento dado a conceitos e valores subscritos no âmbito da formação e da vida militares - e aí se incluirá, conclusivamente, os termos do acolhimento dado pela instituição e pelo militar à questão da

democracia.

O encaminhamento da(s) questão(ões) acima, não pode abrir mão da trajetória histórica, social, política e cultural do Exército brasileiro, na qual a nossa organização fardada entrecruza necessariamente sistemas militares estrangeiros. Estes nos trouxeram o que se compreendia como a atualização de procedimentos técnico-profissionais e, principalmente, o modo de pensar da organização militar – observada uma includente dimensão coletiva - com relação à profissão e ao mundo. Não podemos evitar este ponto de passagem da reflexão: a influência de uma sociedade de alta definição em sua formação histórica, cultural política e institucional, como a França, ainda que diversa de nossos percursos de vida como país. Pesa o fato de que, em determinados aspectos profissionais, a França, o exército francês, nos vai servir à identificação da alternativa operacional necessária, à modernização do mapa cognitivo militar brasileiro e à renovação do acervo de valores exigidos pela liderança dessa instituição brasileira. O Afeganistão, a Rússia e o Sri Lanka com certeza não nos teriam servido ao propósito buscado. O país de escolha teria necessariamente de ter conosco pontes de ligação no plano profissional militar, ético, pedagógico, alguma história comum, ainda que em papéis diferenciados, no que militarmente respeita ao suprimento de condições materiais, de estilos de chefia, de noções de conceitos básicos da organização militar, além de uma certa tradição em exercer um papel reitor de nossas cognições, valores e virtudes, usufruindo de uma aceitação profissional quase consensual de nossa parte.

Todo esse repertório de traços que com que referenciamos o perfil da profissão militar de um outro país, em momento algum corteja uma identidade plena com os nossos próprios traços. Apenas registra a existência entre ambos de um código de correspondências cognoscentes, de equivalências profissionais setoriais, de identificações já sabidas, de um estatuto de convivência já desvendado e a certeza de uma correlação, não de alinhamentos automáticos ou amizades eternas, mas de posturas geopolíticas diferenciadas, quando assim acenar o nosso interesse. Nessa articulação com o exército francês se incluiu principalmente uma renovação dos modos de pensar. A incorporação desse acervo militar de experiência e organização profissional é, em tese, “desejável”, como instrumento de atualização profissional. Em momento algum, contudo, vai pressupor uma aceitação de obediência irrestrita, submissa, colonizada de nosso mundo de vida cidadã e de vida militar.

Perder noção de um subterrâneo e insinuante processo de colonização que em tais situações e relações permanece latente constituiria um pecado maior que ofende o evangelho, qualquer que seja ele, de nossa identidade nacional. Estamos, isso sim, nos referindo como “desejável” a um trabalho que desenvolvamos fiéis a nós mesmos, nosso, de nossa iniciativa e

execução, consoante nossa visão de mundo. Isso é mais que um contrato de Comissão Militar Francesa ou de uma Missão Militar Mista Brasil – Estados Unidos. Mas não é o exercício de irracionalidade de um protesto xenófobo.

Cumprir o voto da profissão, ou a virtude, nos modos de pensar, de sentir e de agir é parte integrante e indissociável do código de ética das forças armadas, pelo menos de países ocidentais que constituem um regime democrático. As normas éticas das forças armadas e até a sua linguagem relembram as raízes da profissão das armas, na medida em que o código dos soldados nasceu do ideal da cavalaria. Essa tradição universalizada entre os soldados se desvela, por exemplo, em países de língua inglesa, em que aos militares necessária e estatutariamente se impõe um necessário perfil de *gentlemanship*. Ser um *gentleman*, na linguagem de códigos e estatutos de comportamentos, nos anos XXI, de “qualquer oficial, aspirante ou cadete”, pressupõe evitar e repelir “a conduta inapropriada”. O *Uniform Code of Military Justice (UCMJ)* explicita o significado de *gentleman* observando que se refere tanto a homens quanto a mulheres. A violação do artigo citado se define por um comportamento “no exercício de suas funções que desonre ou cubra de vergonha o oficial, ou que comprometa o seu caráter”. Pode também se referir ao comportamento “fora de suas funções ou na vida particular”.

Na explicitação de seus termos, este UCMJ esclarece que “há certos atributos morais que são comuns ao ideal de oficial e do perfeito *gentleman*, cuja falta é indicada por atos de fraude, desonestidade, indecência, falta de decoro, violação da lei, injustiça ou crueldade” (TONER, 2006:41). À determinada altura, o mesmo artigo faz uma surpreendente concessão às fragilidades da condição humana: “Não se espera que todos atendam a padrões morais irrealisticamente elevados, mas há um limite de tolerância baseado nos costumes da Força e na necessidade militar, abaixo dos quais não podem cair os padrões pessoais de um oficial, cadete ou aspirante a oficial, sob pena de comprometer gravemente a posição da pessoa como militar ou o caráter da pessoa como *gentleman*.” São exemplos citados no referido código de conduta: “Fazer conscientemente uma declaração oficial falsa; inadimplência desonrosa; colar em uma prova; abrir e ler carta de outrem sem autorização; usar linguagem insultuosa ou difamatória com relação a outro oficial em sua presença, ou a respeito desse oficial, dirigindo-se a outros militares; embriagar-se e provocar desordens em local público; andar em companhia de reconhecidas prostitutas; cometer ou tentar cometer crime que envolva torpeza moral; e deixar de sustentar a família sem causa válida.” (Idem)

O artigo do UCMJ referido como “Artigo Geral” (134) explica que determinadas ações não definidas são puníveis, inclusive “todas as desordens e negligências que

prejudiquem a boa ordem e a disciplina nas Forças Armadas [e] toda conduta cuja natureza traga descrédito às Forças Armadas. O Artigo Geral tem sido questionado muitas vezes como “inconstitucionalmente vago” mas até agora tem resistido aos ataques.” (TONER, 2006:42)

É bastante compreensível que a linguagem que conduz a educação da virtude na profissão da Força Aérea norte-americana traga consigo imprecisões e gere confusão. Afinal tais códigos de conduta se inscrevem em uma sociedade democrática que tem valores múltiplos e em competição – modaliza Toner, “e defendemos essa sociedade democrática”. Um exemplo comum ilustrará a afirmação feita. Há 50 anos atrás havia uma compreensão consensual do que fosse *torpeza moral*. Se moralmente firme ou moralmente frágil – isso depende da perspectiva que se adote no debate. Parece, contudo, razoável reconhecer que, em nossos dias, um consenso moral, assim inclusivo e generalizado, não consegue acolhimento semântico fácil. Na profissão militar há um padrão definido de julgamento moral que funciona como fundamento. No exame de qualquer questão moral, o comandante, que foi para tal instruído, tem o direito e o dever de se perguntar: esta conduta amplia ou diminui minha capacidade de *cumprir minha missão*?

Isso vai sendo dito para que daí se extraia que toda educação moral, para ser eficaz, pode ser entendida como se bastando em seu caráter prático e utilitário – ainda que o “prático” e o “utilitário” diga respeito, como aqui, à sociedade pragmática da profissão militar norte-americana. Essa consideração do juízo ético fundado em razões pragmáticas parece pôr em evidência que as forças armadas norte-americanas não se sentem assim tão distantes e desobrigadas da sociedade que, afinal, as produziu do jeito que são, e que constrói a sua identidade e a sua cultura – aí se incluindo a ética, suas racionalidades e os valores que balizam ideais de cognição, de vida e de convivência nas cartilhas e lições de Locke, James, Dewey e Pierce. É inegável que as forças armadas dispõem de um parâmetro sério e substancial a ser aplicado na educação moral: um padrão que assegure *o cumprimento da missão*.

É igualmente evidente, contudo, que o raciocínio moral não se esgota ou reduz somente ao que *funciona* em termos militares. Aí estará um momento de partida, mas algo que pode ser aperfeiçoado por conversas, pela experiência, por leituras, por conversas sérias e pela educação religiosa na igreja. Essa ética com base exclusiva na afirmação de eficácia configura um modo de agir e de pensar que, na construção de Toner, recebe a denominação de *microscópica*: de natureza funcional, pragmática e não-teórica. Há nele, com toda certeza um valor, mas um valor muito limitado; é um ponto inicial da educação ética, mas não o de seu desfecho. Essa abordagem *microscópica* reduz a ética ao que quer que favoreça

exclusivamente os propósitos militares, com o que entende a necessidade militar como o único, ou principal, parâmetro moral, o único árbitro do certo e do errado, do devido e do indevido (TONER, 2006: 44).

Há verdades morais que efetivamente conhecemos; dito de outra forma, que um ser humano normal é incapaz de *não* conhecer, até porque elas constituem um patrimônio universal, sinal da mente racional, herança familiar. Tal raciocínio é, até certo ponto, intuído pelo *Air Force Pamphlet (AFP) 110-31. International Law: The Conduct of Armed Conflict and Air Operations*, citando o *Manual for Courts-Martial*:

Pode-se inferir que a ordem que exige o desempenho de um dever militar seja legal. [Mas] atos praticados que manifestamente ultrapassem o escopo da autoridade, ou cumprir uma ordem que um *homem de senso comum e compreensão média* saberia ser ilegal, ou um modo voluntarioso de agir no cumprimento do dever legal, não é desculpável (TONER, 2006:45, grifo nosso).

A questão com que nos defrontamos parece então ser a de que se a força armada prega e exige a virtude, a ponto de incluí-la, muito inteligivelmente, como preceito em seus códigos e estatutos, por que não a ensina? Afinal, não é ela que vai inculcar a noção de bem e de mal nos desempenhos militares? E mais: como a força armada de um país, que é força secular, de um país secular, trataria de ensinar virtude que, afinal, vista apressadamente, parece ser tomada por um assunto religioso? O ensino do tipo *microscópico* não parece ser a solução, já que se acha intimamente articulado com os valores centrais de uma Força, cujos componentes são socializados com base na noção de cumprimento do dever, princípio de valorização mais elevada. De outra parte, o ensino de orientação *macroscópica* é por alguns afastado *in limine* sob a alegação de que as forças armadas não podem ensinar a virtude ou, talvez, não devam tentar ensiná-la. Este último grupo talvez se julgue arrimado na concepção de que ensinar virtude é uma função religiosa, logo, nada tem a ver com instituições militares. O primeiro grupo considera que a educação da virtude simplesmente não é factível na sociedade moderna. A nós parece estarem ambos equivocados.

Educar a mente mas não a moral de uma pessoa é semear uma ameaça à sociedade. Os membros das Forças Armadas só são obrigados a obedecer a ordens legais. O que, afinal, é uma ordem legal e o que é uma ordem ilegal? Mais até, existe um ponto em que a ordem legal se torna ilegal? O sistema de educação formal de qualquer força armada não tem a obrigação de tornar seus aprendizes cientistas políticos, juristas, exegetas, filósofos ou teólogos, mas a leitura e a discussão de obras como a *Antígona* de Sófocles, girando em torno

da lealdade para como Estado e para com o outro, ou *A parábola da caverna*, de Platão, *O Estrangeiro*, de Camus, *O Príncipe*, de Maquiavel, *Moral Man and Immoral Society*, de Niebuhr e alguma obra de Shakespeare, como *Hamlet* e a indecisão ou problemas de liderança em *King Lear*, ou a natureza humana nos contos de Machado e nas novelas de Guimarães Rosa vão, no mínimo, remeter às virtudes universais que merecem discussão por um especialista laico. Se se puder aqui levantar um traço comum a todas essas obras e autores, parece que estaremos diante da lida com as perplexidades e abismos da espécie humana, ante os impasses entre o bem e o mal, tratados com a relatividade e a modalização próprias das grandes decisões e indecisões do homem e da mulher – girando todas elas em torno da virtude. Isso colocará as questões independentes das etnias, confissões religiosas, ideologias, exclusões, nacionalismos e xenofobia.

Não, não se trata de formar críticos literários ou professores de filosofia, o que, evidentemente seria no mínimo impertinente. Mas, mais especificamente, de ensinar a virtude – e o caráter *macroscópico* – baseado, não em preleções, homilias ou mesmo projeções *power point* repletas de animações malabaristas e pirotécnicas, mas, isso sim, em discussões que remetam aos temas básicos que constroem/destroem a virtude, individual e em sociedade – afinal, é a virtude que justifica o ofício e o voto com que a profissão se sagra. E é essa virtude macroscópica que coloca o militar profissional em contato com uma sociedade, cujos valores ele tem todo o direito de discordar, mas de cuja dinâmica resultante não pode perder consciência, em particular da construção democrática. Esvaziando-se do necessário conhecimento das dimensões macroscópicas da virtude e se bastando somente no exercício de virtudes funcionais – muitas das vezes trazidas ao presente pela força da tradição – , pode ficar difícil, muito difícil, em pleno século XXI, numa hora de crise, discernir entre a legalidade e a ilegalidade de ordens, o bem e o mal da profissão que examinamos. E essa omissão pode até ganhar um nome: Abu Ghraib.

### 1.5 –PROFISSÃO, OFÍCIO E VOTO

...uns vão pelo amplo campo da ambição soberba; outros pela adulação baixa e servil; outros, ainda, pelo da hipocrisia enganosa e, poucos, pelo da verdade.

Eu, porém, segundo a minha estrela, sigo a trilha estreita da cavalaria andante, por cujo exercício desprezo os bens, mas não a honra. (CERVANTES, *D. Quixote*)

Grande parte do que é a *profissão* militar brasileira se contém, hoje – sempre da

perspectiva das relações totalidade/individualidade – naquilo que ela se percebe de si mesma, através dos que a fizeram e vêm fazendo ao longo do tempo e das pessoas que a pensaram criativa e criticamente. A idéia de associar a noção de Força de Terra à de profissão tem na intenção analítica que move a pesquisa uma compreensão, nos dias de hoje, fundada, numa primeira aproximação, numa arqueologia da palavra. Se *profissão* é, por um lado, o resultado do *professar*, embutida nesta ação inscrevem-se idéias como as de *declaração ou confissão pública de uma crença, religião, sentimento, opinião, modo de ser*. De *professio, professionis* advém também o sentido de “cerimônia da tomada do hábito por um religioso depois de concluído um tempo de noviciado, voto” (HOUAISS, 2001: 2306).

Na percepção social de seus integrantes, muito mais que uma ocupação, a profissão militar é perpassada por uma idéia mais próxima e mais bem acolhida de *voto*, ou seja, uma atividade formalizada, oficialmente reconhecida, cujo exercício tem como penhor a prestação de uma *promessa solene ou juramento, desejo íntimo e ardente*. Processando-se ao longo de toda a carreira, ou seja, 35-40 anos (o período médio brasileiro de vida ativa útil), o conteúdo literal dos juramentos professados inclui todo o repertório de responsabilidades e encargos por que cada membro, por força mesma dos compromissos assumidos, passa a ser responsável, tutor e caução. Observa-se que estamos diante de um rito que, enquanto tal, transcende a uma mera profissão de fé. Não se trata tão-apesas de *acreditar* na veracidade do que se jura, mas de se responsabilizar pelos encargos contidos naquilo que, com solenidade, é jurado. Tal postura confere uma dimensão de ordem ao coletivo de que se participa e um significado de ministério às atividades que, a partir da sagração de um juramento, cada um vai desenvolver e por que vai ser responsável.

Essa promessa ou juramento tem existência não apenas simbólica. Factualmente, organizado em um cerimonial específico, em ambiente de austeridade, contrição e solenidade, processa-se um juramento, que sagra o ingresso de quem quer que na instituição seja admitido, em quaisquer dos níveis hierárquicos que regulamentarmente oferecem admissão: genuíno rito de iniciação através do qual votos de lealdade, obediência, acatamento à hierarquia (“prometo cumprir as ordens das autoridades a que estiver subordinado”), de fraternidade e fidelidade ao grupo a que se incorpora (“tratar com igualdade os irmãos de arma e com bondade os subordinados”), e à Pátria, a cujo serviço se jura dedicar e defender sua “honra, integridade e instituições com o sacrifício da própria vida”. (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1997:62-3). Esta será apenas uma, a primeira, das múltiplas cerimônias, ritos, compromissos e juramentos que, como se indicou antes, pontuam a vida de um militar profissional. A tipificação desse início de um compromisso, em princípio para toda a vida

profissional útil, será, como acabamos de sintetizar, uma das razões por que os militares, na sua esmagadora maioria, repudiam, conscientes, a sua identificação da *carreira* com a de *emprego* e a sua própria com a de prestadores de serviços para fins de percepção de uma remuneração financeira. Como parte desse entendimento coletivo, acha-se uma noção viva e atuante de prestação de um apostolado, o qual, para dizer o menos, coloca o grupo à margem das inspirações, propósitos e racionalidades de uma sociedade de consumo e de uma economia de mercado. Como, de resto, apontamos com relação a fenômeno idêntico, ainda que por razões outras, no exército dos EUA. Terá sido um outro veio de influência que se ativou? Promessas, renúncias e responsabilidades que se acham incluídas no cerimonial, são por tudo isso identificáveis para todos os fins a um voto sacerdotal secular.

Aprendemos que o ofício de soldado é um duro mister e um permanente desafio; que a carreira militar não é uma atividade profissional como as outras, um emprego, uma ocupação, mas um ofício absorvente e exclusivista; e que a farda não é uma veste - que se despe com facilidade e até com indiferença - mas uma outra pele que, uma vez definitivamente incorporada pelos compromissos assumidos, dificilmente se arrancará de cima de nossas almas (COSTA, 1986:169).

No que respeita ao fenômeno do profissionalismo no meio militar, a partir de uma visão de dentro e no esclarecedor trabalho de Octavio Costa, este [...] pressupõe Forças Armadas voltadas para sua destinação específica, prioritariamente para as questões de segurança externa. E, neste envolvimento, reconhece basicamente cinco dimensões: responsabilidade social, eficiência operacional, controles internos, corporatividade e autonomia institucional. É o quadro típico de países desenvolvidos, de estruturas políticas e sociais consolidadas, caracterizadas pelo primado do estado democrático de direito e pela prevalência do poder civil (Idem, *ibidem*).

Dos diversos posicionamentos, com relação ao Estado ou ao poder político da corporação militar, o modelo clássico a que Costa recorre, configura quatro modelos possíveis: Forças Armadas profissionais, pretorianas, militaristas e cesaristas. Pretorianas quando assumem uma postura de vigilância e de guarda ou quando assumem um poder moderador no processo político nacional, fenômeno de larga exemplificação na história da América do Sul.

No específico caso brasileiro, ainda é Costa quem aponta, a Marinha parece ter se mostrado a mais profissional das três Forças, em razão do caráter de suas atividades. No que respeita à trajetória histórica da organização militar brasileira como um todo, avalia que

“nunca chegamos a ser caracteristicamente profissionais, ou pretorianos, ou militaristas ou, ainda menos, cesaristas, nas flutuações ao longo de nossa história. Fomos mais profissionais no tempo das guerras fronteiriças, na passagem da vida colonial para a vida independente, sobretudo na primeira fase do Segundo Reinado. Depois da vitória de 1870, a exaustão das guerras externas e o pacifismo positivista levaram-nos à decadência do espírito profissional e a um longo período de pretorianismo” [...] “Nos anos 20, a falência da Primeira República reativou o pretorianismo apesar da presença no Exército da Missão Militar Francesa. Voltaram assim as questões políticas a atrair os militares, sobretudo os mais moços, o que resultou no ciclo revolucionário do tenentismo, cujo idealismo teve reflexos positivos na vida nacional, mas cuja rebeldia foi maléfica para a hierarquia e para a disciplina”(COSTA, 1986:167)

No ciclo de Vargas retomamos o papel profissional, mas andamos beirando o cesarismo, que não chegou a se configurar plenamente, graças à nossa participação na II Guerra Mundial, que nos levou de volta ao profissionalismo, sob inspiração da doutrina norte-americana. Depois seguimos atrás deles, usando o seu material bélico, copiando os seus manuais, um pouco profissionais, um pouco pretorianos e até mesmo cívico-sociais, até quando descobrimos que os conceitos de guerra revolucionária, trazidos da Indochina e da Argélia, estavam mais próximos de nossa realidade do que o infinitamente grande conceito de guerra nuclear, que então empolgava o pensamento militar das grandes potências. A fixação nos conceitos doutrinários da guerra revolucionária e o quadro de degenerescência do poder civil precipitaram em 1964 um movimento que a instituição denominou de Revolução de Março. Nos 21 anos que se seguiram fomos pretorianos também sendo profissionais e nunca, em toda a nossa história, estivemos tão perto do militarismo (COSTA, 1986: 168).

Na verdade o militarismo parece distinguir-se do que Vagts chama de *mentalidade militar*. O modo de pensar e de agir dos militares, julga, é “limitado quanto aos seus objetivos, confinado a uma função e científico em suas qualidades essenciais,” enquanto o militarista, se revela ilimitado em seus objetivos, “capaz de permear toda a sociedade e de dominar as indústrias e as artes” (ver 2). Rejeitando o caráter científico da maneira militar de ser, o militarismo ostenta as qualidades de casta e de culto, de autoridade e de crença”. A essa proposição de Vagts, Boer acrescenta que “é neste sentido que o militarismo configura uma ideologia”(BOER, 1980: ibidem). O militarismo pressupõe o domínio dos militares sobre os civis, a indevida preponderância das exigências castrenses e, de uma perspectiva histórica, contraposto aos valores burgueses que triunfam com a Revolução de 89, se apóia em valores aristocráticos, como a hierarquia, a honra feudal, o absolutismo, a prodigalidade e a unidade

organizada.

Reintroduzindo as considerações sobre o ensino da virtude da seção anterior, cabe ressaltar que o militar da força de terra tem um elevadíssimo apreço por seu sistema de ensino. Aí se mesclam, numa mesma percepção de importância, as noções de cognição extensivas à virtude:

O oficial brasileiro sabe que, por maiores que sejam os valores da inteligência e da cultura, o verdadeiro militar é feito sobretudo de caráter, e que o caráter depende de nós mesmos, fortaleza que podemos construir, silenciosamente com nossa vontade e nossa determinação (COSTA,1986:169).

De um participante da FEB na II Guerra Mundial, ouviu-se que o segredo da construção do caráter militar está na exata compreensão do paradoxo fundamental de nosso ofício: o militar é preparado, a vida toda, para a guerra e, no entanto, desejamos, de toda a nossa alma, que ela nunca sobrevenha. Tal sentença foi transmitida ao auditório mais alto da Marinha Brasileira (a Escola de Guerra Naval). Além da concepção de que

Outro alicerce de nossa formação moral é a convicção democrática, que convém ser ainda mais aperfeiçoada, para que não seja compreendida apenas como antimarxismo, mas praticada como filosofia de vida e como regime político, em que realmente todo poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido (COSTA. 1986:170).

É dessa visão da profissão, entendida, a partir de dentro da instituição militar, nos seus sentidos filosófico, ético-político, histórico, pedagógico que se extrai a reflexão segundo a qual num

“quadro de modernização da sociedade, [...] malgrado o lamentável e inevitável engajamento na repressão à luta armada, que chegou a assumir proporções de uma guerra interna, [as Forças Armadas] encontram , a partir de 1964, o seu verdadeiro caminho *nacional*, abandonando de vez a cópia servil de organizações estrangeiras, assim como a costumeira importação de equipamentos obsoletos, das mesmas origens planetárias, passando a criar alguma coisa brasileira, coerente com as nossas possibilidades e necessidades [...] nos últimos anos; enquanto a sociedade civil se abria, o segmento militar se fechava. É preciso reagir à tendência, que chegou a se configurar, para uma doutrinação ideológica voltada para inibir qualquer iniciativa autônoma e para gerar lealdades incondicionais, que poderiam nos levar ao risco de um perfil militar caracterizado por uma *formação humanística insuficiente, unilateral e dogmática* e por uma tendência à elaboração de *raciocínios simplificados*, até

mesmo por *mentalidade preconceituosa*, intolerante e maniqueísta, incapacidade afinal de conviver com *realidades complexas*. (COSTA, *ibidem*,171).(grifos meus).

A interpretação de Costa desvenda uma homologia, em alguns de seus sentidos, com o pensamento nascido no 1898 francês, trazido a lume nos anos 2000 da edição brasileira. Tratando da sobrevivência das características militares, um analista da sociedade francesa e consultor de diversos ministros da Defesa em França estabeleceu a tese da indiscutível grandeza que se prende à moral da obediência passiva. É sua a reflexão de que “a aceitação total de leis de disciplina militar pode ser uma forma de renúncia, de esquecimento completo de si mesmo diante de exigências mais altas’. Da obra de Vigny, extrai-se que os heróis por ele criados, “mártires dolorosos, mas conscientes da mística da obediência”, “curvam-se diante de uma concepção abstrata do dever, como os religiosos se submetem à regra escolhida. Eles se apagam, despojam-se e rejeitam o melhor de si mesmos. Uma espécie de moral estóica da existência com que, a seus olhos, o destino do soldado se confunde.”(GIRARDET.2000: 74)

Octávio Costa representa, neste sentido, a admirável síntese entre Vigny e Girardet. Por mais nobres e enaltecidas que pareçam ser certas formas dessa nova moral militar do Exército francês do século XIX, fundada no dogma da obediência passiva – contrapõe Girardet - “não raro acabava por embotar os espíritos e por alquebrar e degradar os caracteres. Estreitamente amarrados aos regulamentos, o oficial perde pouco a pouco o hábito de agir e pensar por si mesmo: medo das responsabilidades, esquívamento diante das iniciativas, paralisia da audácia e da imaginação, tais serão de um modo geral as últimas conseqüências do culto à ordem e do respeito exacerbado ao sacrossanto regulamento”(GIRARDET, 2000:75).

O temor da responsabilidade fazia-se acompanhar, com efeito, de uma atonia intelectual que continuou crescendo até o final do Segundo Império. Não apenas a reflexão pessoal, quase não se podia exercer nesse clima de submissão, como parece que ainda existia no Exército um certo preconceito desfavorável ao trabalho intelectual, uma certa desconfiança que, por vezes, chegava ao completo desprezo por toda cultura individual. O oficial que comprava livros, que os lia e comentava, ávido de idéias gerais, era pouco estimado por seus camaradas e menos estimado ainda por seus chefes: era um “farsante” e esse qualificativo arriscava a comprometer definitivamente a sua carreira (GIRARDET, 2000: 76).

## 2- DEMOCRACIA E MILITARISMO

Social scientists have come increasingly to recognize that the categories and concepts we use to explain the social world can themselves be fruitfully made the objects of analysis. The work of reflexivity is above all historical: it challenges us to explore the historicity of our theoretical semantics as well as our epistemological foundations (standards of knowledge), usually to discover that they themselves have histories of contestation, transformation and social relationships (SOMMERS, 1995:14-5).

Os dois conceitos do título aqui se instalam como balizamentos iniciais ao âmago da reflexão que trouxe a presente pesquisa. Sem pretender aprofundamentos de maior fôlego, cuida-se, como aproximação inicial, estabelecer no capítulo presente não mais que marcos que apontem as quiddidades respectivas das noções contemporâneas dos dois fenômenos antagônicos. Democracia e militarismo serão, aqui, exatamente isso: referências avaliadoras de comportamentos institucional-militares que, no decorrer do trabalho, serão escrutinizados prevalentemente através de instrumentos de uma ordem culturalista, por tal se entendendo processos sistematizados de produção e reprodução de conhecimentos, formação de crenças e convicções, construção de ideologias e de mapas de leitura e julgamento do mundo, ideologias, construção da verdade institucional.

Conscientes de nos colocarmos muito longe de esgotar as escolas todas que configuram as duas noções, entendemos, de toda maneira, que as figuras conceituais que se vão aqui desdobrar atendem à finalidade de uma instrumentalização referencial. Em particular, e ao final do capítulo, serão referências de um período de Brasil em mutação, que nasce egresso de uma experiência da ditadura estado-novista e lança o seu projeto de democracia em meio a transformações não desprezíveis, como a divisão social do trabalho, uma nova estratificação de classes, uma industrialização de base, o nacionalismo com tratamento partidário, novas ideologias, nova distribuição cidade e campo, novos partidos, um novo perfil de estado e sociedade, uma diferente composição de elites, uma incipiente atividade sindical, uma renovada atividade intelectual e acadêmica, em particular no que tange ao trato das ciências sociais.

Remetemos neste ponto ao momento, no meio militar, de renovação de toda uma estrutura de ensino, não tanto pelas reformas organizacionalmente estabelecidas com o selo oficial, mas porque ela emerge trazendo a influência norte-americana como seu substrato diretor. É neste período que se vivem as experiências do retorno da II Guerra Mundial. Mudam os

aspectos materiais e estruturais da força de terra. Muda o processo de pensar o mundo e o seu mundo: nas pegadas e vestígios das reflexões de Góes Monteiro e também na criação da Esg. E é assim que, junto a sua liderança mais alta, se definirá o mapa cognitivo e o repertório de valores, que chega a nossos dias de século XXI.

Das duas noções do título, a democracia vai se desenvolver atendo-se de início à idéia de que atribuir o primeiro dos conceitos acima a uma realidade traz consigo “implicações morais”, já que na maior parte do mundo ocidental, independente de como o conceito de democracia é definido, registra o olhar schumpeteriano, “existe um consenso de que estamos diante de “um tipo de governo normativamente preferível”. Para Schumpeter, “democracia é um método político” [...] que se configura como “arranjo institucional para chegar a decisões políticas, pelas quais os indivíduos adquirem o poder de decidir mediante uma competição pelo voto popular” (1984:361). A adoção da concepção schumpeteriana apequena a noção que deu luz à realidade da democracia, porque se recusa a acolher toda uma dinâmica de comprometimentos e direitos democráticos inerentes à prática desse sistema de poder e de convivência entre os homens entre si, suas organizações e o Estado. Este apequenamento do horizonte de expectativas da democracia foi, por isso mesmo, referido como uma definição meramente “minimalista” ou “processualista” da democracia (O’DONNELL,1999:582). As condições de êxito do “método democrático” seriam, para Schumpeter, materializadas através de procedimentos como: (i) uma liderança apropriada; (ii) “a real abrangência das decisões de políticas públicas não deve ser excessiva”; (iii) a existência de uma burocracia “bem-treinada, de tradição e prestígio social, dotada de um forte senso de dever e de um *esprit de corps* não menos forte”; (iv) um exercício de elevado nível de “autocontrole democrático” e respeito mútuo; (v) a existência de uma alta dose de tolerância com as diferenças de opinião”; e (vi) a unanimidade de todos os interesses que têm importância em sua lealdade com o país, mas também com os princípios estruturais da sociedade existente” (SCHUMPETER, idem: 361).

Esta conceituação “minimalista” acabou se fazendo extensiva a definições outras, contemporâneas, reconhecidas segundo o mesmo perfil procedimental. Um exemplo se colhe em Przeworski, para quem “democracia é um sistema em que os partidos perdem eleições [e em que] há partidos, ou seja, divisões de interesses, valores e opiniões. Há competição organizada por regras. E há periodicamente vencedores e perdedores” (PRZEWORSKI,1991:10). Alguns anos mais tarde, ele próprio e seus epígonos renovaram esse minimalismo ao estabelecer que

“democracia é um regime no qual os cargos governamentais são preenchidos em consequência da disputa de eleições. Um regime só é democrático quando a oposição pode concorrer, ganhar e assumir os cargos que disputou”. Na medida em que esta definição põe a ênfase nas eleições, é evidentemente minimalista, o que implica, por sua vez, três características: “incerteza *ex-ante* [...] irreversibilidade *ex-post* e[...] [repetibilidade] “. (PRZEWORSKI et alii, 1991: 50-51).

Huntington, aqui inscrito como ilustração, se reconheceu no perfil schumpeteriano e conceitua democracia como

um sistema político que existe na medida em que os seus mais poderosos decisores coletivos são escolhidos em eleições limpas, honestas e periódicas, nas quais os candidatos competem livremente por votos e em que praticamente toda a população adulta está apta a votar (PRZEWORSKI apud HUNTINGTON, 1991:7).

Tal como o próprio Schumpeter, Przeworski admite que a democracia

também envolve a existência de liberdades civis e políticas de palavra, imprensa, reunião e associação, que são indispensáveis ao debate político e à condução de campanhas eleitorais. (Idem, ibidem)

Essa emergência de questões outras e mesmas que atravessam o conceito de democracia remete a um olhar mais abrangente que nos é trazido, p.e., por Touraine, para quem “a justaposição da representação, da cidadania e a limitação do poder através de direitos fundamentais não bastam para a constituição da democracia”. (1995:46). Há que acrescentar um princípio central de poder e legitimidade. Admitindo a inexistência em parte alguma do tipo ideal de democracia, em uma visão abrangente, Alain Touraine define o que entende por seus três tipos “principais”. O primeiro dá importância central à limitação do poder do Estado através da lei e do reconhecimento dos direitos fundamentais. Um outro tipo concede importância maior à cidadania, à Constituição ou a idéias morais ou religiosas, que asseguram a integração da sociedade e dão fundamento sólido às leis. A democracia aqui funciona mais por vontade de igualdade que por desejo de liberdade e encerra um conteúdo mais social que político, como dizia Tocqueville, ao ver os Estados Unidos como o triunfo da igualdade e o desaparecimento do *homo hierarchicus* de Dumont. O terceiro tipo, afinal, de democracia, em Touraine, enfatiza a representatividade social dos governantes e opõe a democracia que defende os interesses das

categorias populares a formas oligárquicas, entendidas estas pela posse de privilégios ou ainda a propriedade do capital (TOURAINÉ,1995:46).

De uma outra chave explanatória, a idéia de “legitimação das ordens democráticas” e “a causa fundamental de suas crises de legitimidade” parecem situar-se na “separação entre funções administrativas e a formação da vontade coletiva por meio de processos deliberativos” (HABERMAS apud EISENBERG, 2003:179). Diferindo da colocação habermasiana, Eisenberg entende que “as crises de legitimação da ordem política das sociedades contemporâneas” não se explicitam apenas como resultado de o subsistema político “assumir funções da economia ou do direito, mas também como “disfunções do sistema político [...] ao realizar sua principal atividade sistêmica, qual seja, a “produção no plano da cultura política de uma sociedade de deliberações legitimadas por consensos ou por consentimentos públicos.” (Idem:180)

A perspectiva de Bobbio busca, de outra parte, sintetizar a questão, apontando que a democracia teve dois significados: o primeiro pondo ênfase no sentido jurídico-institucional ou “nas regras do jogo”, cuja observância é necessária para que o poder político seja efetivamente distribuído entre a maior parte dos cidadãos; e o segundo significado, no seu sentido ético, ou “o ideal que um governo democrático devia se inspirar, que é o da igualdade” (BOBBIO,1988:37-8).

Uma outra figura de problematização da consolidação democrática, de contato estreito com a questão de nossa pesquisa, refere-se “às bases para a adesão dos atores às regras do jogo político democrático”, em que se contrapõem, de um lado, “a adesão instrumental como fruto de um cálculo racional”; de outro, a que se desenvolve “fundada em princípios e valores”. “No primeiro caso, a ênfase recai nas instituições; no segundo, no consenso entre as elites com relação a valores fundamentais, às instituições da democracia” (SOARES e CHEIBUB, 1996:85-6).

Antes de examinarmos, em suas diversas concepções, o espaço conceitual do militarismo, uma última referência nos parece útil em sua noção síntese de democracia, que fala de perto à questão da pesquisa e a seu tempo:

a democracia é um modelo para organizar o exercício público e coletivo do poder nas principais instituições de uma sociedade, partindo do princípio de que as decisões que afetam o bem-estar de uma coletividade podem ser entendidas como o resultado de um processo de deliberação livre e racional entre indivíduos concebidos moral e politicamente como iguais entre si. (BENHABIB, 1996:68).

## **2.1 MILITARISMO: ESPAÇOS CONCEITUAIS**

Para circunscrever o fenômeno do militarismo, também recorremos a sua abordagem conceitual, tal como registrada em dicionários gerais. A partir de Houaiss, que lê o militarismo como "sistema político em que prevalece o poder dos militares"(2001:1923), as concepções deferidas por diversas sociedades apontam: (i) pela via do *Oxford English Dictionary* (OED) (1973:1323), a noção de "espírito e tendências do soldado profissional: a prevalência dos sentimentos e ideais militares junto ao povo; a tendência a olhar a eficiência militar como interesse supremo do Estado." A edição de 1933 havia incluído uma frase que foi extraída quarenta anos mais tarde: "As condições políticas caracterizadas pela predominância da classe militar no governo ou administração" (BERGHAIN.1981, 2). (ii) A *Encyclopedia Americana* acolhe o verbete como "aplicado à política de emprestar ênfase especial à preparação militar, a exaltar as virtudes militares e a confiar na força no âmbito das relações internacionais" (1968:59). (iii) Já o *Grand Larousse* (1963:361) vê o militarismo como "um sistema político que se baseia no exército; sentimento, doutrina daqueles que favorecem essa preponderância do exército." (iv) O *Dizionario Enciclopedico Italiano* (1957:759) fala da "prevalência num estado ou classe de um espírito militar: p.e., o militarismo prussiano".(v) Uma enciclopédia espanhola mais modesta entende militarismo como "a predominância do elemento militar no governo do Estado", ao tempo em que (vi) o *Brockhaus* (1971:560) fala da "predominância de formas militares, padrões de pensamento e objetivos no estado, na política e na sociedade."(vii) O antigo dicionário alemão oriental *Marxistisch-Leninisches Wörterbuch der Philosophie*, (1969:724) por outro lado, vê militarismo como "um sistema reacionário e agressivo de dominação e organização da ordem social baseada na exploração", em que "a vida econômica, social e cultural fica sujeita a uma clique militar, que visualiza a força militar e a guerra em particular como instrumento principal de realização de uma política agressiva". (viii) O *Sovietskaia istoricheskaia enciclopedia* (1966:436), finalmente, compreende militarismo como "um sistema fechado de economia, política e ideologia", que resulta numa "política de expansão militar do estado explorador, com o objetivo de preparar guerras de conquista e repressão à resistência das massas exploradas dentro do Estado"(BERGHAIN. Idem 6).

Na Alemanha que se segue à derrota na Grande Guerra emerge uma ideologia poderosa, de julgamentos de valor opostos. A partir de uma sociologia alemã, difundia-se a guerra como a

luta conduzida pela superior e heróica *Kultur* das nações germânicas contra o comercialismo vulgar e o materialismo de base da *Zivilisation*: heróis versus negociantes, como anunciava, já em seu título, a obra de Sombart. O destino das nações germânicas parece gravitar em torno da qualidade de suas instituições militares, o que inclui até mesmo intelectuais e acadêmicos que, antes críticos da posição do exército na política alemã, agora se mostram dispostos a vê-lo como parte de sua cultura (BERGHAN, *Ib*: 31-32).

Outras evidências da ideologia que os soldados germânicos transportaram nas mochilas e na alma podem ser ilustradas, no plano acadêmico, por Meinecke: sob o título de *Deutschland und der Weltkriege*, ensaio – em inglês, *Culture, Politics and Militarism*- escrito com um olhar protestante. O espírito militar chegou para se assenhorar também dos aspectos não-militares da vida alemã. Os princípios nos quais o exército era construído tornaram-se princípios da vida nacional germânica, do espírito germânico, da *Kultur* alemã (GOLDMANN, apud BERGHAN, 1981:32). O fato de a nação ter vestido o corpo e a alma num uniforme militar era percebido pelo futuro presidente do Congresso Mundial Judaico, Nahum Goldmann, como afirmação do princípio democrático (BERGHAN, *Ib*.:32).

Um militarismo de pós-guerra vai deitar raízes no chamado militarismo positivo de 1914-1918, mas também na derrota que muitos segmentos da nação se recusavam a aceitar. Continuava-se a acreditar na superioridade fundamental do tipo de organização política e social da Alemanha. Afinal, considerava-se, nada de errado havia com a cultura alemã. O que se achava em falta era a determinação necessária a sustentar um esforço nacional unificado. Há argumentos então apresentados que se mostram aberta e orgulhosamente militaristas, alguns dos quais vão aqui merecer menção.

O “paramilitarismo” do período entre guerras foi a maneira como Warren Williams se referiu, principalmente aos anos 20, ao analisar o que Berghahn neles entendeu como “aparências exteriores” de movimentos e associações. Tais manifestações constituiriam aspectos de interesse e de revelação do fenômeno do militarismo: “cópias exatas do Exército alemão com suas estruturas rígidas de comando e sua hierarquia, a mesma terminologia e jargão militar e toda a parafernália. Realizavam paradas e marchas no nível local, organizavam exercícios de campanha em florestas remotas, além do alcance e da capacidade de vigilância da Comissão Militar de Controle Interaliado, e se regalavam anualmente com reuniões em massa, em alguma cidade de

sensibilidade política, durante as quais pais de família e respeitáveis cavalheiros de meia idade suportavam os incômodos de uma vida de escotismo. Dormiam com toda a devoção em barracas militares e entravam em coluna de formatura para receberem a distribuição do “rancho” que lhes era preparado em cozinhas de campanha.”<sup>1</sup> (BERGHAHN,Ib.33).

Mais importante ainda que os aspectos externos dos movimentos paramilitares característicos de Weimar, seria buscar entendê-los através das idéias que a ele subjazem. Uma linha divisória costuma ser definida entre as manifestações de um chamado moderno e de um nostálgico militarismo. Para muitas organizações, a imagem paradigmática situava-se no Exército prussiano pré-1914: o que tinha ele significado, acreditado e defendido, e era, por essa facção, tido como de preservação valiosa. Havia também uma outra corrente que lhe era, se não antagônica, pelo menos contrastante, sustentando que o antigo mundo do militarismo wilhelmiano ruíra ante o impacto da guerra total. O “Estado dos Soldados do Front”, que haviam retornado da convivência das trincheiras e das lições que a I G M plantara em seus corações, teria de ser organizado segundo outras linhas (BERGHAHN. 1981.: 91 *et seq*). Tratava-se de assegurar a continuidade da *Schützengrabengemeinschaft* (a comunidade da trincheira) no tempo de paz. Lamentava-se, de outra parte, que o mais denso dos estratos da população, a classe trabalhadora, com o término da guerra, tivesse largado essa comunidade das trincheiras, em cujo interior a diferença de classes tinha deixado de contar. A grande tarefa à frente consistia agora, para os militaristas modernos, em como superar a alienação dos operários com relação ao *Frontsoldatenstaat*. Tal meta não seria atingida por uma política de meras concessões econômicas tópicas, como julgavam certos círculos de direita da época. Estas são reflexões de um escritor famoso, Ernst Jünger, que tinha para esta questão em aberto outras soluções, mais inclusivas com relação aos trabalhadores. Também mais ousadas. O antiocidentalismo de Jünger se assentava na humilhação de 1918 e no acordo de Versalhes; mas principalmente na idéia de que o cidadão do Ocidente consubstanciava um homem incapaz de sacrifícios, sempre pronto a falar de seus direitos, não de seus deveres, que necessitava de paz para conseguir sua realização, cuja ferramenta consistia no talão de cheques e e cuja atenção nunca desviava dos negócios. Já o

---

1 O anuário “Os Dias dos Soldados do Front”, da Associação Stalhelm cuidou de definir padrões em termos de precisão organizacional e estilo militar. Ver V R Berghahn, “Der Stalhelm, Bund der Frontsoldaten, 1918-1935”, Düsseldorf, 1966, p.55 e seg. .Em inglês, V R Berghahn, *Militarism*. Ib. p. 33 e Nota 12, p 47.

homem cujo equipamento consistia no capacete de aço e na metralhadora na mão, este, sim, era a quintessência do alemão.

Para um autor também de importância, com uma posição diversa, não era a existência de um grande exército com todos os seus acessórios que se fazia fundamental à compreensão do militarismo, mas a subordinação de todos os outros aspectos [da vida] aos de caráter militar e a dominação da vida civil por idéias e valores militares (STERNTHAL, apud BERGHAIN.1981:37). Franz Carl Endres, correspondente de assuntos militares do *Frankfurter Zeitung* chegou a definir “militarismo como o ”estado mental” dos não-militares” (ENDRES apud BERGHAIN, 1981:37). Um país, diria em outro lugar, pode ter um exército extraordinariamente forte e não ser militarista tanto quanto pode haver militarismo mesmo na ausência de um exército forte, como na Alemanha de Weimar. A chave do problema está num abrangente “espírito do uniforme”(ENDRES, 37).

## **2.2 MILITARISMO: tecnologia, burocracia e a escola americana**

Por volta dos anos de 1937-38, surge em Nova Iorque e em Londres o *A History of Militarism. Civilian and Military* de mais um refugiado do nazismo, Alfred Vagts, que corporificava uma outra tentativa de explicitação do fenômeno do nazismo.<sup>2</sup> Na grande quantidade de material histórico por ele levantado e na longa introdução sobre “a idéia da natureza do militarismo”, pode-se entender a pesquisa como uma tentativa de reunir os vários lineamentos das explicações de extração não-marxista. A partir da percepção em que o militarismo é lido como “uma tendência à extensão de domínio”, não surpreende seja ele colocado em chave de homologia com o conceito contemporâneo de imperialismo. Este último, dirá Vagts, “se voltaria para mais território”; o primeiro “ambicionaria mais dinheiro e mais material”. Um “militarismo moderno” possuiria traços exclusivos. O exemplo estaria em que exércitos modernos não se engajam tão constantemente em guerras como faziam os “antigos”; sonham com existirem somente para si mesmos. (VAGTS, 1959: 16 et seq.)

---

<sup>2</sup> Tal como o *The Soldier and the State*, de Samuel Huntington, tido e tratado como o mais importante trabalho no pós-II G M, no sentido de se haver constituído na obra de maior e mais longa influência, de sua parte, o *A History of Militarism: a Romance and Realities of a Profession*, de Vagts, é, com muita frequência, referido como o “clássico” da questão do militarismo anterior à II G M. (FEAVER. 1993.: 158e 174)

A *natureza militar* se configura quando essa concentração de homens de uniforme e materiais, adestrados por meio de um treinamento específico, torna eficiente, racional e atualizado o emprego dessa parafernália que lhes é posta à disposição, numa guerra, cuja decisão não foi por eles tomada, mas pelo poder civil do Estado. Essa natureza militar apresenta limitações em suas finalidades, no sentido de se confinar a uma só função, e se dota de características científicas em suas qualidades essenciais. O *militarismo*, por seu turno, aduz Vagts, se configuraria, por contraste, numa vasta coleção de tradições, ações e pensamentos vinculados à atividade bélica e que se estende a atividades caracteristicamente civis da sociedade. A percepção de um modo *militar* e um *militarista* aflorou na França de Luís Napoleão, na Inglaterra depois de 1864 e na Alemanha a partir de 1870. A partir desses marcos, o fenômeno e o conceito se entrelaçaram, vertebrando um volume de dominação das demandas militares sobre as civis, uma ênfase em ideais militares e em escalas de valores sobre a vida dos estados (VAGTS, 1959:14).<sup>3</sup> O militarismo traz também consigo qualidades de casta e culto, de autoridade e crença, cobrindo todo e qualquer sistema de pensar e avaliar. Aí se inclui todo um complexo de sentimentos que classificam instituições e processos militares acima dos processos da vida civil, deslocando tais mentalidades e modos de ação e decisão para o âmbito da esfera civil. (VAGTS,1959: 17).<sup>4</sup>

O militarismo não merecera apoio algum da classe média representada pelos utilitaristas ingleses, liberais continentais e racionalistas norte-americanos. Ao revés, aos olhos dos três, se mostrava suspeito demais, e isso os levava a temer a troca dos frutos da emancipação que conquistaram por um exercício de nostalgia retrógrada. Ao contrário disso, o apoio à idéia militarista fora prestado pelas classes altas e baixas. Foram “os Tories, as forças conservadoras”, que se empenharam a fundo para reerguer o que Edmund Burke chamou de “o estado dos nobres e santos” (apud VAGTS, Idem:18) e que buscaram o apoio da massa através de seus apelos românticos. Graças aos esforços de propaganda de historiadores políticos e militares, cedo a

---

3 À luz desse quadro, refira-se aqui também a que Napoleão considerava “o maior crime que um homem pode cometer na face da terra matar de propósito homens que estejam sob sua custódia e honra”. O coronel T. E. Lawrence julgou impossível, depois de determinada batalha, partilhar da satisfação dos que a haviam comandado. “Para mim ação, tiros e baixas desnecessárias: os 200 turcos em Wejh, não dispunham de transporte nem de alimentação. Se deixados sozinhos por uns poucos dias, teriam se rendido”. (VAGTS. Ib.:16)

4 À luz dessa definição “o militarismo de disposições e opiniões” esteve sempre mais em evidência na Alemanha que em outra parte. Mesmo em situação de paz, pondera Vagts, os alemães pareceram, até 1945, inclinados a admitir uma primazia do militar e a nele reconhecer um bem absoluto, independente de seu emprego na guerra, suas vitórias e derrotas(VAGTS,Ib.:17).

população campesina não conheceria outra história senão a do “glorioso passado militar”. Materialmente, esse movimento se mostrava inteiramente a favor de igrejas, da nobreza e dos exércitos. Como nobre e poeta romântico, Novalis, definia o Romantismo como “nada mais que uma avaliação qualitativa por outros critérios e princípios de julgamento” (VAGTS, *ibidem*).

Essa linha era, aos olhos de Vagts, particularmente forte na França do Oitocentos. Dentre os burgueses nascia um gênero laudatório a que se entregaram, o primeiro deles Thiers, mas também Carlyle, Treitschke, Theodore Roosevelt, Nietzsche, Barrès, Charles Maurras e Kipling. A louvação de homens e instituições armados, levada por obediência, ou por liderança, chega à exaltação, como no caso de Carlyle, em suas referências aos “homens de comando”.(BERGHAIN, *Ib.*:41). A sociologia do militarismo de Vagts não vai se aprofundar muito mais. Compreende o militarismo, afinal, como “fenômeno típico da moderna sociedade de massas”, mas não revela a composição dessas “massas” (VAGTS, *Ib.*:22-3).

Com as insuficiências apontadas, Vagts vai contrastar com Jünger, que se concentrou na dimensão industrial, nos inícios dos anos 30. Guerra de massas à parte, a I G M acrescentaria à agenda do militarismo um novo fator. Goldmann é o precursor da noção de “soldados industriais” a ser impactado pelo fenômeno das chamadas burocracias da guerra. Aqui parece haver uma conexão com Lasswell (1971: 47) sobre o seu “Estado de Guarnição” e os “especialistas em violência”, no que, admite ele, pudesse a sociedade moderna se transformar numa “enorme guarnição”. Lasswell propõe que se levasse em conta a possibilidade de um deslocamento da sociedade em direção a um mundo de “estados de guarnição”, em que o grupo mais poderoso da sociedade constituiria o de especialistas em violência. O que Lasswell visualizava era “a possível emergência de um estado militar sob as condições técnicas de então”. O “Estado de Guarnição”, de Lasswell, seria altamente centralizado e burocratizado; dotado de hierarquias definidas e quase mais complexas do que as encontradas numa estrutura militar tradicional (LASSWELL, *apud* BERGHAIN,1941.44).

Lasswell terá sido o primeiro a sistematicamente investigar o impacto da moderna tecnologia sobre a constituição do militarismo. Seu conceito de “estado de guarnição” observa uma homologia com o “tipo militante de sociedade”, de Spencer. Como este, o “estado de guarnição” era contrastado com o “estado de negócios”. Lasswell não conseguia conceber uma progressão spenceriana variando do estágio do tipo militarista ao industrial. Ao revés, chegou à

predição oposta: o “Estado de Negócios” seria superado pelo modelo dos “especialistas em violência”.

A alvorada da era nuclear e do computador, após 1945, foi entendida como evidência de que as necessidades do regime de “especialistas em violência” tinham chegado para ficar. Há contudo uma mudança de posições quanto ao nascimento mais iminente do “estado de guarnição”. Em 1941 a Alemanha nazista era o paradigma que ameaçava o Ocidente capitalista e a Rússia Soviética, o que os levou à cooperação contra o militarismo da Europa Central. Já em 1962, conjectura Lasswell (ibidem), a União Soviética se mostra como a sociedade a ser dominada pelos “especialistas da violência”.

A idéia de submissão das forças armadas a uma orientação multívoca da sociedade tangeu uma nota nova no debate da questão de controle civil dos militares. Mas também pareceu explicar por que Lasswell desenvolveu algo como um bloqueio mental contra desenraizar a temida militarização da sociedade dentro da estrutura do sistema político e econômico norte-americano. Para esse fim, foi profundamente influenciado pela linguagem específica e pelas tradições e categorias de pensamento da ciência política norte-americana. Se, de uma parte, a teoria do totalitarismo, depois de 1945, ganhou aquiescência tão ampla no Ocidente a ponto de levar Lasswell a transferir o modelo de “estado de guarnição”, prototípico da Alemanha nazista, para a União Soviética; de outra parte, Lasswell vai emergir, ao final da reavaliação que faz, se não como um otimista, pelo menos como participante de uma tradição “idealista”. O desafio reitor da moderna política é civilizar um mundo em processo de se tornar “guarnição”, com o que cultiva dessa forma as condições de sua dissolução final. A disciplina aperfeiçoada ao longo deste processo viabilizaria a realização do que nunca fora conseguido antes – literalmente a criação e perpetuação de uma ordem universal de dignidade humana. Este mundo, com toda certeza, não seria uma utopia marxista. Nas opiniões de Lasswell, estaria bem mais próximo do *American Dream* (LASSWELL apud BERGHAIN.1981: 46).

Não é difícil dar seqüência à idéia de que os EUA se tornaram mais militaristas durante a Guerra Fria face à disponibilidade de evidências estatísticas ou factuais. No plano doméstico, a burocracia da segurança nacional estabelecida em 1947 absorveu recursos e permeou a sociedade

em escala até então inimaginável em tempos de paz. Intervencionismo e militarismo, com certeza não começaram com a Guerra Fria, mas eram diferentes quantitativa e qualitativamente. Há, contudo, pouca evidência empírica quanto à extensão do militarismo na sociedade norte-americana. No que respeita mais especificamente ao crescimento ou não do militarismo ao longo da Guerra Fria, recorde-se que os marxistas pró-soviéticos apontaram o que consideraram uma plethora de evidências, citando o crescimento da “produção militar” e os volumes crescentes dos orçamentos de defesa nos países capitalistas industrializados, mas ignoraram ou justificaram o crescimento semelhante dos gastos no Pacto de Varsóvia. Como índices de um militarismo em crescimento, a Igreja Presbiteriana cita o sistema de segurança nacional induzido pela 2ª Guerra Mundial, o crescimento dos gastos de defesa durante o mesmo período, a Lei de Segurança Nacional de 1947, o nascimento do complexo industrial militar e a busca difusa de segurança nacional como evidência objetiva de um militarismo ampliado. (TUYLL,1994: 520)

O crescimento dos gastos militares, contudo, não foi uniforme durante a Guerra Fria. Nos seus inícios, o Executivo tendia a favorecer uma atitude de contenção. Forças de mercado, contudo (empreiteiros, o grande capital), pressionaram por despesas maiores. O término da Guerra Fria levou a gigantescas reduções (*drain-downs*) nos efetivos da força militar, o que sugere que a militarização pudesse ter constituído um fenómeno temporário. Intervenções militares foram acontecimentos corriqueiros ao longo da Guerra Fria. Ações militares específicas podem ser incriminadas de “militaristas” embora, a uma tal falta de ordem crítica, a Guerra do Golfo foi interpretada como o paradigma do militarismo moderno, evidenciando que o estado belicoso estava tão entranhado nas instituições norte-americanas que é praticamente impensável o governo fora dele. Na verdade, o apoio da sociedade às aventuras militares internacionais, durante a Guerra Fria, foi altamente variável. A discussão sobre a questão da guerra do Golfo foi tão acerba e a falta de apoio popular à ação na Bósnia sugerem que esse estado belicoso esteja rigorosamente embutido no paradigma citado. (TUYLL, 1994:524)

A política dos EUA tem, desde então, sido descrita como intervencionista e militarista. Alega-se, neste sentido, que os EUA declinaram de propostas de tratados de não-agressão OTAN-Pacto de Varsóvia ou de proibição de testes e deixaram de responder à perspectiva de reduções de efetivos militares, ao tempo em que direta ou indiretamente intervinham no Iraque, Grécia, Brasil, Indonésia, Chile, Cuba, Guatemala e, claro, Indochina. O intervencionismo dos

EUA na América Latina foi bem documentado. No seu nível mais extremo, a política norte-americana com relação ao Terceiro Mundo foi condenada por seu caráter absolutamente militarista, embora isto tivesse passado por uma série de políticas e instituições de funcionalidade intermediária e instrumental como a Política da Boa Vizinhança, os Corpos da Paz, as Comissões Mistas Militares de caráter dual, a USAID, a Agência Internacional de Comunicações, anteriormente *United States Information Service*. O forte apoio dos planejadores políticos em favor do intervencionismo serve de evidência da difusão deste pensamento de intervenção. Este apoio desconheceu fronteiras entre partidos, classes, e raças, em que os debates se centraram mais nos meios a empregar que no intervencionismo mesmo. Se, contudo, esse intervencionismo foi ou não maior que o da União Soviética, eis uma conclusão a que os debates no âmbito norte-americano não conseguiram, ou não quiseram, alcançar (TUYLL, 1994:524).

Três ordens de abordagens metodológicas do militarismo eram levadas em conta nos meados dos anos 90, a mais difundida das quais consistindo em (i) uma abordagem quantitativa, constituída por um processo de militarização, definido por uma pauta de quantificação e proporcionalidade de recursos aplicados pela sociedade a assuntos militares. Uma segunda linha de aproximação é comumente referida a (ii) um “comportamento cultural”, que se centra em atitudes e condutas individuais, grupais e organizacionais. Uma terceira abordagem, finalmente, define o fenômeno (iii) através do exame de ações governamentais e da adesão ou repulsa a idéias e iniciativas de subscrever tratados de paz e de desarmamento além, de outra parte, de analisar a propensão e frequência de intervenções militares. (TUYLL 1994:519)

Na realidade, nenhuma das três linhas de conceituação responde satisfatoriamente às questões antepostas. Um especialista norte-americano, no final do século passado, argumenta que um alto nível de militarização pode refletir somente uma resposta a uma ameaça transitória ou temporária; que uma política internacional pode ser o produto de fatores vários, não necessariamente vinculados ou dependentes da existência de um estado ou de uma cultura de militarismo, e, finalmente, pode também ser o desdobramento lógico de determinada orientação trilhada por formuladores de políticas (Idem1994:519). É indubitável que a abordagem culturalista é menos estreita que as duas outras, ainda que, admita-se, de maior complexidade. Isso se terá devido a que a afirmação está sendo sustentada em um país de formação cultural e política pragmática, pai do behaviorismo e síndico do utilitarismo, tradicionalmente avesso a

verdades interpretativas e relativizadas imunes, enfim, a um tratamento qualitativo. E, em matéria de mensuração, a primeira abordagem, a da militarização, é mais bem-fornida para satisfazer a tradição investigativa segundo o diapasão norte-americano: gastos com efetivos e armamentos podem, com mais facilidade, ser convertidos em dados mensuráveis. (Idem :520)

Críticos do *establishment* militar dos EUA, defensores do controle de armas, marxistas saudosos ou não da realidade soviética, igrejas – enfim, todo um acervo de opiniões e correntes de pensamento, vêem os EUA hegemônicos como uma incoerência com seu passado, suas crenças e cultura em que o mundo, em algum momento, pode ter acreditado, reverenciado e até se filiado espontaneamente, convencido da autenticidade daquele paradigma de democracia e valores humanos entre homens e entre nações. No caso dos defensores do controle de armas, e como se envolvem com o *hardware*, nenhuma surpresa em definirem o militarismo na linha metodológica da militarização. Os críticos religiosos do militarismo confiam na definição de militarização, questionando altos gastos militares a expensas de programas sociais. A Igreja Presbiteriana dos EUA concede que o militarismo se acha sujeito a várias definições, mas sugere seja tratado em termos de corrida por armas nucleares, comércio internacional de armas e difusão de métodos de combate a oposições internas (STONE e WILBANKS,1985:1).

A abordagem na linha do comportamento cultural, por sua vez, definiu militarismo como sendo

... a vast array of customs, interests, prestige, actions, and thought associated with armies and wars and yet transcending true military purposes... Its influence is unlimited in scope. It may permeate all society and become dominant over industry and arts... militarism displays the qualities of caste and cult, authority and belief (VAGTS.1959:13).

Nessa direção, ressalte-se que a igrejas norte-americanas não passaram despercebidos aspectos não-governamentais e não-militares do militarismo: hinos religiosos de viés militarista (*The Battle Hymn of the Republic* e o *Onward Christian Soldiers*) deixaram no ar a suspeita de que o cristianismo incorporava um veio militarista a partir de “uma leitura mal-feita da Bíblia” (HOVET apud TUYLL, 1994), em particular do Antigo Testamento. Nessa mesma categoria de militarismo não-militar, inscrevem-se as imprecções dirigidas às igrejas fundamentalistas de omitirem sua atenção às necessidades de paz. A Igreja Presbiteriana refere-se ao militarismo

como “uma reação natural, ainda que patológica, às frustrações de um mundo em que raramente são os projetos de vida realizados” (STONE e WILBANKS,1985:1).

O militarismo compreendido, de outra parte, na chave de definição da política nacional parece inscrever-se entre as duas outras abordagens, no que respeita à mensurabilidade e amplitude. Centrado no comportamento governamental, nem por isso desvaloriza o que capta das relações entre Estado e sociedade. E não se diga que a igreja ignorou a ação governamental. A Igreja Presbiteriana, já mencionada, capta o militarismo como “uma confiança complacente demais no poder militar em situações difíceis de relações internacionais”. A resistência ao militarismo se define como a não-colaboração com o sistema militar e a burocracia de segurança nacional do governo (STONE e WILBANKS,1985 :1).

Uma aceitação do conceito menos problematizada parece ocorrer na definição de militarismo no interior de uma política nacional como ”a preparação para a guerra ou mais especificamente para uma mobilização ideológica”. A grande questão, contudo, situa-se em que, se as políticas de segurança do governo influenciam a sociedade e a cultura, o militarismo não pode se bastar em uma definição que o entenda como militarização, mas, isso sim, como estimulado pela militarização. O vínculo é menos direto do que até aqui foi tratado, porque o contacto da sociedade com as forças armadas se tornou mais rarefeito nos países submetidos à regra da ausência da conscrição (SHAW e HOWE, 1991: 9; 11-12).

Tentadoras que sejam as evidências explicitadas por uma abordagem do tipo comportamento cultural, permanece a dificuldade de conduzir um tal estudo, para não dizer, quantificá-lo. Tal insuficiência de uma aproximação confiável de resultados mobiliza estudos adicionais de uso da língua, atitudes em geral, de propaganda, entretenimento e posturas religiosas, sociais e políticas. As relações entre civis e militares norte-americanos revelam uma necessidade de análises mais profundas, na medida em que, com a sugestão da fusão de ambas, tende-se a supersimplificar as especificidades do comportamento e das atitudes militares e a ignorar ou perder a memória do efeito de influências civis sobre os militares (BERGHAHN, 1981: 110-112).<sup>5</sup>

---

5 Dos dois tipos de memória apontados por Vigotski, “um deles caracteriza-se pela impressão não-mediada de materiais, pela retenção de experiências *reais* como a base de traços mneumônicos (da memória)”. [...] “Esse *tipo de memória* está muito perto da percepção, uma vez que surge como consequência da influência *direta* dos estímulos externos sobre os seres humanos” (VIGOTSKI. 2003: 52). No que respeita à

Na verdade, houve uma marca militarista na Guerra Fria se nos ativermos a duas das abordagens metodológicas citadas: a da militarização – escalada quantitativa – e a da formulação da política nacional. Evidentemente a primeira delas oferece um perfil do militarismo de maior visibilidade. A admiração pública por organizações e instituições autoritárias nos EUA – militares, empresariais, esportivas, religiosas – deve ser contrastada, entende Tuyll, com a eleição de líderes sem conexões ou simpatias ostensivas pelos militares. Aflora, afinal, uma irredutível certeza, que os fatos poriam a nu, de que o militarismo sobreviveria à Guerra Fria, como Tuyll colocaria no final dos anos que fecharam o século XX (TUYLL, 1994:527).

### 2.3 OS (DOIS) MILITARISMOS

Dois diferentes modelos de militarismo afloram ao se relacionar à estrutura econômica da sociedade em estudo, com o que até aqui se discutiu. O primeiro deles vinculado a sociedades pré-industriais e em desenvolvimento. Caracterizado pela auto-exclusividade da esfera militar, enfatiza-se um espírito militarista de impregnação integral a ser produzido pela doutrinação e através de organizações para-militares de larga escala e preparação militar por meio de um programa de austeridade. O segundo tipo é encontrado em sociedades industrializadas de alta tecnologia. É marcado por uma simbiose civil-militar operando dentro de uma sociedade predominantemente civil, consumidora de massa e dependente do valor dissuasório do apertar de um botão de armamento nuclear.

O regime nazista é ilustração útil. Remontando ao período de Weimar, um militarismo de alta tecnologia havia emergido na Alemanha, refletindo e explorando suas modernas capacitações industriais e seu estágio de desenvolvimento econômico. O exemplo das SA mostrou como a investida “democrática” do movimento de Röhm ameaçou as operações dos tecnocratas militar-industriais. Questionamentos com relação à possibilidade de associação dos dois tipos de militarismo, sob forma de um “Estado de Guarnição lasswelliano”, começaram a surgir, quando o problema da classe trabalhadora alemã passou a ser considerado. Levando em conta que sociedades altamente industrializadas se orientam no sentido do consumo - e, assim, não suportam indefinidamente uma austeridade extensiva permanentemente mobilizada para a guerra total -, a tentativa de associação de ambos os tipos se mostrará inócua. Como o novo

---

especificidade, basta lembrar a presença da guerra ou a preparação para ela, envolvendo lógicas e éticas, saberes e atitudes presentes numa situação de ameaça, ou de preparação para a ameaça, de risco iminente de vida.

“militarismo tecnológico” não consegue operar sem uma força de trabalho qualificada, que demanda satisfação material, o militarismo da velha guarda, depositando toda a sua confiança no sacrifício e na disciplina ferrenha, se torna contraproducente e tende a pôr em risco a estabilidade de todo o sistema.

Uma outra maneira de colocar a mesma questão sustentaria que o militarismo inicialmente discutido é funcional somente para o tipo de sociedade em transição, com a qual historiadores e cientistas sociais o têm, implícita ou explicitamente associado. É disfuncional para o tipo de sociedades de alta tecnologia do Leste ou do Ocidente, depois de 1945, que se acham publicamente comprometidas com melhoria dos padrões de vida e possuem todas as armas. No momento de sua história em que a Alemanha estava à beira de completar a transição, e quando a constelação de forças econômicas e sociais pareceu favorável, admite Berghahn, Hitler pode ter sonhado em criar um sistema lasswelliano, mas julgou os ingredientes de que dispunha na prática incompatíveis (BERGHAHN, 1981:117).

A síntese do relacionamento civil-militar no caso brasileiro é a tensão potencial que se manifesta diante de uma dupla necessidade dos governantes políticos civis: manter uma força armada como instrumento da política e da ordem interna versus garantir que o poder militar não usurpe o poder político (STEPAN, 1975:46).<sup>6</sup> Não é diferente a reflexão de um outro acadêmico, já no ano de 1996, vinte e cinco anos mais tarde portanto, quando aponta que

---

<sup>6</sup> O estudo de Stepan, que data de 1975, em sua edição em língua portuguesa, é, de nosso ponto de vista, adequado à compreensão da organização militar dos anos noventa vis-à-vis fatos e o funcionamento políticos que lhe são posteriores, nos anos 2000. Essa comparação tem a qualificação várias razões: os chefes militares de hoje, dos 2000 em seu início, não conheceram o movimento de 64 através dos livros – ou só através dos livros (ou nunca através dos livros); foram formalmente socializados consoante um sistema de ensino com seus fins e supostos enraizados no regime anterior a 64. Regulamentos e códigos regendo a vida profissional e coletiva terão sofrido, com certeza, algumas modificações tópicas e conjunturais; afinal, há uma nova Constituição que rege a tudo – com a muito possível exclusão das consciências. Mas, no que respeita ao tema de nossa atenção, modificações havidas em tempos mais recentes estão longe de uma capacidade de sensibilização e intensidade capaz de alterar as condições de convicção, de relação e convivência civil-militar e de percepção de vínculos de poder além das imposições do politicamente correto. Se, na segunda metade dos anos 80, desconfiças e estranhamentos entre elites civis e militares apareceram, como resultado do período autoritário deflagrado em 64, tais suspeições não nasceram com a vocação da vida eterna. Se tomarmos por referência o que sucedeu com o exército francês, que foi alvo alternativamente de exortações e repúdios nas fases várias do século XIX da França – o eclipse do Império de Napoleão, a Restauração, o período de Luís Felipe, o II Império, a III República, aí evidentemente incluídos eventos como a ascensão da burguesia, com Luís Felipe, substituindo no poder uma elite agrária; os movimentos de 1848; a industrialização do país; a Guerra Franco-prussiana, a laicização do estado; o *affair* Dreifuss, o escândalo do canal do Panamá, o boulangismo, o nacionalismo, o anarquismo e por aí vai (GIRARDET.2000; 19-44 e 63-81) –, pode-se admitir que esta flutuação da consciência nacional não é uma exclusividade da sociedade e do exército francês: pode mudar ao exemplo empírico, mas a ordem em que se inscrevem os eventos é a mesma. Durante o seu século XIX, o exército francês passou de paradigma da ordem institucional, construtor da grandeza francesa e arcanjo de todas as virtudes a uma demonização,

The two central principles – the need to have protection by the military and the need to have protection from the military are in tension because efforts to assure one side complicate efforts to assure the other (FEAVER, 1996:154).

Grande parte da literatura sobre a questão dos vínculos civil-militares refere-se a estas questões através de quatro modelos de relações que não repetem o modelo analítico de Costa, referido no capítulo um. Essa taxionomia se constitui de tipos ideais: os modelos buscam exercer uma função heurística, explanatória, mais que reproduzir com fidelidade mimética a concretude de realidades factuais. O primeiro desses modelos é o *aristocrático*, que oferece solução mais simples para o problema do relacionamento *et pour cause* obteve êxito maior nesta empreitada. E tal se deveu à aproximação extrema entre os valores sociais e interesses materiais de ambas as elites: civis e militares. Nestes casos a oficialidade do exército advém da aristocracia e, como tal, se autopercebe e define não como oficiais. Seu prestígio e riqueza advém do apoio à forma aristocrática de governo. Como a diferenciação interna é baixa, não há necessidade de treinamentos especializados para a qualificação de oficial. Esse vazio de profissionalismo militar propicia a neutralização de uma possível tensão clássica entre a classe profissional de oficiais - que buscam principalmente objetivos militares - e a classe política. Com o advento da industrialização ou com a deterioração da sociedade aristocrática, a necessidade de quadros mais profissionalmente capazes se faz sentir com agudeza, o que resulta na abertura das portas a elementos alheios à aristocracia e seu encaminhamento à educação que conduz ao oficialato. Este é um processo que acaba por gerar uma tensão entre os oficiais e a aristocracia, já que aqueles se sentem e entendem, agora, mais como oficiais militares e secundariamente como aristocratas.

---

em que foi visto e tratado como causa das fragilizações todas da sociedade e do estado francês. No caso brasileiro, não se modificaram, nos 2000, a ética e os valores centrais que definem a auto-percepção dos militares enquanto grupo e instituição e valorizam carreiras. O processo de socialização aplicado ao oficialato que se renova com as gerações e reiterado ao longo de toda a vida profissional, permanece observando e cultuando as mesmas concepções e objetivos, os mesmos ritos e mitos, a mesma substância curricular junto aos oficiais *senior*. Então, os mesmos significados. Diria até ser um motivo de orgulho essa continuidade. O Clube Militar, por seu turno, que na campanha do petróleo nos anos 50 manteve, na pessoa do general Horta Barbosa e, numa certa medida Estillac Leal, uma posição de vanguarda, hoje se alimenta de posições nostálgicas mas, a instantes mais recentes, nelas entendendo uma postura de valorização da instituição que, no âmbito do Clube, não se renovou até hoje em seus ritos de exortação à “Revolução de 1964”. A razão de, em um capítulo posterior, desenvolvermos uma Análise de Discurso de candidatos ao Clube Militar buscará, com base nesse exame teórico-metodológico, tentar entender o que vem sendo aqui afirmado, por enquanto, em bases hipotético-operacionais. Dito de outra forma, cuidaremos comparar e avaliar diferenças e desdobramentos posteriores a 2000, no que tange à consciência, crenças e utopias alimentados pelos sócios em comparação com épocas precedentes. No que tange ainda às relações civil-militares, os civis, independentemente de serem outros os nomes de pessoas, partidos e organizações, aprenderam e cumprem a mesma racionalidade de condutas anteriores - aprendida, portanto - na oportunidade e com os conteúdos que lhe são ensinados, na mais das vezes, pelo interesse político e pessoal e segundo as orientações que a perspectiva de êxito lhes aconselha.

Na América Latina do século XX nenhum país parece ter preenchido os requisitos do modelo aristocrático de relacionamento civil-militar. Os quadros militares são, como regra, preenchidos mais por representantes da classe média que da aristocracia. Esse nível de profissionalização abrange aspectos como os da educação, da estrutura institucional e do treinamento técnico. Na maioria dos países, reflete um analista, os militares são “até certo ponto” profissionalizados, “pelo menos em parte”, refletindo uma certa gradação de tensão com relação às elites civis (STEPAN, 1975:46).

No modelo *liberal* de relacionamento, não escapa à percepção das elites políticas a latência de um certo grau de conflito existente entre elas e os militares. Sobre ser o modelo democrático por excelência, faz parte integrante das intenções dessas elites, e até por motivos de sobrevivência, assegurar a ilegitimidade da atuação militar nos domínios da política. No plano ideal, o militar é apolítico. Reconhecida a crise potencial, acionam-se esquemas de neutralização. Reduzem-se os efetivos e recursos do Exército, como aconteceu após a Guerra da Tríplice Aliança: o segundo monarca não alimentava entusiasmo algum pela criação de um novo personagem político, coletivo, prestigiado com a vitória na campanha do Paraguai. Essa neutralização também foi buscada através de uma desmobilização rápida e da criação de forças militares de compensação na forma de milícias, como um freio ao Exército. Evidentemente que a criação da força descentralizada tem motivos outros que transcendem os aqui apontados, de natureza exclusivamente militar. O exemplo brasileiro vincula-se à criação da guarda nacional, financiada e sujeita aos donos dos poderes estaduais e locais na República Velha, num contexto federativo, regido por uma constituição de talhe liberal (STEPAN, 1975:47).

Nos terceiro e quarto modelos, o *comunista* e o *profissional*, é conferido um valor elevado à força militar e à especialização, ainda que o controle dos militares constitua um elemento fundamental. O modelo de que o comunista é exemplo repele o ideal de um militar apolítico. Como diz um teórico polonês, “A rejeição do conceito de militar como *expert* político, nos países socialistas se torna um dos elementos de integração entre o exército e a sociedade” (WIATR, 1968: 238). Esta integração se processa mediante constante doutrinação política, procurando garantir que a maioria dos oficiais de patente mais elevada sejam membros do partido. O soldado profissional, no modelo comunista, é politizado e não mais tratado apenas como *expert* mas como membro do partido, que participa das decisões políticas, “já como

cidadão politicamente ativo”(Idem,1968: 238). Mecanismos de controle são também ativados nos países de orientação comunista: a presença de comissários políticos nas unidades militares, os serviços de informações políticas e o expurgos ideológicos. Ainda nesse modelo, há áreas de incontestável fragilização nas relações estabelecidas. Nos casos de ameaça ou agressão externa à segurança nacional, os oficiais militares procuram obter autonomia profissional ou mesmo dominar o partido comunista, se observarem alguma debilidade, tal como sucedeu na China por ocasião da Revolução Cultural.

No modelo profissional como no comunista, o objetivo dos políticos civis é manter uma força militar poderosa sob controle do governo civil. Huntington será o teórico maior deste modelo. Sustenta que o controle civil é realizado não pela congruência ou por extensos esquemas de controle, mas pela tolerância dos civis para com o desenvolvimento autônomo da influência militar dentro da esfera militar. Sustenta ainda Huntington que a busca de objetivos militares profissionais pelos militares tende, em si mesma, a restringir a energia militar à sua esfera própria, não-política. “A essência do controle objetivo civil é o reconhecimento do profissionalismo militar autônomo”(1957:83). O controle civil é executado, sustenta, não porque os grupos militares partilhem valores sociais e ideologias políticas da sociedade, mas porque são indiferentes a tais valores e a tais ideologias; os líderes militares obedecem ao governo não porque concordem com suas políticas, mas simplesmente porque é sua obrigação obedecer” (Idem,1956:381).

Acabaram sendo escolhidos para análise pela maioria dos pesquisadores os modelos liberal e profissional. Entendeu-se que o modelo aristocrático não acharia presença na América Latina do século XX e o comunista seria aplicável somente em Cuba e, talvez, no México do PRI, por constituir partido único durante considerável tempo. Não é essa, contudo, a posição de Stepan. Suas refutações se centram em que, para adotar, para fins de análise, o modelo, digamos, liberal são necessárias, em primeiro lugar, instituições civis sólidas além de um sistemático e aprofundado esforço de manter os militares fora da política. O Brasil, num sentido, mostrou que a inexistência de instituições políticas sólidas acabou provocando a iniciativa dos políticos em cooptar os militares, como força sustentadora adicional na busca de determinados objetivos políticos. No que respeita ao modelo profissional, Huntington argumenta que o seu êxito é função da existência de um sistema político suficientemente estável para impedir que os políticos

interfiram em assuntos militares puramente internos ou utilizem os militares para propósitos político-partidários. A antítese do “controle militar objetivo” é a participação do militar na política”. Face ao que reputa como insuficiência dos quatro modelos explanatórios clássicos, Stepan se inclinou pelo que cunhou e denominou de “moderador”.(STEPAN.1975: 49)

O modelo de Stepan tem vínculos de pertinência com determinadas características que configuram uma cultura política específica. Nesta se identificaria a maioria das nações latino-americanas que, de uma perspectiva genérica, trazem consigo traços semi-elitistas, semimobilizados e semidesenvolvidos. Nenhum de seus grupos chegou a usar o poder econômico e político para promover o desenvolvimento. São elevadas as exigências políticas, mas pequena a capacidade política de convertê-las em resultados. A sociedade seria *pretoriana*, no sentido de que todas as instituições – a igreja, o trabalho, os estudantes – são altamente politizados. As instituições políticas, contudo, são frágeis<sup>7</sup> (RAPOPORT,1963:71-101). Esse tipo de sociedade abriga militares politizados e todos os grupos buscam cooptá-los. Na reflexão de Huntington, exclui-se a profissionalização, independentemente do aparecimento de sintomas incipientes de profissionalismo. Em Stepan, o Brasil, a Argentina e o Peru exemplificavam na segunda metade dos anos 70 tais indícios de profissionalização, de que eram marcas a presença da estrutura hierárquica, da diferenciação interna, de padrões de promoção – virtudes profissionalizantes que conviviam com um elevado teor de politização. Observe-se o distanciamento do modelo liberal, no qual o militar-tipo é apolítico.

Os processos parlamentares são caracteristicamente um mecanismo ineficaz de gestão dos conflitos políticos. Numa sociedade pretoriana, os partidos se mostram fragmentados. Na medida em que os objetivos das elites políticas incluem necessariamente a manutenção da ordem

---

<sup>7</sup> Originariamente a Guarda Pretoriana era simplesmente uma unidade de elite militar que o imperador Augusto estabeleceu para proteger sua pessoa e o governo das turbulências internas. Durante o curso da história imperial, contudo, a Guarda adquiriu um grande poder independente. Em proporção direta com o crescimento de sua significação doméstica, sua capacidade para a guerra pareceu desvanecer. O termo veio hoje a corporificar diversos significados. Ele se refere a soldados pagos por um governo para policiar uma população sem controle, mas também sugere que a lealdade de tais soldados não são definitivas, já que com frequência derrubam os governos que os contrataram para defendê-los. O termo é finalmente associado com idéias de venalidade, corrupção e incapacidade ou covardia militar. Um *estado pretoriano* é, em suma, aquele em que as ambições privadas são raramente contidas por um senso de autoridade pública ou finalidade comum. O papel do poder – ou seja, da riqueza e da força – é maximizado. Para os significados, origem e evolução do conceito de sociedade pretoriana, ver “A Comparative Theory of Military Types” em *Changing Patterns of Military Politics*, ed. Samuel Huntington (New York: The Free Press, 1963). O modelo de Stepan que apresentamos aproxima-se de Samuel Huntington em seu *Political Order in Changing Societies*.(New Haven: Yale University Press, 1968, pp. 192-263).

interna, frear o executivo e controlar a mobilização política de novos grupos – a que se deve acrescer a ausência de outras instituições para cumprir minimamente estas atribuições –, as elites políticas acreditam na conveniência de conceder aos militares um grau limitado de legitimidade para desempenhar essas funções específicas, sob certas condições. Segundo os parâmetros de tais relações entre civis e militares, estes são repetidas vezes chamados para atuar como moderadores da ação política, tarefa que caracteriza a função maior de manutenção do sistema. Essa formulação de funções se traduz, em termos crus, na deposição do chefe do executivo e na transferência do poder político a grupos civis alternativos. O acolhimento de tais funções pelos militares sempre esteve condicionado à aceitação de sua legitimidade e da praticabilidade de formas políticas parlamentares, bem como a constatação de disporem, em comparação com os civis, de uma capacidade relativamente reduzida de governar. O modelo admite um militar que seja controlado embora altamente politizado. A natureza desse controle é diversa da de outros modelos. Há componentes desse padrão de relacionamento civil-militar, cuja arquitetura retórica apresentaremos mais adiante.

#### **2.4 MILITARISMO E DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Os nomes que estiveram à frente do golpe de 1964 foram socializados e profissionalizados ao longo do período da história brasileira, que alguma literatura referiu como “populismo”: 1946-1964. Esta categorização, ao ser aplicada, traz consigo ressonâncias e verberações de formações ideológicas pretéritas que a definem, ao deferi-la ou ao condená-la. Não é uma discussão que, aqui, nos diga respeito. Independente da adequação ou consistência do termo escolhido para o período, a nós importa, isso sim, levar na devida conta que foi nele que se deu o processo de vertebração da visão de mundo, dos conceitos e dos supostos do papel que cabia às forças armadas no pós-guerra e que chega aos nossos dias. Toda essa postura com relação ao Estado, à sociedade, à representação e participação políticas, enfim à democracia, se construiu aí mesmo neste período, sob forma de uma consciência institucional, que trazia como *aide-mémoire* leituras e influências da experiência do Estado Novo, a visão de Góes Monteiro, a participação da FEB na II Guerra Mundial, a derrubada de Getúlio, a eleição de Dutra e a Constituição de 1946. A liderança militar de 1964 terá incorporado neste período populista, ou democrático – a partir daí – os esteamentos de suas cognições e de seu elenco de valores, para o que terá também contribuído, não ancilar ainda que indiretamente, o sistema de aliança

estabelecido com esse novo ator da cena brasileira, o exército dos EUA. A fenomenologia do protagonismo político das forças armadas, aí gestado, pode por isso nos servir de referência ao que se passa neste nosso século XXI, com relação à questão por nós definida, ainda que com diferenças tópicas.

Se considerarmos o período que se segue a Vargas ditador, de 1945 a 1964, como democrático, atribuiremos uma importância significativa à potencialização do número de eleitores, à organização de partidos que começam a definir e canalizar as energias políticas desta população crescentemente urbana, à constituição de uma sociedade civil que se reestrutura e começa a se autoperceber como atriz de uma cena que também é sua. Paralelamente à volumosa migração do campo para as cidades, há um considerável, ainda que esporádico, crescimento econômico, acompanhado de uma inflação agudizada em 1963. Além da própria sobrevivência, da existência da indústria, da universidade, de sindicatos, de algum desvencilhamento das oligarquias latifundiárias, a idéia dessa migração para a urbe está associada à cidade, no que esta significa como mercado de trabalho e na conquista de direitos fundamentais. No período, crescem os níveis do protagonismo militar: 1945, 1954, 1955, 1961 e 1964, em que os dois primeiros e o último foram eficazes, ao contrário de 1955 e 1961. Haveria relação desse protagonismo com o tipo de militarismo de sociedades pré-industriais a que acima fizemos referência ?

O mapeamento dos movimentos citados aponta para uma demonstração de que os militares brasileiros não se consideravam isolados do sistema político. Antes, viam-se a eles ligados, punham a descoberto alguma sensibilidade, sem submissão, à opinião pública, ainda que não absolutamente dela independentes. E, por “opinião pública”, leia-se a opinião das elites da sociedade. Desse período compósito em interesses que se entrelaçam e forças políticas que se definem, vai surgir a imagem construída do povo fardado, que tem recobrimentos com objetivos essencialmente políticos e já desvenda, no mínimo, uma sintonia, ou necessidade de conveniência com a opinião pública. O que se vai identificar nesse rastreamento do ativismo político vitorioso no período considerado é uma congruência que articulava visões, desempenhos e interesses das elites política e militar. As investidas contra o sistema jurídico-político e os executivos, como regra, tinham relação com o que neles se aponta como um baixo grau de legitimidade, como tal definida por elites políticas civis, e um elevado grau de legitimação conferido aos militares para o

desempenho de um papel chamado “moderador”, que passava, quando não se bastava, pela deposição do presidente.

Cabem ainda algumas considerações sobre o que se poderia referir como um esboço da genealogia da intervenção militar no Brasil, no chamado período populista, ou sejam, as condições precipitadoras da intervenção operando no plano da consciência de seus presumidos protagonistas. Não serão tais condições apontadas como “causas” no sentido empírico factual, mas como tendências que se operacionalizam com base em convicções e na “legitimação da iniciativa”, em certos casos para incentivar, em outros para desestimular projetos de protagonismo. Como já se terá observado, buscamos operar numa sintonia culturalista. E não por motivo diverso, nos capítulos sucessivos, inspecionaremos a socialização formal, acadêmica, das escolas mais altas, de nível estratégico, de três países latino-americanos (capítulo 3) e a socialização no mundo militar brasileiro (capítulo 4).

De imediato, contudo, recorreremos a uma investigação inicial de conteúdos. O período 1945 a 1964 nos oferece subsídios do fenômeno do militarismo. É nele que se iniciaram e formaram academicamente os chefes militares da atualidade e de mais algum tempo à nossa frente. Que elementos inscritos na cultura militar catalisaram desempenhos político-militares protagonistas que intervieram no período em questão? Sob que condições essa latência de resposta intervencionista, se existente, se atualizou? Que explicações e justificações lhe deram luz e alento? A primeira consideração que se nos oferece remete à linguagem de que se lançou mão para os projetos de golpe. Linguagem num sentido pragmático, isto é, provida de uma dimensão ilocutória, constituindo ações. Ainda que a seguir façamos menção a projetos de protagonismo militar vitoriosos e fracassados, nosso interesse se acerca da eficácia militarista: afinal esta é a referência embutida na questão proposta pela pesquisa. A argumentação empreendida para levar os militares ao exercício do “poder moderador” recorreu também a algumas direções e valores retóricos, merecedores de nossa atenção.

#### **2.4.1. ARQUITETURA RETÓRICA**

A experiência de protagonismo político dos militares, ao longo do período 1946-1964 teve como elementos constituintes da cooptação pela elite civil os seguintes acenos suasórios, com os respectivos temas e discursos investidos pela imprensa:

a) missão a ser cumprida;

- em projetos *ineficazes* de protagonismo político

A consciência militar que iluminou o nascimento da República não enterrará o regime ... Soldados e líderes militares da estirpe de um general Lott, cuja fidelidade à democracia é símbolo do pensamento que predomina de alto a baixo, não agirão como centuriões de um golpe. (*CORREIO DA MANHÃ*, Rio de Janeiro, 5 nov. 1955, Editorial)

Em nome da preservação da ordem, propõe-se perpetrar um ataque fatal à Constituição, ferindo mortalmente o regime. ... A decisão dos chefes militares, sob o pretexto de impedir a desordem, poderia, ao contrário, precipitar o país no caos, na guerra civil armada, na bancarrota econômica e financeira, na total subversão da ordem social, política e mesmo ideológica ... Os perigos que supostamente poderiam resultar para as instituições da presença do senhor João Goulart na presidência seriam, em qualquer hipótese, incomparavelmente menores do que os que emanam do repúdio do sistema representativo (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, Rio de Janeiro. 27 ago. 1961.. Editorial).

Lemos o manifesto dos ministros militares. É um golpe que abole o regime republicano no Brasil. É ditadura militar (*CORREIO DA MANHÃ*, Editorial. 31 ago 1961).

- em projetos *eficazes* de protagonismo político

...cabe a elas (às Forças Armadas) resguardar os poderes constitucionais e as leis da República (*O Jornal*, Rio de Janeiro.10 ago. 1945 Editorial).

Ao Exército cabe responsabilidade de respeitar os conceitos simples da ordem jurídica (*Diário Carioca*, Rio de Janeiro.13 ago.1945).

As Forças Armadas [...] como sentinelas da lei e guardiães da Constituição, da tranquilidade e do progresso do País ( *Diário de Notícias*, 20 de agosto de 1954)

...os militares juraram defender o País, garantir suas instituições, é este o juramento que se deve cumprir (*Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro,13 ago. 1954. Editorial.).

As Forças Armadas estão encarregadas, pelo artigo 177 da Constituição, de defender o país e de garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem (*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro.23 mar. 1964 Editorial.).

Se as Forças Armadas acreditam que é servir ao Brasil e respeitar a Constituição manter, nas funções presidenciais, um cidadão completamente desmoralizado, com a força moral destruída, carta branca lhe dará para outras imoralidades ou, mesmo, para outros crimes (*O ESTADO DE S. PAULO, S. PAULO. 13 ago. 1945. Editorial*).

Chega de farsa! Basta desta guerra psicológica desencadeada pelo governo com o objetivo de convulsionar o país e promover sua política continuísta ... Até que ponto ele pretende dividir as Forças Armadas pela indisciplina, que a cada dia se torna mais incontrolável? O Legislativo, o Judiciário, as Forças Armadas, as forças democráticas devem permanecer alertas e vigilantes, prontas a combater todos aqueles que tentam a derrocada do regime (*CONY, Correio da Manhã. Rio de Janeiro. 31 mar 1964. Editorial*).

O Brasil já tolerou demais o atual governo. Basta! (*Idem*)

Uma das características dos militares por nós comentada no final do capítulo anterior refere-se a que, em sua autopercepção da profissão, há uma simetria com relação à atividade clerical. Não apenas em haverem ambas sido categorizadas como totais, em Goffman, com base em elementos empíricos e factuais, mas, muito especialmente, no que diz respeito ao objeto da pesquisa, a algumas caracterizações procedimentais relacionadas a mecanismos simbólicos, processos identificatórios e ao sentido de devoção que aproximam a profissão do exercício de uma religião laica. Um dos traços da religião laica reside no espírito de missão. Ao se verem, a si próprios e à profissão, como missionários de algo maior a realizar, já se mostram inclinados por devoção e voto proferido e renovado a executar a missão. Por este motivo, a imprensa vai tentar a persuasão da intervenção (e da não-intervenção em alguns casos), lançando mão de um dos valores mais altos do repertório específico do militar, tal como absorvido no curso da socialização a que são submetidos: o cumprimento da missão. Cumprir a missão significa justificar a existência, cumprir a palavra (o juramento) empenhada, respeitar a identidade e evidenciar o poder de resolver questões fundamentais relativas à existência da República.

b) Naturalização e legitimação da intervenção;

Se o mais alto mandatário da nação se opõe à Constituição, condena o regime e não age de acordo com as leis, perde automaticamente o direito de ser obedecido (*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 23 mar. 1964. Editorial).

Continua em S Paulo, no Rio, e em outros lugares, um movimento civil para que as Forças Armadas convençam o chefe da Nação de que deve abandonar o cargo (*O Estado de S Paulo*, S. Paulo. 13 ago. 1945. Editorial.).

Sob a suprema autoridade do presidente, mas dentro dos limites da lei defenderão os poderes constitucionais, a lei e a ordem.. cumprirão sua função constitucional de ...(*O Globo*, Rio de Janeiro. 18 mar. 1964).

[...] o caminho a seguir dentro dos limites de uma solução estritamente constitucional (*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1954).

As Forças Armadas, que alguns insinuantemente procuram associar à tentativa de intimidar o Congresso, não faltarão [ao país]. Sob a suprema autoridade do presidente, mas dentro dos limites da lei (artigo 176 da Constituição), elas defenderão os poderes constitucionais, a lei e a ordem (artigo 177). Portanto, não permitirão que grupos sectários ou subversivos, sejam íntimos ou não do chefe de governo, se pronunciem contra o Congresso ou tentem agir contra ele, porque as Forças Armadas não podem endossar atos e processos ilegais contra a Constituição (*O GLOBO*, Rio de Janeiro. 18 mar. 1964).

c) naturalização e legitimação da não-intervenção

Estamos certos de que em nenhuma circunstância o Exército, a Aeronáutica e a Marinha concordariam em servir de instrumentos de ambições que não radiquem no voto político popular (*O JORNAL*, Rio de Janeiro. 5 nov 1955. Editorial).

d) convite, apelo, ameaça;

Nada é mais certo que os partidos políticos solicitem ao Exército, à Marinha e à Aeronáutica que intervenham no sentido de... (*O Jornal*. Rio de Janeiro. 10 ago 1945 Rio de Janeiro Editorial).

... apelamos às Forças Armadas porque são a única força organizada capaz de impor... (*DIÁRIO CARIOCA*, Rio de Janeiro, 13 ago 1945 Editorial).

As Forças Armadas estão convidadas a servirem de mediadoras... (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, Rio de Janeiro.20 ago. 1954 Editorial).

“... se as Forças Armadas [não intervierem] carta branca lhe dará para outras imoralidades ou, mesmo, para outros crimes” (*O ESTADO DE S PAULO*, S. Paulo.13 ago 1945. Editorial).

“... porque as Forças Armadas não podem endossar atos e processos ilegais contra a Constituição”. (*O GLOBO*, Rio de Janeiro,18 mar 1964. Editorial).

“...não permitirão [as Forças Armadas] que grupos sectários ou subversivos [...] se pronunciem contra o Congresso ou tentem agir contra ele”.(*O GLOBO*, Rio de Janeiro.18 mar 1964 Editorial)

“...as Forças Armadas não faltarão ao País...” (*O GLOBO*, Rio de Janeiro.18 mar 1964. Editorial). “Chega de farsa! O Brasil já tolerou demais o atual governo Basta !”

“As Forças Armadas brasileiras têm profunda consciência de suas responsabilidade na atual situação política ... cabe a elas resguardar os poderes constitucionais e as leis da República. Nada é mais certo e legítimo que os partidos políticos solicitem ao Exército, à Marinha e à Aeronáutica que intervenham no sentido de garantir as leis eleitorais já estabelecidas e impedir que sejam alteradas” (*O JORNAL*, Rio de Janeiro. 10 ago 1945. Editorial).

Da conduta dos dirigentes supremos e líderes das forças de terra, mar e ar deve resultar claramente o caminho a seguir, dentro dos limites de uma solução estritamente constitucional. Isto é, a transferência do governo ao vice-presidente da República (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, Rio de Janeiro.20 ago 1954. Editorial).

O que cabe a nós fazer? Cruzar os braços e esperar? Ou apelar às Forças Armadas num país onde o governo é flagrantemente ilegal e não se baseia no menor resquício de legalidade? Ao Exército cabe a responsabilidade de respeitar os conceitos simples de ordem jurídica sem os quais é impossível nossa vida em sociedade. Apelamos às Forças Armadas porque são a única força organizada capaz de impor a ordem ao caos instalado pelo próprio governo (*DIÁRIO CARIOCA*, Rio de Janeiro. 13 de agosto de 1945. Editorial).

#### e) racionalidade da missão.

Trata-se de convencer o Chefe da Nação a abandonar o cargo (*O ESTADO DE S PAULO*, S.Paulo. 13 ago 1945. Editorial).

É absolutamente lógico... que o papel decisivo nesta hora de transição recaia sobre as Forças Armadas”.  
(*DIÁRIO CARIOCA*, Rio de Janeiro.13 ago 1945. Editorial).

Se o mais alto mandatário da nação se opõe à Constituição, condena o regime e não age de acordo com as leis, perde [...] o direito de ser obedecido (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, Rio de Janeiro. 23 mar 1964. Editorial.).

... até que ponto pretende ele dividir as Forças Armadas pela indisciplina que a cada dia se torna mais incontornável? (*CORREIO DA MANHÃ*, Rio de Janeiro. 31 mar 1964. Editorial.).

...prontas a combater todos aqueles que tentam a derrocada do regime (*CORREIO DA MANHÃ*, Rio de Janeiro.31 ago 1964. Editorial.).

... porque as Forças Armadas não podem endossar atos e processos ilegais contra a Constituição (*O GLOBO*, Rio de Janeiro.18 mar 1964. Editorial).

Acreditam os chefes militares que a crise de autoridade no país possa durar mais do que os quinze minutos que se gasta para levar de carro o Ministro da Guerra ao Catete, a fim de transmitir o apelo dos chefes da Forças Armadas? Os militares juraram defender o país, garantir suas instituições e é este o juramento que se deve cumprir (*TRIBUNA DA IMPRENSA*, Rio de Janeiro.13 ago 1954. Editorial).

Através da participação da imprensa, podem-se observar alguns aspectos da construção suasória no período democrático de 1945 a 1964. Desvanece-se assim a imagem folclórica de que, preliminarmente a cada intervenção, alguma coisa de insurreição na organização militar estaria em processo: que aos militares tivesse cabido iniciativa e autoria exclusivas, enfim, a demarcação de um projeto de protagonismo político. Tal versão se alimentaria, então, de uma teoria da conspiração militarizada. Mas parece nítido que, em alguma medida pelo menos, a organização armada, singelezas à parte, estivesse, em todos os episódios de intervenção, sendo objeto de uma busca de cumplicidade. Daí resultaram intervenções que tiveram êxito (1945, 1954 e 1964) e outras que não se mostraram eficazes (1955 e 1961). Nunca houve força armada no mundo que não se deixasse empolgar por uma aura de salvacionismo. Não estamos aqui a conceder diploma de ingenuidade, certificado de “eu não sabia” ou de absoluta isenção a forças armadas ao sul do equador. Considerando a receptividade latente nos atores envolvidos em um projeto de protagonismo político deferido pela cultura militar, que então se constituía, a eficácia

da iniciativa ficaria dependente de um certo repertório de variáveis, intrínsecas como extrínsecas, na medida mesma em que, articuladas, compusessem um quadro de justificação, de racionalidade, quando não de compulsão pelo dever da iniciativa militarista, como o mapa de cognições e o leque de valores ensinava ao grupo com a força da tradição.

Observa-se que as iniciativas de cooptação destituídas de êxito o foram em razão, dentre outros motivos, da não observância de alguns mandamentos do evangelho militar. Estamos nos referindo à infringência de princípios fundadores da instituição fardada, maximizada pela sacralidade leiga que os reveste e constitui (1). A partir da leitura das matérias editoriais, observa-se que parece constituir instrumento de inelutável eficácia, para o êxito da cooptação, vincular o comportamento desejado da força armada a algum comprometimento ético, princípio ou norma, como tal codificada pela instituição militar. Deixar de cumprir o que se acha na Constituição, regulamento, lei, estatuto, norma ou qualquer ordem formalmente estatuída é algo que instaura uma apostasia – exige uma forte justificação, então –, e aí se localiza uma das áreas a que a organização fardada é extremamente sensível, por sentir desestabilizado o edifício de seus credos.

A hipótese de violação da norma escrita infligiria à instituição militar um tratamento de sanção compatível com uma violação grave ou mesmo de crime. Esta afirmação, literalmente considerada, pode soar hiperbólica. E o é. Mas a percepção de seu conteúdo e dos efeitos que dali decorrem é corrente e até tradicional. Como resultados paralelos à violação, adviria a conclusão de existência de um agravo sofrido pela instituição em seus princípios fundadores e a autopercepção de desvalia em seus desempenhos profissionais ou de não reconhecimento de seu valor ético. O cumprimento do que é mostrado, e percebido, como uma ordem escrita, formal, é o que a iniciativa de cooptação pela imprensa busca atingir e explorar. Em outras palavras: levar a organização, sua liderança, a se autoperceber como em vias de violação de um dever ou norma com sustentação jurídica. Não é pouco, e não há absolvição ou recurso possível. Daí o vigor cooptativo deste recurso investido por alguns dos editoriais acima citados, quando, por exemplo, - incoerentes só na aparência - relembram quais as funções constitucionais dos militares e ensinam o dever dos militares ... aos militares.

Vinculado a esta função editorial de *aide-mémoire* pública de deveres e funções de responsabilidade dos militares, encaminha-se um raciocínio de naturalização da iniciativa. Trata-se de estabelecer uma relação causal ou consecutiva, de qualquer modo *natural*, de caráter

impositivo entre o cumprimento do dever e a intervenção. O dever defere e até impõe a intervenção. A função militar a exige. O voto professado a absolve. A sociedade assim pensa. E assim julgam a organização e seus militares. Afinal, é o que a “opinião pública” proclama com todas as letras, nos jornais “mais importantes do país”, vale dizer, lidos pela elite da sociedade e pelas autoridades. Introduce-se nesse passo uma racionalização justificadora. Afinal, a verdade não advém da natureza e da razão? E isso é mais fácil de aceitar em grupos de formação cartesiana e orientação positivista, como é literal e historicamente o caso. Na verdade, a instituição militar substancializa o que Perelman chama de auditório particular (por contraposição ao auditório universal)<sup>8</sup> (PERELMAN, 2000: 20-26). Os editoriais da imprensa referidos acima ilustram essa estratégia argumentativa, voltada com exclusividade para esse auditório particular.

Essa arquitetura de cooptação das forças armadas como ator político tem o seu cálculo gravitando também em torno da legitimação da intervenção. Através dos conteúdos editoriais servidos ao leitor militar e institucional, “demonstra-se” que a lei, na verdade a Constituição, não só agasalha como impõe o comportamento institucional de que os editoriais se fazem arautos. O não-cumprimento das obrigações constitucionais implica, como se disse, a reprovação – ou condenação perante a opinião pública – a temida perda de legitimidade da organização armada -, por se haverem omitido ao cumprimento do dever. Até mesmo a legitimidade conferida à intervenção pela sociedade lhes será arrebatada: a elas, que constituem a “única força organizada no país”. Invetivando contra o que percebe como farsa, (“Chega de farsa!”), Carlos Heitor Cony, editorialista do *Correio da Manhã*, preocupado com a indisciplina que ameaça as Forças Armadas, proclama, incontido e reiterado, em sua indignação e revolta: “Basta!” “O Brasil já tolerou demais o atual governo. Basta!”. Essa é a argumentação justificatória do que a imprensa registra, e nós acima reunimos. Afinal, “nada é mais certo” do que a intervenção militar, na verdade o único “caminho a seguir” tal como o país (“S Paulo, Rio e outros lugares”) o julga.

Um outro conjunto de afirmações em editoriais se volta para definir o tipo de contato a estabelecer com as forças armadas, a fim de ultimar a sua convocação para o dever. Varia-se da “solicitação” a que intervenham à ameaça velada, caso não o façam. A solicitação é, inicialmente

---

8 O conceito básico da teoria de Perelman é o de auditório (*auditoire*). Para determinar o auditório ao qual se dirige um orador, é necessário conhecer as intenções deste. Quem busca somente o acordo de um auditório particular, persuade, quem se esforça em alcançar um auditório universal quer convencer.(PERELMAN. 2000 :30) Conseqüentemente os argumentos que geram o acordo do auditório universal são válidos, enquanto os que são só aceitos por um auditório particular são apenas eficazes.(PERELMAN. Ibidem)

gentil, tipo “acordo de cavalheiros”, entre pessoas educadas, civilizadas. A ameaça que paira é a de serem reconhecidas como acumpliciadas a atos ilegais e desonestos.

Na realidade, não há por que se furtarem ao dever a que são solicitadas, se não a que são compelidas, pelo texto jurídico de hierarquia maior dentre os diplomas legais do país. Além de todo esse respaldo jurídico emprestado ao discurso jornalístico de primeira página, que prescreve e compele à intervenção, não se pode descartar, diante de uma platéia cuja educação tem forte extração positivista, a densa substância racional que reveste a pretensão dos editoriais e, como se argumentou, da sociedade. A essa percepção, deve-se não perder de vista o que, num outro sentido, a valoriza ainda mais: trata-se de uma operação de *caráter simples*, o que é lido como “sem derramamento de sangue e sem luta entre irmãos”. Afinal trata-se *só* de convencer o Chefe da Nação a abandonar o posto para o qual foi eleito. O contrário disso, afirma-se, “é cruzar os braços e esperar”, postura que, já pelo caráter de inércia, tradicionalmente, merece do grupo militar a repulsa maior. Aí se contêm as proposições editoriais reunidas em (d) acima.

Não terá passado despercebido que a intervenção militar, o exercício de uma de suas modalidades, só começa a ganhar contornos de eficácia a partir de uma sanção civil. Tal consideração se faz impositiva em razão de a opinião civil ser suficientemente fragmentada e a legitimidade do presidente suficientemente forte para a formação imediata e automática de uma coalizão golpista civil-militar. A decisão efetiva dos militares de dar início a um golpe, diz Stepan, e assumir a deposição de um presidente deriva de um processo duplo: de articulação com os civis e construção efetiva de uma coalizão de golpe civil- militar.(1975: 72). A que se poderia acrescentar um caráter de “justificação” redentora de forças militares cumprindo a sua missão.

Em sentido oposto, o projeto de golpe fracassado de 1955 e a tentativa frustrada de 1961 registraram um baixo nível de articulação e participação das elites civis, do mesmo modo que a adesão por parte dos militares foi abaixo da expectativa de seus mentores. Em 1955, o apelo ao golpe derivou de um só partido e se esvaziou da possibilidade de endosso por um movimento civil mais consensual. Por esse motivo, a necessária coalizão entre civis e militares não se constituiu. Em 1961, houve uma apressada e unilateral iniciativa dos ministros militares de impedir Jango, ante a renúncia de Jânio Quadros. Um elemento fundamental à eclosão dos golpes antes de 1964 foi, naquela oportunidade, a criação de uma coalizão golpista agregando civis e militares. Um outro fator deve ser acrescentado: a percepção de existência permanente de uma

gradação e limitação da intervenção militar na política, traço reitor da ação “moderadora”, que apresenta dois componentes: atitudes civis com relação ao papel dos militares na política; atitudes militares para com a sua própria legitimidade e capacidade de dar forma e conteúdo a um governo. O que se está admitindo em agenda seria então a questão constitutiva da legitimidade da intervenção e da ilegitimidade do governo militar que viesse a se constituir, distinção que tradicionalmente regeu uma espécie de estatuto das relações entre elites civis e elites militares e que por ambos era observada.

Um outro traço das contrações da gestação golpista foi o caráter impositivo de uma consensualidade no âmbito dos militares nas intervenções efetivadas com êxito: com relação tanto à necessidade da intervenção militar quanto ao grupo de elites civis a que o poder político deveria ser entregue. Os mandamentos da “convergência de esforços... perfeita harmonia de vista, ininterrupta solidariedade” (LEITÃO DE CARVALHO,1959:56) mostraram o seu vigor para frustrar tentativas de intervenção e rupturas da Constituição. A título de lembrança, assinale-se que, em 1955, quando se buscou impedir a posse dos candidatos eleitos, Lott, então ministro da Guerra, e seu comandante da Vila Militar, general Odílio Denys, prepararam com cinco meses de antecedência o que se veio a referir como “golpe preventivo”ou “contragolpe” de 1955. Quando o desencadeamento da intervenção golpista se aproximava, o contragolpe já contava com o apoio dos principais comandos de tropa, nas mais importantes guarnições. A consciência da necessidade de um consenso, tal como estabelecido no informal estatuto de convivência entre civis e militares, levou Lott a convocar os presidentes do Senado e da Câmara Federal e do Supremo Tribunal Federal, a quem solicitou que “providenciassem a substituição legal do presidente Carlos Luz em estrita conformidade com a Constituição, porque “não estamos dispostos a assumir o controle do poder civil. Não é esse o nosso objetivo” (COSTA, 1995.301).

No que converge com o objetivo de nosso trabalho, 1964 substancializou uma definitiva ruptura dos padrões de intervenção do poder moderador militarista. Mudam os papéis atribuídos aos militares, o que tem pertinência com a mudança do sistema político. Por mais relevante que se mostre a análise do movimento, não é o fulcro maior de nossa atenção ampliar a alentada literatura existente no Brasil e fora dele. Cumpre-nos, isso sim, perceber a relação com os outros movimentos que antecederam 64, dentro do período democrático posterior à queda de Vargas, em 1945, e à nova Constituição de 1946. O período que antecedeu 1964 revelou-se, de

uma perspectiva liberal, tomado de uma crescente sensação de crise. A crença generalizada, à direita e à esquerda, de uma crise iminente e da pouca operatividade do sistema político para controlar a situação teve na erosão dos limites do ativismo militar um de seus produtos. Uma sensação de instabilidade institucional parece ter tomado a consciência dos militares a que se deve agregar, de 1961 a 1964, a percepção fardada de posturas autoritárias e de determinação de modificar o sistema.

Um autor classifica as mudanças no sistema político brasileiro, no período acima referido como (i) um índice crescente de reivindicações políticas e econômicas concentradas e dirigidas ao governo; (ii) um decréscimo da capacidade extrativa decorrente do declínio do crescimento econômico; (iii) uma redução da capacidade política de converter as reivindicações em políticas públicas concretas, em razão da atomização do apoio; (iv) a crescente retração do apoio ao próprio regime político. Essa taxionomia de causas e tendências pode até sofrer das típicas fragilizações explanatórias que costumam se abater sobre matrizes cognitivas sistêmicas, mas é como, de um modo liberal, o país era percebido. A polarização ideológica nas eleições de 1962 foram mais amplas do que normalmente sucedia. Retóricas nacionalistas de esquerda eram contraditadas por grupos militantes anticomunistas ligados aos altos negócios e à livre empresa (STEPAN,1975:92).

Faltaram condições de governo para processar as diversas reivindicações que, afinal, buscavam organizar interesses e reduzir necessidades, por não poder ou saber o Executivo dispor de uma base de apoio que proporcionasse condições mínimas de viabilização a programas de desenvolvimento. Apesar dessa ausência de apoio político, a que se agrega a presença de instituições frágeis, incapazes de unificar interesses diversos, somente quando tanto a direita quanto esquerda se convenceram – ou foram convencidas – da inoperância do sistema, a crise assumiu abrangência total, embora pressões sobre o sistema político existissem até os princípios de 1964. O movimento vai, de toda maneira, evidenciar que os militares, sua liderança mais alta, não se dispunham a ser moderadores apenas, mas, isso sim, dirigentes da política. Evidentemente que nestes traços rápidos não se pode desviar da presença de fatores exógenos, a influência dos Estados Unidos, em particular. E grupos e corporações privados, que tinham a atenção e o interesse voltados para o que se passava no Brasil, não ocultaram que os EUA representaram uma força fundamental por trás do movimento. Este é um argumento já acolhido na literatura

disponível e de grande trânsito em nosso país.<sup>9</sup> A opinião que a ele se contrapõe – que impressiona, não pela surpresa mas pela candura e pela ingenuidade que antevê no povo brasileiro - parte do ex-embaixador Lincoln Gordon, quando assegura que “O movimento que depôs o presidente brasileiro foi puramente brasileiro, foi 100% - não 99,44% - mas 100% brasileiro. Nem a Embaixada Americana nem eu, pessoalmente, tivemos qualquer participação no processo”.<sup>10</sup> Um aumento de preocupação com os movimentos armados internos, posterior a Fidel Castro e a 1961, foi observado nos Estados Unidos. Começa a se insinuar um volume crescente de publicações que trazem na agenda entradas e verbetes para contra-insurreição e ação cívica. Tal mudança de agenda repercutiria nos exércitos que os norte-americanos chamavam de “aliados”, em particular os que apoiavam a formação militar segundo parâmetros e principalmente objetivos derivados da educação militar norte-americana.

Ainda que, aqui, nos dispensando da tarefa de recapitular o movimento quantitativo de alunos militares em centros e escolas do exército americano, não pode ficar sem um registro a pertinência que com facilidade se identifica entre os cursos freqüentados e a sintonia com o sistema político brasileiro posterior a 1964. A estimulação a esse tipo de envolvimento intervencionista se alastrou e indubitavelmente criou disposições de aceitabilidade, quando não de expectativa, pela criação de regimes militares nesta parte do Continente. Não se pode perder de vista que o movimento de 1964 apresenta elos com a ação militar, política, econômica e com a ação cívica. Como declarava um oficial autor de artigo na revista militar de mais alto nível e credibilidade nos EUA:

O principal problema com que nos defrontamos é aprender a harmonizar numa sinfonia única os magníficos recursos de contra-insurreição de que dispomos e persuadir os governos aos quais damos

---

9 A idéia do argumento parece ter sido alargada com a difusão do livro *O Golpe Começou em Washington* (Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. 1965) **Ver Stepan, 1975, (94)**

10 Citado por STEPAN .1975, 94. E, sobre o evento, sugere a leitura do *The Nomination of Lincoln Gordon to be Assistant Secretary for InterAmerican Affairs*, audiência perante a Comissão de Relações Exteriores do Senado, 89º Congresso, 2ª sessão, em 7 de e fevereiro de 1966: 44-45. Não obstante tanta candura, essa isenção norte-americana ao movimento de 1964 é literalmente desmentida pelo “A Contingency Plan for Brasil”, escrito em 11 set 1963 e recebido por Washington em 6 jan 1964, de autoria do próprio Embaixador Gordon e de Benjamin H Head, então secretário executivo do Departamento de Estado, vindo a lume com a liberação dos documentos após vencimento do prazo de seu caráter “secreto”. A maquinação, que incluía o envio de uma força tarefa norte-americana para as costas brasileiras, integrou a “Proposta de Política de Curto Prazo – Brasil, elaborada ainda no governo de John Kennedy. (FOLHA DE S.PAULO, “Plano dos EUA antecipou ação dos militares”. 15 jul 2007: A12.)

ajuda a aplicar suas energias e recursos contra as ameaças com que se deparam.(LADD,1964: 76-78)  
(tradução nossa.)

A relação crismada de “aliados” entre EUA e o Brasil já havia também sido magnificada pela participação do Brasil na II Guerra Mundial, que acabou determinando uma semelhança de objetivos e perspectivas entre alguns militares brasileiros e a missão militar norte-americana. Daí resultaram amizades entre componentes da FEB – que atuou sob o comando de um oficial general dos EUA - e adidos militares norte-americanos; também entre colegas de curso nos EUA. Essa aproximação precipitada pelo interesse norte-americano tinha a catalisá-la um discurso de que o Brasil, com toda a sua extensão, fazendo fronteiras com todos os países à exceção de Chile e Equador, pudesse vir a se constituir em campo de treinamento de guerrilhas para toda a América do Sul. A isso acrescia uma expectativa doméstica de que o nosso país caminhava naturalmente para o *status* de megapotência do subcontinente. Um outro desdobramento dessa convivência foi a própria criação da Escola Superior de Guerra, que teve em seus quadros um professor militar norte-americano como oficial de ligação até 1970. Derivadas de fontes norte-americanas, duas explanações parecem buscar orientar o exame dos fatos que geraram a mudança no jogo de forças políticas em 64. O primeiro deles estatui que os regimes caem mais pela própria debilidade interna do que por força da oposição. A ser confirmada a afirmação, o estudo da mudança do padrão moderador na gestação do militarismo tupiniquim está a exigir a avaliação do sistema político em funcionamento, de uma parte; e, de outra, ao lado de fatores estruturais mais amplos, e contribuintes para a irrupção de 1964, há que acrescentar a necessidade de reconstruir a solução real de crises específicas que ocorreram no período do próprio governo autoritário.

A título de conclusão dessas reflexões, e estreitando agora o nosso foco na Força Armada brasileira, vai-se aqui tentar identificar as matrizes intelectuais fundadoras do protagonismo político dos militares no período posterior à II Guerra Mundial, balizado pela derrubada de Getúlio e a de João Goulart. Iniciativas anteriores, como as havidas na República Velha, particularmente as vinculadas, empírica ou espiritualmente, ao movimento tenentista, independentemente da significação política, não tiveram caráter institucional: não foram chefiadas pelos Chefes da instituição, não observaram os princípios fundadores da hierarquia, da obediência, da verticalidade do sistema de poder, da disciplina, enfim. E as funções exercidas nos

movimentos não observaram a hierarquia da instituição. Ignoraram movimentos mais caracteristicamente institucionais, independentemente da unanimidade ou não de adesões, do êxito ou fracasso das iniciativas interventoras.

A intenção nossa de identificar os elementos propulsores das intervenções militaristas institucionais no período 1946-64 não se deverá apenas ao caráter a ele inerente de período de transição de uma ditadura para um regime que se pretendeu liberal em seus motivos e objetivos. Mais que pretender uma narração de eventos, a escolha do período se deveu a algumas ordens de razões:

(i) Não há atestado de óbito lavrado em cartório algum no país que ateste o desaparecimento de apoios e repúdios aos movimentos balizadores. 1945 e 1964, de uma perspectiva culturalista, não morreram; se morreram, ainda não estão sepultados; e, se sepultados, há ainda um bom número de confissões anímicas que não duvidam de sua ressurreição. Os temas e as realidades concretas do sindicalismo, do estado de bem-estar social, do sistema político, do papel do Estado e de sua relação com a sociedade, da relação entre os poderes, da estrutura de poder, do neo-sindicalismo, de constituição da (s) elite (s) brasileira(s) etc. são partes indissociáveis da compreensão de nosso hoje político. São também, num sentido geral, conteúdos integrantes dos estudos militares de suas escolas de mais alto nível que, acordes com uma postura estrutural-funcionalista, são estritamente descritivos, com o que também se mostram inerentemente normativos ;

(ii) muitos dos chefes e comandantes daquela época, ainda que já afastados da instituição por idade ou falecimento, não desapareceram da consciência militar de hoje. Conservam-se pela força tida ou atribuída às idéias a que deram a luz, ou que observaram na prática, pela capacidade suasória de suas iniciativas, no que fizeram, escreveram ou disseram, o que, num considerável sentido, faz de muitos deles líderes póstumos. Conjuntamente ou alternativamente à participação que tiveram no âmbito da instituição militar, em torno deles se criou uma tradição que é reavivada em cultos e ritos, grades escolares e artigos de revistas. Não se pode desprezar a importância do fato de que, como regra de aplicação quase absoluta, o exercício de uma docência pelo militar, em tese, pressupõe a capacidade de ministrar “instruções militares”, desde que tenha, apenas, sido aprovado no mesmo curso de que será docente. Dito de outro modo: a deferência epistêmica”(BUCHANAN, 2004) para o exercício docente se satisfaz e

se concede com base num desempenho satisfatório como aluno. Tal costume institucionalizado é um estímulo a que se repitam conteúdos, autores, referências e temas a abordar, vale dizer, um vigoroso estímulo à reprodução de cognições e informações, dos valores que nelas se contêm e de padronização de consciências. Uma política de normas escritas ou preceitos. Daí a facilidade maior de se entender e “justificar” a participação da força armada em protagonismos políticos de diversas gradações e de, irrestritamente, aceitar as lições do passado institucionalmente deferidas.

(iii) o sistema educacional militar em todo o mundo – e o Brasil não é exceção - traz consigo uma valorização da história, que se disponibiliza como reservatório de exemplos edificantes do passado, que se devem cumprir no presente, tal como será discutido com detalhes no capítulo seguinte. Já que esta história foi aplicada às coisas e gentes do passado, pode gerar conseqüências no presente, por força da inserção e do afeiçoamento ao personagem, assim heroificado, tratado como líder exemplar, e do autor como historiador. Isso mobiliza pensamentos e ações d’antanho, as quais, independentemente do tempo em que aconteceram, são institucionalizadas, ou sejam, fatos, atos e pensamentos são incorporados à ética militar, posicionam-se ante as referências de bem e de mal que a instituição, e só ela, consigna, a partir, com toda certeza, da práxis diária, mas principalmente do sistema educacional de que a organização se orgulha.

#### **2.4.2. A CONVIVÊNCIA UDENISTA**

A comunhão - a palavra de extração religiosa não é gratuita - entre a ética udenista e a visão do bem e do mal acalentada e difundida pela organização militar da época, de nossa perspectiva, jogará luz no processo de gestação de crenças, convicções e consciências institucionais, onde se depositarão argumentos de racionalidade e de valores, de compreensão e justificação das opções políticas, uma delas a intrusão. Muitos daqueles editoriais por nós acima mostrados nasceram do ventre da UDN ou foram por ela nutridos. O fato de a iniciativa militarista ter sido bem-sucedida, como em 1945 ou 1964, ou não ter tido êxito, como em 1955 e 1961, a nós importa pelo que se acha na raiz das iniciativas, as sementes que lhe deram vida, o DNA que produziu a gestação de um protagonismo político, a contrapelo da soberania interna. De outra parte, desenhar o perfil ideológico da UDN nunca foi tarefa fácil: o que se definia como posição oficial parida no Diretório Nacional nem sempre coincidia com posturas filhotes adotadas por alguma liderança sua e, como regra, as mais influentes. O que se poderia imputar de

descompasso entre retórica e prática vai se revelar na grande capacidade de o partido recorrer à intervenção militar, à contestação de resultados dos pleitos eleitorais - em nome mesmo do liberalismo. Ou nas palavras famosas de Carlos Lacerda: “Defender o golpe para evitar o golpe por via eleitoral,” reiteradas por Octávio Mangabeira:

[...] soldado da democracia – e este é o mais caro título que me conferiu a vida pública - possa ou venha a assumir atitudes que pareçam de qualquer modo antidemocráticas. Mas o faço, ou se o fizer, será precisamente por amor das nossas liberdades (MANGABEIRA, apud BENEVIDES, 1981:25).

A grande ambigüidade do liberalismo udenista, para Hélio Jaguaribe, decorria das contradições entre as idéias liberais que inspiraram os fundadores e as necessidades reais das classes médias que, teoricamente, pretendia representar. E aponta que tais necessidades só poderiam ser atendidas se o partido apoiasse o projeto de desenvolvimento econômico planejado, proposto pelo Estado. Mas o partido tinha uma visão antiestatista predominante em todos os programas e constante da retórica parlamentar, que consistia na oposição quase que sistemática às iniciativas governamentais – sobretudo de origem getulista ou afim – no domínio econômico (o apoio à criação da Petrobrás é discutido à parte, pelos aspectos de tática política de que se revestiu) (BENEVIDES, 1981:248).

A rejeição a alguma coisa, a rejeição do getulismo, torna-se a fixação udenista e o corolário de seu liberalismo antigetulista enfrentou problemas que um liberal moderno não poderia ignorar. A resistência udenista em admitir a participação política das classes populares, a omissão nos debates sobre as questões trabalhistas serão típicas do pensamento liberal clássico e elitista, que se refletirá também no irrealismo político da UDN, ao opor o formalismo legal aos direitos sociais (greves, ampliação da cidadania política) e à modernização da intervenção do estado (BENEVIDES, 1981:250). Uma mudança a partir do governo Kubitschek foi identificada por Afonso Arinos. A UDN começa a transformar-se, renegando a sua “herança liberal e de confiança no processo democrático” num identificável partido de direita.

Havia uma direita antidemocrática, dividida em duas correntes, ambas aninhadas na UDN: uma que detestava a herança varguista (refletida em Kubitschek) e aspirava à ditadura militar por motivos políticos, e outra que tendia também para a ditadura militar, mas por reacionarismo econômico e hostilidade ao progresso social. Esta direita recebia auxílios financeiros não revelados (ARINOS, 1974:110).

Uma tentativa de reunir os traços qualificadores do liberalismo udenista apontaria o elitismo, o moralismo, a ênfase na ordem no seu sentido mais canônico, os desvios para o autoritarismo e o estatismo via golpismo. Há um profundo traço elitista na UDN marcado principalmente pela crença inabalável na presciência das elites. Tal concepção se articula logicamente com a convicção de que o povo jamais será politicamente responsável, podendo, no máximo, ser “politicamente educado” ou “guiado”. Esse elitismo remonta às origens da UDN na chamada “verdade mineira”, quando seu presidente, Antônio Carlos, lança seu aforismo que vai ter a consistência e gerará lealdades nascidas de um mandamento. “Façamos a revolução antes que o povo a faça.” Na “boca do Andrada” falava a continuidade mineira, cujos componentes fundamentais serão a presciência das elites em relação aos grandes movimentos populares, com o que parafraseava o pensamento dos intelectuais da Inconfidência, de Vasconcellos, de Paraná, de Ottoni. A “revolução” significava o “caminho da ordem contra o autoritarismo, o restabelecimento do direito contra a prepotência”. (BENEVIDES, 1981:252)

Ao se considerarem os melhores, os homens da UDN davam curso e conseqüência a esse elitismo que “justificava” o inconformismo com o resultado das urnas. Daí o golpe para corrigir o que “o povo tinha feito de errado” e para implantar uma democracia que permitisse ao povo acertar.<sup>11</sup> Daí a crença na “imaturidade do povo” e na identificação de reivindicações sociais com anarquia.<sup>12</sup> Não por coincidência, se poderá ler em outra fonte, não formalmente udenista, que

“O dinamismo da ordem social deve ser orientado segundo o critério do Bem Comum. Isto não se realiza pela simples elaboração de leis. A ordem naturalmente estabelecida corresponde a uma realidade com características próprias, e o aperfeiçoamento só é efetivo quando a sociedade aceita e adota as alterações que lhe tenham sido propostas. Compete às elites essa tarefa [...] Auscultando o povo, as elites podem identificar seus anseios e aspirações. Cumpre assim às elites interpretar os anseios e aspirações, mesmo os difusos no ambiente social, harmonizando-os com os interesses nacionais e com o Bem Comum. (MANUAL BÁSICO, ESG,1988:95)

Paralelamente ao acolhimento de uma verdade positivista - a de que existe uma ordem social natural no universo, que seria revelada ao homem por meio da observação e do

---

11 Entrevista de Luís Arroba Martins, presidente da UDN de S Paulo, a Benevides (1981:254)

12 Michel Debrun, Entrevista à Veja, 14/10/1976..op. cit. pág. 255.

desenvolvimento do pensamento científico, dispensando explicações teológicas e metafísicas - , registra-se o papel confiado às elites na identificação e representação dos interesses, descartando, assim, a representação e a participação políticas através dos legislativos dos três níveis de entes federativos, das manifestações corporativas, grupos de interesse e atores outros, individuais ou coletivos, da sociedade civil reconhecidos como agentes de uma poliarquia. Todas essas agências e agentes são substituídos pela categoria genérica e difusa de elites. A adesão a esta idéia de representação por intermédio das elites - idéia presente nos homens bons do Império - é acolhida no final dos anos 90 e não desaparecerá da agenda cognitiva, logo, do acervo de crenças e convicções da consciência militar. Em essência, trata-se do mesmo projeto udenista de se auto-reconhecer como “os homens de maior prestígio, o prestígio da inteligência, dos homens mais respeitáveis daqui de S Paulo, estavam na UDN...”<sup>13</sup> À presente pesquisa, que tangenciou no capítulo 1 as influências que nos chegaram de modelos e paradigmas norte-americanos, não estranha mais uma referência trazida daquele país, que nos serviu de matriz de pensamentos e percepções militares. Exatamente de lá, de seu fundamental século XIX, vem a exemplificação dessa elitização dos homens, a diferença entre “um homem de bem” e os “outros”, caracterizando uma ordem de superioridade. Dos dois estratos percebidos na sociedade de seu país, diz um senador do Partido Republicano :

“The men who do the work of piety and charity in our churches... the men who till their own farms... the men who went to war...and saved the nation’s honor... by the natural law of their being find their place in the Republican party. While the old slave driver, the saloon keeper, the ballot box stuffer... the criminal class of great cities, the men who cannot read or write, by the natural law of their being, find their congenial place in the Democratic Party.”<sup>14</sup> (grifo meu)

Ao longo de nossa Primeira República, a posição dos militares se extremou da que sustentava o chamado bacharelismo – que, afinal, estava, direta ou indiretamente, por trás da construção liberal da Constituição de 1891, da federação, campanha civilista, descentralização do esquema de poder, criação da guarda nacional – de toda a ordem criada com a valorização das oligarquias, regime dos governadores, enfim, todo o temário que, a concordar com o discurso dos tenentes, afastava o Brasil real do Brasil legal e se fazia responsável pelo tipo de país que o tenentismo vituperava. Haveria aparentemente uma incoerência em agora, de 1945 a 1965, se

---

13 Luís Arrobas Martins em entrevista a Benevides. 1981:257.

14 Apud Lance Morrow, Time, 20/11/78:43. Citado por Benevides op. cit. 257.

imaginar uma aproximação militar-bacharelista. Na verdade, esta incoerência não existe. A organização militar vai se aproximar não exatamente dos advogados, bacharéis e juristas que se esmeravam em esgrimir uma retórica, tradicionalmente muito pouco a gosto dos militares.

A convergência ao longo do período democrático se construirá, isto sim, com as elites da época, que se constituíam numa pequena burguesia ou classe média urbana emergente, cujos interesses a UDN dizia representar. Na verdade os bacharéis não eram exclusivos da UDN. Havia a galeria do PSD (Gustavo Capanema, Vieira de Mello), mas o pessedismo estava vinculado demais com o campo – o latifúndio, se poderia dizer - e não com o moderno urbano, com a industrialização, universidades, exportação, sistema bancário, imprensa, intelectuais e políticos. A convergência com a UDN tinha então a fomentá-la também essa marca de coisa nova, moderna. Na realidade, a aproximação se dava talvez não exatamente com o legista, mas com “o que de melhor havia na sociedade”, a “aristocracia de toga”, os “homens de bem”, a elite mesma. O que se acha por trás dessa aproximação, cumplicidade talvez, e lhe fornece viabilidade, se investe no fetichismo da lei. A mística da lei será, de um lado, emblemática para o liberalismo udenista, esse se afeiçoará, de outro lado, plenamente à noção de ordem, fundamental para a consciência militar<sup>15</sup>. A noção militar de ordem, além disso, era na época facilmente contrastada ao movimento de emergência social de um operariado urbano, o que era percebido com desagrado, como de resto a própria presença de Getúlio, que havia sido, afinal, afastado do poder por Góes Monteiro, isto é, pela instituição militar.

Dá-se então uma conjugação de consciências e intenções com base num bacharelismo udenista que se mostrava guardião da ordem mas, de outra parte, assegurava a parceria militar através da convicção de “ilegitimidade do regime”, a que se agregava o temor de ascensão das massas. O golpe era legítimo porque visava destruir um regime ilegítimo, eis a lógica. Da perspectiva udenista, a “democracia legal” atrelada à ordem, à ordem estabelecida com exclusividade pelas elites, se justificará também, por meio de um irreduzível anticomunismo, que afinal é motivo a mais para justificar o apoio e as iniciativas militaristas.

---

15 A ênfase na ordem, válida tanto para a UDN quanto para o PSD, será o traço fundamental do bacharel. Ordem e legalidade que, no dizer de Tocqueville, são valorizadas pelos legistas acima de liberdade, pois estes temem menos a realidade da tirania do que o desconhecido do arbitrário. Para os militares, de sua parte, a *ordem* está vinculada à noção de autoridade, que está longe de lhes ser repulsiva. (Ver Benevides, op. cit:262)

Na história udenista, ao lado do bacharelismo, também se inscreve em seu perfil político-ideológico um moralismo, que se traduz em discursos denunciastas de corrupção administrativa, a caça aos escândalos, que se lhe afiguram como uma razão de ser da luta oposicionista: demolir o getulismo e sua herança. O legalismo udenista se desenvolve segundo as trilhas de um conservadorismo, entendido como aversão à mudança, qualquer mudança. O moralismo também traria consigo traços de fundo autoritário, aí se incluindo “identificar nos valores morais dos homens públicos a “explicação” para o comportamento político: afinal, “de nada adiantam as formas de governo, se é má a qualidade dos homens que nos governam”(BENEVIDES,1981:267).

Moralismo individualista, combate à corrupção administrativa e elitismo, na idéia de que “o poder corrompe” (MELLO FRANCO, 1947: 70), se conjugam assim confeccionando a simbólica do partido e conseguindo sensibilizar setores distintos da sociedade, aí se incluindo, em épocas diferentes, uma face popular, um apelo direto às classes médias, e uma altiva ressonância entre os bacharéis. Esse conjunto de traços desenha a imagem da UDN e constitui o seu lastro ideológico, que repercute nas posições que adotou referentes à moralização administrativa (como o sistema de mérito nos concursos de admissão aos cargos públicos), nos projetos de reforma eleitoral (liderando a campanha da cédula única, onde contou com o apoio de setores militares), nos votos sistemáticos contra qualquer tipo de regulamentação do jogo e contra a aprovação do projeto de divórcio do pessedista Néelson Carneiro (BENEVIDES,1981:268). A adesão militar a essas teses e estratégias se comprova – se ainda necessário – pela participação política protagonista que está no anverso de toda esta seção da pesquisa.

A existência de um veio moralizante nos documentos e lições da ESG, que se cria em 1949, encontra uma pauta comum com o perfil ideológico da UDN, quando aquela define que

colocar o homem como o primeiro fundamento do Poder Nacional” caracteriza um “humanismo” que, por sua vez, “encontra suas raízes na cultura nacional ou mais propriamente nas tradições cristãs, pois não se pode esquecer a contribuição de várias Igrejas na formação da estrutura social brasileira [em que] o ato do próprio descobrimento de nossa terra foi assinalado por uma cruz e uma primeira missa.” E essa restauração do congraçamento do Estado e da Igreja prossegue nas lições de política da Esg: “A própria situação da família [...] deve a sua coesão ao fenômeno da fé e à participação institucional da Igreja”. “A fé religiosa concorreu ainda para mitigar a dissolução dos costumes nos tempos da colonização (ESG,.1988:23)

À idéia de República prevalece a de um Estado-Nação que amalgama uma compreensão organicista, valores, fundamentos, proposições éticas, à religiosidade, malgrado a separação constitucional do Estado e da Igreja – aqui compreendida não apenas como confissão mas também como instituição, isto é como *ecclesia*.

Na linha das morais fundadas na ética religiosa, a salvação deve advir aos homens pelas obras que eles consumam ou pela graça de Deus, de que a fé é o indício subjetivo. Na primeira hipótese, a salvação depende dos homens e é por suas boas ações, no limite, sem a intervenção do divino, que eles alcançam seu paraíso. Nesta vertente, a laicidade já se acha presente no âmago da problemática cristã. A moral aí aparece como condição necessária e suficiente da ética; é ela que leva a Deus. Na segunda hipótese, a salvação vem toda de Deus. Somente pela fé, ela própria um bem do Altíssimo, escaparíamos do nada.”(FERRY,1999; 217) A nossa história – a da construção do Estado brasileiro e a coesão da estrutura social brasileira – foi, assim, como se pôde observar, contemplada por ambas as vias da salvação, a das obras dos homens, aí se incluindo a ação institucional “de várias Igrejas”, e a via da fé: pelos caminhos, então, tanto da moral religiosa quanto da moral leiga. Da parte udenista, o moralismo atinge os seus píncaros na campanha janista, do “tostão contra o milhão” e, até, da “ação da vassoura.”

A partir de determinado momento, se observa e racionaliza, da parte de algumas das lideranças udenistas, e sem maiores rebuscos, o que foi percebido como uma certa “inapetência pelo poder”. Como “o poder corrompe”, as eleições conteriam “o germe da corrupção”. Na lição de Ruy Barbosa, ao contestar a eleição de Hermes da Fonseca, “a eleição se reduz a um mito odioso e vil”. Na Convenção Nacional da UDN, de 1955, João Agripino afirmava que “seria melhor viver limpo num cárcere do que livre nesta podridão”. “Confiemos na capacidade de reação e recuperação do povo brasileiro” (SKIDMORE,1969:186). Esse alegado fastio pelo exercício do poder – aparentemente constante de Virgílio de Mello Franco a Milton Campos – serve de argumentação que explicaria, por outras linhas de afinidade ideológica e interesses comuns, o recurso a candidaturas militares ou extrapartidárias. A aversão, contudo, não é comum a todos indistintamente. Os “pragmáticos”, “os realistas” udenistas, os lacerdistas, principalmente, perseguem o poder com tenacidade e sem recuos. De toda maneira, presente na retórica que “justificou” as diversas manifestações de militarismo, ao longo da década referida como populista, a postura íntegra com harmonia a imagem do partido, cara aos bacharéis: a

“pureza de princípios”. São traços que associam a UDN às posturas políticas protagonistas da organização militar, como diz Benevides (1981:272), tanto pelo lado do “moralismo” (o poder corrompe”) quanto do elitismo (“a elegância acima das paixões”).

Nas essências daquela visão moralizante da política, com a preocupação dos princípios, do “juízo da história” e das respectivas biografias, bem que poderia ser localizada uma influência de matiz positivista: Benjamin Constant, por exemplo, “tinha nojo da política” (MENDES,1913:88) e consta que nunca votou, senão no último ano da monarquia. E isso mesmo porque desejou servir a um amigo da família, o Conselheiro Andrade Pinto (HOLANDA, 1977:118). Considerava que os políticos não prestavam para nada, fossem liberais ou conservadores. No Brasil, os positivistas foram sempre paradoxalmente negadores, sustenta Sérgio Buarque de Holanda. “Viveram narcotizados por uma crença obstinada na verdade de seus princípios (...) “As virtudes que ostentavam, probidade, sinceridade, desinteresse pessoal, não eram forças com que lutassem contra políticos – estes mais ativos e menos escrupulosos” (HOLANDA,1977:118).

Uma síntese dos atributos de consciência que a socialização militar infundia no período considerado aponta um amálgama de elitismo, moralismo, antigetulismo, religiosidade difusa inserida num estado laico, além de supostos definidos de positivismo – de caráter histórico, nas antevésperas da República, e epistemológico, a partir da influência norte-americana – de repúdio à política e a políticos, como herança do primeiro tipo de positivismo. A partir da convivência udenista, deve-se ainda acrescentar um desconforto com a mudança, como derivação da percepção de ordem e das noções de estatismo, autoritarismo e de analogia da estrutura de dentro com a de fora dos quartéis. Estes são traços de cognição, do repertório de valores e da socialização, enfim, que definem as marcas de uma ética política que só com muita dificuldade conseguem desenhar a democracia.

### **3. MILITARISMO E AMÉRICA LATINA**

#### **3.1. AS LIÇÕES DA EXPERIÊNCIA**

Na verdade a frequência de golpes militares na América Latina aumenta para cada período de 20 anos desde 1907, ou seja, 1907-1926; 1927-1946; 1947-1966 (FOSSUM, 1967:228-51).

A incidência de golpes latino-americanos tem se mostrado tão constante durante um longo período de tempo [que] podem ser considerados... parte “normal” ou “regular” do processo político... (WIARDA, 1978:43)

Recorrendo ao que denominou de Índice de Intervenção Militar, de avaliação do grau de influência militar na América Latina, e não a frequência de golpes, Putnam levantou que, ao contrário do contido em epígrafe, a intervenção militar havia, entre 1951 e 1965, diminuído a cada período de 3 anos, embora se tivesse mantido mais elevada no período entre 1906 e 1915 (PUTNAM, 1994: 439).

Se o exame das intervenções se detiver menos nas diferenças entre os países latino-americanos e mais genericamente no comportamento político da região, se chegará a demonstrar que, ao final de 1991, o intervalo que se segue ao fim do último regime militar, nos 20 países da América Latina, teve como média mais de 19 anos: três vezes mais do que o anteriormente registrado, uma década e meia antes. Mesmo que se omitam alguns “corpos separados” do núcleo geográfico maior da América Latina – como são apontados o México e a Costa Rica – o número de anos de desengajamento político dos militares excede a 13 anos, isto é, mais do que se registravam nos trabalhos de 1977. Dos 14 países latino-americanos em que os regimes militares terminaram de 1979 a 1981, somente um deles experimentou restabelecer um regime militar, o Haiti (DIX, 1994: 440-441). Exemplo semelhante pode ser aplicado a um outro país da região, a Bolívia, cuja tentativa de retorno a um regime civil, em 1979, foi interrompida por um golpe militar em 1980. De toda maneira, ao término de 1982, já havia retornado ao regime civil e, assim, se mantido desde então. O auto-golpe do presidente peruano Alberto Fujimori, em abril de 1992, foge à tipicidade do recorte temporal e, de toda maneira, segundo padrões estritos, significa um restabelecimento do regime militar (DIX, 1994:454).

Parece crível afirmar que alguma coisa alterou o padrão de intervenção militar na América Latina desde 1977. Os golpes militares, até certo ponto, já não parecem tão constantes ou regulares, eles que constituíam uma parte do processo político, como se afirmava acontecer na geração anterior. Nos oito anos desde 1983, houve somente quatro golpes, três dos quais em um só país, o Haiti. A outra intervenção, o golpe paraguaio de 1989, teve o efeito contrário de reduzir a presença política militar. Oito países não experimentaram golpe militar algum nos 25 anos que vão de 1967 a 1991, ao tempo em que quatro outros passaram somente por uma intervenção. Mais uma vez, dos 28 golpes ocorridos naquele espaço de tempo, oito, ou sejam, 28.6%, ocorreram em um só país, a Bolívia, embora nenhum deles desde 1981. Em realidade, no país latino-americano médio, passaram-se mais de 25 anos desde o último golpe bem-sucedido. Até mesmo nos países que tiveram pelo menos uma intervenção no último quarto de século, o número médio, desde o último golpe, é de quase doze anos vividos sem a experiência militar intervencionista (DIX, 1994:441).

Os dados disponíveis sobre os golpes militares nos vinte e cinco anos entre 1967 e 1991 sugerem, sem qualquer sombra de dúvidas, que a frequência de intervenções militares latino-americanas vem experimentando um declínio desde, pelo menos, 1980, sendo a notável exceção, ainda uma vez, o Haiti, com seus três golpes desde o começo de 1980. De qualquer modo, não parece haver espaço de tempo outro com número tão reduzido de intervenções militares em período de tempo comparável, i.e., o período de oito anos compreendido entre 1984 e 1991, objeto da pesquisa a que vimos aqui recorrendo, tendo o final do século vinte como limite posterior. As previsões de uma frequência contínua de golpes na América Latina alimentadas por autores anteriores – e citamos um exemplo ao início desta seção – parecem, assim, se mostrar contraditada pelos fatos (DIX, *ibidem*).

No campo das explicações do militarismo, dados levantados a partir de 1960, e até mesmo antes, mostravam uma nítida relação negativa entre o fenômeno e níveis de mobilização social e desenvolvimento econômico. Países de níveis mais elevados de urbanização, alfabetização, produto *per capita* e outros indicadores que tais tendiam a suscitar um número menor de golpes do que países outros destituídos de tais qualificações (HUNTINGTON, 1957: 74-78). Tais interpretações eram confirmadas por dados dos meados de 1960, no que tangia aos menos desenvolvidos, aí se incluindo as evidências factuais de Bolívia, Haiti e Honduras.

Entretanto, países considerados como “desenvolvidos” – Brasil, (1964), Chile (1973) e Uruguai (1973) pareciam ignorar a regra e colocavam em xeque as afirmações chegadas dos anos 60.

Ao contrário desses números e certezas, os dados parecem evidenciar aumentos de intervenções, tanto nos países economicamente desenvolvidos e socialmente mobilizados como nos demais, em virtualmente todos os países da América Latina, ao se compararem os anos 80 com os 60. Não passa sem uma menção de surpresa o fato de que a súbita ampliação da desmilitarização que começou em 1979 tendeu primeiro a afetar os menos desenvolvidos e menos socialmente mobilizados, Equador, Nicarágua, Peru, Honduras, El Salvador e Bolívia, nesta ordem, e, posteriormente, os mais desenvolvidos, como Argentina, Brasil, Chile e Uruguai (DIX,1994:446).

A explicação de que altos níveis de desenvolvimento econômico e mobilização social conduzam a um estado de pluralismo e a uma densidade da sociedade civil, que fragilizariam a eclosão e o próprio regime militar, tem contra si, com base na empiria latino-americana, a constatação de que esta não pode ser a explicação maior para a reviravolta súbita na recorrência dos golpes. Isso porque, em parte, a explicação enquadrava países de níveis disparatados de desenvolvimento e de mobilização. Algumas outras explicações de maior pertinência para os eventos de 1980 são, em grande parte, relacionadas ao legado do regime militar. Nesse sentido, observa-se que a crise econômica ocorreu exatamente quando os militares, como regra, se achavam no poder.<sup>1</sup> O declínio do regime político militar se deu coincidente a esse declínio de condições econômicas nos anos 80.

Observadas as diferenças de país para país, essa deterioração de economias nos anos 80 mostra que, ao invés de uma relação necessária entre a deterioração econômica e intervenções militares, tal tipo de efeito solaparia qualquer regime que se mantivesse no poder na década de 80. No final dos 70 e começos dos 80, foram os regimes militares que principalmente sofreram as conseqüências. Pode ter havido um aspecto particularmente verdadeiro nessa relação estabelecida, já que, qualquer que tenha sido a justificação posterior dos regimes militares, esta se baseou no desempenho econômico. (RICHARDS, 1994:455).

---

<sup>1</sup> Essa relação entre a desmobilização dos militares no poder e, no seu oposto, a incidência de golpes militares com condições econômicas em deterioração, em particular no que tange a comércio internacional, é apontada por Talkuder Maniruzzaman em seu *Military Withdrawal from Politics* citado por Robert Dix, op. cit.: 454.

Outras ordens de explicação buscaram dar conta do súbito, agudo e contínuo declínio de golpes e regimes militares de 1979 a 1991. Os fatores mobilizados para essas novas explicações devem se estender para além da economia e da mobilização social para poder enquadrar fatores outros presentes nos anos 80 e que anteriormente se mostraram muito menos evidentes. Um dos exemplos identifica a adoção de restrições fiscais, de liberalização do comércio e de privatização adotados continuamente por governos civis recentes, que bem podem ter tido o efeito não planejado de reduzir possíveis simetrias com algo parecido com militares retomando um papel político central. Em favor desse argumento, recorde-se que a comunidade empresarial no passado se entregava e com inusitada frequência ao encorajamento de golpes militares como meio disponível mais efetivo de defender seus interesses na arena política e para se contrapor a políticas populistas e intervencionistas de governos civis.

No ato seguinte, com a maioria dos governos - Carlos Menem é exemplo não desprezível - perseguindo algum tipo de novas políticas - voltada, como regra, para a liberalização do mercado e redução do Estado de seus papéis canônicos -, o empresariado se viu reduzido em seus apetites e disposições de bater à porta dos quartéis para buscar no sistema político os suportes de resultados econômicos que se conformassem a seus interesses. As ameaças de esquerda já não se mostravam tão perceptíveis no horizonte. Mais que tudo, o fim do autoritarismo militar foi visto pelo capital como recurso para que reafirmasse o seu próprio protagonismo no âmbito do sistema político, com o que trazia para a consciência nacional novos temas e racionalidades que o próprio capital traçava ou importava.

Toda essa nova atitude na América Latina é estimulada pela até então prevalente contenção tecnocrática ao acesso da burguesia<sup>2</sup> (CONAGHAN E SPINAL,1990:564). Dito de outro modo, mais exatamente e na reflexão de O'Donnell, se houve lição aprendida pela burguesia a respeito dos governos militares dos anos 70, essa foi a de que tais regimes de intervenção se tornam com frequência surdos às demandas de quem quer que seja que se ache fora do regime. São imprevisíveis e inconfiáveis em suas preferências por políticas e em suas conseqüências. A tais dificuldades interpostas nos caminhos da livre empresa, deve-se, a bem da verdade, acrescer que os militares dispõem de um elevado número de oficiais centralizadores,

---

<sup>2</sup> À luz da mesma lógica, para Conaghan e Spinal, a democracia é percebida como arranjo institucional que merece lealdade integral, na medida exclusiva em que proporciona acesso à elite que decide e a políticas preferenciais.

estatizantes e nacionalistas, que tendem a se mostrar suspicazes quanto aos motivos do lucro. (O'DONNELL, apud DIX.1994:455)<sup>3</sup> Tudo isso repercute em baixas nas fileiras dos militares, no que respeita a seus suportes fundamentais a iniciativas intervencionistas.

As elites civis, especial, mas não exclusivamente de esquerda, se viram forçadas a tomar algumas lições durante os anos de prolongado regime militar e em particular, sublinhe-se, sobre os malabarismos e engenhos de prestidigitação do período de transição. País após país, os líderes se viram a braços com uma necessidade percebida de acomodação na ponte para a democracia, quando não poucos acordos foram acionados explicitamente ou não (ZAGORSKI,1992).

No campo ainda das explicações, Dix entende que o regime militar ajudou a criar facções no âmbito das forças armadas, e mais profundas que as anteriores, a ponto de fazerem erodir, avalia, o seu sentido de autoconfiança corporativa. Oficiais questionaram a legitimidade do envolvimento com a política, coincidentemente a um juízo de definhamento dos níveis de profissionalização militar. O envolvimento de militares no engendramento e execução de políticas econômicas, por exemplo, gerou conflitos não desprezíveis. Conflitos que se esquematizavam na contraposição entre militares enquanto governo *vis-à-vis* militares enquanto instituição militar.

Vale considerar que, a esta altura, o clima internacional é consideravelmente mais imune a golpes e regimes militares e mais predisposto a democracias do que o fora nos anos 70. Dito assim, “clima internacional”, “mais predisposto”, pode parecer a adoção ou apoio à existência de “ciclos históricos”, “progresso” ou qualquer lei da história, o que, aparentemente, se traduziria por uma recusa à existência e à ação de agências e agentes da história. O “clima internacional”, aqui referido, não passa, contudo, de uma intenção metafórica. Indubitavelmente a expressão tem agentes que empiricamente a produzem : uma vaga internacional de interesses e poder contra regimes autoritários também desempenhou o seu papel. Não menos na própria América Latina, onde o efeito dominó da redemocratização pode ter funcionado, não obstante opiniões e análises que julgavam esse contágio num nível de probabilidade que variava de

---

<sup>3</sup> O'DONNELL, “Substantive or Procedural Consensus ? Notes on the Latin American Bourgeoisie”, em “The Right and Democracy in Latin America”. Apud Robert H. Dix, op. cit.455.

*superficial a nenhum.* <sup>4</sup> É impossível deixar sem referência a ação dos EUA, atravessando suas vozes e recursos de ordem vária, às vezes com o apoio da OEA, e jogando todo o seu peso contra regimes que até a véspera haviam suscitado e apoiado, como o demonstram os documentos da CIA recentemente abertos. Essa postura norte-americana contra restaurações dos militares, como intervenção ou regime, só encontra precedentes de curta duração e caráter apenas intermitente.<sup>5</sup>

Fica em aberto, ainda no âmbito da América Latina, a antevisão de uma recorrência da interveniência militar, para cujas considerações colocam-se as mesmas variáveis até aqui referidas. E, nesse quadro, não é de todo despropositado que se considerem as possibilidades e viabilidades operacionais de novos engendramentos, com os mesmos fins das décadas de regime militar. Se a hipótese violenta pruridos democráticos que intermedeiam a nossa reflexão, nem por isso se pode permitir que escape uma certa atenção para com as condições de possibilidade de recorrências, por mais indesejáveis e ilógicas que se mostrem. Esse estudo de viabilização de oportunidades se alarga com a antevisão de existência de regimes híbridos: perspectiva que nunca desaparece de um horizonte ao Sul da linha do equador – e para cuja gestação não faltariam uma conjunção de interesses de seus agentes e a fragilização da sociedade civil e suas instituições.

### **3.2. TRÊS PAÍSES LATINO-AMERICANOS:**

#### **Educação militar e militarismo**

O aparecimento a esta altura da agência maior de socialização formal, a escola, como caminho para responder à questão da pesquisa por nós proposta, se deverá à importância mesma atribuída pelas forças armadas à educação, à profissionalização militar, à formação afinal de almas e consciências. As instituições armadas são as primeiras a emprestar uma irredutível relevância à função da escola, do ensino, do aperfeiçoamento. E, até mesmo, incluem-na como critério fundamental à avaliação de profissionais, das carreiras e de acesso ao exercício de funções tidas como de seleção: determinados comandos, funções no exterior, gabinetes de nível elevado, assessorias de oficiais gerais – na verdade, quanto mais próximo de um quatro-estrelas se

---

<sup>4</sup> Dentre os acadêmicos que se recusaram a visualizar o efeito dominó de redemocratização encontram-se Robert Putnam (“Toward Explaining Military Intervention”:102-3) e Egil Fossum (“Factors Influencing the Occurrence of Military Coups”: 238-44) Obras citadas.

<sup>5</sup> Para uma visão mais extensiva da atuação dos EUA na promoção ou na oposição à democracia ao longo do tempo na América Latina ver Abraham Lowenthal (ed.) *Exporting Democracy*. 2 vol. Baltimore. The John Hopkins University Press. 1991)

localizar a função exercida, reza a verdade do senso comum, tão maior a probabilidade de uma exposição mais nítida às chaves e critérios da avaliação pessoal. Assim é a escola. O primeiro colocado de cada turma recebe uma láurea que o distingue para a vida toda, e a visibilidade se mostra em todos os registros oficiais e no uniforme até mesmo do dia-a-dia. Ser um “coroadado” é das mais altas distinções no meio, particularmente quando a “coroa” se refere aos cursos da academia militar, de aperfeiçoamento e de comando e estado maior, coluna dorsal do ensino no Exército. Prestes foi um “coroadado” e o presidente Figueiredo um “tri-coroadado”.

Ao analisar nesta seção o ensino das escolas de mais alto nível de três países da América Latina, estamos reconhecendo a relevância extrema da profissionalização escolar na formação da liderança mais alta da força armada. Ao buscar identificar características dessas escolas de nível estratégico, estamos buscando conhecer como se desenha o mapa cognitivo da liderança que nelas se forma, os valores incorporados pelos aprendizes através de um processo tão formal e oficial. Em nossos comentários conclusivos estaremos, junto a dados outros extraídos de outros capítulos, estabelecendo as pertinências e consistências dos graduados ante a nossa questão maior, os princípios e supostos da democracia nos anos dois mil.

Os autores clássicos da chamada “sociologia militar” costumam entender que o antídoto maior ao protagonismo político militar é a profissionalização. É no âmbito dessa abordagem que a academia norte-americana, a autora dessa construção explanatória, trata a questão do militarismo, principalmente, através do exame das relações entre civis e militares. É nessa chave que Stepan chegou à construção do que denominou de *novo profissionalismo*. Integrando o modelo clássico, e com base na realidade dos movimentos de 1964, no Brasil e 1968, no Peru, sugere a existência de dois paradigmas de profissionalização militar: o primeiro deles, centrado no pressuposto de uma ameaça externa; o segundo, derivando a sua eclosão de uma ameaça interna. Não se consideram, aqui, as hipóteses de serem tais ameaças factuais ou virtuais, presumidas ou pretextadas (STEPAN, 1973: 47-53). A profissionalização associada a uma ameaça *externa*, aponta a construção de Stepan, despolitiza o militar ao forçá-lo a dedicar seu tempo ao estudo de assuntos e suas aplicações associados a esse tipo de conflito. O resultado seria um militar considerando a política como objeto estranho ao seu âmbito de cogitações e envolvimento profissionais e sem tempo ou disposição para a política, em cujas malhas e

meandros se entende a si mesmo como um estranho no ninho. No caso então se trataria de mediocrizar o ensino das escolas de mais alto nível: alienado do mundo que o rodeia, os militares dariam menos trabalho. Mas seria este o tipo de chefe militar que gostaríamos de dispor em nossas forças armadas?

Missões de caráter *interno*, contudo, ensinam aos oficiais que as ameaças à nação são o resultado fundamentalmente de um desenvolvimento inadequado; e que tais ameaças são suscitadas por qualquer governo que deixe de promover o progresso da nação. Qualquer governo que se omita na promoção de condições de desenvolvimento encorajaria tais ameaças e idealmente precisaria ser afastado. Essa é, em síntese, a racionalidade da sociologia militar clássica embutida em percepções e iniciativas de intervenção militar. Dessa exata perspectiva quanto ao desempenho político do civil derivaria, portanto, a irrupção de intervenções. Esse tipo de olhar se mostraria produto de valores e chaves intelectivas inculcados no processo de socialização formal. Nos casos de Brasil e de Peru, tal cultura se achava inscrita nas respectivas políticas de segurança nacional. De toda maneira, e ante a abrangência ampla da construção explanatória, não se deve perder de vista que, a exemplo do Equador, apontado por Fitch, valores e perspectivas apresentam uma caracterização nacional e, como tal, se individualizam (1991: 93). De todo modo, estas são as fundamentações gerais da análise. Este modelo do *novo profissionalismo*, apresentado por Stepan, cresceu em amplitude de aplicação e em prestígio acadêmico projetado, no caso de forças armadas consideradas altamente profissionalizadas, como no Peru e no Brasil. O caso mexicano, em contrapartida, não pareceria dar suporte ao modelo, por razões que adiante merecerão uma atenção mais detida.

Sem extrapolar o âmbito exclusivo da América Latina, e como já o enunciamos, nos últimos 70 anos do século XX, a incidência de golpes e tentativas de intervenção militar no México declinou continuamente, desenhando uma situação que parece sugerir três possíveis explicações. Em primeiro lugar, o México não teria profissionalizado os seus oficiais. Segundo, não foram profissionalizados ante uma ameaça interna. Terceiro, o modelo explanatório do novo profissionalismo estaria a exigir uma reformulação em sua construção.

No exame do profissionalismo, como a educação é o vetor mais atuante e método básico de atingimento de seus resultados, o grau de complexidade – número de níveis de estudo, tempo total na escola etc – do sistema educacional militar é um bom indicador inicial dos níveis de

profissionalismo institucional. Desta exclusiva perspectiva, os três países têm avaliação idêntica ao apresentarem quatro patamares educacionais, todos de nível nacional, em seus respectivos sistemas: uma academia militar, uma escola de aperfeiçoamento de oficiais, uma escola de comando e estado-maior e, finalmente, uma de “altos estudos” que o sistema de ensino pode tratar como departamento da escola de estado-maior ou dispor de uma escola independente de estudos estratégicos setoriais, i.e., da força armada em questão. No topo, situa-se uma escola superior de guerra (*war college*), de nível estratégico, destinada às três forças armadas, no âmbito de um Ministério da Defesa. Nos três países, a admissão se assenta em critérios competitivos e universais, atendidas, evidentemente, condições de saúde e higidez física e de avaliação de desempenhos ao longo da carreira por critérios de natureza plural. No seu patamar mais elevado, de escola superior de guerra (*war college*), a brasileira foi constituída em 1949, a peruana (*Center de Altos Estudios Militares – CAEM*) em 1951. São mais antigas que o equivalente *Mexican Defense College (Collegio de Defensa)*, iniciado em 1981. Como costuma acontecer, sob certos aspectos, o sistema mexicano pode, à primeira vista, parecer atrasado em matéria de desenvolvimento, se comparado a Peru e Brasil. Tal desigualdade parece reduzir-se, contudo, ante a viabilidade de se transferirem cognições, experiências e tecnologias com rapidez. Os mexicanos puderam dispor da experiência e dos exemplos brasileiro e peruano e, desse modo, não tiveram de começar do zero.

Os três países se aplicam parâmetros universais de recrutamento e promoção, e suas atividades são coordenadas por estados-maiores gerais de qualidade. À luz desses critérios, Brasil e Peru se mostram, de certa forma, mais profissionais, em razão de seu desenvolvimento educacional anterior, mas as diferenças não se mostram de significação considerável. As forças armadas mexicanas pareceriam ostentar forças mais nacionais que as do Brasil onde prevaleceriam – imagina Stepan – aspectos de regionalismo, e também que as do Peru, que apresentariam um caráter de estratificação racial. De todo modo, diferenças, se as há, não parecem de vulto. No que respeita à missão militar, consoante a teoria do “novo profissionalismo”, de Stepan, nada mais transparente do que entender que, na vida nacional do México, a profissionalização de suas forças armadas se tivesse dado ante a hipótese de ameaças externas. Ele que experimentou expedições invasoras punitivas e que teve o seu território retalhado por interesses mais poderosos. Entretanto, um secretário de defesa mexicano, que não tem compromisso com a teoria do “novo profissionalismo”, General Felix Galvão Lopes, afirmou

que é responsabilidade das forças armadas manter a segurança nacional, o que significa “a manutenção do equilíbrio social, econômico e político”. De resto, como o afirmava literalmente o próprio governo,

...o exército mexicano tem a grande responsabilidade de manter a tranqüilidade e a ordem interna sob o regime da Constituição...Ele garante, mais que isso, que a nação prosseguirá em seu desenvolvimento harmonioso. <sup>6</sup> (tradução nossa)

Mais que isso, as forças armadas mexicanas aperfeiçoaram o conceito de estratégia nacional em uma doutrina que integra todos os aspectos de comportamento social e de desenvolvimento. Segundo um oficial superior, as complexidades da guerra forçaram os militares a integrarem em sua estratégia âmbitos tradicionalmente não militares, como economia, psicologia, moral, política e tecnologia (MAGANA, 1977:9). O conceito de estratégia nacional ressoa o da ESG brasileira, segundo o qual “estratégia é definir na paz e na condução da guerra todos os recursos de um povo para atingir seus objetivos políticos” (Idem, *ibidem*: 10-11). A natureza de elite da ESG mexicana e a relação cerrada com o seu Estado–Maior magnificam a importância de tais formulações; no caso, com bastante simetria com a do Brasil (COUTO E SILVA, 1955:251). A estratégia geral, teoriza ainda a escola mexicana, “é uma integração de estratégias políticas e militares com a política nacional e a doutrina dos militares” (*Escuela Superior de Guerra*, 1977-8: 9).

Em vista de tais considerações, é possível conjecturar que o *novo modelo de profissionalismo* é intuitivamente atraente e explica os casos de Brasil e de Peru, mas não parece se aplicar ao México. O problema parece se situar em que o modelo explanatório foca concentradamente demais na missão dos militares e de menos no processo efetivo de aprendizagem do oficial, de sua socialização e profissionalização. O vínculo entre o comportamento de nível macro, isto é, institucional, e a tomada de decisões individual é, assim, nunca inteiramente ou adequadamente examinado, e os padrões de nação em comparação com a noção de comportamento institucional podem se mostrar contraditórios. No caso do México, então, a identificação de causalidade exige conhecimento da interação entre o agente primário de socialização militar – isto é, o sistema educacional militar – e os oficiais individualmente considerados.

---

<sup>6</sup> “Cuarto Informe de Gobierno, Anexo Pogramatico II-A”. *Proceso* 1980:8 Em W. Acroyd. Op. cit.93.

### 3.3. EDUCAÇÃO MILITAR MEXICANA E PERUANA

O sistema educacional militar do México tem duas funções centrais: inculcar valores e normas necessárias ao funcionamento da instituição militar e ensinar os conhecimentos considerados de utilidade, ao mesmo tempo em que restringe o conhecimento, o interesse e a efetividade de natureza política. Das duas funções, o ensino de valores e normas, especialmente da disciplina, é o mais conspícuo (ACROYD, 1991: 85). A centralidade da disciplina para o sistema de valores militares mexicanos se mostra também através de proposições e dísticos:

A Disciplina é a norma a que o militar deve submeter a sua conduta; ela tem como fundamento a obediência e um alto conceito de honra, justiça, moralidade, fé e o exato cumprimento dos deveres prescritos em regulamentos e leis militares. (HEROICO COLEGIO MILITAR. 1980: 5)<sup>7</sup> (tradução nossa)

O conceito de disciplina mexicano, acima explicitado - melhor, exaltado - tem merecido uma ampla interpretação, como regra facciosa, por parte de oficiais e acadêmicos norte-americanos e europeus, os quais, de tempos em tempos, costumam apontar que, ao corpo de oficiais do México, falta disciplina (DZIEDZIC, 1984/5). Na semântica militar mexicana, e em seu contexto, disciplina significa deferência sem questionamentos, inflexibilidade na obediência pessoal aos superiores. Em considerável medida, o que em outra parte desta pesquisa, no capítulo um, (1.4) referimos como *obediência passiva*. Em outras palavras, nenhuma ordem é questionada, nenhuma ação realizada independentemente da intermediação de um superior.<sup>8</sup> A ordem só pode ser alcançada através da autoridade. Disciplina, então, não significa “auto-disciplina”. O oficial pode romper com umas tantas regras escritas, e a tal comportamento se fazer vista grossa, e ter até sido induzido a assim agir por admiração que colegas lhe endereçam: uma admiração por quem consegue driblar as regras (ACROYD., 1991:85).

Os princípios da ordem e da autoridade se relacionam estreitamente com o da disciplina. Ordem significa conformidade e obediência à lei. Esse conceito encoraja um comportamento político não desafiador, semelhante ao comportamento entre um oficial e um seu superior. A ordem, contudo, reitera-se, só pode ser atingida por via da autoridade. Como diz um oficial superior, “a autoridade vem primeiro, na medida em que a ordem não pode existir se não existe

---

<sup>7</sup> Impresso na primeira página do Manual de Admissão ao Colegio Militar mexicano.

<sup>8</sup> Em entrevista com oficiais estrangeiros expressou-se que a disciplina neste sentido é a mais elevada de toda a América Latina.(ACROYD. 1991:85)

autoridade que a sustente e imponha”.<sup>9</sup> A importância e o significado desses valores encorajam os oficiais mexicanos a observar as ordens dos superiores, do presidente e das autoridades civis. Qualquer coisa na contramão dessa ordem de precedências produz uma situação incompatível, de ameaça de violentação da ordem, a antítese dos valores militares (ACROYD, 1991: 85).

Estreitamente ligado ao conceito de ordem/desordem acha-se a necessidade de ações resolutas. Da perspectiva militar, a finalidade do governo é governar. No México, ensina-se aos oficiais que os políticos civis governam (ACROYD, 1991: 94). O Brasil e o Peru também inculcam em seus oficiais a noção de ação resoluta, mas deixam em aberto a percepção com relação a um comportamento civil forte.<sup>10</sup> Tudo isso, ante a racionalidade do modelo de *novo professionalism*, inibiria a iniciativa de intervenções no México e as encorajaria no Brasil e no Peru.

O sistema mexicano de ensino militar também inculca valores de lealdade e de patriotismo. Através de ambos, o sistema define uma sucessividade hierarquizada de lealdades, colocando a nação, o Estado, as instituições e as forças armadas em ordem decrescente de importância. Mais que isso, a posição superior do Estado, ante as forças armadas, é referida através da fusão ideológica de nação e Estado criada pela revolução. O efeito é duplo. Em primeiro lugar, aos oficiais é ensinado colocar a nação antes do individual. Isso, combinado com a disciplina, desencorajou a prevalência de um militarismo predatório no século XIX e no imediato período pós-revolucionário. Em segundo lugar, a progressão do exercício de lealdades situa as instituições firmemente à frente das forças armadas em matéria de relevância. Atacar o Estado seria atacar a nação e a Revolução mexicana, evento quase sagrado e um ideal excelso para o país. A ordem de precedência associada à autoridade, desse modo, suprime a intervenção militar e reforça o controle civil da atividade política, ao menos, como entende Acroyd.

Brasil e Peru teriam invertido essa ordem de importância entre instituições políticas nacionais e forças armadas. Ao corpo de oficiais desses dois países se ensinaria que as forças armadas são as instituições que têm a capacidade maior de definir os interesses do povo (ALEIXO, 1968: 5). A admissão dessa afirmação, nos dias de hoje, merece não uma refutação

---

<sup>9</sup> Extraída da *Revista del Ejercito*, do México, do Maj Gen Gilberto Barriquete Soto, sob o título de “Principio de Autoridad”, março de 1975.

<sup>10</sup> Este é o resultado de uma série de entrevistas com oficiais na Cidade do México, 1974 e 1980-4. (ACROYD, 1991: 94)

mas, ao menos, uma modalização. O processo não é assim tão simplisticamente entendido, ou formalmente automatizado, do tipo “aos oficiais ensina-se”. Em momento algum se deve levantar dúvidas quanto à sutileza, à sintonia fina, com que o sistema opera, talvez até, por isso mesmo, com mais eficácia - não cabe discuti-lo agora. Há indubitavelmente um conteúdo residual do que se acabou de afirmar, que a empiria defere: afinal, uma parte do oficialato constituiu o seu mapa cognitivo e repertório de valores fundados em tais perspectivas e relações de poder. Estamos costurando uma lógica, não uma justificação, para a razão de ser do legado cultural que se autoreproduz. Assim, a liderança militar contemporânea teria, nos dois países, mas não no México, sido aculturada por um sistema educacional cujas características serão, mais adiante, discutidas com explicitude. Essa relação invertida de poder, entre forças armadas e instituições políticas, não é formalmente “ensinada” hoje, exceto, por conferencistas cortejando o que imaginam ser simpático à audiência militar que os defronta e são por ela deferidos. De qualquer maneira, em complemento à reflexão de Pedro Aleixo acima anotada, e em favor do modelo de “novo profissionalismo”, não se deixará de registrar que os valores militares no Brasil e no Peru, se não chegam hoje a entusiasmar ante a idéia de intervenção – e é isso exatamente o que se passa – , de outra parte não alimentam aversão alguma pela iniciativa. Na mesma lógica, e com sinais trocados, a ordem de prevalência institucional inversa, no México, seria um fator capital – um fator – de inibição de intervenções<sup>11</sup> (FITCH, 1977).

A segunda função do sistema escolar militar, como antes se colocou, tem pertinência com assuntos e conteúdos do curso. Uma análise do ensino do *Heróico Colégio Militar* mexicano revela que de 10 a 13% das atividades de ensino-aprendizagem destinam-se ao estudo de ciências sociais; somente de 4 a 5%, contudo, apresentam um conteúdo político. Outros 4 a 5% do curso são dedicados a valores cívicos e morais – o comportamento adequado dos oficiais com relação a sua instituição e à sociedade (HEROICO COLEGIO MILITAR, 1980:31).

A ESG mexicana observa padrões homólogos aos da Academia Militar. Durante os dois primeiros anos, 77% e 71% respectivamente do currículo são dedicados à “tática geral”, da natureza empregada na 2ª Guerra Mundial e na Guerra da Coreia. Somente 6% do currículo do primeiro ano e 5% do segundo abordam “estratégia geral” e outros assuntos de conteúdo

---

<sup>11</sup> FITCH, John Samuel. “Military Coup d’Etat”. Ver também “Military Professionalism, National Security and Democracy.” Apud William. S. Ackroyd. *Op. cit.* 93.

sociopolítico. Disciplina e comportamento de grupo são pesadamente enfatizados. (ESG, *Programa de Estudos* 1977-1978: 91-97) A análise de conteúdos do curso indica, desse modo, pouca informação ou estímulo político. O programa educacional força os alunos, ao contrário disso, a dedicar a maioria esmagadora de seu tempo a assuntos de natureza outra. O emprego de oficiais, e não civis, como professores exacerba ainda mais a tendência no sentido de um baixo interesse e efetividade, ao se buscar prevenir que os cadetes sejam “contaminados”, através de civis, em seus ideais e interesses (ACROYD,1991: 86). O currículo do terceiro ano da ESG mexicana começa a se mostrar semelhante ao da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército brasileiro, na avaliação de Stepan (1971: 181). O tempo dedicado à “tática geral” cai para 53%, enquanto a “estratégia geral” e cursos correlatos sobem para 30% do currículo.<sup>12</sup> Conferencistas civis merecem também um destaque maior; o curso culmina com um estudo da classe sobre alguma questão sócio-política, com que o México se defronta (Escuela Superior de Guerra, 1977: 91-97).

O padrão curricular prossegue no *Mexican Defense College*, onde cerca de 25 generais-de-brigada, de todos os ramos das forças armadas, estudam por um ano. Os alunos se aplicam com exclusividade em assuntos político-militares como, por exemplo, a situação na América Central, a política externa mexicana e o desenvolvimento de recursos naturais mexicanos. Os civis ministram a maior parte da instrução em formato de seminários. O ano letivo termina com a apresentação por todos os oficiais alunos de seus trabalhos de elaboração individual.

O sistema educacional militar mexicano parece, desse modo, selecionar oficiais e restringir conhecimentos políticos a somente alguns, de patentes mais elevadas. Esse processo de triagem se faz mais visível na seleção para a ESG do país e para o terceiro ano da Escola. A cada passo ministram-se provas, mas o processo integral é mantido em segredo, a que somente os já graduados pela ESG têm acesso e dão notas. Como consequência, os processos de admissão e de progressão no curso atribuem uma ênfase considerável às recomendações pessoais de oficiais mais antigos. Ao mesmo tempo, parece indubitável admitir que a promoção ao terceiro ano e a formatura na ESG mexicana são orientadas no sentido daqueles que evidenciam “atitudes corretas aos olhos dos instrutores”. Aqueles que não são bem-sucedidos, ou que desistem,

---

<sup>12</sup> Stepan calcula que o conteúdo do “novo profissionalismo” nos cursos da EsCEME brasileira gire em torno de 94% do total da grade curricular mexicana.

evidenciam carências com relação a este desejável e elevado alto grau de conformidade e adaptação exigidos pelo sistema. Cerca de metade dos que são admitidos na escola chegam ao terceiro ano e se graduam para se tornarem futuros generais e líderes das forças armadas (ACROYD, 1981:87). Os oficiais que receberam treinamento político são os que sobreviveram ao processo de seleção na ESG e trazem consigo mais profundamente entranhados os valores da instituição. São também os que foram mais felizes ao longo de todo o sistema educacional militar e mais teriam a perder com qualquer desafio ou questionamento que antepusessem ao sistema. Somente 7% do corpo de oficiais graduam-se pela ESG e recebem uma moderada instrução política. Somente 2% se graduam pelo CD (*Colegio de Defensa*) e recebem instruções mais extensivas de treinamento político. Os restantes 91% foram pouco expostos a assuntos políticos e, conseqüentemente, desenvolveram pouco interesse pela política exibindo um reduzido potencial de consciência política.

Uma evidência do êxito militar em inibir o interesse político pode ser colhido de uma análise de conteúdos da Revista *Del Ejercito y Fuerza Aérea Mexicana*. Somente 1,7% dos artigos apresenta algum conteúdo político. Cerca de 16% versam sobre o tema da lealdade à nação e suas instituições. A ação cívica, contudo, constitui a faixa mais larga de comparecimento editorial, com o restante da pauta sendo dedicado a assuntos técnicos, não-políticos e, com freqüência, científicos de caráter não militar.<sup>13</sup>

Nas revistas técnico-militares das forças armadas peruanas e brasileiras, é a situação oposta que sobreexiste. 50% dos artigos da Revista de la *Escuela Superior de Guerra* peruana perfilhavam a categoria de *novo profissionalismo* – isto é, tinham caráter sócio-político (STEPAN.1978:131-32; 140-41). No Brasil ocorre situação semelhante, como o indicam os títulos das publicações militares fundamentais.<sup>14</sup> Na pesquisa de Acroyd, uma análise de conteúdos apontaria uma relativamente pequena exposição e interesse por política da parte dos

---

<sup>13</sup> A pesquisa foi conduzida por Acroyd entre março de 1973 e dezembro de 1976. Nenhuma análise formal foi conduzida durante o governo de Lopes Portillo mas um exame do *Sumário* de assuntos mostra que nenhum desvio significativo do conteúdo anterior foi observado (ACROYD, 1991: 89).

<sup>14</sup> “Segurança e Desenvolvimento”, na Revista da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, uma publicação dos graduados da ESG brasileira. O título, na visão de Stepan, ainda que publicado por uma entidade civil de direito privado, é sintomático da ordem de preocupações envolvidas. Neste número se contêm os melhores trabalhos selecionados para o fim de integrar a pauta editorial da revista, além de trabalhos outros desenvolvidos por militares e civis. O “Boletim de Informações”, publicado pelo Estado-Maior do Exército seria um outro exemplo extraído de Stepan (ACROYD,1991:95).

oficiais mexicanos e níveis mais elevados no Peru e no Brasil, por motivos que ele remete, como buscamos apontar, ao tipo de sistema educacional militar desses dois últimos países.

O volume e os métodos da experiência educacional têm muito a ver com a eficácia e a participação políticas. Há estudos apontando uma relação direta entre a medida segundo a qual a educação se amplia e o correspondente nível de participação e eficácia política. E esta afeta o comportamento dos militares. A lógica desta discussão é que, como a eficácia e a participação políticas são densamente correlacionadas, aumentos nos níveis de profissionalização através da educação conduzem a probabilidades maiores de intervenção político-militar. Assim se explica, na afirmação de Acroyd, a ocorrência das intervenções militares brasileiras, em 1964, e a peruana, em 1968. E parece traduzir uma receita de escola para o Brasil e para o Peru versando trivialidades alienantes como instrumento de tranquilização política dos respectivos países.

No México a graduação pela academia militar é a experiência educacional mais elevada que o oficial recebe. E nenhum diploma universitário é concedido pela conclusão do seu programa de quatro anos. Considera-se ser ele equivalente aos preparatórios, uma pré-universidade, de nível secundário nos Estados Unidos. A maioria dos oficiais mexicanos, em consequência, não alcança níveis educacionais compatíveis com uma ampliada consciência política. As exceções localizam-se nos oficiais da Aeronáutica, a quem, depois de dois anos na academia militar e dois anos subsequentes na academia da Força Aérea, é concedido o grau universitário.

Há, conseqüentemente, aí, um certo aspecto de competição, advindo do nível educacional alcançado, e com um visível talhe elitista, entre grupos que alcançam a graduação. A educação universitária da liderança política civil nela incute uma confiança maior em seus contatos com os militares, o que piora o nível já mais baixo de confiança política e de busca de resultados desejados junto ao corpo de oficiais. Essa inferioridade socialmente percebida inibe ainda mais a participação militar na política.<sup>15</sup> No Brasil, julga Acroyd, em que os oficiais militares são educados tão bem ou melhor que suas contrapartes civis, a condição oposta é que se mostra verdadeira.

---

<sup>15</sup> Os oficiais graduados pela ESG mexicana são exceções a esta regra.

No caso mexicano, a condição que foi acima caracterizada é reforçada pelas funções que oficiais e civis desempenham no sistema. Em parte alguma dos níveis diversos desse sistema educacional militar, oficiais interagem com civis ao nível de assemelhados. O contato que pode vir a ocorrer é o de professor-aluno, i.e., uma relação de poder, superior-inferior, de obediência. É o oposto do sistema brasileiro que encoraja, entre docentes e discentes, a interação entre civis e militares; e usa pessoal militar para ensinar civis e pessoal civil para ensinar militares. Mas são estes últimos que dirigem, isto é, definem objetivos, temas de monografias e trabalhos em grupo e prevalentemente avaliam o desempenho dos participantes. De toda maneira, esse tipo de relacionamento brasileiro cresce no dia-a-dia, se enriquece nas visitas e viagens e nos trabalhos em grupos. A interação que daí advém exibe uma dinâmica de relacionamento e uma co-participação nas emoções e ansiedades presentes nas atividades, e a uma tal magnitude, que o resultado final é o de um tratamento entre civis e militares como iguais e a constituição de turmas, cujos membros partilham opiniões e valores com relação ao mundo e se recusam a admitir o convívio do ano letivo como efêmero. Essa dinâmica social se processa em um contexto de organização, direção e procedimentos militares, com as turmas sendo constituídas, como regra histórica, em sua maioria, por civis. Stepan observou que, em 1966, na ESG brasileira havia 51% de civis constituindo a turma (STEPAN, 1971:177). E este não é um exemplo de exceção.

A experiência educacional do oficialato no México coloca, como se viu antes, os militares a nível abaixo dos civis e inibe aqueles a assumirem as funções destes – como funções políticas, por exemplo. O resultado psicológico, entende Acroyd, limita os objetivos buscados pela experiência educacional militar mexicana, enquanto sugere que no Brasil sobreleve um estímulo de sentido oposto.

Também os métodos educacionais militares do México desencorajam eficácia e participação políticas. A importância extrema atribuída à disciplina e à obediência à autoridade no sistema escolar restringe a participação do aluno em sala. Tudo porque há embutido um certo temor de que qualquer resposta dada possa ser entendida como um questionamento ou suspeição levantados sobre o instrutor ou, o que é pior, ao sistema (ACROYD, 1991: 89). De outra parte, o sistema brasileiro encoraja a participação do oficial-aluno em áreas de substancial importância, como, por exemplo, a doutrina de segurança nacional, o plano de defesa nacional.

O controle do ambiente do aluno e dos elementos que afetam a sua auto-estima também amplia a capacidade do sistema educacional militar mexicano de influenciar o comportamento discente. Em qualquer sistema de educação, o poder de modificar valores tem relação direta com a necessidade de o aluno ser aceito por seus pares. A exposição pública abre o aluno tanto para o elogio e a aceitação quanto para a rejeição por seus pares. No sistema educacional civil, contudo, o poder de pressão do pares pode ser reduzido. A escola civil tem controle sobre o aluno durante somente 25% do tempo, 5 dias por semana e não provê alimentação, roupas ou abrigo nem um ambiente de instituição total. O estudante civil tem também a opção de buscar refúgio junto à família. Nesse sentido, ao contrário de sua contraparte militar, é alvo de um não-desprezível potencial de influência, em regime de vigorosa interlocução com as opiniões e reflexões de pais e irmãos e de antigos colegas dos tempos da escola civil anterior.

Em contraste com isso, os sistemas educacionais militares, ao nível de suas academias, não oferecem oportunidades de o estudante militar contrabalançar influências junto ao meio civil. Não existe o refúgio de família para o estudante militar, muito particularmente o cadete. O *Heróico Colegio Militar* do México controla o aluno da idade moderadamente jovem de 15 anos até cerca de 19 anos. Ao longo desse tempo, a escola provê alimentação, vestuário e abrigo e controla alguma coisa em torno de 80% do tempo do aluno, sete dias na semana. Aos alunos é permitido receber visitas somente nas noites de quintas-feiras, das 18 às 21 horas. Aos domingos lhes é concedido sair da escola para ir visitar pais, amigos e para fazer passeios. Na prática, contudo, o controle é ainda mais penetrante que o esquema de visitas sugere. As saídas não são um direito adquirido. Os alunos podem ter essa autorização de saídas sustada caso estejam previstos para participar de paradas e outras obrigações, por exemplo, cerimoniais. Além disso, a escola é localizada a uma distância considerável do centro da Cidade do México, nos arrabaldes do Sul, o que torna difícil e demorada a jornada de deslocamento até a cidade. Mais ainda, para alunos de outras partes da nação, as grandes distâncias fazem proibitivas as visitas da família, em particular, como parece óbvio, ao se tratar de pessoas de poucas posses. A dependência ao sistema educacional militar opera, desse modo, também nas relações sociais e nas oportunidades de socialização informal virtualmente disponíveis.

As condições do contexto escolar militar, que influenciam o comportamento do aluno, vão, contudo, além do isolamento e da dependência física. Normas comportamentais

padronizadas são estritamente reguladas e aplicadas a um ambiente fisicamente exigente. Tal combinação funciona no sentido de quebrar o individualismo do aluno e produzir conformidade institucional através da exaustão física e da participação compulsória nas mesmas atividades de seus pares, às mesmas horas, nos mesmos locais. Um dia típico começa às cinco e meia da manhã e se estende até as vinte e uma horas, quando se retorna ao dormitório para dormir ou se dirige a uma sala de estudos para, ainda ao lado dos mesmos pares, aplicar-se em problemas de geometria analítica, descritiva ou à resolução de questões de ótica ou mecânica racional. Ou a ler um autor por quem se teve o interesse despertado, embora esta seja uma atividade com muito pouco tempo disponível. Sextas-feiras e sábados os cadetes realizam marchas de 36 quilômetros e bivaques. O trote dado por alunos mais antigos e a punição física ou mental pelos pares está longe de ser uma ocorrência inusitada. O sistema tem simetrias com o método chinês de modificação de comportamentos das massas em aspectos como o isolamento dos cadetes do mundo externo, a exigência de rotinas físicas rigorosas, a punição física e a pressão social (ACROYD, 1991:90).

As condições que normalmente operam numa escola civil, no ambiente educacional acima caracterizado, são intensificadas, exagerando-se seus efeitos e influência normais. Isso encoraja vínculos mais fortes de lealdade, amizade e uma padronização monolítica das opiniões políticas dos colegas de turma, fato que facilita o caminho de aceitação e absorção de uma educação de natureza doutrinária, monologal e unívoca. Aquilo com que os pais poderiam contribuir, como formuladores de opinião, estimuladores de discussão e reflexão, estiola-se, e os alunos mais antigos, os pares e os instrutores suplantam os parentes, muito particularmente em questões de apreciação e avaliação da política nacional (JENNINGS, NIEMI E SEBERT, 1974:238, 242-45).

Das reflexões até aqui plantadas, parecem merecer a nossa atenção maior duas ordens de relação entre profissionalização e intervenção militar. Alguns autores norte-americanos, e até mesmo mexicanos, sustentam que, à medida que a educação militar se amplia, o mesmo ocorre com relação à participação política. A quem interessa uma tal lógica, *maxime* se transformada em posição política? Essa, de todo modo, é a racionalidade de que Acroyd lança mão para explicar os casos do Peru e Brasil, que desembocaram nos golpes respectivamente de 1968 e 1964. O modelo de *novo profissionalismo*, na análise de Acroyd, prediz com correção esta correlação mas, ao enfatizar a doutrina e a missão de segurança nacional, mascara-se o impacto da consciência e dos

valores políticos. O problema se explicita mais nitidamente no caso do México, que praticamente apresenta uma identidade entre missão nacional e nível de profissionalismo mas, de outra parte, exhibe o comportamento diverso de produzir lideranças militares intelectualmente isentas das questões nacionais. O caso mexicano está a indicar que a profissionalização, vale dizer, a educação, ao tempo de necessariamente reduzir probabilidades e tendências de intervencionismos políticos, não se deve uma postura de imposição de distanciamentos das questões nacionais. O que parece esvaziar o sentido mais intrínseco da proposta que a pesquisa citada embute.

O impacto da educação, ainda que em sentido genérico se mostre positivamente relacionado com a eficácia, é dependente também da instrumentalização oferecida por métodos e conteúdos aplicados. No caso do México, os processos educacionais tendem efetivamente a inibir o crescimento da consciência política e da intervenção militar. Mais que isso, o impacto da profissionalização é comparado ao do profissionalismo civil, o qual, se mais desenvolvido que o dos militares, ou como tal percebido, tende a reduzir-lhes a eficácia militar e as demandas de participação. Tão importante quanto métodos e conteúdos é o contexto gregário em que a experiência educacional ocorre. No Brasil os civis interagem com os militares tanto como instrutores quanto como alunos. Isso encoraja uma perspectiva dos oficiais com relação aos civis, a quem vêem como iguais, mas não reduz a eficácia comparativa dos oficiais. O México, de outra parte, institucionalizou uma forte relação superior-inferior ao restringir a participação civil no sistema de educação militar à qualidade de docentes. Dessa forma, e por via de consequência, a interação no México se opera e constrói sobre uma imagem superior dos políticos civis, o que reduz a eficácia política relativa do oficialato mexicano (ACROYD, 1991: 91). Essa é uma reflexão que deixa entrever alguma coisa como uma competição entre civis e militares, que a correspondente escola brasileira conseguiu superar, ou mesmo não chegar a conhecer, por motivos que serão tocados no momento devido.

Há ainda a considerar o tipo de valores que o sistema educacional transmite. No Brasil e no Peru, segundo o olhar da pesquisa de Acroyd, ensina-se aos oficiais que a lealdade para com a instituição militar tem precedência sobre a lealdade ao governo. Tal enunciado, no que respeita ao Brasil, pode até ter tido o seu embasamento na empiria histórica, mas não é objeto de sustentação, sequer insinuação, por parte de palestrantes e conferencistas em ambiente acadêmico. De qualquer maneira, no México, a ordem é inversa. E mais que o mero afeiçoamento

a uma norma prescrita e cultuada, a mitologia da Revolução encoraja os oficiais a pensarem sobre a nação e o governo como uma só coisa. Um ataque ao governo seria um ataque à revolução e à nação. Em outro campo, há que referir que as doutrinas de segurança nacional do Brasil e do Peru, ainda no olhar de Acroyd, separam os conceitos de nação e estado e encorajam a intervenção enquanto o México a inibe (Idem, ibidem).

Em suma a profissionalização define os valores militares e a sua eficácia. À medida que a consciência política dos militares, comparada à dos políticos civis, aumenta, aumenta também a probabilidade de golpes e intervenções. A intensidade de consciência política depende do método educacional e do conteúdo político bem como da intensidade da educação, para citar apenas algumas variáveis. Desse modo, a quantidade de eficácia política e a probabilidade de golpe militar podem variar entre instituições militares com iguais intensidades de profissionalismo. A disparidade de eficácia que a política tolerará entre instituições civis e militares antes que o golpe irrompa vai depender dos valores que afetam a ordem de lealdades, as relações entre nação e estado e a presença ou falta de legitimidade revolucionária. Como observação derradeira, se a pesquisa, por um lado, indica que a profissionalização estimula o comportamento militar golpista, sugere também a existência de fatores - que não a profissionalização - que operam como causas da intervenção militar. O exemplo que nos é fornecido é o de aos militares serem ministrados os valores da disciplina, da ordem e da autoridade. Isso significa, na leitura de Acroyd, que se o governo e os civis não agirem em concordância com esses valores, os militares, inclusive os do México, podem intervir para restaurá-los. A idéia de eficácia política também implica uma comparação de grupos - o que exige uma análise dos civis para definir a sua força institucional e talvez, até, o seu *status* social em comparação com o da oficialidade (ACROYD,1991: 92).

Na construção de suas conclusões, não foi considerado pelo pesquisador norte-americano a possibilidade e a extensão com que se intromete neste quadro de sistemas de valores e lealdades - para militares de um valor literalmente sagrado - uma questão que está longe de se mostrar ociosa: a sua vizinhança de fronteiras. Até que ponto interessa à grande nação amiga do Norte que o México se sujeite a um regime de turbulências políticas e instabilidades institucionais, quando os EUA têm ali montadoras instaladas com isenção fiscal, o regime de relações industriais e comerciais do Nafta, mão-de-obra das mais baratas do continente, aumentando a competitividade internacional de produtos norte-americanos *made in Mexico* ?

Esse dado interveniente pode nos levar a considerar as conclusões como resultado de um *wishful thinking* ou ainda que a investigação seja parte do processo suasório a que o México, o sistema militar mexicano de mais alto nível, está sujeito.

### 3.4. DISCIPLINAS, MÉTODOS E SIGNIFICADOS

[...] no momento em que o homem se acerca desse processo visando escapar ao caráter acidental do particular, visando encontrar sentido – ordem e necessidade –, seus esforços são rechaçados por todos os lados: qualquer ordem, qualquer necessidade, *qualquer sentido que se quer impor* fará sentido. ... sob essas condições, não há nem necessidade nem sentido (ARENDRT. 1992, 125, grifo nosso).

Com o reequilíbrio do jogo de forças internacionais posterior à Segunda Guerra Mundial, a influência exercida pelos EUA à organização militar brasileira trouxe consigo traços reitores que ultrapassaram os de uma mera utilização militar comum a ambos os países, das mesmas táticas e técnicas, do mesmo material, sistemas de suprimento, políticas de manutenção, metodologias de planejamento etc. Não é, contudo, o que nos parece mais envolvente em matéria de influência. Junto com o equipamento veio o idioma estrangeiro, e vieram as construções lingüísticas e, por trás destas, chegaram junto lógicas, racionalidades, éticas, maneiras de olhar o mundo, referenciais externos, factuais.<sup>16</sup> Por mais que Chomsky a tenha querido universalizada, em suas *estruturas profundas*, a linguagem, nos jogos de interação dos domínios da *vita activa*, no sentido de Arendt,<sup>17</sup> se afeiçoará e produzirá significações aprendidas no particular, no local, em nosso caso presente, na sociedade matriz. Estamos, enquanto, também, profissionalmente colonizados, imersos na construção de uma teoria pragmática da verdade.<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> Para maiores detalhes das transformações havidas com a percepção trazida pela linguagem, ver o capítulo 5, que busca estabelecer uma teoria da linguagem e suas correspondentes posturas teórico- metodológicas, a serem adotadas no capítulo 6, quando realizamos uma análise de discurso político, em âmbito militar, de geração e existência contemporâneas.

<sup>17</sup> Refere a autora à *ação* por oposição à vida contemplativa. Op. cit.

<sup>18</sup> Segundo a “máxima pragmática”, o significado de um conceito deve ser dado pela referência às conseqüências “práticas” ou “experimentais” de sua aplicação. Como diz James, ‘não pode haver nenhuma diferença’ (‘que não faça diferença’) Assim a abordagem da verdade dos pragmatistas era a de perguntar que diferença faz se uma crença é verdadeira. Pierce, James e Dewey oferecem explicações caracteristicamente ‘pragmáticas’ da verdade, que combinam elementos de teorias da coerência e da correspondência. (HAACK, 1998:140).

Esse processo de colonização do pensamento profissional militar se entremostra em nossa pesquisa, através do mapa cognitivo que, como se disse, a alunos e estagiários, foi repassado, nos processos de simbolização, mecanismos significativos e, aí, julgo poder incluir o tratamento dos saberes formalizados que explicam este mundo, algum mundo, e os legitimam: ao mundo e à explicação. Se se admite que as instituições são movidas pelas categorias de que lançam mão, as instituições que produzem cognições e valores, por raciocínio homólogo, se explicitam pelos conteúdos, disciplinas e métodos teóricos que aplicam a uma realidade a desvendar. São conhecimentos e sabedorias que se intrometem nos interstícios de argumentos, travestidos de modernidade, e sob forma de teorias que fundamentam e metodologias que organizam, melhor, padronizam o pensamento, isto é, que lhe emprestam direção única, modelo permanente e valores comuns a um definido mundo de fabricação apriorística.

As questões que levantamos a partir de cognições que se processaram na educação militar brasileira estão, assim, ligadas, de um lado, à lamentável eficácia com que a colonização foi realizada; de outro, em reafirmar essa *Bildung* – inicialmente do pós-guerra e Guerra Fria, posteriormente à assunção de poder hegemônico – como o novo e incontornável instrumento analítico da *Weltanschauung* militar brasileira. A *Bildung* acolherá o novo paradigma, penhor de sua sintonia com o que de melhor existe em matéria de organização militar, malgrado imprecações e resmungos paralelos de docentes e discentes, meras reflexões inconformadas e incontinentes, cuja catarse cívica é um discurso nacionalista, solene, retórico e ritualístico, em que o Estado é o centro e a solução de todas as coisas terrenas e metafísicas, qual um deus provedor, demiurgo e inócuo.

A multiplicidade, nem sempre redutível a uma unidade abrangente – dado que nem sempre se pode abolir a incongruência –, representa um obstáculo para as teorias uniformizantes geradas a partir de noções como ideologia, dominação ideológica, cultura, sistema de representações ou visão de mundo, para dar apenas alguns exemplos. A unificação do mundo espiritual, valorativo-ideativo ou superestrutural é problemática. Assim como é problemática a suposição de um ator uno, estável, sólido, identificado com uma substância subjetiva idiossincrática e delimitável, racional, apto a rejeitar incoerências e contradições, sujeito-igual-a-si-mesmo nas diversas circunstâncias de seu percurso cotidiano (SOARES, 1994: 31).

No que respeita ao campo das ciências nomotéticas, não chega a surpreender que se reconheça aqui a admiração que, como regra, e historicamente, os militares brasileiros nutrem

pelas ciências ditas exatas. E, por via de consequência, a quantificação do mundo, que assegura o seu conhecimento. Afinal, foi alimentada de posições, lógicas e ética positivistas que a República se fez, como se fez, com mão militar. É possível, aqui, imaginar até que as ciências exatas, na sua capacidade de enunciar leis universais e permanentes, falem – pelo menos nas últimas décadas do século XIX – da exatidão de uma lógica do seu tempo, vale dizer, falam de exatidão, correção, uniformidade de procedimentos, universalidade fenomênica, previsão – uma verdade mensurável que se aplica desejavelmente ao mundo dos homens, suas paixões e interesses. O culto por esse tipo específico de desvelamento da verdade gera visões e conceituações que lhe são *adequadas*. Está longe de ser ingênuo: assim se constroem convicções ético-políticas. Mas, ainda que no momento falemos de campos do saber e atitude dos militares, não é demais associar, por contraste, de um lado, a exatidão, leis universais e necessárias; de outra parte, uma postura, se não passiva, pelo menos distante, isenta ou indiferente a fenômenos de nossa realidade poliárquica como, por exemplo, a ação da sociedade civil, as relações Estado-sociedade, a mudança, a mudança social em particular.

Basta deixar clara a insuficiência da perspectiva analítica votada ao estabelecimento de leis supostamente explicativas das ações sociais de um modo geral. Por um lado, as ações criativas constituem-se a si próprias, em seu próprio movimento, impondo-se como reais ao se projetarem a partir – mas também acima – de suas condições de possibilidade, as quais não podem ser confundidas com fatores determinantes. Por outro lado, as ações subservientes aos padrões vigentes, por serem regulares, nem por isso perdem seu compromisso intrínseco com a autonomia de que são virtualmente portadoras. Pode-se dizer, é óbvio, que no dia-a-dia da vida social as estruturas atuam e impõem, até certo ponto, a sua reprodução (SOARES.1994, 30).

Trazida pela reflexão acima, é possível começar a extrair a dimensão política de uma atitude intelectual que, por pretensão de imparcialidade, se quer *isenta* ante os fenômenos que se processam nos saberes formalizados de natureza valorativa-ideativa. É essa a atitude intelectual que aconselha os campos de conhecimento a merecer atenção especial, quando da abordagem de determinados fenômenos. Isso diz respeito à postura e ao tratamento a serem aplicados a um sistema de formação da alma dos gentios. Um sistema de educação profissional militar no mais alto nível, por exemplo, imagina-se, faz isso, deve fazer isto, salvaguardando-se de uma irreduzível necessidade de um entrechoque discursivo com explicações e interpretações derivadas de outras matrizes. Embora tais considerações se apliquem aos patamares vários da formação

militar, estamos aqui pensando - e a ele vamos nos aplicar a seguir - no mais elevado dos níveis, o da formação de lideranças e de formuladores de planos e decisões estratégicas, o nível dos *War Colleges* brasileiros.

Um dos campos do conhecimento que explicam o mundo que vai ser oferecido ao aprendiz e de grande valorização na educação militar<sup>19</sup> é o da história. A história, tratada como regra com agá maiúsculo, representa para a educação militar, e é por ela tratada, com o sentido de uma normatividade: fatos a serem conhecidos, lições a aprender, heróis a cultuar, exemplos a seguir de comportamentos que o passado oferece para aplicação nossa ao presente e ao futuro e que aos alunos cabe assimilar.<sup>20</sup> Essa função de *magistra vitae* constitui a história e nela se investe, juntamente com outras ciências sociais que, associadas e condôminas do mesmo edifício exclusivo do saber, traçam as condições de verdade da “parte humanística” do processo educacional militar:

[...] dentro desse esquema, a Avaliação da Conjuntura que a ESG introduziu em seus estudos não se limita aos aspectos cambiantes da realidade presente, mas *tem penetrado a fundo no processo histórico-cultural da nacionalidade brasileira para retirar daí a explicação dos fatos atuais*. Neste sentido, a doutrina da ESG procurou fundamentar-se nos valores que têm predominado *desde a formação da nacionalidade brasileira até os dias de hoje*. (MANUAL BÁSICO, 1988: 22-230, grifos meus).

A história *Mestra da Vida*, como teoria e metodologia historiográfica, configura um contexto de pensamento em que a imitação da experiência alheia era prescrita como remédio para a ausência de experiência própria, e em que se considerava o sucesso anterior dos grandes homens como bom critério na avaliação do possível êxito das ações contemporâneas. “A história ganhou o estatuto de saber indispensável à formação dos homens públicos” (JASMIM, 2005, 17).

21

---

<sup>19</sup> Há um Instituto Histórico e Geográfico Militar de atividade regular, realizando sessões, conferindo medalhas e menções – vale dizer julgamentos de valor - de sua Ordem própria, exclusiva. Há também vinculações, até mesmo históricas, com o Instituto Histórico Brasileiro, com cuja postura reconhecidamente conservadora não encontra dificuldades de articulação pessoal e organizacional.

<sup>20</sup> Aí se acha inscrita “a idéia de que a história é um saber privilegiado na orientação do agir” que, embora “tão antiga quanto a invenção da historiografia pelos gregos no século V a. C.” [...] somente foi “cunhada por Cícero na Roma do primeiro século antes de Cristo na “suposição das potencialidades pragmáticas do conhecimento histórico”. “Esta crença é sintetizada, nomeada e simbolizada pela fórmula *Historia Magistra Vitae*. (JASMIN, 2005:17)”

<sup>21</sup> A historiografia humanista “devia combinar discernimento e exemplos edificantes numa forma literária agradável” (HADDOC, B.A, apud Jasmin 1998:25), assumindo as qualidades pedagógicas, pragmáticas e paradigmáticas daquela forma, *Magistra Vitae. Pedagógicas*, ao ensinar o passado para guiar os homens no presente; *pragmáticas*, dado seu conteúdo predominantemente político e sua apropriação imediatamente voltada para a ação individual, à

Eis uma incontestável verdade no âmbito da educação militar. A validade das operações de analogia – entre as situações correntes e os exemplos de tradição - “apoiava-se num conjunto de pressupostos trans-históricos considerados auto-evidentes”. “A crença na regularidade dos modos de vida e na unidade essencial do comportamento humano garantia a similitude potencial de eventos e fundava a utilidade do *topos* da História Mestra da Vida na universalidade dos preceitos éticos ou na previsibilidade e legitimação das conseqüências da ação”(JASMIN, 2005:18). Essa estabilidade das condições de vida e da natureza humana vai permitir, nas expressões da lição de Jasmim, “uma articulação entre passado, presente e futuro que se traduziu no que Koselleck referiu como a ancoragem do horizonte de expectativas no espaço de experiências conhecidas”. (KOSELLECK, 1985:80)

A história, sua reflexão e aprendizado na formação militar de nível mais alto, acaba por constituir, nas racionalidades da historiografia da *magistra vitae*, uma razão de ser para a existência de um manual, um estudo monologal, isento de interpretações e desvios. Legitima-se assim a existência de uma doutrina em estudos estratégicos. Isso se terá devido, e não por coincidência, também à subscrição da História Mestra da Vida, a qual, cumprindo suas vocações pedagógica, pragmática e paradigmática,[...], “foi, ao longo de séculos , um saber privilegiado para fornecer os meios de prova para doutrinas morais, teológicas, legais ou políticas as mais diversas” (JASMIN, 2005, 19). Satisfazem-se assim as condições necessárias de *ciência legitimada* para que se erijam paradigmas e modelos do pensar homogêneo e conservador. Não é de todo inverossível associar os motivos de adoção da historiografia *Magistra Vitae* à ratificação da idéia de continuidade, que esta postura metodológica oferece. Além disso, sem ainda neste momento considerar a continuidade como instrumento ideológico, podemos vincular a sua *qüididade* a raízes mais distantes, aos conteúdos da burocracia que a organização encampou e dá curso e conseqüência, embora, para o grupo, a idéia burocrática lhe seja de todo abominável, ao considerá-la da perspectiva que lhe atribui o senso comum.

Com o ataque à História *mestra da vida* - desferido pelas transformações internas à consciência histórica européia, no século XVIII -, foi posta em questão a natureza exemplar dos eventos pela descoberta da unidade dos processos históricos, subjacente à noção iluminista do progresso (JASMIN, 2005: 20). A utilização nos dias de hoje dessa historiografia passa a

---

qual se creditava a força impulsionadora do movimento da história , reservando aos indivíduos e seus feitos o papel primordial na narrativa.; *paradigmáticas*, por ensinar através de situações exemplares modelos de conduta adequada para todos os homens (JASMIN, ibid, grifo meu).

representar, no mínimo, um viés teórico-metodológico anacrônico e, na sua mais ampla possibilidade, um instrumento em mãos e cérebros humanos voltados para a representação específica e exclusiva de um mundo perpassado pela política – no sentido mesmo em que Tucídides reduz o tema historiográfico à política: “a ação humana ou é política ou não é nada” (MOMIGLIANO, 1990: 41).<sup>22</sup>

No sentido em que se admite que “a tradição ciceroniana é fundamentalmente moral – como o eram a historiografia e a hagiografia cristãs medievais” –, que pretenderam apresentar “a essência pecaminosa do homem e a alternativa paradigmática da santificação” –, nada há de extraordinário ou surpreendente que desvendemos, nas recorrências do ensino militar à *Mestra da Vida*: seus heróis, feitos memoráveis e virtudes exemplares, uma analogia entre a adoção das vias antigas dessa historiografia e um desvio ideológico no sentido de um conservadorismo passadista, definido por uma reprodução de juízos, justificações e sua correspondente legitimação, que purificam uma história, cuja eficácia simbólica assim se perfaz isenta de rupturas e vieses, mudanças e conflitos. Dito de outra maneira, se está fazendo, com o instrumento da *magistra vitae*, a opção do modelo de leitura de um Brasil da harmonia e continuidade da *Casa Grande e Senzala* (1936), de Gilberto Freyre, e não da descontinuidade e conflitos de *Os Sertões* (1902), de Euclides.<sup>23</sup> Com relação à primeira das duas vertentes explanatórias, parece nítida a filiação de reflexões tais como a de que

Todos esses laços espirituais concorrem para a acomodação de conflitos, permitindo ao País uma evolução *quase sempre incruenta*. Foram sem dúvida forças de equilíbrio que atuaram no sentido da *conciliação de interesses* entre grupos e classes, propiciando à sociedade *um clima de paz e de liberdade*, sob a égide dos traços marcantes do *caráter nacional* que se foram forjando ao longo do processo, especialmente a *cordialidade, a vocação pacífica e a adaptabilidade*. (MANUAL BÁSICO. 1988:24) (grifos meus)

Como se observa, estamos diante de um processo remissivo de enunciações: é o próprio Gilberto que fala no *Manual Básico*, já que, afinal, um lugar ali lhe pertence e a seus maneirismos conceituais necessários a uma sociologia balsâmica. Esta postura talvez seja advinda dos pesquisadores e usuários do Manual, mercê de um longo e respeitado convívio com o discurso oficial, com a ritualização de atividades e com o culto surdo da tradição, com a qual a

---

<sup>22</sup> MOMIGLIANO é citado por JASMIN, op. cit. 20.

<sup>23</sup> A análise das duas perspectivas conflitantes funcionando como modelos interpretativos de Brasil, da evolução do Estado e da nação brasileira é desenvolvida em VILLAS BOAS, 2006:21 e 41.

*magistra* estabelece uma relação biunívoca: é a um só tempo criador e criatura. O fato é que seria no mínimo desconfortável, um fator complicador, que a História não fosse compreendida como uma indiscutível e imaculada descrição. Seria o exemplo ensinado no seu contrapelo. Resta assim uma História que, animada da pretensão de ser *empírica*, vai servir, isso sim, a uma postura normativa, a um dever-ser pela via obediente de uma paradigmática verticalmente administrada, na qual ao futuro não cabe função outra que a de atualização do passado.

Na verdade, a admissão desta historiografia ignora o reconhecimento de uma irreduzível incompatibilidade entre a aparentemente ingênua idéia de uma “história definitiva” e um processo permanente de pesquisa e investigação. Há, nesta proposta epistemológica, toda uma aspiração de se mostrar como raciocínio que opera com silogismos propriamente ditos, de lógica apodítica, e repele entimemas, ou silogismos retóricos, que na verdade são para-silogismos, convincentes até, mas não irrefutáveis (SANTOS, 1980:18). E a verdade oficial é admitida, pelo menos pelo senso comum, com base na existência de uma condição mínima de irrefutabilidade. Mas, como explicita um cientista social contemporâneo, acolhendo na análise a parceria de Benzaquen:

“... a escrita da história segue um pressuposto de verdade que não é o da verdade científica, mas sim jurídica. A jurídica implica adequação de um caso particular a uma norma, escrita ou costumeira. Adequação da autoridade que se julga competente”(COSTA LIMA, 2006: 8).

E nada mais característico de um ambiente profissional militar do que os desvelos em buscar termos e condições de adequação entre um caso particular e uma norma escrita.<sup>24</sup>

Na verdade, a adoção de uma historiografia de natureza e vocação unívocas, pragmática, pedagógica e paradigmática num *war college* brasileiro, como em qualquer reflexão, tem as suas conveniências explanatórias. Ela dispensa, mediante a enorme carga de reducionismo que impõe, e se impõe, as fainas da compreensão do fenômeno histórico em todas as suas angulações e em sua inerente polissemia. Dispensa igualmente ter de reconhecer questões sibilinas quanto à posição historiográfica endossada pelo historiador-autor. No ensino que subscreve a *magistra vitae*, não há lugar nem conveniência para que se discuta o método historiográfico, a relação com

---

<sup>24</sup> Daí advirá, com certeza, a expressão coloquial amplamente difundida em organizações militares, embora não só nestas, com que se procura fundamentação para uma decisão ou julgamento: “Onde é que está escrito?”, que, desse modo, funda uma racionalidade própria de peso maior que a natureza, a razão e a evidência empírica e que se guia por uma justificação deontológica.

contextos sócio-históricos, a inevitável vinculação à atitude do historiador em seu sentido ético-político; as arqueologias do saber que se embutem naquela determinada postura do profissional da história; a relação da expressão lingüística com os respectivos contextos; a que questões aquele texto está oferecendo respostas; quais os processos em que o fato em questão se inscreve. Aqui não há espaço para posturas moldadas em Quentin Skinner ou Collingwood ou Le Goff e seus epígonos. A *verdade* sai assim deferida a partir de uma narrativa descritiva, com um sutil travo moralizante, de matiz por vezes limítrofe de uma religiosidade difusa e apócrifa, cujo selo de verdade será o endosso de alguém institucionalmente aprovado em seus títulos acadêmicos ou de hierarquia militar ou civil. No primeiro caso, há evidentemente uma aceitação ideológica das posições assumidas no trabalho. No segundo, alguém bate continência para alguém.

Na sintonia de uma tensão que anima um determinado texto, ao invés de se levantarem pontos argumentativos para serem discutidos e as questões por ele respondidas, explora-se, num ensino de avaliação estratégica, como vem sendo configurado, uma regra de leitura que observa uma aceitação reverente de seu conteúdo, sem semas outros que não os trazidos por uma literalidade enxuta e pasteurizada, julgada exclusivamente por sua materialidade lingüística. Essa univocidade de significações foi entendida por Weber como “uma das vantagens da burocracia”, garantida pela regulamentação específica e escrita (WEBER, 1978:214). Na realidade, e vendo de uma outra perspectiva, a seleção do texto, já foi liturgicamente orientada por uma intenção de se conformar às inclinações de uma platéia tradicionalmente conservadora. Não se lê para o estudo crítico, mas para *conhecer*. Como não se consideram historiografias, o estudo do texto vai se limitar à compreensão do *texto*, o que torna o trabalho não só simples, ao alcance de todos e com inexcusável facilidade, como também historiador e conferencista, com muita probabilidade, se terão revelado um autor e um expositor que enunciam muito bem, são claros e se mostram, o que é fundamental, definidos em suas proposições.

Afinal, neste quadro, o bom texto é sempre o que se mostra claro, preciso e conciso – um mandamento formal da redação, qualquer que seja o seu objeto e o fim a que a peça em questão se destine. Nessa atmosfera de estudo, em que docência e discência oxigenam e cortejam pouco mais que um consenso muito próximo da unanimidade aquiescente, o nível da discussão cai muito próximo de zero. À parte determinadas demonstrações de erudição, docente ou discente, ditadas por motivos fáceis de compreender, as questões levantadas pairam no nível tópico da irrelevância bem-comportada e fiel. E gravitando na órbita da corroboração com a

posição oficial. Há no subtexto um jogo tartamudeado de concordâncias e laudações uníssonas, com eventuais diferenças circunstanciais ou de modalização. Aí se instala todo um jogo de construção mental coletiva, que nela estimula a homogeneidade disciplinada do pensar – e isso não é pouca coisa. Haverá, possivelmente, uma simetria possível entre esse tratamento da história e a *isenção* despersonalizada e weberiana da burocracia, em cuja lógica e ética, embora o repila conscientemente, a instituição militar se acha imersa organizacional, ética e historicamente.

A dispensa de problematização da história e a sua resultante compreensão unívoca são apenas componentes de uma atitude com relação a algumas funções cognoscentes, que não são de modo algum valorizadas. A *interpretação* é uma delas. Como já se insinuou acima, se o texto se carrega de alguma complexidade, é atravessado de impasses, a conclusão se inclina pela sentença condenatória da qualidade da enunciação do trabalho, um juízo de “não estar bem claro” (e isso pode até acontecer), ou de que o autor “não foi feliz” ou de “não ser um bom escritor”. A avaliação de “má exposição” mora, então, muita vez, paredes-meias com a aversão à verdade. Em nenhum momento se cogita remeter o problema da compreensão do texto à complexidade do objeto, tipo de abordagem realizada, seus impasses, aporias ou a questões que o autor fez emergir e não resolveu, quando pretendia exatamente delinear o impasse como desfecho: sem vitoriosos, sem derrotados, sem heróis, vítimas, sem conclusões formais moralizantes ou julgamentos de bem e de mal. Um dos grandes riscos incrustados neste reducionismo parece ser o da valorização do simplesinho, leia-se trivialidade, como virtude e exemplo de temperança, por tal se compreendendo, para ficar num exemplo, a existência do significado único e soberano que se auto-produz e reproduz, à luz amiga do deferimento institucional, ao longo do tempo e das consciências.

Há, contudo, que modalizar os metajuízos até aqui propostos. É indubitável que a experiência profissional militar evidencia que determinados planejamentos e os documentos que os dão a conhecer, como, por exemplo, os reguladores das operações militares: ordens de operações, planos de apoio logístico, de apoio de fogo, planos alternativos de condução das operações, planos de movimento, de evacuação, de comunicações, de apoio administrativo, de sepultamento etc. não podem, de sua parte, dar margem a interpretações distintas e espaço para interpretações. Existem, afinal, vidas e o próprio êxito da missão militar em jogo. Há, então, aqui, que se admitir a necessidade de emprego e valorização da univocidade, virtude a ser cultivada e praticada em todos os níveis hierárquicos. Como tal ocorre por força de necessidade imperiosa e

tem uma aplicação universalizada, não é absurdo algum imaginar que tal comportamento seja repassado a outras situações de ensino-aprendizagem, com o que se estendem estas atitudes-padrão a outros campos, que nem sempre são respondidos pela uniformidade, ou a elas receptivos, até porque demandam uma diversificada densidade e a interalimentação de conhecimentos de epistemologias de construção vária.

A ilustração evidente situa-se nos estudos e planejamentos estratégicos, o que inclui, para ficar em alguns exemplos, avaliações de áreas estratégicas, planejamentos estratégicos e prospectivos, construção de cenários etc., que exigem o conhecimento de disciplinas de “áreas civis”. Evidentemente que não seríamos, aqui, atendidos pela mera aplicação de um modelo, *vade-mecum* ou de tabelas. Resolver por via de soluções-padrão situações contingentes, complexas ou efêmeras seria impensável. A uniformidade é absurda aqui. Tentar aplicá-la a questões que se levantam incessante e diversificadamente, por via da homogeneidade e uniformidade do campo do saber, é buscar uma simplificação que não se aplica ao que não é simples.

Pior: a solução homogeneizadora pode se produzir também por emissão vertical, dogmática e com base em uma aprovação tácita e apriorística, que ela, por isso, não precisa cortejar. Contribuem para a construção dessa opinião conferencistas que, muitas vezes, têm do campo a analisar um conhecimento, digamos, não avalizado pela academia. Daí advém, a título de ilustração, a *análise*, por exemplo, de jornalistas sem maiores dotes acadêmicos específicos, realizando a *sua* avaliação da realidade, tecida, já se vê, com o fio da notícia, entretecida por comentários marginais, por vezes até curiosos, mas de todo subjetivos e quase sempre irrelevantes para a questão que se pretende discutir. Na mesma chave de generosa concessão de deferência epistêmica se encontrariam advogados identificando ciência política à teoria do Estado e versando questões de sociologia política, atados a conceituações exclusivas e circunscritos em suas reflexões pelo texto da Constituição e por códigos vários, sem que se evidencie qualquer compromisso de suas reflexões com a dinâmica da sociedade. Ou ainda clérigos, nesta condição exclusiva, discorrendo sobre educação, ética ou defendendo, os católicos, mui justamente o barroco, em suas simetrias com os motivos e temas da Contra Reforma mas, em meio a estas considerações, insinuando uma deferência semi-encoberta para como os mecanismos e processos político-inquisitórios que daí advieram na Ibéria. Apesar disso, em tese, nada impede, afinal, a

estes conferencistas, religiosos ou leigos, dispor das convicções irredutíveis de que vêm peçados. O que falta é o contraponto.

Já não se mostra estranho nem surpreendente que estes professores civis agreguem às suas reflexões, como de bom-tom, impertinentes comentários marginais de indiscutível gosto da platéia: a exaltação da moralidade pública e familiar, o reconhecimento do irrecuperável desastre de nossa política e de nossos políticos, a carência extrema de um teor de religiosidade em nossas posições ante o mundo dos homens, a exaltação gratuita e épica dos militares. O auditório, de civis e militares, representa em si mesmo, ao que parece, um incalculável estímulo a este exercício grátis de um intuicionismo leigo, que não é ingênuo e sabe ser simpático a auditórios particulares.

Those who are cognitively and emotionally disabled by a socially inculcated system of false beliefs are typically not sociopaths. They have the usual moral powers, but their operation is systematically disabled. The problem is not that they lack the stable dispositions to feel, to judge and to act that are called moral virtues, but rather that they possess them in a truncated and distorted form. [...] the social processes that produce and sustain the sorts of false beliefs that disable the virtues prominently feature what I have elsewhere called *epistemic deference*, the tendency to regard certain persons as reliable sources of false beliefs (BUCHANAN, 2004: 97, meu grifo).

Voltamos, ainda uma vez, trazidos por sua relevância central, à questão de como se articulam uniformidade e homogeneidade, que afinal acabam exercendo uma função tutelar. Iniciamos este subcapítulo falando da influência norte-americana nos processos de pensar a realidade através de determinadas atitudes acadêmicas que são suscitadas no militar brasileiro. É daí mesmo que se extrai um irrefutável testemunho contemporâneo a esta questão da homogeneidade de processos cognoscentes, trazido numa análise do Gen Michael E. Ryan, Chefe do Estado-Maior da Força Aérea dos Estados Unidos, sobre a publicação em outras línguas, que não o inglês original, de periódicos técnico-profissionais – no caso o *Air and Space Power*, da USAF:

Esses periódicos (as edições latino-americanas do *Air Power and Space*) divulgam o núcleo da doutrina, da estratégia, das políticas e da arte operacional da USAF, bem como *as questões de momento que a elas se referem*. [...] também servem à instrução, ao desenvolvimento e ao apoio profissional dos oficiais dessas forças em suas carreiras (RYAN, 2006: 33, grifo meu).

E prossegue, agora, o autor do artigo que acolheu e publicou a carta acima:

O compartilhar de conhecimentos é indispensável quando se espera que as pessoas trabalhem em conjunto, porque é a base da unidade de compreensão. Desde o simples uso das palavras para significar atividades específicas até as expectativas estratégicas e operacionais (ROCHA, 2006: 34.<sup>25</sup>, grifo meu).

Como já se observou, há níveis e instâncias de uma necessária “unidade de compreensão” atendida por intermédio de órgãos técnico-profissionais, especializados. Isso porque determinadas situações de exercício profissional mobilizam certas atividades, movimentos e destrezas que necessariamente observam uma seqüência estandarizada de operações, cheques e procedimentos padronizados, e que, como regra, aplicam-se fundamentalmente a máquinas, sistemas e modelos de avaliação quantitativa. Assim se exemplificam e admitem situações que exigem não só uma “unidade de compreensão” como, até mais, uma certa rigidez perceptiva que desestime interpretações, relativizações, contrapropostas operacionais e outras perambulações intelectuais nascidas das incontinências da imaginação e dos vagares da razão. A padronização, no caso altamente necessária, será a situação de operadores de máquinas e equipamentos de natureza e função várias e complexas. Se tais procedimentos estandarizados são, por um lado, imperativamente recomendáveis nas operações profissionais, não o serão, contudo, em outras áreas de envolvimento cognoscente, como é o caso de escolas de nível estratégico. Aqui se inscreve, por exemplo, o que é indispensável num planejamento estratégico – uma análise de realidade ou conjuntura; o conhecimento da elite de uma determinada sociedade, em determinado momento de sua história, a identificação de

---

<sup>25</sup> É sobre o tipo de conhecimentos e destrezas necessariamente padronizadas, como acima referimos, que ROCHA discorre, queremos admitir. Essa admissão, contudo, não nos leva, de uma perspectiva de política internacional, a alinhadamente admitir uma homogeneização de “expectativas estratégicas e operacionais”, dentre outros motivos, porque as nações, idealmente, pelo menos, não acolherão perfileadas as mesmas expectativas sempre. Também porque estas “juras de amor eterno” acabam dando reforço a uma afinidade entre estranhos que resvala ou, mesmo, consagra, um alinhamento automático com o mais forte, que nem sempre nos será de interesse – logo de nossas expectativas brasileiras. Observe-se que falamos de ‘expectativas estratégicas’ comuns em um campo de atividade intelectual que, no caso brasileiro, pressuporia uma postura de análise interpretativa, vale dizer, o recurso e o envolvimento prevalentes com epistemologias usuárias de raciocínios e lógicas tópico-retóricas, epistemologias ideográficas, enfim, distantes de regramentos e certezas irreduzíveis de extração nomotética, como do gosto e convicção norte-americanos. Além de tudo, essas “homogeneizações” esbarram em diferenciações extremas de identidades, perfis culturais, histórias, perspectivas da sociedade envolvida, sistema político, fundações diversas da nacionalidade e do Estado, papel desenvolvido pela religião e pela comunidade, composição da elite estratégica etc. Mais que tudo, ainda que se admitam afinidades conjunturais, os interesses estratégicos apontarão, como regra, soluções de direções e intensidades diferentes, autônomas portanto de uma apriorística “unidade de compreensão”.

determinados motores de comportamentos políticos, o significado de discursos que trazem consigo a imperiosa necessidade de reconhecer contextos e elementos extrínsecos outros onde se inserem caracterizações sócio-políticas de discurso e de enunciadores, exemplos que trazem como traço comum a aversão pela padronização de respostas.

Observe-se, contudo, que a “unidade de compreensão”, na citação acima transcrita, está sendo prescrita no emprego de palavras, conceitos e discursos e na definição de atitudes, significados e avaliações. A padronização do pensamento não nos parece apta a dar conta de situações-problema que transcendam a competência psicomotora ou o cálculo de processamento quantitativo. Quando se agendam questões que mobilizam o investimento em certos valores, a recusa de outros tantos, uma partilha de concepções do mundo e de certezas nos misteres coletivos, ou que exigem o reconhecimento de direções e atitudes ético-políticas – enfim, quando a reflexão, a interpretação ou qualquer outro processamento heurístico é mobilizado, exigir unidade de opiniões e padronizações do pensamento corresponde a uma imposição ou, como disse um autor, uma sujeição ou mutilação do pensar – o risco mínimo gerado pela homogeneização intelectual, quando aplicada às questões dos homens do mundo e do mundo dos homens.

A título de explicação da padronização de comportamentos mentais, costuma-se radicar sua necessidade nos inconvenientes de uma falta de “objetividade”, um tradicional bode-expiatório, que justifica a desaprovação de textos julgados complicados *tout court*. Eis um juízo cansado pelo uso que vem sendo utilizado como crítica a textos de cursos universitários. A “cultura de apostilas” prevalente em escolas de formação militar iniciais deixa marcas, cria cacoetes mentais indelévels, um dos quais é deixar a ilusão de que dela se extraia um mapa cognitivo disponível e operativo. E acima de tudo, claro, preciso e conciso. Ao contrário do que a educação militar em muitos aspectos possa admitir,

[...] a explicação científica não consiste, como fomos levados a imaginar, na redução do complexo ao simples. Ao contrário, ela consiste na substituição de uma complexidade menos inteligível por outra mais inteligível. (LÈVI-STRAUSS, 1970: 29 seg.).

Nas avaliações de textos e trabalhos que, conforme a regra institucional, devem se reger pelo mandamento da “objetividade”, há no meio militar, do ponto de vista sintático, uma esmagadora preferência por períodos simples, ou, no máximo, compostos de uma só oração

subordinada, necessariamente nessa ordem. Orações coordenadas são, assim, recomendáveis, com seus verbos no indicativo - até porque o modo subjuntivo deixa margem a incertezas, especulações, imprecisões que devem ser evitadas, até em nome de princípios da disciplina e da ordem que não deferem vacilações e incertezas.

Não se pode perder de vista que, em acolhimento a esta interpretação da sintaxe dos tempos verbais, dentre os atos de fala investidos pelo meio militar, tanto a ordem (aqui no sentido de determinação) quanto a imposição de qualquer forma ou gradação é indicativa ou imperativa, nunca subjuntiva. O subjuntivo é a ameaça de desvio e incontinência, e estes são repelidos como corpos estranhos aos processos de pensar o mundo no âmbito de uma organização vertical. Sem conseguir chegar à surpresa, existe portanto uma incidência esmagadoramente recorrente, se não exclusiva, de tempos indicativos (que é o tempo verbal em que as coisas e fatos são regradados, normatizados, naturalizados e feitos leis), de sujeitos quase nunca ocultos, nenhuma metáfora, nenhuma oração de sujeito indeterminado (que se identifica ao boato), além de nenhuma metonímia ou figura de retórica, nenhum sentido no subtexto, nenhuma função de interpretação para se evitar qualquer ensaio de relativização. Há que ser claro, preciso e conciso.

Não terá sido coincidência o fato de que o paradigma de redação escrita (que existe), malgrado todos os manuais de redação e edição que os grandes jornais brasileiros trouxeram a lume - para ficar num tipo de solução prática -, é um documento oficial, emitido pela Presidência da República, no tempo dos governos militares, para quem a língua é um conjunto de regras a serem cumpridas com exatidão e fidelidade. Não será mera coincidência a semelhança dessas construções com a orientação lingüística de manuais, regulamentos e estatutos de redação imperativa, sem excepcionalidades ou flexibilizações. No máximo uma metáfora, de preferência cediça, no usufruto já do foro de clichê. As palavras só têm existência, aliás, quando devidamente abrigadas em dicionários. É vedado o neologismo ainda que constituído segundo as derivas da língua e por vezes, até, presente em autores clássicos da língua portuguesa, significativamente reconhecidos.

Os ambientes incertos para os quais são treinados os militares exigiriam, portanto, pela lógica que defere os “polígrafos”, que regras e diretrizes operacionais se fizessem definidas a um nível tanto mais próximo quanto possível da exatidão, ainda que a custos do sacrifício da complexidade e das possíveis problematizações que uma obra pode propor, ante o fenômeno

referido como o “grau zero da escritura”<sup>26</sup>. Há, desta forma, uma valorização invulgarmente indevida à *manualização* de regras que guiem o comportamento intelectual e de valores individual e de grupos (BARROS,1978:94). Isso também é parte integrante do processo de socialização.

O militar desarmado ou armado de revólver ou pistola, de sabre-baioneta ou espada embainhada, faz a continência individual de acordo com as seguintes regras:

I- mais moderno parado e superior deslocando-se:

a)...

b) com cobertura: em movimento enérgico, leva a mão direita ao lado da cobertura, tocando com a falangeta do indicador a borda da pala, um pouco adiante do botão da jugular, ou lugar correspondente, se a cobertura não tiver pala ou jugular; a mão no prolongamento do antebraço, com a palma voltada para o rosto e com os dedos unidos e distendidos; o braço sensivelmente horizontal, formando um ângulo de 45° com a linha dos ombros; olhar franco e naturalmente voltado para o superior. Para desfazer a continência, baixa a mão em movimento enérgico, voltando à posição de sentido. (Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas: art. 20)

Há no exercício do objetivismo, acima exemplificado, em uma de suas manifestações cotidianas, não excepcional, um aspecto positivo, que se situa no fato de que, ao superior assegura-se o cumprimento de ordens sem titubeios; aos subordinados garante que não haverá ações arbitrárias (Ibid:94) . Independentemente da justeza ou não de tais ordens, elas, com toda certeza, serão claras, e a estrita sujeição a elas é uma das expectativas da corporação que investe no pressuposto de sua observância e planeja contando com isso. O contrário disso é impensável.

Tal tipo de sujeição ao que se referencia como ‘caráter prático e objetivo’ da norma é admissível, imperativo até, e extensivo a todos os exércitos do mundo, de países democráticos ou não, republicanos e monárquicos, no âmbito das escolas, e, em particular, nas que trabalham a nível estratégico ou mesmo operacional. Constitui-se essa compreensão da objetividade em um dos fatores que contribuem para a construção de um nível de especificidade pontual, que as

---

<sup>26</sup> O “grau zero da escrita”, expressão nascida com Barthes (1953), no apogeu do estruturalismo francês, refere-se à marca de impossibilidade de existir um caráter unívoco no significado da obra, qualquer obra. Significados afloram a partir da intencionalidade ou não do autor, do próprio texto nas relações entre os seus elementos constitutivos, do contexto sócio-histórico de onde nasceu, e do leitor, este à luz do que se veio a chamar de “estética da recepção” (JAUSS, 1994).

ciências sociais não acolhem e que, ao revés, são substancializadas no tratamento doutrinal, vale dizer monológico, da realidade, onde não há lugar nem conveniência para o exercício da relativização e da contingência.<sup>27</sup> Por força do tipo de atividade que exercem, e se preparam permanentemente para exercer, a atividade cognoscitiva se volta prevalentemente para a resolução de problemas. Face a isso, a atitude com relação à ciência não consegue lógica para sustentar, como regra majoritária, um outro objetivo. E, para tanto, admita-se de passagem, há uma permanente falta de recursos que impõe sérias restrições ao desenvolvimento da pesquisa pura. Tudo isso torna a atitude com relação à investigação científica em geral necessariamente distante da descoberta, concentrando-se, como se afirmou, na busca de soluções rápidas e *objetivas*. Qualquer outra coisa representaria uma perda de tempo (BARROS, 1978: 95).

Um último comentário com pretensões analíticas quanto ao emprego da história e suas conseqüências nas escolas de formação profissional militar mais elevadas deve acrescentar alguma coisa mais. A história nacional é muita vez associada à história militar nacional. E, como a instituição militar se acha presente nas fases da história do país, “o estudo acaba se concentrando no papel dos militares em importantes aspectos da vida política para o bem do país ou da nação”. Na análise de campanhas, com os comportamentos e decisões de comandantes envolvidos nas operações e a biografia de chefes distinguidos, o estudo de história, aponta Barros, se cumpre nos objetivos que se propõe, constituindo-se, também aqui, acrescentamos nós, “em modelos aceitáveis e adequados de comportamento” (1978: 61).

O tipo de tratamento conferido à história na educação militar dos *war colleges*, mas não somente a este nível, apresenta simetrias com o que é aplicado, numa extensão mais larga, ao estudo de outras ciências sociais na condução da “parte humanística do processo educacional”.<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> A reflexão sobre a teoria sociológica a partir da Segunda Guerra evidencia a existência de um movimento pendular. Uma divisão entre teorias da ação *versus* teorias estruturais (colocando-se de modo muito esquemático), que marcou duas décadas e meia e que não acontecem num vácuo histórico. Cada ponto no movimento de um pêndulo responde ao movimento precedente. O discurso sobre a ação *vis-à-vis* a estrutura surgiu como reação ao estrutural –funcionalismo de PARSONS. Este tentou acabar de uma vez por todas com as “escolas em conflito”. Tentou compatibilizar idealismo e materialismo em sua teoria sistêmica, fazendo o mesmo com a ação voluntária e a determinação estrutural em sua teoria sobre o indivíduo. Não foi feliz em seu esforço integrador, pois não realizou sua síntese de modo imparcial (ALEXANDER, 1987). Apesar de reconhecer o caráter contingente da ação, estava mais interessado na socialização dos indivíduos; apesar de incorporar as estruturas materiais, dedicou-se muito mais à teorização do controle normativo. Como as idéias a que WEBER chamou de “guarda-freios da história”, as vertentes intelectuais do trabalho de PARSONS serviram de trilhos para os interesses das escolas e tradições teóricas idealistas e materialistas. Desalojá-las exigiria muito mais que apenas uma formulação teórica sofisticada. (ALEXANDER, 1987:12-3)

<sup>28</sup> Para a análise dessa função das ciências sociais e dos saberes historicizados, no âmbito militar brasileiro, ver BARROS, 1978: 80.

A história padece em suas avaliações do mal do maniqueísmo, um cacoete simplificador advindo possivelmente do uso de apostilas, esquemas explicativos, manuais e doutrinas. É entendida, além de tudo o que até aqui já se disse, como avalizando o exame do mundo de uma perspectiva fundada na polaridade amigo-inimigo, vale dizer, numa lógica digital: sim e não, preto ou branco, o mesmo e o outro. E, surpreendente ou não, imersos nos envolvimento da construção educacional, estamos em pleno processo de constituição do *caráter*<sup>29</sup> de pessoas.

O estudo das ciências sociais, além do que até aqui se disse, numa consideração mais específica, constitui um outro campo de saber em relação ao qual o sistema de educação militar profissional tem opiniões e atitudes próprias e definitivas. Talvez não haja por que estranhar que assim o seja: não num país que ingressa nas ciências sociais com a Escola Livre de Sociologia e a criação da USP somente nos anos 30 do século XX, cumprindo um programa ideológico de “redescobrimto do Brasil” numa linha oficialista (OLIVEIRA, 1990) de Estado Novo, com a censura e o talento de Almir de Andrade dirigindo e editando a revista mais importante do tempo, a *Cultura Política*. Não numa sociedade que teve a regulamentação da profissão de sociólogo só legalmente formalizada por volta dos anos 60. Ainda no âmbito da universidade brasileira, há que identificar o nível em que tais estudos se processavam no país. Importante para a nossa pesquisa porque, fundada a ESG em 1949, os professores do que se poderia chamar – e não se chamava – de ciências sociais eram civis que ministravam conferências e palestras nos cursos de altos estudos militares.

Até certo ponto, como ainda o fazem. Em meados dos anos 60 – por razões importantes e não de todo estranhas à pesquisa que aqui desenvolvemos –, a Fundação Ford decidiu apoiar estudos latino-americanos nos Estados Unidos, na América Latina e no próprio Brasil, na condição de mais importante agência de financiamento que garantia à pesquisa dos brasileiros um fluxo externo de recursos capaz de expandir e consolidar as ciências sociais, no Brasil. Objeto deste suporte foram o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, (CEBRAP), o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), o Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), o Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais

---

<sup>29</sup> Como explicou um comandante da academia naval dos EUA, e tal se aplica à congênere do exército, todos os oficiais, instrutores ou não, que se acham servindo numa academia militar têm o dever funcional de contribuir para a “construção do caráter dos cadetes”. Contudo há um departamento específico que existe para preparar os futuros oficiais “mental, emocional, psicologicamente e através de doutrinação e desenvolvimento do caráter para o exercício do comando”. Acresce a responsabilidade dos comandantes pela educação física. MASLAND. Radway. 1957: 203-2. A referência ao país estrangeiro se faz em razão da enorme massa de influência exercida pelos EUA, e suas forças armadas, sobre as congêneres nacionais.

(UFMG) e “nesta trilha pôde contribuir para a montagem do arcabouço institucional das Ciências Sociais no Brasil, culminando com o financiamento da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)” (OLIVEIRA, 2000 : 22-3).

Este processo não fluiu tão bem assim para a área de história, a que nos referíamos há pouco. Tal fato se terá devido também à “receptividade relativamente baixa” conferida aos brasilianistas que, longe de conseguirem um lugar de destaque como mestres de pensamento dos historiadores brasileiros, passaram a lidar com os professores, nossos concidadãos, como informantes privilegiados. Os brasileiros se relacionaram, por seu turno, com a produção norte-americana, como se esta fosse primária, ou como versões contemporâneas das crônicas dos viajantes. Nesta “relação de ressentimentos mútuos não se formou uma comunidade de pares”, dentre outros motivos, também, porque – para fixar um flagrante da situação acadêmica da História do Brasil – “os programas do curso de História do Brasil, da USP, de 1970 a 1985, segundo Fernanda Peixoto (OLIVEIRA, 2000:28), ”terminavam na Revolução de 1930”. A razão de estes dados serem aqui alinhados se afeiçoa à postura de Oliveira, bastando-se em tão-apenas, como, por nós, diz ela, “acentuar as distinções e desigualdades no processo de institucionalização da disciplina, em nenhum momento admitindo que a produção historiográfica brasileira seja qualitativamente inferior”(OLIVEIRA, 2000: 30).

A importância deste registro tem duas faces. A primeira consiste em reconhecer que “a profissionalização da História, como a de muitas outras disciplinas, está intimamente ligada ao desenvolvimento do estado moderno e da ideologia nacional. Se a ciência é a linguagem da modernidade, a história científica é a linguagem em que devem ser escritas a épicos e a identidade nacional” (OLIVEIRA, 2000:31). A segunda face do registro do que se fazia no país em matéria de estudos e pesquisas de História do Brasil encarregava-se de tentar entender o tipo de história praticada no sistema educacional militar. E não há lugar para exercício de ingenuidades. Os professores de História, com toda certeza, brandindo a *magistra vitae*, como apontamos, ocupavam-se de uma história factualista, descritiva, i.e., *événementielle*.

Não se pode, contudo, aqui, desconsiderar o lastro positivista que fez a nossa República, a cabeça de cadetes da Escola Militar e de oficiais que por ela passaram. Daí advêm algumas características intelectuais do ensino *vis-à-vis* esse campo de explicação e organização da realidade, que são as ciências da sociedade. As chamadas ciências humanas, humanistas, eram acolhidas na educação militar com uma ênfase especial sendo conferida à psicologia, isto é, a

saberes animados por uma metodologia individualista. Não é um fato surpreendente o recurso, ainda hoje, à psicologia na “explicação” de fenômenos sociais. Tal se deverá à existência, com relação às “ciências sociais”, do receio, rudimentar talvez, de identificação com a categoria de “socialista”, embora tenham as ciências sociais nascido voltadas para uma função de controle da ordem social. Esse é um campo relativamente recente nas escolas militares e a expressão “ciências sociais” não é ouvida em corredores, salas de aula nem lida em grades curriculares ou ementas.

No meio acadêmico brasileiro, a presença reitora do positivismo se planta – na convicção militar por via de consequência e ressonância – no combate ao tradicionalismo e ao espiritualismo eclético, que grassava no país, gerando crenças e convicções pedagógicas e políticas. Essa função combatente do positivismo traz à luz algumas das questões fundamentais que, no final do século XIX, colocaram em presença e disputa ciências naturais e ciências sociais, estas em busca de codificação e reconhecimento epistemológicos. No sistema educacional militar, como antes se apontou, se inscreverá um culto hipnotizado e exclusivo pela avaliação e medição, o que traz em contramedida a noção de a realidade se constituir única ou prevalentemente da realidade *concreta*. Isso não é pouco. Sua consequência mais imediata é a geração de uma repulsa a algumas posturas cognitivas, como a relativização, a análise qualitativa, a interpretação, o voluntário desconhecimento de posturas do espírito, como o ceticismo, o niilismo – com o que o arsenal de análise e o reconhecimento do mundo fica falto de componentes da realidade, do pensamento e do homem. Isso também não é pouco. Para quem tem obrigação profissional de entender ações e omissões dos homens que lideram intenções, interesses de estados-nações e dos agrupamentos humanos (partidos, coalizões, classes, elites, seus movimentos e processos, enfim, de formação e ativação de crenças, convicções e consciências), essa carência e esse desvio cognitivo trazidos pelo positivismo não são desprezíveis.<sup>30</sup>

---

<sup>30</sup> Embora a idéia de *positivismo* abrigue três correntes distintas, a francesa, a alemã e a norte-americana, referimo-nos basicamente ao ideário do círculo de Viena, segundo o qual a explicação científica em ciências sociais obedece à mesma lei explicatória, ou modelo dedutivo-nomotético, que as ciências naturais. O *positivismo*, referido às suas origens por Comte, como “filosofia para acabar com todas as filosofias”, encontra sua derivação norte-americana no positivismo instrumental, tradição incrementalista, naturalista, de pesquisa social, empenhada em atingir padrões de rigor da física ou da biologia. Compreendendo a sociedade como mero agregado de indivíduos, essa tradição teve o seu reinado da década de 30 a de 60, quando esbarra nas refutações de *antipositivistas* e *pós-positivistas*: os primeiros recusando a idéia de uma ciência explicativa da sociedade; os *pós-positivistas* propondo uma sociologia interpretativa, assentando-se em que a descrição causal do comportamento social não pode ser construída, porque as

Essa renúncia, talvez até inconsciente, mas nunca ingênua, ao recurso do instrumental crítico nos currículos gera, por outro lado, não só uma ameaça de fragilização das análises que se produzem, mas principalmente a adesão a determinadas correntes das ciências sociais absolutamente esgotadas em sua capacidade explanatória e vinculadas, muita vez, a referências ideológicas esvaziadas no tempo, enquanto correntes de pensamento, enquanto ideologias. É o caso da subscrição a uma sociologia funcionalista-estruturalista que alimenta análises de conjunturas por meio de suas indefectíveis descrições sincrônicas, que afinal, acabam naturalizando e legitimando o que existe e recusando compreensão do desvio. Daí uma filiação cega a Parsons e Merton, mais evidentemente ao primeiro. Com isso, justifica-se não se ter que tratar – logo admitir a sua existência – do desvio de categorias não tão diretamente submissas à ordem e à norma como o *latente* e o *manifesto* mertonianos.

Um outro desdobramento dessa utilização *isenta* das ciências sociais está, para citar um outro exemplo, no tratamento dado à *política*, definida e circunscrita a pressupostos metodológicos do que o sistema compreende e ensina como ação política e a sua finalidade:

Identificados, definidos e caracterizados os Objetivos Nacionais, e conhecido e avaliado o Poder Nacional, o processo de ação política *visa a maximizar a compatibilização entre meios e fins*, e evitar as improvisações e o empirismo.<sup>31</sup> *Escola Superior de Guerra*. “Pensamento Estratégico”, 2000.(grifo meu)

A noção de política, no plano interno, no ensino militar brasileiro de mais alto nível, está referida com exclusividade ao que se pode compreender nos limites das chamadas “políticas públicas” (*policies*). É questão tratada exclusivamente no sentido de seu planejamento, gestão, execução, realimentação etc, vale dizer, em larga medida, da satisfação de parâmetros de uma ciência da *administração*. É esse o tratamento que MANNHEIM vinculou ao *conservadorismo burocrático*. Em suas palavras: “A tendência fundamental de todo pensamento burocrático é converter todos os problemas de política em problemas de administração”.(1976:143) Tal fato se dará, avalia, em razão de a esfera de atividade do funcionário dar-se apenas “nos limites das leis já formuladas” o que o faz inconsciente de que “por trás de cada lei aprovada , se encontram os

---

práticas, instituições e crenças humanas são inerentemente significativas – constituídas pelo entendimento que os participantes delas possuem.(WACQUANT.1996:594)

<sup>31</sup> *Escola Superior de Guerra*. “Pensamento Estratégico”. 2000.

interesses socialmente articulados e as *Weltanschauungen* de um grupo social específico”(Idem,1976:144). E, sobre a Ciência Política de seu tempo,

A maioria dos livros que compõem a história da Ciência Política alemã é na realidade constituída por tratados de administração... A tentativa por parte do conservadorismo burocrático de ocultar todos os problemas da política sob o manto da administração pode ser explicada pelo fato de que a esfera de atividade do funcionário restringe-se aos limites da legislação existente. Em conseqüência, a gênese ou o desenvolvimento de nova legislação extravasam o escopo de sua atividade. Devido ao seu horizonte socialmente delimitado, o funcionário não pode ver que, atrás de qualquer legislação, encontram-se os interesses socialmente articulados e a visão de mundo de um grupo social específico. Ele toma como um fato natural que a ordem específica prescrita *pela lei vigente* é o equivalente à ordem em geral. (MANNHEIM apud LAMOUNIER, 1982:430), (grifo meu)

Para ficar num exemplo dessa “explicação” da política (*politics*) pela via de uma ciência da Administração, observe-se que a própria noção de eficiência do sistema de autoridade – legal, racional ou burocrática, que caracteriza a organização militar – é entendida como “uma forma de racionalidade em que a coerência de meios em relação aos fins visados se traduz no emprego de um mínimo de esforços (meios) para a obtenção de um máximo de resultados (fins) (CHIAVENATTO,1978:214). A aplicação de tais princípios, de construção burocrática, como o identificou Manheim e agora Chiavenatto, passa assim a ser a chave heurística de elucidação do fenômeno político, inspirada e calcada em racionalidades da Administração. “A mentalidade jurídico-administrativa”, avalia MANHEIM, “só sabe construir “sistemas de pensamento estáticos e fechados” (1976:144). É possível admitir que o emprego dessas regras e princípios se reproduza ao longo do tempo e delas se disponha com exclusividade por duas ordens de razões: (i) a reprodução, ano após ano, desse “método”, numa instituição que cultua com respeito os princípios da continuidade, concede aos princípios citados e cristalizados uma aura de verdade irrefutável. Qualquer proposta de modificação ou de implantação de novas posturas teórico-metodológicas, de novas chaves analíticas, ou posições críticas vai abalar uma rotina já sabida e romper com a deferência epistêmica desfrutada pelos professores do “método” – este também referido como “doutrina” e mais recentemente como “manual” – e aí está a sua definição mais autêntica; (ii) a adoção exclusiva do “método” consegue contornar questões absolutamente desagradáveis ou impróprias para quem nele se “especializou”, como as ligadas à estratificação

da sociedade, a questões de jogo de poder, crises, composição das elites, conflitos de interesse, movimentos da sociedade civil, pressões, cooptações, legitimidade etc.

O que se processa, então, ao analisar a política, é considerar suficiente que este ensino se baste nas técnicas de gestão da *policy*, operando com o campo das ações, cálculos e avaliações de eficácia exclusivamente *posteriores* à decisão do poder: no ramo descendente, e não no ramo ascendente de postulação, disputa, conflito do sistema políárquico de DAHL (1997). Ao assim agir, abre-se mão de pesquisar posições, cooptações, reivindicações e padrões de legitimação disponíveis no sistema político e, o que é mais relevante, desprezam-se pleitos, lutas e crises, até, de construção do Estado, de atuação e definição de propostas de grupos de pressão e centros de poder, de estrutura e atuação de interesses organizados, de relações entre Estado e sociedade. De outra parte, esvazia-se a reflexão *política* da consideração dos processos de produção de consensos, de montagem de coalizões, de mecanismos de cooptação e dominação. Sobreleva uma irreduzível imunidade a conhecer a atuação de *agências* da sociedade civil e uma isenção diante da ação de interesses organizados, que sucumbem, numa avaliação de relevância, confrontados, aquelas e estes, com o peso explanatório de *estruturas* e *sistemas*, que disponibilizam leis, racionalidades, seqüenciamentos causais de raciocínios, normas de análise e avalizam a compreensão *lógica* de situações e conjunturas. Dispõe-se e aplica-se, então, uma *técnica*, um modelo de gestão de planejamento, de que, como já parece evidente, não participam as *agências*, a dissensão, a crise, a descontinuidade, a noção de justiça e o sentido do conflito em sociedades modernas.

Dissensão, descontinuidade e conflito podem perfeitamente ir ao encontro do pensamento de quem teve muito a dizer do universo político, nos anos de 1940 e de 1964. Para Francisco Campos, matriz desse pensamento, se está diante de “um mundo dominado pela “desarrumação”, no qual a inexistência de forças capazes de disciplinar a vida social gera incertezas e contínua instabilidade” (BENZAQUEN,1986:106). Esse tipo de tratamento das questões sociais por um dos pensamentos fundadores de Getúlio, terá, direta ou indiretamente, exercido alguma gama de influência no sentido de o titular do Estado-Novo ver a sociedade brasileira de modo “descontente com a política”. Getúlio vai buscar “reordenar” a vida pública a partir de critérios pessoais sintetizados na expressão *administração* do universo político (BENZAQUEN, 1986: 119).

A interpretação da sociedade, de suas “desarrumações” políticas, sociais e institucionais merecerá um tratamento conseqüente: através da via da norma jurídica, isento portanto de uma dinâmica da sociedade, ou pela compreensão da política como um problema prevalente ou exclusivo de administração. Se forem transpostos para a realidade dos dias de hoje, estarão comprovando o que acima fizemos referência: uma ciência política que admite uma sociedade higienizada de contradições e que, para as suas questões sociais centrais, se julga bastar na norma em vigor ou em processos racionais de deliberação.

Agendemos agora que nenhuma menção é feita – a de natureza histórica talvez seja a exceção isolada<sup>32</sup> - ou consideração concedida ao entrelaçamento desses interesses, ao jogo de forças que, afinal, em certos sentidos fundamentais, é a substância da política e da democracia. Tal tipo de cogitação e análise é ignorado. Professores civis, por receio, adesão ou conveniência ideológica, sentindo-se, digamos, desconfortáveis, evitam questões relacionadas com o conflito, a estratificação da sociedade, a dissensão, *maxime* em questões em que classes, pluralidade de culturas, interesses organizados, enfim, em que fissuras potenciais incidam nas condições e caracterizações das considerações em jogo. O esquema da poliarquia de DAHL (1997) será uma furtiva e única oportunidade de menção esporádica e esquemática à existência, não ao exercício, de uma *politics*, independente de circunscrições e territórios exclusivos do Estado. Mas esta referência ilustrativa e efêmera não gera conseqüências analíticas na apreciação de fatos e fenômenos da empiria. É um pano de fundo. Uma referência espectadora ilustrando um horizonte de citações e exemplos.

Definindo-se, então, políticas e estratégias governamentais através deste instrumental meramente administrativo, tem-se o governo, um governo, planejando envolto na faina da necessária compatibilização de meios e fins, métodos e normas, em busca da eficácia, da minimização das relações custo-benefício – malgrado o repúdio que o militar nutre pela idéia de uma identificação de seu mister com o da burocracia. Embasados então pelas lições da Administração para entender a política, diante do trabalho e da perspectiva do “funcionário típico-ideal de Manheim”, há contudo que guardar as distâncias devidas, porque, nas expressões de Lamounier, “a burocracia brasileira não é a burocracia prussiana” e também porque “não são

---

<sup>32</sup> Menções se fazem às pretensas disputas entre conservadores” e “liberais” do Segundo Reinado, quando se fixa principalmente a inexistência de dissensos – mas o fato é apresentado como pouco mais que uma curiosidade, um dado característico da política, ou da política “daquela época”, sem maiores aprofundamentos dos interesses que representavam e do porquê da inexistência de conflito.

os mesmos os pressupostos de uma e outra sobre as respectivas sociedades” (LAMOUNIER,1982:410).

A fórmula, *o método*, que se põe em jogo nas escolas de nível estratégico seria, então, aplicável a qualquer grande projeto, à rede de esgotos de uma cidade grande, a um grande projeto de habitação em alguma região metropolitana, à definição modal do sistema de transportes do país – enfim, esta é uma fórmula de administração de políticas públicas que cuidou da justiça, mas em nenhum momento da *justiça*, de seu produto, da legitimidade de seus resultados, da representação da sociedade beneficiada pela iniciativa, ou seja, da distribuição de bens coletivos que se estará viabilizando com a concretização do projeto. Na verdade, sequer se mencionou, ao se definir política, a *sociedade* como categoria, o que costuma ser contornado pela adoção de sua noção como agregado social, advinda de um positivismo de extração norte-americana, em que a individualidade tem o seu lugar e a sua racionalidade numa altitude soberana. Ou então advinda das concepções da “escolha racional”, que aqui entraria em cena a título de “lógica” como efeito perverso.

A *sociedade* na sua inteireza, ao omitir seus grupos de interesse e suas estratificações, no sistema de estudos de que nos ocupamos, não é parte integrante do conceito e dos envoltórios da política. É referência ocasional, no máximo demográfica ou de pertinência referida como *psicossocial*, pelo que se deve entender, um objeto de ações suasórias. E, ainda nesta última situação, em momento algum se trata de processos de geração e reprodução de crenças, convicções, consciências, ideologias. Ela própria, a sociedade, é ente de caráter integral e estrutura orgânica. Daí a adequação ou conveniência em ser ela tratada segundo esquemas parsonianos, e isso já depois da virada do milênio. Nenhuma surpresa, portanto, que a sociedade, em tais estudos políticos, seja ou não reconhecida como agência. Não é agência: é estrutura *sistêmica* integrando subconjuntos ou subsistemas em um conjunto que funciona à base de leis e normas operativas, acima e além dos seus elementos constitutivos. A sociedade, assim tratada, é desprovida de historicidade, o que a torna mais sujeita e receptiva à aplicação de leis e normas generalizantes, universais e permanentes e mais isenta à cogitação de mudanças.

Trabalha-se, ao invés, com a categoria *nação*. À parte considerações a respeito da conhecida construção de Anderson sobre as *imagined communities*, é possível supor que esta adoção da categoria *nação*, dentre outras razões, se terá devido a sua presumida maior vocação para a unanimidade, a capacidade de mobilização de consensos e a construção teórica da coesão e

a explicação pela organicidade. Tudo isso se revela coerente com a aversão a tratar de estratificações, como acima aludimos. A nação é um conceito asséptico. A nação não é - senão genérica, nunca essencialmente - um *ator*. Não estabelece no plano interno *relações* de poder com qualquer outro ator. Não reivindica nem luta no plano doméstico. É quase homogênea, intangível, inefável; sequer um detalhe na paisagem do esquema de Dahl. Falta-lhe ontologia política.

Destituída de atores e agências, esvaziada de seu objeto, *neutra* com relação a sua dinâmica, o estudo que seria de políticas e estratégias com base exclusiva na *politics* acaba se bastando, então, num problema de administração, de uma assessoria hipotética de um governo, como se vê, centralizado também nos seus projetos de *política*, do qual se esperam competências alcançáveis através da prática. Então, se no campo do ensino militar estratégico, não são estes os referentes da ação política nem os seus propósitos últimos; se o conceito de ação política nada tem a ver com representação, participação, grupos de pressão, legitimidade, sociedade civil, neo-corporativismo, construção do Estado, modelo de democracia etc - teria a ver, então, com o quê?

O que se deseja é racionalizar a destinação e a aplicação do Poder, empregando normas e métodos que subordinem a busca da eficácia aos preceitos éticos. (*ESG*, "Pensamento Estratégico":2000).

Temos que retomar uma menção feita sobre a adesão irrestrita e exclusiva à norma escrita. Ela nos será particularmente útil na abordagem que agora fazemos de um outro viés do estudo da política. Referimo-nos à aproximação que circunscreve a *politics* a princípios normativos e literalidades das normas do Direito, por tal se entendendo a lei positiva. Esse é um outro tipo de *politics* sem relação ou fundamentação alguma em qualquer especulação filosófica do Direito. O que está em agenda neste passo dos trabalhos escolares é buscar, com exclusividade ou prevalência, a compreensão do fenômeno político tendo por referência exclusiva a *norma* de existência oficial, que tangencie ou mesmo regule normativamente a ação política que está sendo objeto de análise. Explicações, por exemplo, para a posse de Sarney - como vice-presidente em substituição a candidato vitorioso que não chegou a ser presidente - se explicam na existência de um *vazio normativo*, imagina-se, do texto escrito. Em outras palavras, buscou-se e não se localizou a norma política para explicar o fato da posse. Mas não se recorreu a uma explicação que se valesse da dinâmica da sociedade ou fosse, de alguma maneira, política.

Citando de novo Francisco Campos, e voltando a BENZAQUEN, este relembra o autor da “polaca” definindo o universo político do século XIX, quando anterior à crise e caracterizado pelo “sistema democrático-liberal”. Neste sistema, diz Campos, comentado por BENZAQUEN, “o mundo político fora construído à imagem do mundo forense”, com o que avança em seus pressupostos de que “divisões e conflitos pudessem ser equacionados “mediante processos racionais de deliberação”, “esperando, com paciência, que a arbitragem parlamentar resolvesse as pendências, e aceitando resignadamente o seu resultado.” (BENZAQUEN,1986: 106).

Processa-se então, no tratamento dado à política no sistema educacional militar, uma reiteração do conceito que vem da República Velha, o abismo entre o *Brasil real* e *Brasil legal*, a infra e a superestrutura, a vida social concreta e as “meras” formas político-institucionais (LAMOUNIER,1982: 417). As noções de verdade, de justiça, de necessidade são sentenciadas e deferidas exclusiva e superiormente pelo afeiçoamento a normas. Nada aqui se identifica contra uma possível inadequação ao tempo social da norma reitora, nem se produz cogitação alguma sobre a presença contemporânea, p.e., da judicialização da política, que ainda não veio a merecer atenção e compreensão maiores, malgrado as alterações que o fenômeno insere nas relações de poder entre os Poderes da República e na própria construção do Estado brasileiro.

Todo o viés desta postura cognitiva incorpora, voltemos mais uma vez, ainda que de passagem, o negligenciamento da presença de ninguém menos que a própria sociedade civil, cuja participação é ignorada ou oculta. É um passo só de distância para que se lhe confira um caráter virtual de clandestinidade, de agente da desordem jurídico-política, de desafeta da soberania interna. Não é difícil entrever as exposições ao risco que a democracia corre, ao se fragilizarem suas estruturas de participação e representação e ao se minimizar a presença da postulação, da reivindicação e da luta. E, assim não considerada, ou se depreende a sua inexistência política ou a omissão por impertinente, irrelevante ou indesejável a estudos que se processem. As relações Estado-sociedade são discutidas, explicadas, se não prevalentemente, ao menos normativamente, por relações homólogas às institucionais, que se calcam na soberania interna, incluindo naturalmente o monopólio da violência, de que o Estado dispõe com exclusividade.

É a *norma* que preside a configuração da verdade exclusiva da política asséptica que daí deriva: isenta de tempo político, da dinâmica que conduz a deliberações ou impasses, de entrechoques de interesses que se organizam e a constituem e que geram ações e significações num chamado estado de direito democrático. Se a intenção, aqui, fosse a de sintetizar esta

orientação gravitando em torno do sol da norma procedimental, se poderia dizer que, subjazendo esta atitude cognoscente, paira a expectativa de que os grandes problemas do país, de qualquer país, sejam, talvez, passíveis de resolução pelo cumprimento de normas vigentes, vale dizer, da sanção da autoridade, do poder estabelecido, de seus códigos e estatutos. O princípio militar básico da obediência, conscientemente ou não, está evidentemente aí presente; o que sintomatiza uma latência de traços refratários aos postulados da democracia ou mesmo de uma emergência latente de traços de protagonismo político de algum nível.

Epistemologicamente, opera-se, desse modo, com supostos de verdade que não são o da verdade científica, mas, isso sim, da verdade jurídica, e a análise política, ainda que subterraneamente, se contém no estudo das condições e viabilidades de sujeição à norma e a ação política entendida e contida nos limites da administração. Comentando o surgimento das primeiras iniciativas do que, afinal, constituiriam a ciência social brasileira, um autor reflete que este campo do saber formalizado surge com as marcas de um indefectível bacharelismo, mas não era, reconhece, uma tradição escolástica que se implantava. E admite a contribuição da tradição positivista que, “mesmo que confusamente”[...] “não deixava de realizar um salutar trabalho polêmico contra o mero dedutivismo, religioso ou *jurídico-formal*”(LAMOUNIER, 1982: 422).(grifo nosso)

Em razão da presença de professores universitários que pertenciam a Esg ou que lá lecionavam (como “horistas” mas sem remuneração), pode ser útil relacionar a sua fundação – em 1949, como a do primeiro instituto de estudos estratégicos do país – com a produção da universidade brasileira dessa época, no campo da Ciência Política, das Ciências Sociais. A atenção do mundo acadêmico não se concentra em temas exatamente políticos ou mesmo político-institucionais. Temas eminentemente políticos tampouco constituíam objeto das teses e dissertações das ciências sociais da USP. Era rara a produção acadêmica sobre, por exemplo, “padrões de comportamento eleitoral” ou mesmo sobre “o papel dos militares ou da estrutura das instituições militares na política”. A literatura sobre partidos e representação política foi quase toda produzida nas escolas de Direito e, com frequência, fora do eixo Rio-S.Paulo (LAMOUNIER, 1982:418).

Mais de meio século depois, continuam a valer as observações, quando aplicadas ao ensino da escola mais alta do sistema educacional militar. Observe-se que a situação contemporânea do ensino de política da ESG está sendo assemelhada aos conteúdos e valorações

de seu momento histórico de fundação. Este período é o que LAMOUNIER caracterizou como fase anterior à criação, nos anos 60, dos cursos de pós-graduação. A universidade vai experimentar um significativo impulso no rumo da institucionalização e diferenciação acadêmico-profissional da Ciência Política, produzindo a necessária ruptura com as orientações demasiadamente formalistas das escolas de direito. O ensino militar, a partir desse período de “UDN fardada”, não acompanhará esse desdobramento da universidade e não conseguirá, qualquer que seja o motivo, se despojar, em suas considerações cognitivas sobre o fenômeno e a dinâmica da política, da hegemonia da norma escrita ou jurídica.

A referência feita ao professor Dahl e a seu sistema político traz também a nossa agenda a questão da utilização extensiva, se não universalizante, da teoria dos sistemas. E o estudo da política no ambiente educacional militar não é exceção. Tal adoção teve relação com o esforço de conferir às disciplinas da sociedade um *status* científico, ao mesmo tempo em que as desvincilhava das imprecisões e ambigüidades da linguagem comum e da filosofia. Ante a conjectura de as ciências sociais haverem ou não atingido recentemente um estágio “mais maduro”, esta é uma formulação de consenso discutível: Merton esperava que se tivesse; Schwartzman duvidou que tal se tivesse dado. Uma das razões apontadas para a imaturidade ou incipiência das ciências sociais seria a de terem elas sido ideologizadas na vida acadêmica. Um dos modismos ideológicos emergidos – tal como Easton o veria e Schwartzman o reconheceria – teria sido o reaparecimento do conceito de Estado. Na construção weberiana, a ciência social é necessariamente histórica, “seus temas voltados para as sempre mutáveis realidades da vida humana”. A referência a temas historicamente relevantes de cada época terá sido o que deu às ciências sociais o dom da eterna juventude – um compromisso com problemas históricos, que não significava que a diferença entre as ciências sociais de um lado e o partidatismo político e ideológico de outro pudesse ser ignorada. Não foi assim que se passou com as ciências sociais na academia norte-americana. Quando seus cientistas sociais optaram por um Weber des-historicizado e sanitizado, e buscaram construir uma ciência não-histórica, não-filosófica e não-ideológica, depararam-se com problemas, de que o conceito de Estado terá sido exemplo. Geravam-se, a partir daí, sérios impasses com o conceito de Estado e também com a sua substituição pela abordagem sistêmica. O que teria levado a ciência política norte-americana a

desprezar o conceito de Estado?<sup>33</sup> Não se está aqui apontando para as “condenações” tradicionalmente feitas às ciências sociais,<sup>34</sup> mas para o fato de que a multivalência do discurso da ciência social leva seguidores da orientação positivista ou conservadora a sentirem a tensão entre essa concepção multívoca e seu ponto de vista empiricista. Para resolvê-lo, privilegiam a “teoria” com relação ao que pejorativamente chamam de meta-teoria (TURNER, 1986). Chegam até mesmo a excluir a teoria em favor de uma concepção estrita de “explicação” (STINTCHCOMBE, 1968)<sup>35</sup>. Analogias com o nosso objeto, em particular a definição epistemológica de disciplinas, são facilmente inteligíveis. Afinal,

A disciplina é um princípio de controle de produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente de regras (FOUCAULT, 1998:36).

---

<sup>33</sup> Essa falta de interesse da tradição anglo-saxônica pelo conceito de Estado não se deve debitar a uma falta de clareza intelectual ou de precisão. A omissão se devia à própria inexistência do Estado (*statelessness*) nos EUA e na Inglaterra, quando comparados com países europeus continentais. Acresce, ainda, alguma coisa a ver com a ideologia liberal anglo-saxônica, para a qual importante era a análise da interação entre atores sociais. Conceitos como os de “governo” e “autoridade” se aproximavam mais de entidades funcionais simples e leves do que das conotações historicamente pesadas da noção de Estado, que atingirá Marx, que perde o interesse por ela quando migra para a Inglaterra. (As referências de SCHWARTZMAN, 1982: 152-3, assentam, neste particular, nas reflexões de NETTL, JP. *The State as a Conceptual Variable*).

<sup>34</sup> Para os três obstáculos apostos pelas ciências naturais à ciência social - de natureza filosófica, social, detectável num fenômeno de poder; e de caráter prático - ver JAPIASSU .1 982. 78 e seg.

<sup>35</sup> Alexander configura o campo real do discurso da ciência social como oscilando entre o discurso racionalizante de Habermas e o discurso arbitrário de Foucault. ALEXANDER, 1987: 9.

## 4- SOCIALIZAÇÃO

### 4.1. INSTITUCIONALIZAÇÃO E A ORDEM DOS HOMENS <sup>1</sup>

Ao buscar aqui desenhar o perfil de como as pessoas, os militares em particular, se adaptam ao grupo e aos comportamentos físicos, verbais e éticos formalmente deferidos, um lugar inicial será ocupado pela explicitação do processo de institucionalização. Aqui se conterão os balizamentos para nos referirmos à organização militar também (ou prevalentemente ?) como instituição. Numa primeira aproximação, diga-se ser exatamente esta a autopercepção dos próprios militares, individual e oficialmente, que como tal a compreendem e distinguem. Não por coincidência, instituição é o conceito admitido pelo grupo e ressoado na linguagem oficial a título de auto-referência. Que desdobramentos se gerarão de a força armada ser, não *apenas* uma organização militar, mas também, e fundamentalmente, *instituição* ? Nosso olhar se orienta por entender que o tratamento a ser aqui dado à instituição deva, ao menos prevalente e conclusivamente, se orientar no sentido de modificar “uma visão não-sociológica da cognição humana”, bem como no de subscrever “uma teoria cognitiva que ofereça um suplemento às debilidades da análise institucional.” (DOUGLAS, 1998:11).

---

<sup>1</sup> Herdeira do positivismo e da escola do direito objetivo, a escola francesa de sociologia faz da *instituição* objeto da nova ciência. Numa fase triunfalista e intervencionista – sociologia política como parte da ideologia da III República – a questão é saber [...] se as ciências sociais devem tomar a seu cargo a tarefa de reconstrução da sociedade. Indaga-se também em que medida a moral depende de agora em diante das ciências dos costumes: o conflito entre o Estado Republicano e a Igreja Católica delimita esse debate que levará à separação. Uma secularização aparentemente completa mas, na verdade, superficial (jurídica) e provisória, isto é, submetida à história e à dialética institucionais.[...] Sendo ao mesmo tempo um objeto real e do conhecimento, a instituição evoca sucessivamente as coações sociais que deve reforçar, transformar ou afastar, e a idéia de invariantes sociais, que têm muita dificuldade de eliminar toda transcendência. Um outro debate, opõe aos sociólogos os juristas e os filósofos do direito. Até mesmo em outros países, o objetivismo, o positivismo e o racionalismo continuam sendo as madrinhas das ciências sociais porque Freud ainda não apareceu ou é ignorado. (LOURAU, 1996:93-4) Referidas, agora, à contemporaneidade, *as instituições políticas tradicionais*, tais como a legislatura, o Estado, o sistema jurídico, bem como as tradicionais instituições econômicas, no âmbito das teorias políticas contemporâneas, têm experimentado *um recesso de importância* se comparadas com as antigas posições de cientistas políticos, como Burgess ou Willoughby e de economistas como Veblen ou Commons. De um ponto de vista behaviorista, *instituições sociais* formalmente constituídas passaram a ser retratadas simplesmente como arenas, em cujo âmbito o comportamento político acontece, impulsionado por fatores mais fundamentais. De um ponto de vista mais normativo, e isso diz respeito ao *nosso objeto* diretamente, as idéias que se alimentavam da moralidade das instituições, como o direito e a burocracia, e que enfatizavam a cidadania como fundamento da identidade pessoal, cederam espaço a idéias de individualismo moral e uma ênfase em interesses conflitantes. (MARCH e OLSEN, 1990: 303, grifos meus)

Essa não é uma consideração bizantina de filigranas a considerar que “as instituições são a chave para o entendimento da política”, como acentuam Shesple e Weingast (1987;85-104) e March e Olsen (1984:734-49), ainda que despreocupados em conceituar o termo.

Algumas posturas sobre a noção de institucionalismo se mostram de alcance mais limitado, ainda que de alguma funcionalidade descritiva. É exemplo disso a existência de construções explanatórias que se bastam reconhecendo a instituição como

“ as regras [entendidas]como características que definem os *arranjos institucionais*, em particular, as regras utilizadas por indivíduos para determinar quem e o que está incluído na situação de decisão, como se estrutura a informação, quais as ações que podem ser tomadas e em que seqüência e como as ações individuais serão agregadas e transformadas em decisões coletivas (KISER E OSTROM, 1982:179, grifo meu).

Esta ênfase em regras pressupõe averiguar em que consiste efetivamente uma determinada instituição e não, tão-apenas, como pontua Levi, o que faz ela (1991:81). Nem por isso esta caracterização deixa de obliterar distinções cruciais entre instituições e outros arranjos responsáveis pela agregação de comportamentos individuais, como nos interessa de perto. A linha que divide uma instituição e uma norma torna-se extremamente tênue se somente a natureza desta for considerada (idem, ibidem). Certamente existe a tendência a impor sanções contra os que violam normas; porém os mais importantes incentivos e desestímulos para obedecer às normas são cognitivos e sociais. Aí reside um dos suportes de por que reconhecemos com ênfase o caráter fundamental dos processos educacionais de profissionalização militar e, como este capítulo se propõe discutir, os processos mesmos de socialização.

De uma outra perspectiva, as instituições contêm aspectos legais e se ancoram numa estrutura relativamente clara de implementação de decisões. Ofensas passíveis de punição, e o seu oposto, louvores, promoções e os diversos âmbitos de aplicar sanções punitivas e louvores oficiais têm a sua responsabilidade e competência com perímetros bem definidos. Alguns atores, ou conjunto de atores responsabilizam-se pela *monitoração do comportamento institucional*, e os mesmos ou outros atores são responsáveis pela punição daqueles flagrados em padrão de desvio (LEVI, 1991:81, grifo meu).

No caso da instituição militar, não há como singularizar essa especificidade de definir os que “se responsabilizam pelo comportamento institucional”. Na realidade, *todos* os militares

são diretamente responsáveis pela observância do que Levi (1991:80) refere como “as ações individuais [que] serão agregadas e transformadas em ações coletivas”, que aqui sintetizamos em “comportamento institucional” .<sup>2</sup>

As tentativas de aumentar a precisão do conceito de instituição têm levado a nele se incluir a noção de estrutura, de modo a se fazer aplicável a organizações ou grupos dotados de certa consistência estável, assentada em normas e valores dos próprios grupos ou então da sociedade onde se inserem.<sup>3</sup> Instituições são percebidas como normas de comportamento, o que não implica todas as normas nem todos os comportamentos. Cabe ressaltar que as normas, no sentido em que aqui se situam, se expõem a limitações na dimensão temporal. Normas institucionalizadas, com toda certeza, tendem a apresentar caráter duradouro. Outro elemento diferenciador das instituições reside em seu reconhecimento pela sociedade. E o são na qualidade com que sobrelevam em decorrência de valores sociais arraigados. Podem algumas delas estar ligadas a valores tão fortemente defendidos que a perspectiva de alteração só consegue êxito a custas da ocorrência de conflitos profundos, mesmo quando entram na composição de problemas sociais de importância. De qualquer modo, por prescreverem normas de conduta, as instituições geram estatuto(s) de comportamentos desejáveis e proscritos. Pela mesma lógica, tendem a utilizar expectativas e ações e, assim, contribuem para a regularidade e estabilidade da instituição social.

De uma perspectiva apenas organizacional, organização e instituição são situações extremas. Entre esta e aquela há uma infinidade de posições possíveis. Qualquer grupo *organizacionalmente* considerado pode deslocar-se da posição de organização para a de instituição, dependendo de como responde no dia-a-dia aos desafios, pressões e demandas do

---

<sup>2</sup> O Regulamento Disciplinar do Exército (R/4), para oferecer uma ilustração, prescreve em seu Artigo 12 que “*Todo militar que tiver conhecimento de fato contrário à disciplina deverá participá-lo a seu chefe imediato, por escrito. Tal participação deverá necessariamente “ser clara precisa e concisa; qualificar os envolvidos e as testemunhas; discriminar bens e valores; precisar local, data e hora da ocorrência e caracterizar as circunstâncias que envolverem o fato, sem tecer comentários ou emitir opiniões pessoais”*.(§ 1º): “Quando , para a preservação da disciplina e do decoro da Instituição, a ocorrência exigir pronta intervenção, *mesmo sem possuir ascendência funcional* sobre o transgressor, a autoridade militar de maior antiguidade que presenciar ou tiver conhecimento do fato deverá tomar providências imediatas e enérgicas, inclusive prendê-lo “em nome da autoridade competente,” dando ciência a esta, pelo meio mais rápido, da ocorrência e das providências em seu nome tomadas”.(§2º): (Decreto nº 4346, de 26 de agosto de 2002. Diário Oficial da União nº 165, de 27 de agosto de 2002, Seção 1.). Publicado no Diário Oficial da União nº 165, de 27 de agosto de 2002, Seção 1. A estes exemplos de “monitoramento do comportamento institucional”, que evidentemente não esgotam todas as prescrições legalmente estabelecidas, acrescente-se que há um “Quadro de Punições Máximas”que rege as condições definindo quem pode aplicar que graduação de punição a quem. (idem, Anexo III)

<sup>3</sup> À luz deste sentido , são instituições a Petrobrás e a Igreja Católica.

ambiente. A aquisição de características de instituição resulta de uma multiplicidade de eventos através da existência do grupo e não de fato isolado. Para Selznick (1972), muito raramente os grupos se classificam exclusivamente como organização ou instituição; apresentarão sempre, ou quase sempre, uma mistura intrincada de características de uma e outra categoria. A força armada será exemplo desse hibridismo. Sem abrir mão do caráter organizacional, há vigorosas inclinações no sentido de ser prevalentemente *instituição*, ao se mostrar como matriz normativa, prescritiva, judicativa e de controle da razão e da fé. Contornos definidos do conceito de instituição foram perseguidos, dado o interesse na dinâmica das organizações: como surgem, crescem, sofrem mutações e se perpetuam ou definham e desaparecem. Na década dos 60, o conceito se apoiou fortemente na literatura relacionada ao fenômeno do desenvolvimento.<sup>4</sup>

Na elaboração do novo modelo explanatório que surge, contemplam-se duas ordens de variáveis, consideradas necessárias ao processo de institucionalização. Uma se constitui de variáveis ditas institucionais (internas), de que são exemplo a liderança, a doutrina, programas, recursos – estrutura interna a que a instituição militar atende largamente. Para institucionalizar-se, uma organização precisa transacionar também com o meio ambiente, estabelecendo vínculos com outras organizações. Os vínculos, categorizados em elementos de capacitação de ordem funcional, normativa e difusa, compõem o grupo de variáveis ambientais (externas). É através dos vínculos que a organização obtém recursos necessários, apoio para as suas ações e introduz modificações no meio ambiente. Não basta às organizações a posse de elementos inovadores; é indispensável que sejam capazes de articulá-los internamente e de transmiti-los ao meio ambiente. Diga-se, desde logo, que o ambiente também é considerado ativo. As organizações que

---

<sup>4</sup> Logo após a II Guerra Mundial, houve tentativas de reduzir as distâncias entre os países desenvolvidos e os menos avançados. O primeiro movimento acionado nesta direção foi substancializado sob forma de remessa de especialistas, assessores, cuja destinação era a de transmitir valores modernizantes, introduzir tecnologias e procedimentos de ponta e orientar a implantação de arranjos organizacionais, entendidos como necessários ao desenvolvimento. Não é difícil imaginar que a experiência gorou. Essa ineficácia do assessor, o insucesso concomitante do projeto e o estudo da mudança de um ponto de vista mais abrangente levaram à sua reformulação. O projeto se refez, agora sob forma de *organizações*, mais que de indivíduos, como meio de induzir mudanças, com base no argumento de que organizações, mais que indivíduos, têm maiores condições de mobilizar recursos, obter apoio em favor da inovação e, por conseguinte, remover obstáculos à mudança. É nesta nova perspectiva que o termo *instituição* passa a ser usado, para designar organizações capazes de induzir mudanças inovadoras, obter o suporte de indivíduos e organizações, de sorte que possam vencer resistências, serem aceitas e incorporadas à vida da sociedade. De outra parte a expressão “desenvolvimento institucional (*institution building*), ou simplificada, “institucionalização”, passa a ser aplicado ao processo de criação, orientação e operação de tais organizações. O termo, e conceito, “desenvolvimento institucional” passa então a representar uma abordagem da mudança social planejada. Em razão do interesse que a nova perspectiva despertou, formulou-se um modelo conceptual com a intenção de orientar estudos de institucionalização e prover agentes de mudança como meio de orientação de ações e estratégias.(NETTO, 1987:613 a).

o compõem reagem a inovações protegendo seus interesses, buscando, elas mesmas, transmitir seus próprios valores (NETTO,1987: 613,a).

Uma outra perspectiva admite conhecer a instituição a partir da sociologia política. Nesta linha, “instituição” designa um elemento da vida social em que orientações de valor e interesses característicos, concentrando-se em aspectos sociais importantes – por exemplo: educação, casamento, propriedade –, geram formas características de interação social ou as acompanham. Seu emprego acentua fenômenos sócio-políticos importantes, a que Schneider refere como relações “de significância estratégica”(SCHNEIDER, 1987: 613 b).

A amplitude e variedade da noção levam a que não se perca de vista o pensamento clássico a seu respeito. Já nos anos 40, Sumner admitia que uma instituição consiste num conceito (idéia, doutrina, noção, interesse e numa estrutura). Tanto o “conceito” como a “estrutura” são por ele concebidos de forma ampla, para não dizer vaga. Desse modo “A estrutura é uma armação ou sistema ou, talvez, apenas um número de funcionários... [Ela] sustenta o conceito e fornece meios para introduzi-lo no mundo dos fatos e da ação...” (SUMNER, 1940:53).

Sumner e Keller sustentam que “os costumes se concentram em torno de interesses e se expandem onde estes se mostram significativos para as instituições” (1927: 89). Uma outra visão aponta no conceito (i) usos reconhecidos e estabelecidos que governam certas relações entre os homens; (ii) um complexo inteiro de tais usos e princípios que o regem; e (iii) a organização (se existe) que sustenta tal complexo (HOBHOUSE,1924:49). MacIver e Page entendem mais recentemente que instituições são “as formas ou condições de procedimentos estabelecidas, que são características das atividades do grupo”(1949: 15). Associam, por seu turno, grupos organizados para perseguir um ou mais interesses, ao tempo em que as instituições representam, em geral, os *modi operandi* das associações. Uma esquematização ilustrativa das associações, instituições, características e interesses: casamento, lar e herança apropriadas ao grupo familiar.

Não pode passar sem uma referência central a posição de Parsons, afinal, hegemônica durante décadas e matriz do estrutural-funcionalismo na academia norte-americana e em tantos quantos no mundo inteiro se filiaram a essa escola.

Os agentes humanos interiorizam valores e normas, e a conformidade a essas coisas adquire, para eles, portanto, grande importância pessoal. Desde que haja co-participação, isto é, que outros indivíduos determinados tenham interiorizado os mesmos valores, de modo que a conformidade tanto seja

pessoalmente satisfatória quanto uma necessidade para evocar reações favoráveis por parte de outros, pode-se dizer que um padrão de valor passa a ser institucionalizado. Uma instituição, como tal, torna-se então “um complexo de integrados de papel interiorizado [ou, alternativamente de relacionamento de *status*] que é de significância estratégica no sistema social.”(PARSONS,1951:39).

Ao se observar mais detidamente as configurações desses diversos olhares, pode ser útil um foco mais concentrado em três pontos principais: (I) o termo pode ser reservado para fenômenos sociais “importantes”, como sugerem os citados “interesses significativos” (Sumner) ou de referência a relacionamentos dotados de uma “significância estrutural estratégica” (Parsons); (II) um componente central, ou conjunto de componentes, nas instituições, ainda recebe alguma insinuação de referência no conceito antigo. Aqui, hoje, parecem merecer uma ênfase maior os “padrões de valor”, “normas” e “modelos” e não há necessidade de excluir os “interesses”, ainda que nas categorias de MacIver-Page se façam distinções entre “interesses”, “associações” e “instituições” e Parsons se mostre interessado principalmente por “valores”. O termo “estrutura” de Sumner aponta o terceiro elemento: (III) “formas de interação social” condicionadas por “padrão de valores” e “interesses” são tidas como compreendendo o elemento de estrutura.

Pode-se dar importância maior a uma fusão dos “padrões de valor” com as “formas de interação social”. A ilustração que Schneider fornece pode iluminar os movimentos conceituais até aqui anotados: um tipo de escola autoritária dirigida sob a convicção de que seus professores estão transmitindo um legado cultural imperecível e verdadeiro implica um *determinado gênero de interação* de professores e alunos. De outra parte, um tipo de escola liberal, dirigida sob a convicção de que há realmente algo que vale a pena transmitir, mas com uma inclinação para uma certa conjuntura e para a receptividade às idéias próprias dos alunos, implicará um *diferente gênero de interação* de professores e alunos. Assim, diferentes orientações de valores e interesses básicos condicionarão diferentemente o caráter da interação. Na situação atual do termo, não se pode mais esperar que uma caracterização sintética desse tipo satisfaça a todos os cientistas sociais (SCHNEIDER, 1987: 614).

Tais posturas nos trarão de volta, por um momento, às colocações que fizemos com relação às influências da educação profissional militar de mais alto nível do Brasil e do Peru em contraposição à do México, consoante a pesquisa de Acroyd (1991:86) citadas no capítulo 3. Argumentava Acroyd, então, que na Escola Superior de Guerra do Brasil, vis-à-vis a do México,

por força da existência naquela de uma interação maior entre civis e militares, gerava-se uma integração maior entre docentes e discentes, e os militares, em consequência, não se sentiam tão inibidos em desenvolver desempenhos com relação à atuação política, como acontecia na escola militar mexicana, onde prevalecia uma disposição de não juntar civis e militares, de modo a evitar que os homens de farda fossem “contaminados” por idéias indesejáveis – e indesejáveis porque avessas ao padrão institucional militar. A integração da experiência brasileira, em síntese, suscitaria adesão mais espontânea dos militares a uma decisão e iniciativa de intervenção política. Como resultado das duas posturas, a oficialidade mexicana seria mais “disciplinada”.

O que mais parece caber nas conclusões da pesquisa de Acroyd situa-se no território conceitual de instituição, a que acima fizemos menção. Algumas afirmações e conclusões da pesquisa demandam uma certa reflexão mais atenta. Imaginar, de uma parte, como sucede na ESG brasileira, um “maior entrelaçamento” ou “congraçamento”, porque civis e militares se permutam no exercício de atividades de docência é confundir “entrelaçamento” com convivência afável e civilizada, que efetivamente rege as relações amistosas com que as pessoas se dirigem umas as outras, trocam opiniões, sorrisos e gentilezas, participam de amenidades extremamente gentis e mais ocas ou menos ocas, tomam cafezinho juntas e debatem cavalheirescamente em torno de um senso comum aplainador de diferenças. Essa camaradagem amena existe e se mostra saudável. Outra coisa é imaginar que *congraçamento* signifique identidade de posições profissionais de docentes, civis e militares, ou de equalizações numa mesma turma: alguma coisa em torno de “somos todos alunos - logo somos todos iguais ou irmãos”. Temos que admitir que os banheiros são os mesmos, as salas de aula, biblioteca e elevadores também. Não desaparece, contudo, em momento algum a hierarquia, que historicamente vem sentando os alunos nos locais que, por este motivo, lhes são devidos na definição de precedências, logo, no lugar que ocupam nos auditórios, no estacionamento de carros oficiais em vagas para civis e militares de precedência hierárquica, no lugar à mesa do comandante, (quando se é convidado), que é separada da mesa dos demais alunos, exceto em festividades de aniversário da Escola, confraternização da turma de estagiários, término de ano letivo, quando as mesas todas são dispostas num mesmo salão, numa decoração de estilo “entrelaçamento”.

Não passa sem uma observação, contudo, que todas essas articulações e vínculos se impõem pela situação de convivência que se experimenta. E se mostram desejáveis até, se estiver em questão a amistosidade que costuma prevalecer entre alunos de um mesmo curso. Isso é coisa

que não passa de uma platitudo. Outra coisa mais funda seria discutir os motivos por que os civis optam por realizar o curso, o que não parece caber na presente pesquisa e que nem sempre se relacionam com motivações cognoscentes. E aqui não cabe, dentre outras razões, porque se entrebrem questões relacionadas tanto a coordenadas político-ideológicas como fisiológicas: do civil que se inscreve como candidato movido por estímulos trazidos pelo curso, pela vontade de estudar o Brasil, mas também trazido por gostos, interesses e conveniências pessoais com relação às funções de origem, às relações de chefia lá existentes, às condições iminentes ou possíveis de promoção funcional etc.

Por mais alheios que os civis se mostrem ao ambiente da instituição militar de ensino – muitos, até, doutores seniores com largos campos de experiência, pesquisa e docência em universidades importantes do país – não lhes passa, ainda assim, despercebido que os trabalhos escolares dos estagiários de maior precedência hierárquica, militar ou civil, são apresentados e julgados, como regra, por quem possui maior precedência, por um igual em matéria de posição hierárquica, independentemente de habilitação epistêmica. Assim, ao contrário do que julga Acroyd, não será tão simplesmente o “entrelaçamento” de funções, que ele vislumbra na Escola brasileira, o fator que produziu alguma disposição do militar brasileiro para o protagonismo político. Há “entrelaçamentos” muito mais envolventes e mobilizadores em questão.

O que se vinha, então, aqui discutindo, com relação ao conceito de institucionalização, não pode abrir mão de considerar a explicação tradicional funcionalista, na qual os processos de formação de hábitos precedem a construção da institucionalização. Ou será que o contrário é o que sucede? Em outros termos, onde se encontra na sociedade o poder criador: são as regras, por exemplo, do direito que criam as instituições ou serão estas que engendram as regras do direito, como resultado da orientação que as dirige e da inter-atuação que delas deriva? Imaginar que as construções que os homens desenvolvem possam ser univocamente explicadas é incidir no exercício de um reducionismo ou de ingenuidade – e, por isso, sem absolvição possível. É abraçar um axioma do tipo positivista ou religioso levado às últimas conseqüências.

Embora não se inclua no objeto desta pesquisa investigar escolas de filosofia do direito, a referência está sendo feita em razão, primeiro, de a organização militar poder ser compreendida enquanto instituição e, como tal, a ela já nos referimos, lançando mão de conceitos vários. E o fizemos, não tanto porque o termo faça parte já de um jargão oficial e canônico, mas, muito mais, repita-se, porque é exatamente assim que a organização fardada se auto-percebe e, afinal, existe.

E a auto-percepção é, para os nossos fins, fundamental porque, quando acontece no grupo militar, traz consigo o sinete institucional, vale dizer, consensual, carimbado pela deferência da autoridade. Em conseqüência, a visão de mundo e as decisões que advêm da organização militar atravessam e incorporam o campo de forças de uma *instituição*, ao operar com orientações de valores, normas e modelos, formas de interação social, interesses característicos e significativos, relacionamentos de significância estratégica e a geração de um complexo de interação social.

Se deferirmos a colocação de que os hábitos constituem as instituições, podemos considerar que, empiricamente, a parte mais importante da formação do hábito de determinada atividade é paralela à institucionalização desta atividade. Tal como com as ações humanas, contextos sociais e instituições trabalham e interagem entre si segundo desdobramentos complicados. Tais processos interativos de ação e formação de significado são absolutamente centrais para a vida política. As instituições se mostram avessas a serem compreendidas como reflexos neutros de forças ambientais exógenas ou como meras arenas isentas de desempenhos individuais, conduzidos por preferências e expectativas externas (MARCH AND OLSEN, 1990:303). Feito este registro, diga-se desde logo que o pensamento institucional enfatiza o papel desempenhado por suas estruturas, ao impor elementos de ordem em um mundo potencialmente rudimentar. “A instituição é a repressão e o consenso indissolavelmente ligados” (RENARD, 1930:380). Nesta linha de reflexão, e com os vestígios do rigor que identificam Renard, eis que, depois de haver ele apontado a *continuidade* como finalidade universal da instituição, substitui o diagnóstico pelo de *objetividade*. E, por tal, pretende dar a entender que a instituição é “real”, que a idéia nela encarnada é a de *um ser de natureza* e não um conceito apenas nominalista.

Compelidos, então, a reconhecer a importância dessa ordem de coisas institucional, neste reconhecimento se inclui não apenas a identificação de uma instância de fundação – que, com a reconhecida religiosidade de Renard, designa sempre um ato instituinte – mas também que a instituição vive da participação na vida das pessoas individuais que habitam os seus quadros; o que se estatui, no dizer de Hariou - e no território de nossa pesquisa tem um valor bem alto: “a personalidade humana pode em certa medida ser assimilada a uma instituição corporativa”. (1996,:apud LOURAU: 56) No campo pragmático, fica mais nítido que a instituição é um código de vida com suas prescrições, seus imperativos, e é também uma mensagem centralizada, não tanto sobre o código como sobre a mensagem, em todos os seus efeitos simbólicos, isto é, as identificações e associações que ela produz, na visão de Lourau, no inconsciente dos indivíduos,

independentemente de se tratar de especialistas do campo institucional específico ou de leigos (LOURAU, 1996: 64-5).

Ante a irredutível relevância da organização social específica, mas fundamentalmente da instituição – por jogar luz sobre as forças armadas –, parece, como conseqüência, mais operativo que consideremos uma matriz explanatória, segundo a qual o processo de institucionalização emerge, como dizem Berger e Luckmann, toda vez que ocorre uma tipificação recíproca das ações habituais por tipos de atores. Qualquer uma dessas tipificações é uma instituição (1999: 79)<sup>5</sup>. Sob esta luz, a instituição é construída, então, a partir dos hábitos segundo os quais se operacionaliza a reciprocidade das tipificações institucionais, das ações e também dos atores das instituições. A partir dessa posição, não é difícil, então, apontar uma tipificação de áreas de atuação, envolvimento e responsabilidade de uma organização, estruturada com base na hierarquia e estratificada em níveis – os postos dos oficiais e as graduações das praças – e numa divisão de trabalho, através de quadros de perfis profissiográficos definidos e satisfeitos consoante formações profissionais específicas e um sistema educacional exclusivo –, visão “organizacional” que subjaz toda instituição.

A organização militar tipifica com requintes de formalidade, exatidão e sutileza essa reciprocidade através de códigos, estatutos, regimentos, regulamentos e normas gerais de ação – para ficarmos em algumas codificações modeladoras do caráter e do comportamento, até aqui, exclusivamente *objetivos* - que prescrevem, com força de lei, as condutas que a instituição *quer* de cada integrante, com relação a si, ao outro e ao mundo, observada cada função, de cada atividade, em cada situação. E não há nela atividade que não seja coberta por algum código de comportamentos desejáveis específicos, como tais formal e institucionalmente normatizados. Em outras palavras, comportamentos recíprocos são definidos pelo texto da norma escrita e, em caso de omissão, definido pela hierarquia.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Admitem os autores que este é um conceito mais amplo que o das ciências sociais contemporâneas, mas se mostra mais vasto e útil para uma análise global dos processos sociais básicos, o que, em muitos aspectos, responde às necessidades do presente trabalho. (Para um detalhamento de como os dois autores tratam a sociologia do conhecimento( ver BERGER e LUCKMANN,1999: 14 e seg.).

<sup>6</sup> O Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG) em seu título I, Capítulo I, DA FINALIDADE E DA APLICAÇÃO, Art. 1º estatui que o RISG “prescreve *tudo quanto* se relaciona com a vida interna e com os serviços gerais das unidades consideradas corpos de tropa, estabelecendo normas relativas às atribuições, às responsabilidades e ao exercício dos cargos e das funções de seus integrantes.” Em seu § 1º é estabelecido que o RISG também estabelece normas para as Guarnições Militares do Exército e para as substituições temporárias.§ 2º- As prescrições do RISG estendem-se às demais Organizações Militares do Exército, no que lhes for aplicável. Art.2º Ao Comandante do Exército, cabe resolver os casos omissos verificados na aplicação desse regulamento. (RISG. Separata ao Boletim do Exército, 19 de Abril de 2003, o grifo é meu)

Ainda empiricamente consideradas, as instituições pressupõem a existência de um contexto de ordem, direção e estabilidade. Se entregues a seus recursos exclusivamente humanos, essa convivência entre os homens e seus grupos – à luz de uma racionalidade apologética desses mesmos estatutos e normas – correria o risco de se mostrar um estado de natureza hobbesiana.<sup>7</sup> Sucede que a ordem social não faz parte da natureza das coisas. Há que criá-la, investir engenho e arte humanos para que a convivência se processe eficaz e harmoniosamente, como se costuma dizer, *civilizada e eficazmente*. Para os funcionalistas, a socialização é um dos modos com que a ordem social é mantida.<sup>8</sup> As tentativas de entender as causas – que transcendam as de ordem biológica – e conduzam à emergência, manutenção e transmissão de uma ordem social impõem como indispensável a condução de análises, que acabam constituindo verdadeiras teorias da institucionalização (BERGER e LUCKMANN, 1999: 39). Não é difícil, como se observa, identificar no desenho organizacional – que se contém no perímetro de significação da vida institucional – a existência de uma tipificação de áreas de atuação, envolvimento e responsabilidade de uma organização, *maxime* porque estruturada com base na hierarquia e estritamente estratificada em níveis – os postos dos oficiais, as graduações das praças e aí dentro a antiguidade que define precedências – e, também, numa divisão de trabalho, através dos quadros de funções definidas e exercidas consoante especificidades verticalmente definidas.

As instituições implicam historicidade e controle. As tipificações recíprocas das ações são construídas no curso de uma história oficial compartilhada. Não são desenvolvimentos de emergência instantânea. As instituições têm uma história de que são, a um só tempo, criadores e criaturas.<sup>9</sup> “É impossível compreender adequadamente a instituição sem entender o processo histórico em que foi produzida.”<sup>10</sup> Ao exercer este controle institucional da conduta humana e

---

<sup>7</sup> O sentido usado pode ser lido como metáfora. Mas a questão é mais complexa: admitir a existência, ainda que metafórica, de um “estado hobbesiano” na ausência da regulação minuciosa de comportamentos é concepção que vai depender da, e influenciar a, visão de mundo institucional que, como tal, se faz referência matriz de concepções e ideologias. Se iluminada pela reflexão hobbesiana, como no caso da perspectiva admitida pelas forças armadas norte-americanas, matriz de influências do agir e do pensar ao sul do equador, o homem, em sua “eterna e universal natureza é intrinsecamente mau; se calcada em supostos rousseauianos, é bom, enquanto não transformado pelas instituições da sociedade. A metáfora que admitimos fazer uso no texto não é uma modalização, mas uma hipótese operativa.

<sup>8</sup> Para Mary Douglas, a socialização é o segundo modo com que a ordem social é mantida, sendo o primeiro a existência de ameaças e ofertas, ou sejam, apelos ao interesse próprio do indivíduo e, conforme o terceiro modo, a ordem social é assegurada por suas características estruturais, caso típico das sociedades chamadas primitivas (DOUGLAS, 1998: 39).

<sup>9</sup> É o que se contém na discussão que apresentamos no capítulo 3 (3.4., Disciplinas, Métodos e significações) sobre a utilização da historiografia referida como “*Magistra vitae*” nas escolas da organização militar.

<sup>10</sup> Do mesmo modo que a sociedade civil brasileira é mais nitidamente compreendida através, por exemplo, da construção do tipo brasileiro de cidadania - de cima para baixo, dentro da hipótese de tradição ibérica, de iniciativa

suas relações, a instituição a estatui, define e regula como “naturalizados” e “legitimados”.<sup>11</sup> O controle significa que os membros têm as suas ações – e, possivelmente, atitudes e orientação – determinadas e influenciadas pela condição de a ela pertencerem.

Surge, em razão disso, um repertório de ações de tipificação biunívoca com relação a partes que se acham envolvidas e, para cada qual, tornado habitual nos respectivos papéis, alguns dos quais se realizarão separadamente, outros em comum. A *vantagem* mais importante, conveniente talvez, parece estar na capacidade de predição das ações do outro, que uma sociologia considera como estímulo à ordem. A interação das partes se faz previsível e a vida coletiva decorre segundo uma ampliada e cotidiana pauta de reiterações, supostas e tratadas como corretas e naturais. Algumas ações, muitas delas, se processarão numa linha de comportamentos de ordem remissiva, em baixo nível de necessidade de atenção. Não constituem fontes de risco ou de perplexidades. Tudo se reveste da convivialidade que, para as partes em contato, constitui a vida cotidiana, e que vai, coincidentemente ou não, ao encontro de uma outra ordem de imposições, ainda que não auto-reconhecida, de extração, agora burocrática.

Visto de um outro ângulo, ao interagirem, os membros de uma instituição estarão construindo um *fundamento*, que servirá para estabilizar ações separadas e sua articulação. O entrelaçamento, por vezes referido como *esprit de corps*, exige, para a sua consumação, uma situação social duradoura e o exercício de ações auto-percebidas como importantes para agentes, condôminos do edifício e clientes. Aqueles, os agentes, pelo exercício da mutualidade e por um sistema de lealdades<sup>12</sup> que, não é de iniciativa pessoal, mas conduzido segundo os valores ditados ao indivíduo pelo *ente totalidade*, que assujeita um pertencimento comum. A construção desse

---

estatal e com o uso do instrumental de Turner, Almond e Verba – (CARVALHO, 1996: 14.) , por igual razão, o Exército Brasileiro será melhor compreendido através do seu processo de criação, dois anos depois da Independência, pelo 1º Imperador, e através do processo que Coelho denomina de “Busca de identidade”, em particular a partir da Guerra do Paraguai até a nossa revolução de 1930.(COELHO, 2000. )

<sup>11</sup> “Para se retirar da presença de um superior, o militar faz-lhe a continência individual, idêntica à da apresentação, e pede permissão para se retirar; concedida a permissão, o oficial retira-se normalmente, e a praça, depois de fazer “Meia Volta”, rompe a marcha com o pé esquerdo” Art. 42 .Regulamento de Continências, Honras e Sinais de Respeito e Cerimonial das Forças Armadas. 1ª Edição. 1997. 23

<sup>12</sup> Não nos parece descabida uma identificação, ou analogia, do grupo militar com a categoria de *Gemeinschaft* , de Tönnies, em particular no que respeita às relações interpessoais e com o todo. Traduzida sob críticas por “comunidade”, esta se refere a uma organização social cujos integrantes se relacionam via laços e sentimentos que se aproximam de uma existência familiar, embora o conceito a. não se baste (DE FLEUR, 1976.:44-5). Há também como traços comuns ao grupo militar a existência de ligações pela tradição e pela integração a uma vida em comum, mutuamente dependente. Além disso, sobleva a dedicação a uma série de crenças que se tornam a base de um forte organização social. A organização coloca cada pessoa dentro do nexos de sistemas incrivelmente fortes de controle social informal. As pessoas, com freqüência, conhecem o nível de vida do colega, suas condições financeiras, problemas e impasses por que estejam passando, melhorias eventuais nas condições de vida etc.

trabalho de ressonâncias, que se aguardam e se respondem, por sua vez, torna possível a divisão do trabalho entre os membros, personagens profissionais, abrindo, agora, caminho para atividades e respostas que exigem um nível mais alto de atenção e risco. O trabalho – além dele, a sexualidade e a territorialidade – se inscreve entre estas três atividades inclinadas a tipificações e hábitos (1999:83). Embora o que nos mova nesta pesquisa se centre em comportamentos de geração institucional, não perde importância o fato de que a divisão do trabalho e as inovações poderão gerar novos hábitos e uma expansão mais ampla da área comum de atuação. Nas instituições *totais* (1974), é esse o nosso caso, tais iniciativas exigem, de modo mais nítido, para seu exercício e sua legitimação o indefectível deferimento institucional.

As sociologias, particularmente funcionalistas, costumam se referir a um processo semelhante ao descrito, em que fazem menção a uma socialização. No mundo da família, na chamada socialização primária, para os filhos, este processo passaria de uma fase, em que os pais são *o* mundo, até a constatação posterior e mais madura pelos aprendizes de que, na verdade, são *um dos* mundos. Para o aprendiz, o mundo transmitido pelos pais não é completamente transparente. Como não participaram da formação do mundo, este lhes aparece como uma realidade que lhes é dada, a qual, tal como a natureza, é opaca. Só depois de completada a socialização inicial, é possível falar de um mundo social, no sentido de uma realidade ampla e dada, com a qual o indivíduo se defronta de maneira análoga à realidade do mundo natural. Só desta maneira, como mundo objetivo, as formações sociais podem ser transmitidas a uma nova geração (BERGER e LUCKMANN, 1999: 85). Este processo será adiante explicitado.

Constata-se que a objetividade do mundo institucional é produzida e construída pelo homem. Esse processo através do qual produtos *exteriorizados* da atividade humana adquirem esse caráter é chamado de *objetivação*. O mundo institucional, a que vimos fazendo referência, é atividade humana objetivada, e isso em cada instituição particular (Ibid: 87). Estamos, então, diante do paradoxo de o homem ser capaz de produzir um mundo que, a seguir, ele próprio, sente como algo diferente de um produto humano. A criatura reage sobre o criador. A *exteriorização* e a *objetivação* são momentos de um processo mais bem entendido como uma dialética contínua. O terceiro momento desse processo é a *interiorização*, por cujo intermédio o mundo social objetivado é reintroduzido na consciência, no curso da socialização. Já se podem visualizar os três momentos dialéticos na realidade social:

(I) a sociedade é um produto humano;

- (II) a sociedade é uma realidade objetiva; e
- (III) o homem é um produto social.

Parece ocioso observar a esta altura que qualquer análise do mundo social que, de algum modo, descarte qualquer desses momentos está condenada ao viés.<sup>13</sup>

Um outro elemento constitutivo, que se relaciona à sobrevivência da instituição, e se mostra igualmente fundamental, reside em o mundo institucional exigir uma *legitimação*, isto é, modos, argumentos e discursos através dos quais possa ser *explicado* e justificado. Uma ordem institucional em expansão cria um correspondente manto de legitimações, que estende sobre si uma cobertura protetora de interpretações cognitivas e normativas, suprimindo o necessário salvo-conduto para se pensar sem arguições desviantes. Essas legitimações são aprendidas por gerações e mais gerações, durante o mesmo processo de socialização de pessoas, o que as faz integrantes e as reconhece adequadas e deferidas perante a ordem institucional. Só com o aparecimento de uma nova geração pode-se, formalmente, falar de mundo social. Essa realidade transmitida de geração em geração tem caráter “histórico”, chega como tradição e não como memória biográfica (BERGER e LUCKMANN, 1999: 88).

Um outro aspecto de integração a uma ordem institucional é o de ela só poder ser entendida em termos do “conhecimento” que os membros dela têm. É absolutamente indispensável a uma análise da ordem institucional a análise desse conhecimento. Esse repertório cognoscitivo é introjetado em níveis. Por exemplo, no plano de uma *socialização inicial*, o conhecimento primário referente à ordem institucional é o situado no *nível pré-teórico*, a soma de tudo aquilo que todo mundo sabe a respeito do mundo social: conjunto de máximas, princípios orais, frases proverbiais de sabedoria, a voz da experiência, valores, crenças, mitos. A integração teórica de todos estes elementos constituintes exige considerável vigor intelectual. Nesse nível de senso comum, toda instituição tem um corpo de conhecimentos transmitido como receita, isto é, conhecimento que fornece as regras de conduta institucionalmente adequadas.<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> A sociologia norte-americana do final do século XX se inclina por abandonar o primeiro desses momentos e subscreve uma perspectiva de sociedade que tende a ser o que Marx denominou de reificação, vale dizer, uma distorção não-dialética da realidade social, que obscurece o caráter desta última como produção humana contínua, visualizando-a, em vez disso, em categorias de coisas, apropriadas somente para o mundo da natureza.

<sup>14</sup> “Soldado domingo no quartel está querendo serviço ou punição”, de trânsito no Exército e que corresponde, na Marinha, a “Tocou, formou” (tocou licença, vá embora). Um exemplo para uma outra situação reza que “manda quem pode, obedece quem tem juízo”, de caráter irônico e até crítico, embora, nem por isso, menos normativo.

Eis o tipo de conhecimento que impulsiona e homogeneíza uma pauta de conduta institucionalizada, definindo áreas permitidas de conduta, designando e dando valor às situações. É socialmente objetivado como conhecimento, isto é, como um corpo de verdades universalmente válidas sobre a realidade. Qualquer desvio radical da ordem institucional toma um caráter de afastamento mórbido da realidade, *et pour cause*, seu agente se torna alvo de epítetos que se relacionam semântica e derogatoriamente com *ignorância*, (que o inclui num patamar inferior de conhecimento, típico dos não-iniciados neste particular mundo social), *abstração mental* (que é altamente pejorativo por revelar inadmissíveis carências de “objetividade”), *relaxamento* (que remete a campos semânticos da irresponsabilidade), *ociosidade* (que se associa com, e é sintoma de, inutilidade), *indolência* (como uma forma de indisposição ou incapacidade para os fardos das tarefas árduas) e, até, uma manifestação qualquer de alienação (benigna mas nem por isso menos incapacitadora). Ou uma forma qualquer de *apostasia*, esta de caráter mais terminal.

Este é o conhecimento aprendido no decurso da socialização que serve de intermédio, na fase de *interiorização*, e chega à consciência individual das estruturas objetivadas do mundo social. É este conhecimento que programa os canais pelos quais a exteriorização produz um mundo objetivo. E objetiva esse mundo por meio da linguagem e do aparelho cognitivo baseado na linguagem, isto é, ordena-o em objetos que serão aprendidos como realidade. É a seguir interiorizado *como* verdade objetivamente válida no decurso da socialização. O conhecimento referente à sociedade, à ordem social, enfim, traz consigo duas dimensões, nenhuma delas desprezível: aplica-se à aprendizagem da realidade objetivada e também à produção (reprodução) contínua desta realidade (Ibid: 94).

Então, se a ordem institucional, qualquer delas, se constitui, como o dissemos no início desta seção, na tipificação de desempenhos dos indivíduos e dos outros, não é difícil imaginar que uns tenham, com relação a outros, finalidades comuns e que haja etapas entremeadas e articuladas de desempenhos, o que se efetiva não apenas como ações específicas mas também como formas de ação. Pode-se falar de *papéis* quando esta tipificação ocorre no contexto de um repertório objetivado de conhecimentos comuns a uma coletividade de atores. No meio militar tal ocorre não apenas nos envolvimento práticos do exercício profissional como também em todos os ambientes e situações, solenes ou informais, esportivos, sociais, de risco ou de lazer, de comemoração ou despedida; em hospitais, cemitérios, igrejas, pátios e escadas, elevadores e

passadiços, salas de aula, ante-salas de gabinetes – onde já se respira o ar e antecipa a aura de hierarquia que se contém no próprio gabinete. E isso, estando o militar fardado ou não. Os papéis, como já se fez menção, são definidos por estatutos específicos– e estatutos e códigos não são meras orientações desejáveis ou diretrizes gerais – são leis.

Os papéis são tipos de atores neste contexto. No seu desempenho tipificado, o indivíduo participa de uma ordem social. Intencionadamente ou como efeito perverso, é evidente que dessa ordem podem advir autopercepções individuais de discriminação. Ao interiorizar papéis, este mundo se torna subjetivamente real para seus habitantes. As origens de tais papéis se encontram no mesmo processo de formação de hábitos e objetivação, que se acha na raiz das instituições. *Qualquer* execução concreta de um papel baliza-se segundo o sentido objetivo da instituição e de seu comandante efetivo e, assim, tem relação com outros desempenhos que lhe são complementares e ao *sentido* da instituição na sua totalidade. O aprendizado de um papel, contudo, não se basta na aquisição de rotinas tidas como imediatamente necessárias ao desempenho *exterior*. Há que haver iniciação nas várias camadas cognoscitivas e afetivas do corpo de conhecimento<sup>15</sup>, que é direta e indiretamente adequado a este papel e, afinal, o fez nascer (Ibid: 101-3-7). E o legitima a cada passo deste processo institucional.

## 4.2. A CONSTRUÇÃO DA VERDADE INSTITUCIONAL

[...] dentro do grupo esse conhecimento esotérico é considerado verdade universal, “embora seja evidente para qualquer estranho que ele deriva seu caráter, alcance e método dos hábitos da vida em grupo” (BURKE, 2003:13).

À objetivação chamada de “segunda ordem”, a que acima se fez referência como *legitimação*, incumbe produzir ou ratificar novas significações, que servem para integrar o repertório dos significados já existentes, vinculados já a processos institucionais diversos. A função de legitimação consiste em tornar *objetivamente acessíveis e subjetivamente plausíveis* as objetivações de “primeira ordem” que foram institucionalizadas. Uma prova de *existência* e de *verdade* (BERGER e LUCKMANN, 1999: 127).

---

<sup>15</sup> Esta terá sido a preocupação maior de Veblen, um antigo aluno de Pierce e de Dewey, dois filósofos pragmáticos que vinham criticando os pressupostos da correspondência entre a realidade e o que dela dizemos. Veblen se interessou pela *sociologia da verdade*, preocupado com a relação de grupos sociais e instituições específicas com o conhecimento (BURKE, 2003:13).

Parece oportuno lembrar que a totalidade da vida do indivíduo, a sucessiva passagem pelas instâncias várias de uma ordem societal, deve ser tornada subjetivamente significativa. Em outras palavras, a biografia individual, em suas várias fases institucionalmente pré-definidas, deve ser dotada de sentido, de tal modo a tornar subjetivamente plausível a totalidade. O problema da legitimação surge inevitavelmente quando as objetivações de ordem institucional (agora histórica) têm de ser transmitidas a uma nova geração. Nesse ponto, o caráter evidente das instituições não pode mais ser meramente mantido pela memória e pelos hábitos do indivíduo. Rompeu-se a unidade de história e biografia. Para restaurá-la e conceder inteligibilidade a ambos os aspectos dessa unidade, é preciso haver explicações e justificações dos elementos salientes da *tradição institucional*. A legitimação é esse processo de explicação (ARON,1990:419-420).<sup>16</sup> e justificação. Nesse sentido, a tradição institucional não se basta em apenas constituir-se num instrumental de celebração de ritos ou reavivamento de mitos. A tradição institucional é elemento constituinte da produção e recuperação de verdades de significação para a instituição e, em consequência, para os seus membros.

A legitimação explica a ordem institucional, outorgando *validade cognitiva* a seus significados objetivados; e a justifica concedendo *dignidade normativa* a seus imperativos práticos (BERGER e LUCKMANN, 2005:128, grifos nossos).

Não pode passar sem ênfase o fato de que a legitimação tem um componente cognitivo assim como um componente normativo. Não é apenas uma questão de valores, implica um conhecimento. Um motivo a mais para a relevância extrema atribuída pelas instituições a seus sistemas educacionais. A construção da realidade social do grupo militar deriva fundamentalmente da educação produzida e reproduzida, em razão da legitimação consequente que dela se gera. Daí a altitude de importância que lhe é conferida. Observe-se, neste sentido,

---

<sup>16</sup> Com relação às legitimações como explicações, Pareto cunha a categoria de derivações. Segundo o seu *Traité de Sociologie Générale*, as derivações são os elementos variáveis do conjunto constituído pela conduta humana e seu acompanhante verbal. Representam na linguagem paretiana o que se denomina normalmente de *ideologia ou teoria justificativa*. São os diferentes meios de ordem verbal pelos quais os indivíduos e os grupos dão uma lógica aparente ao que, na verdade, não tem lógica, ou nem tanto quanto os autores gostariam de fazer crer. Os principais grupos de derivações, segundo Pareto, são os seguintes: a) *afirmações simples*: alegação de fatos e sentimentos, ou mescla de ambos, imaginários ou reais; b) *invocação de autoridade* seja de pessoas, tradições, hábitos ou costumes, seja de divindade; c) *apelos a sentimentos ou princípios* unidos a interesses individuais ou coletivos e a valores que pesam muito na sociedade; de) *manipulações verbais* mediante o emprego de termos indefinidos que sugerem sentimentos ambíguos ou de vários significados ou de caráter metafórico, analógico e alegórico (PARETO,1933, grifo meu).

que a legitimação não apenas diz ao indivíduo por que deve realizar uma ação e não outra; diz-lhe também, o que é ainda mais significativo, por que as coisas são o que são. Trata-se não tão simplesmente de um repertório de atos e fatos, coisas e fenômenos, mas de *uma ordem de coisas, lógicas e motivos* que se legitimam por via de um processo cognoscente e axiológico. Em outras palavras, o “conhecimento” precede os “valores” na legitimação das instituições e dos produtos institucionais.

Um outro nível, ainda, de legitimação contém teorias explícitas pelas quais um setor institucional é legitimado em torno de um corpo diferenciado de conhecimentos. Estas são legitimações que, no olhar de Berger e Luckman, oferecem quadros de referência bastante amplos para os respectivos setores de conduta institucionalizada (1999:130). É, assim, perfeitamente possível estabelecer distinções entre níveis de legitimação. Um primeiro nível diz respeito à instância em que se transmite um sistema de objetivações lingüísticas da experiência humana.<sup>17</sup> Ser um colega de turma, ou integrante de uma mesma guarnição de carro de combate, aeronave, navio de guerra ou unidade militar gera um tipo de comportamento legitimado pela relação estabelecida. E pelo conseqüente conhecimento aprendido juntamente com a função militar designada. Trata-se de um nível pré-teórico, mas que é fundamento do conhecimento “natural”, evidente, sobre o qual se vão fundar todas as teorias subseqüentes. No meio militar, esse primeiro nível de legitimação dá aval à noção de associação que anteriormente estabelecemos entre o grupo militar, compreendido como grupo social, e o nível de comunidade (*Gemeinschaft*), de Tönnies (1975). Acrescentem-se agora, os aspectos de racionalidade e de sistema de lealdades que o código léxico e o jargão esotérico favorecem.

O segundo nível de legitimação reporta-se a proposições teóricas que corporificam uma forma rudimentar. São elas parte de esquemas explicativos que relacionam conjuntos de significações objetivas. De caráter pragmático, vinculam-se a ações concretas e incluem provérbios, máximas morais, adágios da sabedoria, lendas, histórias populares.<sup>18</sup> O chamado terceiro nível de legitimação diferencia um corpo de conhecimentos que se organiza em teorias

---

<sup>17</sup> Aqui se incluem como exemplo a transmissão de um vocabulário de parentesco, o que *per se* legitima a estrutura de parentesco. Os jargões, máximas de senso comum – comum àquela ordem institucional – legitimam as verdades que expressam e a realidade de cujo âmbito foram paridas.

<sup>18</sup> Tais sabedorias, nem sempre rigorosamente homogêneas entre as forças armadas, se denunciam na linguagem isoladamente utilizada. Malgrado um largo compartilhamento de universos simbólicos, permanecem algumas verdades autônomas, que são orientações para a condução dos interesses de qualquer das forças. Daí, por exemplo, que a “verdade” a que a Marinha recorre no âmbito de seus membros, na orientação e explicação de seus comportamentos institucionais, ainda que em clima amistoso, tem como referência legitimadora não perder nunca de vista que “misturar abacate com leite dá verde”.

explicativas. Consiste em quadros de referência bastante amplos, que dizem respeito a determinado setor de condutas especializadas. Em razão de sua especialização, são confiados a pessoal especializado, que o transmite através de procedimentos de iniciação submetidos a uma formalização, mediante o desenvolvimento de teorias legitimadoras especializadas. Transmitidas para este fim exclusivo por legitimadores que se aplicam exclusivamente a este mister, a legitimação começa a transcender a mera aplicação prática e a tornar-se “teoria pura”. A este nível, considerando cada força armada de *per se*, começa a se observar que o âmbito das instituições atinge um nível de autonomia na relação entre as instituições legitimadas e pode, afinal, gerar seus próprios procedimentos institucionais.<sup>19</sup> No contexto militar uma tal autonomia se observa, com um ministério da defesa ou sem ele, chefiado por civil ou não, de uma força armada para outra, malgrado instrumentos outros de aproximação, convivência e solidariedade. Tal corpo de conhecimentos já legitimado é sagrado e formalmente tratado sob forma de “doutrinas”, “manuais” que se mostram, ao longo do tempo, muito pouco vulneráveis a mudanças substantivas. Estas dependem, para a sua invulgar e inesperada ocorrência, de um fato inusitado, uma grande mudança no âmbito da sociedade maior ou da atitude favorável à mudança de uma autoridade devidamente apoiada. Ainda neste último caso, resistências serão oferecidas à modificação pretendida, e o êxito de sua implantação vai depender fundamentalmente da ação da hierarquia, se a tanto ela se dispuser.

Um último nível de legitimação constitui os universos simbólicos. São corpos de tradição teórica que integram diferentes áreas de significação e abrangem a ordem institucional em uma totalidade simbólica. Essas totalidades simbólicas não podem ser realizadas na vida cotidiana. Estamos aqui diante de um nível de legitimação que se distingue do anterior pela extensão da integração dotada de sentido, que atravessa o tempo e se faz tradição. Agora todos os setores da ordem institucional acham-se integrados num quadro de referência global, que constitui, então, um universo no sentido literal da palavra, porque toda a experiência humana pode agora ser concebida como se realizando no interior deles (Ibid: 132).

A aproximação até aqui feita à construção da realidade institucional, com interesse no grupo profissional da organização militar, não consegue evitar uma leitura durkheimiana. Em

---

<sup>19</sup> Conceito que em muito se aproxima do de religião em Durkheim. Desse modo, os processos simbólicos são processos de significação que se referem a realidades diferentes das pertencentes à experiência da vida cotidiana. Fica, assim, bem nítido como a esfera simbólica se relaciona com o nível mais amplo de legitimação. A esfera da aplicação pragmática é suplantada de uma vez para sempre (BERGER e LUCKMANN, 1999: 131).

particular com relação à produção de conhecimento, para desvelar a organização social dos grupos sociais e sociedades, e com relação também à abordagem da religião. Nosso intento não se quer apenas um exercício de identificação de analogias entre o mundo das categorias e posturas teórico-metodológicas de Durkheim com relação ao mundo militar mas, principalmente, o reconhecimento de um processo lógico durkheimiano e uma tipologia de teleologias, processos de percepção e classificação sistemáticas – em sociedades e no grupo militar – através dos quais a organização social se faz legível dentro de balizas de inteligibilidade.

Na verdade, as primeiras classificações sistemáticas que o homem ensaiou teve por modelo a organização social (DURKHEIM, 1986 b: 142). Para classificar coisas e fenômenos, bastou ao homem oferecer-lhes um lugar no próprio grupo que formava.<sup>20</sup> E, se as diversas classes de coisas que o homem ia constituindo não foram simplesmente justapostas umas às outras, mas ordenadas segundo um plano unitário, é que os grupos sociais com as quais elas se confundem também são solidários e formam, por sua união, um todo orgânico. A unidade desses primeiros sistemas lógicos apenas reproduz a unidade da sociedade. No caso específico do grupo social dos militares, essa homologia se desvenda e essa unidade se assegura, dentre outros elementos de valor organizacional, pela existência compulsória de um sistema de socialização fundamentado em um corpo exclusivo e inflexível de noções, concepções e supostos, particularmente em campos outros que não o empírico-factual.

As noções fundamentais do espírito, as categorias essenciais do pensamento puderam, assim, ser o produto de fatores sociais. Foi o caso da própria noção de categoria.<sup>21</sup> E isso, sem recusar à consciência individual a faculdade de perceber semelhanças entre as coisas particulares que ela representa para si mesma – na verdade, as classificações já supõem esta faculdade. Em

---

<sup>20</sup> Assim se constituíram as noções de gênero ou de classe: as primeiras “que encontrávamos na história [...] “se modelaram com base na organização social, ou melhor, tomaram por marcos os próprios marcos de sociedade. As frátrias serviram de gênero e os clãs, de espécies. Foi por estarem agrupados que os homens puderam agrupar as coisas”. (Idem ibidem). Dizendo com mais largueza e uma disposição coloquial, talvez, se os cachorros tivessem um deus, este seria um cachorro.

<sup>21</sup> Nos fundamentos da doutrina, da Esg, de 1981 (pág.30), afirma-se que “A componente humana no estabelecimento dos Objetivos Nacionais pode ser sintetizada no estudo do *caráter nacional e do papel das elites*” (grifo meu) Em 2003, o “Pensamento Estratégico”, (pág. 32), que substituiu em seu título a doutrina, afirma que “os fatores condicionantes humanos representam as variáveis básicas no processo de formação da nacionalidade, pois expressam os elementos dinâmicos da vontade nacional. Dentre os condicionantes humanos dois se destacam: o caráter nacional e as elites.” À parte considerações sobre os conteúdos da doutrina - que ignora o trabalho de Dante Moreira Leite sobre “O Caráter Nacional” e trata o fenômeno das elites como resultado de “um processo natural e legítimo” (ESG. 2003:32), com um forte caráter deontológico – é de observar que as categorias utilizadas, que resistem a prova da historicidade, se mostram em homologia com posturas e discursos políticos de um grupo social até certo ponto hermético, conservador, ritualístico, avesso a mudança e usuário de um acervo de categorias, no campo das ciências sociais, que reverberam essas características políticas do grupo.

nós, tanto como o fora com o homem primitivo, as imagens similares se atraem, as imagens opostas se repelem; e é de acordo com o sentimento dessas afinidades e repulsas que ele classifica, aqui e ali, as coisas correspondentes.<sup>22</sup>

Sem perder de vista o processo de socialização que acima apontamos com relação aos militares profissionais, gostaríamos, aqui, de dispor de horizontes analógicos para citar que um mágico só pode servir-se, para a sua arte, de coisas relacionadas a sua frátria; porque as outras, em lhes sendo estranhas, não saberiam obedecer-lhe. Um laço de simpatia mística, na leitura durkheimiana, une assim cada indivíduo aos seres – vivos ou não –<sup>23</sup> que lhe são associados; e disso resulta a crença de poder induzir o que ele fará ou o que ele fez a partir do que esses seres fazem. Assim as pessoas deste clã militar e as coisas que nele são classificadas – as categorias analíticas de que lançam mão para explicar o mundo - formam, por sua reunião, um sistema solidário em que todas as partes estão ligadas – a “doutrina”, o “pensamento estratégico”, “o manual” – e vibram simpaticamente. Esta é uma unidade lógica e também moral, em que um mesmo princípio a anima e faz a sua unidade. Esse ânimo de soma solidária pôde ser observado em **3.4**.<sup>24</sup>

Uma outra associação que não queremos desprezar reside na concepção durkheimiana de religião. Em exposição feita, em 1913, na *Société de Philosophie*, Durkheim falou sobre “O Problema Religioso” e a “Dualidade da Natureza Humana”. Sua abordagem do fenômeno da religião interrogava-se quanto a

---

<sup>22</sup> Idem, ibidem. Em verdade, uma classificação, como o próprio Durkheim sustentará, é um sistema cujas partes estão dispostas segundo uma ordem hierárquica. Há caracteres dominantes e outros subordinados aos primeiros. (Idem. Ibidem: 145)

<sup>23</sup> Remetemos ao que dissemos quando nos referimos aos ritos e rituais, aqui e agora, inseridos no âmbito e existência do grupo militar, como eventos mais formalizados e estereotipados, com a ordem própria que os estrutura, e, portanto, mais sujeitos à análise, dotados, como o são, de um sentido de acontecimento, cujo propósito é coletivo (PEIRANO, 2002: 8).

<sup>24</sup> Este princípio no mundo primitivo é o totem. Assim como um homem pertencente ao clã do Corvo tem nele algo desse animal, também a chuva, por ser do mesmo clã e depender do mesmo totem, é necessariamente considerada “como sendo a mesma coisa que um corvo”. Todos os seres classificados num mesmo clã [...] são, portanto, simples modalidades do ser totêmico. (Ibid:147-8) – são a mesma coisa. Pode até haver algum exagero metafórico no paralelo agora e aqui estabelecido. Mas a ele não se deixará de acrescentar uma menção às narrativas comuns que contam e celebram as origens, à presença no ambiente militar de objetos de valor totêmico, à prevalência da totalidade sobre a parte componente, e à celebração de ritos e rituais ao longo do dia e da vida no ambiente militar.

de onde vêm essas forças *sui generis*, que elevam o indivíduo acima de si mesmo, que o transportam a um outro mundo, a partir deste, no qual sua existência profana é passada, permitindo-lhe uma vida que é muito diferente, mais exaltada e mais intensa.<sup>25</sup>

Como as fontes da vida religiosa deveriam ser buscadas no âmbito da natureza, as únicas forças morais superiores ao indivíduo que poderiam ser encontradas no mundo observável seriam as “que resultam do agrupamento de forças individuais, através de sua síntese na, e através da, sociedade, ou sejam, *forças coletivas*”. Durkheim sustentava ter demonstrado com relação a uma determinada religião “que forças coletivas podem dar conta dos efeitos característicos que em todos os tempos têm sido atribuídos a forças religiosas”. Sua concepção de religião podia também dar conta de sistemas religiosos e filosóficos: uma crença na dualidade da natureza humana. Daí a divisão (na verdade, a antítese) entre a sensação imediata e o pensamento conceptual, entre apetites egoístas e religiosos e a atividade moral – expressos em pensamento religioso, tal como [a divisão] entre o corpo e a alma, entre o profano e o sagrado. Para entender isso, os filósofos não tinham solução. “Uma explicação sociológica da religião”, contudo, permite que se descubra uma nova abordagem: torna-se então evidente que “a dualidade do homem deve ser vista como a antítese entre o individual e o social”.<sup>26</sup>

La Iglesia y el Ejército son masas artificiales; esto es, masas sobre las que actúa una coerción exterior encaminada a [...] evitar modificaciones de su estructura [ La cuestión es saber por qué] estas multitudes [...] nos revelan algunas particularidades, que en otras se mantienen ocultas e disimuladas.<sup>27</sup>  
(FREUD.1977: 1139)

---

<sup>25</sup> Forças que elevam o indivíduo acima de si mesmo podem metaforicamente ser associadas com o fato de que estamos, na pesquisa, diante de uma profissão que prepara para a forte possibilidade de “morrer em combate”, pelo menos “arriscar a vida em nome da pátria”, o que pressupõe uma atitude acima de padrões ordinários diante do instinto de conservação e da própria idéia de morte.

<sup>26</sup> SEGER, e van GENNEP Citados por Lukes, 1973: 507. Respondendo a questionamentos do psicólogo Delacroix, Durkheim afirma concordar com seu crítico quanto a ver a religião como uma interpretação do mundo e uma filosofia, tanto quanto uma força ativa, acrescentando que a religião era uma representação do mundo que ele cria verdadeira. Tentara, acrescenta, mostrar que a religião trazia dentro de si os germes essenciais da razão, que, em conseqüência, era rica de elementos intelectuais. Nunca havia sustentado, defende-se, que tudo social era também religioso, mas que algumas relações sociais eram caracterizadas pela religião. Recusou a increpação de metafísico, assinalando que “a sociedade era um fenômeno observável tanto quanto o indivíduo” (Ibid ;93), e “exigia nitidamente algumas definidas e inatas predisposições individuais”(LUKES, Ibidem:509).

<sup>27</sup> FREUD, Sigmund. “Psicologia de las Massas”. Trad. de Luiz Lopez Ballesteros y de Torres. *Obras Completas.*, vol. 1..Madrid. Biblioteca Editorial de Madrid. 1977 :1139.

Na visão da psicologia de massas freudiana, no Exército e na Igreja Católica, quaisquer que sejam diferenças outras, reina a mesma ilusão: a ilusão da presença visível ou invisível de um chefe (Cristo na Igreja e o general comandante nos exércitos), que ama com igual amor a todos os membros da coletividade. Desta percepção depende tudo, e seu desvanecimento traria consigo a desagregação da Igreja e do Exército, na medida em que a coerção exterior o permitisse. Até aqui buscamos o exercício de uma referência reflexiva a processos distintos de construção institucional e da formação das verdades que a constituem. Cria-se um mundo. Os papéis institucionais, em Berger e Luckman, tornam-se modos de participação em um universo que transcende e inclui a ordem institucional (1999: 131).

Os processos segundo os quais os universos simbólicos operam para legitimar a biografia individual e a ordem institucional revestem-se de um caráter nômico que já foi, coloquialmente até, definido como um “colocar as coisas (as pessoas) certas nos lugares certos”. Toda vez que um indivíduo se extravia, perdendo a consciência dessa ordem – quando se encontra nas situações marginais da experiência – o universo simbólico pode permitir-lhe o retorno à realidade. Essa não é contudo uma afirmação de caráter absoluto, irrestrito. Há limites de desvios em relação aos quais se admite o retorno, mediante o cumprimento de uma pena, expiação, penitência, punição, penalização. O limite de tais absolvições, redenções e reencaminhamentos às boas graças da ordem institucional se define em função do grau de risco com que se expõe a instituição em sua capacidade de existir, sobreviver e se autoproduzir, vale dizer, da ameaça à sua ordem de legitimação. De todo modo, “o universo simbólico fornece a legitimação final da ordem institucional, outorgando a esta, talvez, a primazia da hierarquia na experiência humana” (Ibid :135).

#### **4.3. ORDENS DE SOCIALIZAÇÃO E REALIDADE SUBJETIVA**

Como se processará a absorção da realidade subjetiva? Considerando que a sociedade, com seus grupos sociais, classes e estratos, se constitui de uma realidade objetiva e uma subjetiva, cabe-nos agora configurar esta última. Como já acentuamos, os dois aspectos serão tão mais inteligivelmente entendidos quanto mais aceito for o reconhecimento da formação social como processo dialético em curso, constituída dos três momentos já apontados, *exteriorização*, *objetivação* e *interiorização*, que não observam qualquer seqüência temporal. Ao revés, a

sociedade, a formação social, e as partes que a constituem são simultaneamente caracterizadas por estes momentos – enfatize-se a referência, os três. O processo é apreensível com base no membro individual da sociedade, o qual, simultaneamente, exterioriza o seu próprio ser no mundo social e interioriza este último como realidade objetiva. Estar na sociedade é participar de sua dialética constitutiva. O ponto de partida é a *interiorização*, a apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido, isto é, como manifestação de processos subjetivos de outrem, que desta maneira tornam-se subjetivamente significativos para mim (1999: 174).

O processo ontogenético segundo o qual esse grau de interiorização se verifica é a *socialização*, que pode ser entendida como a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela. Como vimos já: uma socialização inicial e uma secundária, esta última implicando qualquer processo subsequente que introduz o indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade. Para o indivíduo, a socialização primária tem valor maior, e todo o processo de socialização secundária a ela deve se assemelhar, com vistas a sua eficácia (Ibid: 176). Há que levar na devida conta que a socialização primária se faz em meio a ligações emocionais, e transcende aspectos puramente cognitivos. Sem essa ligação emocional com outros agentes significativos, o processo de aprendizagem se faria mais difícil. Quando criança, a identificação do ser humano se processa através de uma razoável quantidade de modos emocionais; a interiorização só se efetiva quando existe a identificação; os papéis são absorvidos, vale dizer, interiorizados, e a criança os torna seus.

Assim, equipada de papéis, por meio dessa identificação com os *outros agentes significativos*, pode ela se identificar a si mesma. Adquire, deste modo, uma identidade subjetivamente coerente e plausível. Esse processo não é unilateral nem mecanicista. Implica uma dialética entre a identificação pelos outros e auto-identificação: entre a identidade *objetivamente atribuída* e a identidade *subjetivamente apropriada*. Receber uma identidade implica a atribuição de um lugar específico no mundo. Uma fase decisiva da socialização ocorre com a consciência do *outro* generalizado. A identidade sinaliza a interiorização da sociedade enquanto tal, da realidade objetiva nela estabelecida, e, ao mesmo tempo, o estabelecimento subjetivo de uma identidade coerente e contínua. A sociedade, a identidade e a realidade cristalizam subjetivamente o mesmo processo de interiorização, que ocorre juntamente com a interiorização da linguagem: o mais importante conteúdo e instrumento de socialização.

Finalmente há a interiorização pelo menos dos rudimentos do aparelho legitimador. A criança aprende *por que os programas são tal como são*.

A socialização primária termina quando o conceito de *outro generalizado* - e tudo mais que o acompanha - foi estabelecido na consciência do indivíduo. É, aí, um membro da sociedade e possui subjetivamente uma personalidade e um mundo, mas esta interiorização da sociedade, da identidade e da realidade não se perfaz de uma vez para sempre. A socialização nunca é total nem está jamais acabada e envolve questões do interesse maior da pesquisa que assim se podem resumir:

- (i) como manter na consciência a realidade interiorizada na socialização primária ?;
- (ii) como ocorrem novas interiorizações - ou socializações secundárias - na biografia ulterior do indivíduo?

Aí se contêm as questões mais de perto pertinentes a uma outra socialização, que se processa nas forças armadas de qualquer país, de quem quer que a elas chega, dispondo da instrumentalização de mundo que a socialização primária lhe havia disponibilizado. A socialização seguinte estreita com mais especificidade o laço de pertinência com a vida profissional militar, ao se prender à interiorização de subuniversos institucionais, ou que se fundam e ganham sentido na instituição. A extensão e o caráter destes subuniversos institucionais são determinados pela extensão da divisão do trabalho e a concomitante distribuição social do conhecimento, em particular, do conhecimento especializado, ou seja, resultante dessa divisão, cujos detentores são institucionalmente definidos. Será com toda certeza a chave mais operativa para se aplicar e explicar a vida e a esfera militar, quando entendida como, e a partir da, socialização de seus membros. Dito com mais especificidade, a socialização secundária remete à aquisição dos conhecimentos de funções específicas, direta ou indiretamente. Essa compreensão deriva de a socialização secundária exigir a aquisição de vocabulários próprios, jargões peculiares às funções, o que gera a interiorização de campos semânticos específicos que estruturam interpretações e condutas de rotina em uma área institucional. Mais até: gera compreensões tácitas, avaliações e colorações afetivas desses campos semânticos, ou seja, cognições e juízos do mundo.

Os subuniversos interiorizados são, como regra, realidades parciais, em contraste com o *universo básico* adquirido na socialização primária. São também realidades mais ou menos coerentes, caracterizadas por componentes normativos e afetivos assim como cognoscitivos

(BERGER e LUCKMANN. 1999:185). A obra de Goffman sobre instituições totais ilustra a presença de tais componentes nas inter-relações entre os que pertencem à casa e os que lá se encontram por força de alguma necessidade ou vocação; o meio militar orienta e conduz a interiorização de estranhos em seu subuniverso através do cognitivo, do afetivo e do normativo. Tal processo vai ser operado na socialização informal mas também no processo educacional, que reconhece as três áreas de aprendizagem em suas respectivas especificidades e objetivos a atingir, cada uma delas com sua “estratégia de ensino” própria, para usar o jargão de iniciados. Mas o importante é que assim se começam a gerar as cosmologias. Mais até: a socialização secundária exige também, pelo menos, os rudimentos de um aparelho legitimador, freqüentemente acompanhado de símbolos rituais<sup>28</sup> ou materiais.<sup>29</sup> Pode-se dizer que um corpo de imagens e alegorias é construído tendo por base instrumental uma linguagem específica (BERGER e LUCKMANN,1999:185), uma cultura.<sup>30</sup> É comum criar-se um léxico advindo de fontes de estudo especializado, que funcionam como repertório e fontes de metáforas das situações da vida ordinária e, principalmente, como alicerces de uma visão de mundo.

Se necessário, o corpo de significados trazidos pela socialização secundária será sustentado por legitimações que variam de simples máximas até complexas construções mitológicas. Pode ainda haver uma multiplicidade de cerimônias e objetos físicos representativos,<sup>31</sup> de que é exemplo, em muitos países, a celebração anual da festa do deus-cavalo, no qual todos

---

<sup>28</sup> Caracterizando o *evento ordinário* e os *eventos críticos e rituais*, Peirano aponta que aquele e estes dois “partilham de uma natureza similar, mas os dois últimos são mais estáveis, há uma ordem que os estrutura, um sentido de acontecimento cujo propósito é coletivo, e uma percepção de que são diferentes” e, acrescenta: “Eventos (ordinários) em geral são mais vulneráveis ao acaso e ao imponderável”(PEIRANO.2 001: 8). Formaturas em datas especiais, concessão de medalhas, de diplomas por conclusão de cursos, de estrelas para apor no ombro, por ocasião de promoções, de emblemas de unidades, quando de transferências exemplificam o ritual e o inscrevem praticamente na rotina de vida do grupo militar profissional. (grifos meus)

<sup>29</sup> A espada específica e o bastão de comando são símbolos materiais de oficial general; o pingalim (pequeno chicote, melhor, o seu símbolo, evocando os tempos primordiais de criação da instituição), a bota e as esporas são símbolos de pertencimento à arma de cavalaria, ainda que seu usuário pertença a uma unidade blindada, isto é, desprovida de cavalos. As unidades a cavalo são as que existem para prestar honras através de cerimônias de escolta, de despedidas ou fúnebres, que são em si rituais de abrangência mundial. Símbolos e rituais são empregados a vida toda do militar, enquanto tal, e isso inclui a sua morte em serviço. Castro trabalha em cima de uma simbologia que configura o que denomina de “espírito das armas” “que, em seu olhar, compõem o Exército. (CASTRO. 1 990.52-101.)

<sup>30</sup> Eventos comuns de vida cotidiana são, com freqüência, referidas através de metáforas de operações militares e de situações de campanha, quando em conversa entre colegas: “decidi retrair pra não expor o flanco”; “vou ter que alongar os fogos se não ...” O uso desse repertório léxico vai se reduzindo à medida que se vai trilhando a carreira, e de tal modo, que se torna mais freqüente junto a oficiais subalternos, ou sejam, tenentes, embora o idioma – que compõe a identidade – seja inteligível em qualquer nível da carreira.

<sup>31</sup> No âmbito do *mundo brasileiro*, para usar a sua expressão (cuja ênfase é minha), DaMatta analisa os três modos básicos através dos quais se pode ritualizar: a parada militar, o carnaval e a procissão religiosa. Aos rituais das

os alimentos são ingeridos a cavalo e os cavaleiros recebem fetiches constituídos por crinas de caudas de cavalo, que serão pendurados no pescoço. No Brasil, a festa da graxa nas unidades blindadas e mecanizadas traz um significante que, na aparência apenas, lembra, em DaMatta, as festas da desordem, mas que, na verdade, obedece a um ritual que os anos não desfazem e que produz, com a tradição que carregam por trás, significações institucionalmente não desprezíveis de união, espírito de corpo e, a institucionalmente considerada mais importante, a homogeneidade e uniformidade dos indivíduos.

Insere-se aí um problema de compatibilização entre realidades trazidas pela primeira socialização, já interiorizadas portanto, e as adventistas implantadas por via da socialização secundária. Quem ingressa na carreira militar já o faz na idade adulta, trazendo consigo todo um repertório de certezas e dúvidas, que se adequará ou não ao processo de socialização secundária. As realidades e convicções trazidas da vida anterior, da família, precisam, como parece evidente, ser sobrepostas por aquelas que a instituição ministrará. Tal fato de compreensão simples traz à tona uma questão, nem sempre simples, de coerência. Para efetivar-se, a socialização secundária pressupõe procedimentos conceituais de modo a integrar diferentes corpos de cognições e de assentimento. As seqüências de aprendizagem podem também ser ministradas, considerando-se os direitos adquiridos do pessoal que ministra as cognições.

Estipulações de seqüências são invariavelmente estabelecidas por via institucional e podem reforçar o prestígio das funções em questão ou satisfazer outros interesses ideológicos, até mesmo com o risco de tais seqüências se mostrarem didaticamente inadequadas ou contraditórias. Ao contrário da socialização primária, a secundária pode dispensar a identificação carregada de emoção do aprendiz e prosseguir com a quantidade e intensidade normal na comunicação entre seres humanos. A criança deve amar a mãe mas não a professora.<sup>32</sup> Ao contrário da socialização secundária, o aprendiz, a criança, não aprende os seus *outros agentes significativos* com

---

cerimônias de parada militar e procissão religiosa, se refere como “ritos da ordem” e de ritos da desordem” os desfiles de carnaval (Da Matta. 1991: 84 e seg.)

<sup>32</sup> Ibid.: 188. Em seu artigo sobre *Liberalismo Político e Epistemologia Social*, Buchanan adverte para problemas embutidos na questão da “deferência epistêmica”, por tal *se* entendendo os processos sociais que produzem e sustentam os tipos de falsas crenças que incapacitam o exercício da virtude. Dentre tais processos inclui-se o reconhecimento institucional de que determinada pessoa possua o conhecimento fundamental e o nível de complexidade de determinado tema, assunto, questão. E que, em consequência do reconhecimento, passa a exercer funções docentes. Os resultados que o autor cita podem eventualmente incluir falsas crenças socialmente incutidas: racismos, preconceitos, conspirações atribuídas aos judeus (aos ciganos, aos árabes, aos negros, aos latinos), visões categóricas como superioridade intrínseca, destino imperial da nações e sentenças categóricas como “se o Hitler conseguiu fazer tudo que fez, não pode ser tão ruim assim”. Exemplos que configuram o que no *paper* de Buchanan é tratado como “risco moral” (BUCHANAN,2004: 96-7).

funcionários institucionais, mas com mediadores da realidade *tout court*. E aprende um mundo, que nada tem a ver com o de um contexto institucional específico. Se a criança interioriza o mundo dos pais como sendo *o mundo*, na socialização secundária aprenderá o mundo pertencente a um contexto institucional específico. O que era a realidade inevitável e singular é na verdade, apenas, o seu mundo, por exemplo, o dos pequenos empregados de comércio, *um dos mundos*, diferente de outros mundos, que nada têm a ver com aquele seu, em suas caracterizações de classe média baixa, pobre, sem educação, de classe inferior ou alta emergente etc.

Na socialização secundária, que se processa nas organizações militares, o contexto institucional é em geral percebido, o que está longe de sugerir uma requintada compreensão de todas as suas implicações e significados. Os mestres, instrutores e professores, não precisam, como se disse, ser *outros agentes significativos*; são funcionários institucionais, de posição definida na hierarquia, com a atribuição formal de transmitir conhecimentos específicos. As funções de socialização secundária têm um alto grau de anonimato, sendo portanto altamente autônomas com respeito aos executantes individuais. O que alguém ensina poderia ser feito por outro, por qualquer outro, a esse nível de complexidade de cognição (BERGER E LUCKMANN 1999:190). Isso é particularmente verdadeiro em escolas (religiosas, militares) orientadas por um corpo de conhecimentos doutrinal. Qualquer instrutor, em princípio, poderia ser escalado para ensinar *a doutrina* deste tipo de assunto. O formalismo e o anonimato que aí se vislumbram estão ligados ao caráter afetivo das relações sociais na socialização secundária. Como conseqüência, confere-se ao conteúdo do que é ensinado na socialização secundária uma inevitável imperatividade, muito menos subjetiva do que a dos conteúdos da socialização primária.

O tom de realidade dos conhecimentos interiorizados na socialização primária é dado quase automaticamente. Na socialização secundária tem de ser reforçado por técnicas pedagógicas específicas, “provadas” ao indivíduo. Quanto mais essas técnicas tornam subjetivamente plausível a continuidade entre elementos originais e novos do conhecimento, tão mais “inequivocamente” adquirem o tom de realidade.

O fato de os processos de socialização secundária não pressuporem um alto grau de identificação, como na socialização primária, e de seus conteúdos não possuírem a propriedade da inevitabilidade, podem se mostrar úteis na prática, ao permitirem seqüências de aprendizagem racional e emocionalmente controladas. Mas, como o conteúdo desse tipo de interiorização tem uma realidade subjetiva frágil e pouco digna de confiança – se comparado às interiorizações da

socialização primária – em alguns casos é preciso criar técnicas especiais para produzir a identificação e a inevitabilidade julgada necessária. Às vezes a necessidade de técnicas intensificadoras pode provir de fatores tanto intrínsecos quanto extrínsecos. Um exemplo disso é a socialização do pessoal religioso.<sup>33</sup> Nos Estados Unidos, ante a ameaçadora vizinhança de uma cintilante sociedade de consumo, de aspiração ardente por bens materiais, e do mundo dos negócios como norma ética e caminho “lógico” para o êxito, os religiosos norte-americanos, os melhores com toda certeza, são enviados para estágios em Roma. No caso agora brasileiro, de novos cadetes, estes são mantidos confinados na Academia Militar durante um considerável tempo para uma “aclimatação” maior e, só posteriormente então, serão autorizados a um fim de semana em casa, concessão que não se repetirá, contudo, em todo fim de semana. Por outro lado, cadetes antigos, quarto ano, de processo de socialização secundária completada, com seus mitos de passagem incorporados, gozarão da regalia de se ausentarem todo fim de semana, evidentemente, se impedimentos de outra ordem – disciplinar ou funcional, por exemplo, não existirem. Qualquer semelhança com a escola mexicana de que falamos em **3.2**, ou com qualquer escola, em qualquer parte do mundo, não terá sido mera coincidência.

As técnicas aplicadas à situação dos religiosos norte-americanos e dos cadetes recém-ingressos destinam-se a intensificar a carga afetiva do processo de socialização secundária. Implicam tipicamente a institucionalização de um complicado processo de noviciado, no curso do qual o indivíduo entrega-se inteiramente à realidade que está interiorizando.<sup>34</sup> Quando o processo exige uma transformação real da realidade “doméstica” do indivíduo, constituirá uma réplica tão exata quanto possível do caráter da socialização primária. Mas, mesmo sem essa transformação, a socialização secundária adquire uma carga de afetividade de tal grau que a imersão na nova realidade e o devotamento a ela são institucionalmente definidos como parte indissociável do processo em curso.<sup>35</sup> O relacionamento do indivíduo com o pessoal socializador torna-se

---

<sup>33</sup> O engenheiro pode ser formado eficientemente – por tal se entendendo ser ele capaz dos desempenhos técnico-profissionais que a instituição de formação e a sociedade dele esperam – através de processos formais, altamente racionais, emocionalmente neutros, embora aí não esteja em questão o seu sentido próprio de realização pessoal, sua visão de mundo, sensibilidade etc. A educação musical exige uma identificação muito mais profunda com o maestro e uma imersão muito mais densa com a realidade musical. Essa assimetria de tratamentos deriva dos modos de vida em que estes dois conjuntos de conhecimento são aplicados na prática, do tipo de imersão na sociedade. Esse grau mais alto de inevitabilidade e identificação também será necessária na preparação de um revolucionário profissional maior que o do engenheiro ou de um monge beneditino (BERGER e LUCKMANN, *Ibidem*: 193).

<sup>34</sup> Um exemplo a mais a ratificar a autopercepção que o grupo militar tem da profissão, quando a define como um voto, um comprometimento de ordem metafísica. **(1.5)**.

<sup>35</sup> Esse comprometimento do aprendiz com a interiorização de atributos que espelhem essa identificação e, de resto, a carga afetiva considerada desejável, se não irredutível, é assegurado por um sistema de avaliação institucional que

carregado de “significação”, isto é, o pessoal agente de socialização se reveste do caráter de significante, em face do indivíduo que está sendo socializado. Este absorve, então, por completo a nova realidade. Dependendo do campo a que se está referindo, entrega-se à música, à revolução, à física, à fé, não apenas parcialmente, mas com o que é subjetivamente a totalidade de sua vida. A facilidade com que se sujeita é evidentemente a consequência final deste tipo de processo.

Como a socialização jamais é completa, e estando os conteúdos que interioriza continuamente ameaçados em sua realidade subjetiva, toda sociedade, grupo social, considera viável criar procedimentos de conservação da realidade para salvaguardar um certo grau de simetria entre a realidade objetiva e subjetiva. Além da legitimação já aludida, cabe referência à defesa da realidade subjetiva, mais do que da realidade objetiva, isto é, a realidade tal como é apreendida na consciência individual e não como é institucionalmente definida.

O caráter mais “artificial” da socialização secundária torna a realidade subjetiva do processo de interiorização mais vulnerável às definições desafiadoras da realidade, não tanto porque sejam estas definições julgadas certas ou porque seja aquela interiorização percebida como reduções do “real” da vida cotidiana, mas porque a realidade objetiva é menos arraigada na consciência, e, assim, mais suscetível a migrações.

Se nos for permitido uma exemplificação mais de varejo, pode-se considerar que a “realidade”, qualquer que seja ela, entra na consciência, pelo menos se propõe a fazê-lo, via livros, internet, canais de televisão fechada, televisões educativas, artigos de jornais além naturalmente de pessoas, religião, agentes significativos, que não tenham sido submetidos à mesma matriz de interiorização subjetiva. Quando formados, atingido o oficialato, conquistada alguma maturidade pela via da experiência, os conteúdos dessa interiorização subjetiva, inerente à socialização secundária, vão entrar em debate, para dizer o menos, com questões que serão trazidas para casa, por exemplo, por filhas universitárias, por mulheres professoras ou universitárias e, até, por notícias no âmbito da própria família, esta no sentido amplo, não-nuclear. A nuclear está sob controle. Ou imagina-se que esteja.

Sem pretendermos desencadear uma discussão sobre gênero, a sociedade – e a formação social militar está aí embutida –, que no antanho não admitia, agora admite, discute e defere a

---

julga a sua “vocação para oficialato” e diagnostica as inclinações do aprendiz para o exercício das funções que exercer , até os dois primeiros anos do nível de capitão. Aí uma outra escola entra em cena na carreira do profissional militar.

existência de uma organização familiar não centralizada e senhorial e um papel da mulher diverso daquele que lhe foi transmitido como inegociável, porque arrimado, à época, pela ética, pela moral e pelos discursos exclusivos. Para complicar o quadro, a própria família oferece exemplos na contramão da regra de novos desenhos familiares, de parentes que se mostraram exceção à norma até então unguida como paradigma de exação moral. Se o parente for do sexo feminino, é fácil perceber que o conflito se mostrou durante um tempo considerável ainda mais denso. A percepção do mundo que a interiorização subjetiva havia proporcionado simplesmente não tinha respostas. Só indignação.<sup>36</sup>

Seria um equívoco admitir que somente os *outros agentes significativos* servem para manter a realidade subjetiva. Mas os outros significativos ocupam uma posição central na economia de conservação da realidade. São particularmente importantes para a progressiva confirmação daquele elemento crucial da realidade que chamamos identidade. O veículo mais importante da conservação da realidade é a expressão oral. Pode-se considerar a vida cotidiana do indivíduo, numa metáfora pouco rica, com o funcionamento de um aparelho de conversação que mantém, modifica e reconstrói sua realidade subjetiva. Esta força geradora de realidade possuída pela conversação é apresentada já no fato mesmo da objetivação lingüística. A linguagem objetiva o mundo transformando o redemoinho da experiência em uma ordem coerente. No estabelecimento de uma ordem, a linguagem *realiza* um mundo no duplo sentido de apreendê-lo e produzi-lo. "Nós esperamos encontrar uma linguagem como contexto, não como texto." (POCOCK, 2003:65)<sup>37</sup> Na conversação as objetivações da linguagem tornam-se objetos da consciência individual. Assim o fato fundamental conservador da realidade é o uso contínuo da mesma língua(gem) para objetivar a experiência biográfica reveladora.<sup>38</sup> O jargão, para citar um dos instrumentos, cumpre na organização militar essa função de conservação da realidade.

---

<sup>36</sup> Kosellek estabelecia que "a história das *idéias imutáveis* não pode dar conta" - falava de Meinecke em seu livro sobre a razão de Estado, no qual lidava com uma gama de contrastes ao longo de três séculos em torno de *ethos* e *kratos*, entre moralidade e política - "das funções inteiramente diversas desempenhadas por elas em períodos bastantes distintos: nas guerras civis religiosas, no absolutismo esclarecido, e nos Estados-Nação burgueses. KOSELLEK. Cópia didática, s/data: 13.(grifo meu)

<sup>37</sup>"E passando imediatamente para o conceito de linguagem, afirmamos nossa convicção de que um dos contextos primários em que um ato de enunciação é efetuado é aquele oferecido pelo modo de discurso institucionalizado que o torna possível. Para cada coisa a ser dita, escrita ou impressa deve haver uma linguagem na qual ela possa ser expressa. A linguagem determina o que nela *pode ser dito*, mas ela pode ser modificada pelo que *nela é dito*."Idem, *ibidem* 64. (o grifo é meu)

<sup>38</sup> Estamos utilizando "linguagem", em vez da "língua" como no original, porque não pretendemos nos limitar à materialidade lingüística mas a todas as manifestações (emblemas, símbolos, rituais, ritos etc) de que se possam

Em sentido mais amplo, todos os que empregam a mesma língua(gem) são *outros* mantenedores da realidade (BERGER e LUCKMAN, *Ibidem* 204). A fim de manter efetivamente a realidade subjetiva, o aparelho da conversação – vale dizer, o investimento em significações, deve ser contínuo e coerente. É o que parece suceder com cursos que se estendem ao longo da vida profissional-militar e que conservam a mesma linguagem, a verdade da mesma visão do mundo, o mesmo repertório de significações, de lógicas, prevalentemente de matiz prescritivo-normativo e o mesmo projeto deontológico.

A realidade subjetiva depende, desse modo, sempre, de estruturas específicas de plausibilidade, isto é, da base social específica e dos processos sociais exigidos para a sua conservação. Há aqui um outro nível de consideração a acrescentar: só é possível ao indivíduo manter a sua auto-identificação como pessoa de importância, em um meio que confirme essa identidade; uma pessoa só pode manter sua fé católica se conserva uma relação significativa com a comunidade católica, e assim por diante. A ruptura da conversa significativa com os mediadores das respectivas estruturas de plausibilidade ameaça as realidades subjetivas em questão que, por construção, contam com o deferimento institucional (*Ibid*:205). Evidentemente que essa mediação se processa sem rupturas ou comprometimentos das vias hierárquicas e de suas representações ao longo dos diversos níveis funcionais existentes.

A estrutura de plausibilidade é, assim, a base social para a suspensão da dúvida, sem a qual a definição da realidade em questão não se pode conservar na consciência. Neste ponto foram interiorizadas e estão sendo continuamente reafirmadas sanções específicas contra estas dúvidas desintegradoras da realidade construída. Em situações de crise, os procedimentos devem se tornar explícitos, intensos, freqüentes. Nessa explicitude e intensidade, vale aqui referir, as locuções performativas não obedecem a critérios de verdade mas, em circunstâncias apropriadas, são “felizes” ou “corretas”(PEIRANO, 2002:14).<sup>39</sup> E, freqüentemente, dizem Berger e Luckmann, são postas em jogo técnicas rituais.<sup>40</sup>

---

extrair significações. “Linguagens”, então, no sentido semiológico, e não lingüístico apenas, é a acepção com que aplicamos o termo.

<sup>39</sup> Parece caber aqui explicitar a extrema funcionalidade dos atos performativos, os quais, para Austin, são aqueles em que a enunciação já constitui a sua realização. “Eu prometo” é o exemplo que Austin oferece mostrando que além de expressar algo no presente ou no futuro, é também um compromisso, uma ação com uma força intrínseca que o autor chama de *ilocucionária* (PEIRANO, 2002: 10).

<sup>40</sup> Um dos conteúdos da revolução que Levi-Strauss realizou na antropologia, no cerco que fez à (ir)racionalidade, consistiu em abolir diferenças que a tradição do campo costumadamente estabelecia e afirmar que, com ou sem escrita, com mais ou menos tecnologia, somos não só racionais em contexto, psiquicamente unos, mas, como Radcliffe-Brown já havia antevisto uma década antes, pensamos da mesma forma (em termos binários) e temos todos

Tudo o que foi aqui dito a respeito da socialização contempla, como se terá percebido, a possibilidade de a realidade subjetiva ser transformada. Estar em sociedade já implica um contínuo processo de modificação da realidade subjetiva. O caso extremo de modificação é aquele em que o indivíduo “muda de mundos”. A transformação é caracteristicamente apreendida como total. Compreensão errônea, uma vez que a realidade subjetiva nunca é totalmente socializada, não pode ser totalmente transformada por processos sociais. Mas, existem casos de transformação que parecem totais, quando submetidos a comparações. Essas transformações são o que Berger e Luckman costumam chamar de *alternações* (1999: 208)

Como é a vida lá fora? (...) Determinados valores são cultivados aqui dentro de tal forma que o elemento sai lá fora e, às vezes, não se toca. Mas, lá fora, pela variedade que é o ambiente lá fora... não é como aqui. (Depoimento de um cadete de 4º ano. CASTRO,1990: 154)

A alternância exige processos de socialização. Que se assemelham à socialização primária, porque têm radicalmente de atribuir tons à realidade e, deste modo, reproduzir a identificação fortemente afetiva com o pessoal socializante, que era característica da infância. Esses processos são diferentes da socialização primária no sentido de que não começam *ex-nihilo* e devem enfrentar o problema de dismantelar, desintegrar a estrutura nômica precedente da realidade subjetiva. É esse o processo de mudança que incide nas instituições totais e que por isso mobilizam mais de perto a nossa atenção. Como é que se pode operar um processo tão penetrante de transformação subjetiva em pessoas, afinal, adultas ?

A receita para uma alternância bem sucedida deve incluir condições sociais e conceituais, as primeiras servindo de matrizes para as conceituais. A condição social mais importante é a possibilidade de dispor de uma estrutura efetiva de plausibilidade, i.e., de uma base social que sirva de “laboratório” da transformação. Esta estrutura de plausibilidade será oferecida ao indivíduo por outros agentes significativos, com os quais deve estabelecer forte identificação afetiva. Não é imaginável a transformação radical da realidade subjetiva, incluindo evidentemente a identidade, sem esta identificação. É ela que, em outros planos de significação, com relação a referenciais “adultos”, inevitavelmente repete as experiências infantis de

---

nossa própria magia, ciência e religião. Se os primitivos tem magia, também operam cientificamente, e nós, modernos, além da ciência, também vivemos a magia e o totemismo baseados na bricolagem.( LEVI-STRAUSS, 1970:29- 55) A referência é de PEIRANO, Ibidem: 18.

dependência emocional com relação a outros agentes significativos. Aí se incluem instrutores, professores, diretores, orientadores religiosos, comandantes e toda uma simbologia que produz significações de apoio, a que se vincula um sistema educacional específico e um conjunto de valores pessoais e institucionais, postos à prova e avaliados em praticamente todas as atividades do cotidiano – estamos de novo falando de instituições totais. Os outros agentes significativos, nas instituições totais, são os guias que conduzem à nova realidade. Representam, nos papéis que desempenham, com relação ao indivíduo, a estrutura de plausibilidade, papéis tipicamente definidos de maneira explícita, em termos de sua função ressocializante, e mediatizam o novo mundo para o indivíduo. Socialmente isso significa uma intensa concentração em toda interação significativa, no âmbito do grupo.

O protótipo histórico da alternância é a conversão religiosa. Somente dentro da comunidade religiosa, a *ecclesia*, uma organização hierárquica, pode a conversão ser efetivamente mantida como plausível, ao que Durkheim se referia como o caráter inevitavelmente social da religião. Mas não é bem esta a questão. Ter a experiência de conversão não chega a ser algo extraordinário. Fundamental é ser capaz de conservá-la, mantendo o sentimento de sua plausibilidade. É aqui que entra a comunidade, digamos sem exclusivismos, religiosa. Esta comunidade fornece a indispensável estrutura de plausibilidade para a nova realidade. Só dentro da comunidade cristã pode-se permanecer cristão.

É uma assertiva e uma proposta de analogia. Por homologia, daí, talvez, advenha o antigo (?) desestímulo e reprovação implícitos existentes em quartéis, a que algum de seus membros estudasse em faculdades – exceção mais recente em cursos de administração, ciências naturais, análise de sistemas, ciências biológicas – enfim, saberes não ideativo-valorativos. Cursos, com núcleos de conhecimento de extração ideográfica eram anátema. Representariam não só contatos com outros mundos como, principalmente, com outras estruturas de plausibilidade. Eram intuídos como um projeto latente de alternância. Talvez aí esteja um dos motivos, consciente ou não, de por que a motivação de incorporação de mulheres já profissionalmente formadas aos quadros militares se tenha dado em tempo tão recente. E as razões de criação de uma escola específica destinada a “aclimatar” civis já graduados em especializações, como as citadas. Razão também para que o Centro de Estudos de Pessoal não tenha sido denominado de alguma coisa em torno de “Centro de Estudos e Projetos Sociais” ou de “Ciências Humanas”, que é exatamente o que ele é, esclareça-se: ainda que devidamente

protegido de *desvios* por um funcionalismo descritivo que é uma vedação ao exercício da análise crítica e ao dissenso acadêmico, em disciplinas “civis”.

A nova escola de “Administração do Exército”, com toda a certeza, responde à necessidade de aclimatar civis de uma especialidade institucionalmente necessária, na qual ingressam já formados em universidade reconhecida, às condições de existência da instituição. É evidente que se oferece uma nova estrutura de plausibilidade aos alunos, os quais, usando um jargão corrente, “são pintados de verde”. Recorrendo aos “fatores favoráveis” de Douglas – favoráveis à manutenção de uma ordem social –, o segundo desses fatores aponta para o processo de socialização como “o segundo modo pelo qual se afirma, com freqüência, que a ordem social seja mantida.” (DOUGLAS, 1998: 39).<sup>41</sup>

A religião exige uma comunidade religiosa, a vida em um mundo religioso e a filiação a essa comunidade. As estruturas de plausibilidade da conversão religiosa foram imitadas por organizações seculares agentes de alternância. Melhores exemplos: áreas de doutrinação política e de psicoterapia e até grandes empresas têm hoje a sua estratégia para produzir a aculturação de seus quadros – que evidentemente não se mostram iguais: a empresa, muito longe de ser uma instituição total, orienta sua estrutura de plausibilidade, vale dizer, seu processo de socialização e interiorização, pela componente *objetiva* de construção da realidade, pelo mundo do capital, seus valores, sua lógica, sua ética de mercado.

A estrutura de plausibilidade deve tornar-se o mundo do indivíduo, deslocando todos os outros mundos, com especial atenção para os que o indivíduo habitava antes de passar pela alternância. Isso exige a separação do indivíduo dos “habitantes” dos outros mundos que deixou para trás. Idealmente estamos inicialmente diante de um tipo de segregação física que, caso não se mostre viável, será alcançada através da definição dos *outros*, o que ajuda na autodefinição e aniquila este outro, pelos valores que o configuram. O indivíduo que passa pela experiência da alternância desprende-se, assim, de seu mundo anterior e da estrutura de plausibilidade que mentalmente o sustentava. Esta segregação é particularmente importante nas etapas iniciais da alternância, a fase do noviciado. Consolidada a nova realidade, é possível estabelecer de novo

---

<sup>41</sup> Douglas refuta a conhecida sentença de Hume, segundo a qual “o problema da ação coletiva pode ser melhor resolvido em comunidades muito pequenas.” Na realidade, a antropologia considera, nas expressões de Douglas, que os fatores favoráveis (favoráveis à manutenção de uma ordem social) “tem menos a ver com a escala e mais com a proporção da população que tem acesso aos recursos, juntamente com a possibilidade de satisfazer necessidades sem obrigar alguém a executar aquele tipo de trabalho árduo, monótono e contínuo que tenta alguns a coagir outros a prestar serviço.”(DOUGLAS, 1998: 38).

circumspectas relações com estranhos, embora estes possam sempre ser ameaças à plausibilidade institucional.

Mas, há transformações apenas parciais na vida de hoje, distantes da ressocialização. Fundam-se em interiorizações primárias e, como regra, evitam descontinuidades abruptas na biografia subjetiva do indivíduo. Aí se localiza o problema de conciliar uma coerência *entre* os primeiros e os tardios elementos da realidade subjetiva.

Como o meu professor de filosofia falou, ele relacionou o cadete com aquele herói de revista em quadrinhos, o Buck Rogers. É que ele passou não sei quantos anos congelado numa nave espacial. Depois quando ele voltou à Terra, ele viu que o mundo tava diferente, os próprios amigos... você não acompanha o desenvolvimento deles. Então quando você vai ver, aquele cara que era teu amigo, aí você vai conversar com o cara, ele já tem idéias totalmente diferentes, que já não batem com as tuas, aí você sai fora. (Depoimento, cadete de 4º ano. Em CASTRO, 1990:154/5)

#### 4.4. SOCIALIZAÇÃO INFORMAL/FORMAL

Algumas das características da profissão militar parecem, então, derivar diretamente de suas condições peculiares de socialização, que a diferenciam das outras tantas profissões com escolaridade de igual duração e idêntica inscrição na estratificação social. Historicamente, a instituição militar brasileira tem participado de um protagonismo político, por nós discutido em 2.4.2., e tal se terá devido, segundo alguns analistas, entre outros fatores, ao caráter de coesão e organização enquanto grupo social de comportamento singular, na sociedade brasileira de depois dos 30.<sup>42</sup> Barros inclui três ordens de razões que seriam responsáveis pela constituição desse caráter de peculiaridade:

- (i) a capacidade que os militares possuiriam de, “ao menos potencialmente”, aceitar ou recusar a vigilância que outros grupos poderiam exercer sobre suas atividades – isso se processando na instituição que detém a exclusividade de posse dos meios de violência ;
- (ii) o alto grau de *esprit de corps*, de que os militares seriam possuidores e

---

<sup>42</sup> A posição, por exemplo, de Barros é de que é o processo de socialização peculiar ao grupo militar que gerou características e valores da maior importância para a compreensão do desempenho institucional no regime instaurado em 1964.

(iii) a capacidade de intracomunicação e mobilização, como resultado das tipicidades de sua atuação profissional (1978:46).

Esses traços seriam devidos ao sentido de organização e ao treinamento para a guerra, o que dota a instituição de uma capacidade de deslocamento e de autonomia que a faz independe do apoio da sociedade civil. Que tipo de uso será feito dessas capacitações, só o dirá a história organizacional da força armada e do nível tecnológico que detém e com que atua (idem, ibidem:47). A esse repertório de características, acrescenta-se que o militar profissional, independente de ir ou não à guerra durante a vida, ainda traz consigo a perspectiva, mais ou menos provável, de ter de enfrentar situações que se acham longe de ser confortáveis. Aí se situam perspectivas singulares de vida profissional, para não dizer insólitas, se comparadas a outras ordens de estimulação do desenvolvimento de carreiras, inscritas na vida cotidiana da sociedade e de perfil assemelhado. A isso se poderia somar, a título também de característica definidora, e igualmente distante da fascinação profissional, um processo não marcado por uma densidade de enriquecimento e valorização do espírito; na verdade, em alguns aspectos, desestimulador das inquirições que o espírito humano faz em busca de suas verdades não resolvidas, das inquietações e aporias interpostas pelo exercício do existir e pelo desafio do conviver nas heterogeneidades das pautas da vida.

Como parte desse exercício de ser no mundo, nos mundos, há que reconhecer que a alimentação dessa existência profissional se processa através de contatos entre pares ou entre pessoas sujeitas à relação comando-obediência, quando se trata das ações e interações entre os que vestem farda em sua prática profissional. A vida pessoal, de sua parte, reflete marcas, êxitos, cicatrizes e rotinas da atividade profissional. É por isso que falamos aqui de traços definidores da profissão, ao tratar da socialização que vasculariza seus membros, a partir de seu momento de ingresso. Em grande parte, devido a que, na carreira, ao transpor os portões de entrada,

[...] você perde muito o contato com o pessoal de fora, até mesmo no trato com o pessoal de fora. (...) As pessoas mudam, e quando você vai rever aquela pessoa, você leva um choque...pô, você não acompanha o desenvolvimento. É o que acontece também com a namorada. Eu era pra estar noivo agora... (Depoimento de cadete. Em CASTRO,1990:154 -5)

Uma das características institucionais de caráter constitutivo é a hierarquia, o vínculo hierárquico, o contexto hierárquico, que não só normatiza como antecipa e “naturaliza” procedimentos dentro do grupo, além de conseqüentemente inculcar noções de certo e errado, de bem e de mal, de adequado ou não. “A hierarquia constitui um fenômeno em que o coletivo pode ser lido através da ação individual, decorrendo daí a sua pertinência enquanto ângulo privilegiado da abordagem da identidade militar” (LEIRNER, 1997:72). Quando um comentarista militar fundamental (COSTA, 1986:163) em uma de suas crônicas no Jornal do Brasil, considerou, o que aqui já citamos (1.5), que, na verdade, mais que vestimenta, além de uma metáfora, a farda era uma segunda pele, ali se achava a constatação de que a profissão abastece de significados as situações da vida, acrescentando-se, com a socialização sendo a via principal, se não exclusiva. Longe de ser exclusiva de militares, a hierarquia não deveria tornar as reações humanas de compreensão mais difícil. Afinal, comportamentos e situações são previstos, definidos por códigos e estatutos e reforçados pelos valores difundidos que os deferem, pelas gratificações de retorno, que advêm de sua observância estrita e incondicionada e pelas penalizações manifestas ou latentes, trazidas por infringências, geralmente associadas ou entendidas como espasmos de rebeldia.

Comandar e obedecer são a referência a partir da qual o Regulamento Disciplinar do Exército define e modela, estimula e pune *todas* as relações possíveis entre subordinado e superior e vice-versa. A obediência que então se impõe é, assim, na condição de valor de caráter absoluto, uma das sustentações da organização militar. Para Costa, nos regulamentos militares, a obediência é um modo de compartilhar um destino comum que iguala a todos. “Obedecer é tão nobre quanto comandar. [...] A promessa de igualdade em destino comum tenta tornar suportável a subordinação de todos”. Para Vanda Costa a retórica da subordinação inspira-se fundamentalmente na analogia do Exército com a família. É um apelo afetivo que induz à submissão total através da promessa do afeto paternal que iguala todos os filhos.”<sup>43</sup> Nossa opinião é diversa.

---

<sup>43</sup> Vanda Costa (1986: 175) extraiu conclusões que expõe com base no RDE de 1937. Não diríamos que o tipo de vínculo que, hoje, aproxima, ou busca aproximar, os componentes da organização, como exemplifica a pesquisadora, se construa com base na metáfora filial, exceto em alocações em que a preocupação retórica atropela as distinções das esferas individual e coletiva da sociedade da teoria habermasiana: “esta nação (pátria, país) é uma grande família” Em uma versão mais recente da fonte a que recorreu a autora, o RDE de 2002, e não de 1937, tais relações de obediência estão referidas às virtudes da “camaradagem”, da “cortesia”, da “consideração”, da “civildade” e da obrigatoriedade a “todas as provas de respeito e deferência com superiores hierárquicos”. Embora em algumas situações de comunicação social subsista a menção à “família militar”, até por aproximações e convergências

Você chega na AMAN e se assusta com o tipo de tratamento que você leva. Acaba com tudo, frescura de família, não tem mais aquele carinho dos pais, dos irmãos, não tem proteção. Você tá sozinho ali, tá jogado” (depoimento de um cadete, em CASTRO, 1990: 17).

É nesse contexto de regramento hierárquico que acontecem contatos mais longos e frequentes entre os membros dessa profissão e onde também acontecerão contatos com civis. Na explicação de pesquisas de antropólogos,

Por mais que os militares cotidianamente realizem e reatualizem essa elaboração de sua identidade em oposição aos paisanos (CASTRO, 1990), especialmente na Academia Militar, há o fato de que essa construção tem de ser “negociada” politicamente com a sociedade; afinal [...] ela tem uma face pública, por ser uma instituição nacional, pertencente portanto ao mundo da *polis*. (LEIRNER.1997:21)<sup>44</sup>

Essa necessidade de “negociar” a realidade tem de ser atendida por uma língua comum e uma lógica comum no sentido de um debate entre personagens identificados em suas posições de poder. Em que medida os valores transmitidos pela ressocialização contribuem para esta interação?

---

jurídicas, a relação pai-filho, hoje, está longe de ser reconhecida como paradigma das relações superior-subordinado. Talvez porque a idéia de “paternal” parece acolher flexibilizações afetivas na avaliação do erro, transgressão, enfim, desvio. Com toda certeza, hoje, o chefe militar não é um pai que julga subordinados, e destes não se espera uma subordinação com uma intimidade filial.

<sup>44</sup> O trabalho e as itinerâncias de Leirner ao longo de sua pesquisa antropológica sobre os militares o levaram primeiro ao Instituto Liberal, em S Paulo (?), onde conseguiu um salvo-conduto para ter acesso à Escola de Comando e Estado Maior do Exército, no Rio, graças à intervenção de um “general da reserva”, ao peso do símbolo da instituição acadêmica do antropólogo, a USP, e às relações funcionais de sua orientadora, conhecida da EsCEME por suas palestras e conferências. O trabalho de Leirner mostra, através das relações estabelecidas entre o pesquisador e as personagens da escola que o receberam, as diversas posturas de aproximação com que foi tratado. Isso variou conforme a expectativa que os donos da Casa alimentavam com relação à possibilidade de persuasão do visitante e de construção de sua opinião profissional, através de “relações públicas amistosas”. Todo o intrincado relacionamento estabelecido mostra que aqueles que o receberam o julgaram, a um antropólogo profissional em plena atividade de pesquisa, de maneira cândida, ao imaginarem que ao pesquisador passava despercebida a dimensão política daquele encontro, da linguagem empregada e das nuances de acolhimento e omissão que o conjunto de visitas e contatos experimentou. Com toda certeza, existe ingenuidade embutida na recepção formalmente gentil ao mestrando - imaginando, com isso, orientar a sua a opinião profissional. Essa atitude pode ser lida como reverberação da simplificação presente na “cultura de polígrafos” (apostilas) das escolas militares a que Sodré se refere (1967: 64), também na redução gerada pelos tratamentos funcional-estruturalistas que significam a “sociologia” ainda em vigor nas escolas de mais alto nível, na existência de escolas de orientação doutrinal, vale dizer monológicas, que se bastam no universal, na lei, na regularidade, na sociedade sem conflitos ou desvios, no esquema, no paradigma imutável, no modelo, no espírito de *vade-mecum* para analisar realidades sociais do século XXI, além de uma pouco diversificada percepção do outro.

O conteúdo e a forma da educação militar cria uma visão do mundo, da vida em geral, que costuma ser chamada de conservadora. Isso está longe de caracterizar um fenômeno do militar brasileiro. Essa identificação oferece-lhe a possibilidade de ter um olhar para o âmbito político sem violações da regra de ferro institucional do não-partidarismo, que é obrigado a observar e com cuja existência e necessidade é fácil de concordar. No Exército dos Estados Unidos – mais uma vez citado por constituir a matriz de comportamentos profissionais militares – as visitas presidenciais ou de candidatos a presidente, notadamente republicanos, a tropas operando no exterior servem para exibir a confiança do conservadorismo republicano partidário em seus eleitores certos.<sup>45</sup> E os resultados eleitorais não têm desmentido essa certeza prévia, depois dos anos 50, com a provável exceção do tempo mais agudo da Guerra do Vietnam, já na fase do *body-count* pela televisão, em que as famílias jantavam na hora do telejornal e eram servidas do número de baixas e mortes de compatriotas, vizinhos e parentes.

O que se revela invulgar no fenômeno educacional militar deriva também do fato de que, num sentido lato, a educação superior, no seio da sociedade em geral, está associada a posturas e atitudes liberais, pelo menos no estrato que tradicionalmente consegue se sentar num privilegiado banco de universidade. O direito às liberdades que daí advém, esse reconhecimento e respeito pelas dimensões pessoal, política e social da pessoa humana que, afinal, construíram a modernidade do Ocidente, são parte da leitura do mundo, do substrato de constituição da pessoa de nosso tempo, do seu olhar para o Outro e das posturas ético-políticas que dão significado à visão de mundo e orientam escolhas, ações e omissões. Merece referência especial o fato de que, até mesmo um regime com a sanha do macarthismo, que atingiu outras esferas da cultura, e aí se inclui o mundo do cinema, teatro, artes, promoveu a defesa da universidade, entendida pelo movimento do senador norte-americano como espaço livre para o intelecto. O *revival* da religião na sociedade norte-americana é também contemporâneo ao triunfo do secularismo na academia, que reafirma valores ilustrados: ciência, democracia e cosmopolitismo. A defesa do método

---

<sup>45</sup> Esse conservadorismo é apontado, além dos clássicos, Huntington e Janowitz, por autores insuspeitados. Um deles relatando sua participação numa série de conferências patrocinadas por seu instituto, que se transformaram em livro agora citado, afirma que “As conferências, na sua maioria, foram feitas diante de auditórios de peritos militares ou civis. Muitos entre os ouvintes tinham uma série de preconceitos, atitudes e crenças muito diferentes das habituais em discussões públicas. Embora [os membros da audiência] sejam muito mais versados na maioria dos problemas de política militar do que muitos intelectuais liberais, nos problemas mais amplos que serão discutidos neste livro, *estou mais de acordo com as posições liberais* geralmente reconhecidas do que com a opinião de muitos entre meus ouvintes. Por conseguinte, essas aulas eram (...) *uma representação de “esquerda”* para auditórios inclinados a discutir grande parte do que estava sendo dito” O instituto era o Hudson Institute, o conferencista era questão ninguém menos que Hermann Khan. (1969: 20-1).

científico e da objetividade protege, por assim dizer, a academia das intolerâncias do macarthismo e da Guerra Fria (OLIVEIRA,2000:24).

Exatamente aí reside uma diferenciação da formação do militar de nível superior e da, digamos, elite civil. Aquela, subscrevendo e exercendo orientações conservadoras que se difundem, até por inércia, de maneira tão avassaladoramente epidêmica de modo a formar consensos e juízos de valor que, ao invés de considerar as condições de contexto do tempo que habitam, se bastam na exaltação e reiteração do passado, erigido em tradição - categoria que traz consigo um valor de sagrado, vale dizer, de puro, virtuoso.<sup>46</sup>

Não se pode, aqui, deixar sem referência um tipo de tradicionalismo que traduz tendência a se cingir a padrões vegetativos, a antigos modos de vida, que são concomitantemente entendidos e tratados como ubíquos e universais. Esse tradicionalismo instintivo pode também ser percebido como reação original a determinadas tendências de reforma. Na sua versão primordial, vinha agregado a elementos mágicos na consciência e vigorosamente ligado ao medo de males mágicos que acompanham a mudança. Tradicionalismos dessa espécie vivem também nos dias de hoje e com frequência conectados a sobrevivências mágicas advindas de antigas consciências. E como conclui Manheim (1971:53), “não nos referimos, à categoria “tradicionalismo”, de Bonald ou Maistre”. O tradicionalismo, afinal, não se acha necessariamente atado a conservadorismos políticos. Mas pode ser desvendado através de conceitos, como o que se tem de “liberdade”.

(...) o pessoal tem um conceito diferente de liberdade , lá fora. Parte do professor. Eu acho que o professor tem que estar decentemente trajado, entendeu? A gente vê nas universidades americanas (...) os professores estão sempre de terno. Sempre muito bem apresentados, dando o exemplo, aquela postura, o linguajar correto (...) Então o aluno entra na hora que quer, o aluno, quando não está mais com vontade de assistir aula – minha menina mesmo: “Pô, vamos embora, não tô mais com vontade de assistir isso não”(…) Eu acho isso muito errado, porque eu vejo as escolas também como um centro de aprimoramento individual da

---

<sup>46</sup> A partir da Revolução Industrial as tradições foram construídas em três categorias superpostas: (i) as que estabelecem ou simbolizam a coesão social, ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais; (ii) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, *status* ou relações de autoridade, e (iii) aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de idéias, sistema de valores e padrões de comportamento. Embora as tradições dos tipos (ii) e (iii) tenham sido certamente inventadas ( como as que simbolizam a submissão à autoridade na Índia Britânica), pode-se partir do pressuposto de que o tipo (i) é que prevaleceu, sendo as outras funções tomadas como implícitas ou derivadas de um sentido de identificação com uma “comunidade” e/ou as instituições que a representam, expressam ou simbolizam , tais como a “nação”. ( HOBBSAWN e RANGER,1997: 17).

pessoa, no aspecto moral, de personalidade (...) Aqui a gente aprende realmente o que é liberdade, o que lá fora não se tem noção (...) (Depoimento de um cadete de 4º ano CASTRO, 1990:40-1)

Como já referimos, a presença na universidade de um oficial de carreira costuma despertar em sua unidade militar, junto aos degraus mais altos, um bom número de reações – a estranheza será a primeira delas –, dentre as quais a explicação de se considerar a vida acadêmica “destituída de organização”, em que professores não obedecem a horários como deviam, e cuja flexibilização no dia das aulas, quanto aos feriados, representa a “pouca importância” dispensada ao curso ou à disciplina, ainda que as aulas sejam compensadas. Tal visão de depreciação não se mostra tão evidente no que respeita a cursos e disciplinas centrados nas ciências da natureza, mas, se concentra nas áreas de direito, administração, economia e, muito especialmente, ciências sociais<sup>47</sup> e filosofia.

No plano da família, estudos fazem referência aos casamentos frequentes entre oficiais das forças armadas e professoras primárias. Essa é uma verdade da época em que, por exemplo, a indispensável tese de Barros foi escrita: 1978. E não é, não foi, um fenômeno exclusivo dos militares. Não há elementos de prova que demonstrem essa exclusividade. Mas apresentava uma enorme recorrência. Até porque, as vozes de 1978 diriam que o contexto sócio-histórico da época – que também é um elemento de extração de significados – traria dentre as suas verdades indicativas e, como regra, prescritivas e moralizantes, no âmbito militar, a de que “mulher não trabalha a não ser como professora – e primária”. Não sendo, como se disse, uma tipicidade militar, sua menção aqui pretende apenas reafirmar a sua incidência para tornar mais nítido o seu desaparecimento. Como se diria com a liberdade da língua oral: coisas dos anos 70. Coisas dos anos 70 não são necessariamente homólogas às coisas dos anos que se sucedem: mudam as

---

<sup>47</sup> A relevância da ciência social como base para o que Huntington chama de “intelectuais militares” permanece problemática. E sua observação é aplicável ao nosso sistema de educação militar, onde lidar com a ciência social é, como regra, no mínimo, desconfortável. Daí talvez o recurso reducionista de, entre nós, se aplicar a tais investigações escolares posturas metodológicas de base sincrônica, de dar preferência a descrições, funcionalismos, largas generalizações e explicações sistêmicas. A estrutura de preferência à agência. A ciência social, no caso do ensino nas escolas norte-americanas, prossegue Huntington, pode servir de instrumento de investigação intelectual isolada ou pode se constituir meramente de apoio a políticas existentes. Em qualquer organização tão grande e complexa como a militar, à ciência social é assegurada uma medida de aceitação como instrumental administrativo, na seleção de pessoal, na pesquisa de inteligência, ou para a administração interna. Mas as aspirações dos chamados intelectuais militares transcendem a essas tarefas de manutenção da casa, eles se preocupam em aplicar a ciência social à estratégia de segurança nacional (HUNTINGTON, 1986: 72). A que se poderia acrescentar, para o caso das escolas brasileiras de nível estratégico, a “tolerância” de tratar questões sociais mediante o recurso a uma visão crítica em casos de “análise de conjunturas” pretéritas, “visões diagnósticas para a construção de cenários” etc e uma diversidade maior de situações cujo estudo se funda, ao contrário, em modelos e paradigmas de análise apriorísticos.

coisas, com certeza, mas as pessoas, no grupo militar, nem sempre. Alguns tipos de intuição talvez ilustrem isso.

Minha namorada vai entrar numa faculdade agora, vai fazer um curso. (...) É o tal negócio, muitas vezes a gente acaba pensando: “Será que depois que ela se formar, ela vai querer me acompanhar pra onde eu for?” É um problema, sinceramente, e eu não sei ainda como vou resolver esse tipo de problema (...) É um problema sério. Sinceramente eu não sei ainda o que pode acontecer comigo, não (...) Não quero criticar esposa de oficial nenhum, mas o que a gente vê muitas vezes é que o oficial vai sem casar pra um lugarejo qualquer e – não sei se é desespero – ele casa, por precipitação, com uma pessoa de nível cultural baixo. (Depoimento de cadete do 4º ano. Em CASTRO, 1990:153).

A frequência dos casamentos com professoras primárias era tão elevada até lá pelos anos 70 que se cunhou um neologismo de geração antiga, linguagem coloquial e nenhuma graça (vedado evidentemente o seu ingresso em outras instâncias formais): a “dobradinha”: mais que mero registro, o reconhecimento de duas fontes de renda na família. A desaprovação do trabalho da mulher vai, contudo, esmaecer, como também a fixação na professora primária como cônjuge tradicional. Não cabe aqui debater a perda de nível remuneratório da professora primária e do *status* financeiro de sua família de origem, a classe socioeconômica de onde é recrutada, por mais importantes que tais fatos e tendências se mostrem na caracterização da sociedade brasileira e da distribuição e redistribuição de recursos públicos. Não é o nosso foco. Talvez por força da baixa remuneração, o militar passou a casar-se, em número razoável, com funcionárias de autarquias, empresas públicas e estatais ou a estimular, e ser estimulado, a *concordar*, em ter esposas, presentes ou futuras, candidatas em concursos para a Petrobrás, Banco do Brasil etc. A “dobradinha” dos anos até os 70 renovou o seu conceito: um nível de ocorrência muito menor, mas em plano mais alto de rendimentos familiares. O preceito foi desmontado pelo tempo, qual um conceito de Koselleck: ao *espaço da experiência*, substituiu-o, na geração do novo conceito, o *horizonte de expectativas* (KOSELLECK.1985:90). Nada contra admitir que o tempo consuma conceitos e convicções, ainda que dos mais arraigados – mas surpreende que tal possa acontecer justamente com um grupo de comportamentos aculturados numa base tradicionalista de visão do mundo. Explicações dadas para o fenômeno da contestação política participativa, e até mesmo da guerrilha, durante o regime militar, parecem ilustrar esse apego a racionalizações tradicionais, perenes.

Alguns mais velhos tinham formação ideológica e, nas universidades, doutrinavam e atraíam colegas mais jovens. Outros cresceram num ambiente confortável, mas de crítica e contestação sistemática, sem ponderação, irresponsável, como atitude mais fácil; talvez descuidadamente aprovassem atos de contestação e violência que não o atingiam diretamente. Ora os jovens cresciam ouvindo isso, depois participando das conversas.(Gen. REIS, Depoimento: 1994)

Um outro personagem da sociabilidade militar diz respeito à grande agente revolucionária de costumes e convicções da família: a filha universitária do oficial. Fosse por uma questão de motivação profissional, de acesso a uma mobilidade social, ou à conquista de autonomia financeira com relação ao cônjuge, qualquer que tenha sido o fator de motivação, o fato é que as filhas de oficiais, não só de oficiais, passaram a aspirar a uma formação profissional universitária. Como é fácil de perceber, a estrutura conservadora, em certos aspectos patriarcal até da família nuclear, passou a ser alimentada por mais uma matriz de informações do mundo, com todas as disposições para o debate. A filha moça, como regra solteira, que 30 anos antes se quedava à espera do marido, embalada por um sonho casa-grande-e-senzala de submissão familiar, levantou a cabeça. Agora se quer independente, tanto quanto seus pares da faculdade, que anseiam por lutar pelo seu destino individual. Independente financeiramente e, mais importante, independente para ver e julgar o mundo e dispensar as sentenças e irrecorríveis juízos de valor prolatados pela família nuclear, leia-se o patriarca.

(...) e quando ela recebeu o dinheiro, prenderam-na e a levaram para o Batalhão de Polícia na Tijuca, por ali. Ela foi esperneando, fazendo tudo. Quem era o chefe do CIE ? O Coelho Netto, amigo pessoal do pai dela. Chamou-o e ele foi até lá. O que ela disse ao pai (...). o diabo: “Você não é meu pai!” E por aí foi. Ele saiu em prantos (...)

...o chefe de gabinete do SNI, cujo filho foi condenado. Havia uma luta entre o pai e mãe, e ele ficou com a mãe. Era sempre assim: por trás, havia uma divergência na família. Então tínhamos que ter uma harmonia total dentro da família do oficial. (Gen. PINHEIRO, .Depoimento,1994; 144-5)

Não é aqui o local para uma análise de discurso, particularmente a respeito das racionalizações de comportamentos políticos de exceção no âmbito da família militar. Apenas, por ora, registramos a ocorrência de limitadas mudanças no processo de socialização dentro da família militar, convivendo com justificações canônicas, traduzindo um apego acendrado por um

discurso moralizante cediço. Também não nos achamos diante de uma questão de moral. Mas não terá passado despercebido que, por trás das “explicações”, subjaz uma densa substância de apego à família tradicional – imagina-se, onde tais incontinências não ocorreriam. Também não se trata aqui de pretextar surpresa diante de modificações no imaginário de uma sociedade urbana, industrializada ou pós-industrializadas. Nessa atmosfera, a filha universitária do militar trouxe para casa, se não democracia, pelo menos dissenso em questões ideativas pessoais, éticas, políticas, sociais, numa tentativa, consciente ou não, não importa aqui, de naturalizar o dissenso e reconhecer o outro no convívio entre pessoas adultas.<sup>48</sup> Como é de imaginar, não são poucos nem pequenos os desenvolvimentos desse tipo de sociabilidade tradicional, repentinamente acuada por questionamentos e suspeições de validade, ante a presença na casa de um novo personagem, que agora traz na cabeça e nas emoções opinião que não pede apoio paterno nem permissão para existir e que se mostra diferente e indiferente a deferimentos de fácil antevisão.

A menção a essa nova e impresentida agência de destabilizações e turbulências nas consciências e convicções caseiras, cujas repercussões ainda não são inteiramente conhecidas, é feita para que se distinga de modo ainda mais nítido um distanciamento entre a socialização, formal e informal, trazida, direta ou indiretamente, pela educação militar e as reviravoltas que a sociedade experimenta, por alguma via causal ou por efeitos perversos. Serve também a que se confirme a inserção – surpreendente ante o lugar-comum da autonomia do militar – submissa do subuniverso militar ao mundo da sociedade, com todo o entrechoque entre repertórios simbólicos, e mapas cognitivos, de que muitas lições antigas são as baixas mais evidentes. Se, como já o dissemos, todo o sistema de conhecimento é um bem coletivo que a comunidade está construindo em conjunto (DURKHEIM, apud DOUGLAS, 1986:41), não temos, por isso, muito direito a surpresas com o que se poderia referir como uma reengenharia da família brasileira, mais especificamente, a casamentos que passaram a ser regidos por maiores franquias quanto à união entre um homem e uma mulher que desejem partilhar uma vida juntos, em tempo integral, *part-time* ou de fim-de-semana. Ainda que, talvez, não se possa assegurar uma prevalência estatística desta transformação na classe socioeconômica que constitui o grupo militar, tal fenômeno

---

<sup>48</sup> Houve um número de filhas universitárias, já graduadas e pós-graduadas, que manifestaram, e não só em casa, por exemplo, uma postura de repúdio, quando não de combate, à iniciativa e aos pressupostos que inspiraram e conduziram a derrubada do governo, em 1964. É de imaginar o nível de turbulência e impasse ocorrido dentro da casa e da consciência de um pai, possuidor de respostas e convicções definitivas com relação aos misteres do homem, suas construções e desconstruções, que de repente se vê defrontado e confrontado por questões insólitas trazidas, como se costuma dizer, “por quem é muito nova para entender o mundo e ainda precisa viver muito para aprender.”

inaugurou-se em seu âmbito, sem nenhuma pompa e circunstância, na faixa de concessões e tolerâncias – ou foi a ela imposto, através, principalmente da filha universitária – da universidade, portanto - e do peso de um contexto de acumulação capitalista e conseqüente heroificação do individual.

Um lugar-comum em trabalhos sobre o grupo militar costuma repetir que o grupo, seja como organização, seja como instituição, “está inserido na sociedade”. Por mais óbvia e descritiva que se pretenda a frase, ela não se reflete nos conteúdos e metodologias teóricas do estudo estratégico. Os significados da frase citada têm de servir à análise da *Bildung* de nível estratégico. Somente assim se conseguirá conhecer os contornos do que Barros referiu como um distanciamento do grupo militar da sociedade em que se acha ele inscrito, tal como percucientemente percebido nos anos 70.

Qualquer tentativa no sentido de investigar as bases da ordem social, como pondera Douglas, faz emergir as bases paradoxais do pensamento (1998:41). Construída por meio de uma racionalidade estrutural-funcionalista, essa educação militar do fato social ou político vai ter grandes dificuldades de operar com as “bases paradoxais” de Douglas: grandes dificuldades para explicar discontinuidades, a realidade como processo, as manifestações não ortodoxas do poder, os processos de participação e representação, a mudança– qualquer mudança – “a menos que ela venha de fora, como uma força coercitiva irresistível” (DOUGLAS.1998:44). E aí se incluem a força de movimentos políticos mobilizadores, mas também a força impetuosa do pensamento e emoções de uma filha, atravessados por impasses e faltas de respostas. As filhas, afinal, existem, e na sociedade.

Talvez, como conseqüência da indefectível e necessária presença da hierarquia e do peso da tradição, os oficiais continuem, e durante muito tempo, a se admitir como “conservadores” (JANOWITZ. 1964:235), embora se evite o termo que é associado a alguma coisa como “avesso ao que é moderno” (tecnologicamente). Hierarquia (*hieros* é “sagrado” em grego) e conservadorismo se associam em alguma composição de autoridade tradicional, que teria, no dizer de Weber, suas fundações abaladas pela moderna racionalidade e pela eficácia industrial, com todas as ilações que daí se podem extrair em matéria de organização, estrutura, relação obediência-subordinado, divisão do trabalho, desenho de carreira etc. Nas relações entre especialistas e quem exerce funções de comando militar, por exemplo, parece conter-se um microcosmo desses espaços entre a organização militar e nossa sociedade. Este distanciamento

parece caracterizável pela dicotomia *debate-decisão*. Eis uma polarização que não remete exclusivamente a um problema que os administradores referem como entre *membros do “staff” e de linha*. Em realidade, entre o oficial de linha, o combatente, e o assessor especialista, estamos diante, isto sim, de um hiato entre maneiras diversas de conceber e tratar os problemas do mundo e do dia-a-dia, que se abastecem de sistemas de educação, experiências e horizontes de expectativa diversos.

A adoção pelos militares dos valores que lhes chegam pelo canal da instituição nem sempre se afeiçoa aos valores de uma sociedade moderna. A existência de um código de honra exemplifica isso (JANOWITZ, 1964:217). A dissonância derivada de valores institucionalmente introjetados leva o militar profissional a se ver a braços com compatibilizar dois padrões de referência e existência: um, nos domínios canônicos da atividade, racionalidade e valores da profissão; outro, gerado da necessidade de existir e coexistir segundo valores da sociedade maior e complexa, em padrões de nosso tempo e, como vimos, do tempo de sua filha universitária, afinal, da família. O que pode aí se instaurar é o fenômeno do “desmapeamento”(VELHO, 1981:41), que adiante discutiremos. Na verdade, ao referir às relações entre a sociedade complexa<sup>49</sup> de nosso tempo e a sociação militar (SIMMEL, 2005:16), desvendamos a coexistência nem sempre articulada de conjuntos de símbolos que vão ser utilizados pelas pessoas nas suas interações e opções cotidianas, num processo interativo ininterrupto, mais ou menos eficazes e duradouros. Não é simples.

A relação entre o desempenho de papéis e esses distintos conjuntos matrizes de símbolos constitui uma questão estratégica (VELHO,1981:17). Como os dois conjuntos se revelam assimétricos, nasce daí um potencial de crise de significados, tanto mais nítido nas situações em que os militares detiveram o poder político.

Um outro exemplo do choque de símbolos do subuniverso militar com o ente sociedade deriva do caráter “prático” atribuído à ciência, a qual o grupo militar remete exclusivamente ao exercício de uma função de solução de problemas. Com tal atitude, o grupo não parece mostrar-se coerente com o caráter estratégico vital atribuído à função da ciência no campo da defesa e da segurança. Uma ilustração dessa assimetria parece situar-se no fato de a Esg se bastar no objetivo

---

<sup>49</sup> Esse é o tipo de sociedade cuja complexidade está fundamentalmente ligada a uma acentuada divisão social do trabalho, a um espantoso aumento de produção e consumo, à articulação de um mercado mundial e a um rápido e violento processo de crescimento urbano (HOBSBAWM,1977:187 *et seq.*). Outros autores falam da fragmentação e reificação do mundo da vida, caracterizando uma das duas patologias do mundo moderno (HABERMAS, 1981:356).

de formar profissionais para o exercício de funções e não mais se constituir como “uma escola de pensamento”. Pode-se até entender, sem muitas dificuldades, a lógica de um ministro dos anos dois mil preferir a Esg afastada dos misteres e vagares do pensamento. Eis uma questão que não pode se deter na sua mera enunciação. Passar de “escola de pensamento” – sem se considerar aqui qualitativamente o que e por que se pensava – a formadora de competências, tipo SESC/SENAI, para o Ministério da Defesa, é modificação suspicaz que não leva em conta o potencial de uma escola de nível estratégico – do tipo Universidade de Defesa, como as que existem nos países estrangeiros que nos legaram influências significativas - mas não esta.

Esta distância, afinal, entre o mundo militar e o da sociedade implantaria uma assimetria de valores que se transmitiria sistematicamente a jovens cadetes e a oficiais que se achassem tirando cursos, em processo de socialização, portanto (BARROS, 1978:96). Um caráter da natureza conflituosa da socialização militar se assentaria em o ensino e prática profissionais serem necessariamente orientados para o fenômeno da guerra, o que, como parece inevitável, corresponderia à profissionalização da violência, em flagrante contraposição a princípios e valores que orientam uma sociedade capitalista e individualista.<sup>50</sup> Nesta sociedade se situariam as bases ideais do indivíduo moderno e dos sistemas de referências do Ocidente: a noção de indivíduo e o princípio de igualdade, que emprestam substância à sociedade. Duas formações sociais se apresentam: as sociedades tradicionais e a sociedade moderna. Nas primeiras, tal como na República de Platão, o acento incide canonicamente sobre a sociedade em seu conjunto, como Homem coletivo; o ideal define-se pela organização da sociedade em vista de seus fins, e não em vista da felicidade individual. Trata-se, antes de tudo, de ordem e de hierarquia; cada homem particular deve contribuir em seu lugar para a ordem global, e a justiça consiste em proporcionar funções sociais com relação ao conjunto (DUMONT, 1997:57).

Ao contrário disso, no que respeita às sociedades modernas e complexas, o Ser humano é o ser elementar, indivisível, sob sua forma de ser biológico e ao mesmo tempo de sujeito pensante.<sup>51</sup> E, por sociedades complexas, estamos nos referindo àquelas em que a divisão social

---

<sup>50</sup> Não existe fato sociológico independentemente de referência à sociedade global em questão (DUMONT.1985: 13). A justaposição aqui estabelecida entre a formação social do grupo militar e da sociedade foi citada por Barros (Ibid: 98).

<sup>51</sup> A admissão de sociedades *complexas* levanta questões, a primeira das quais reside em reconhecer os limites entre até onde são elas *não-complexas*, a partir de onde se complexificam? Este não é um trabalho simples, por depender dos critérios e variáveis que seriam determinantes das duas categorias. Que critérios serão esses? A partir, digamos, de um certo nível de especialização atingido pela divisão social de trabalho? Do aparecimento de classes sociais, tal como estabelecido por Engels? O critério de eclosão da sociedade complexa será o desenvolvimento da vida urbana?

do trabalho e a distribuição de riquezas delineiam *categorias sociais distinguíveis com continuidade histórica*, sejam classes sociais, estratos, castas. A noção de complexidade traz consigo a idéia de uma *heterogeneidade cultural* que deve ser tratada como a coexistência, assente ou não, na harmonia de uma pluralidade de tradições, cujas bases podem ser de extração ocupacional, ética, religiosa etc.

Como se nota, há uma correlação entre a divisão social do trabalho e a heterogeneidade cultural. Eis uma questão de irreduzível importância: a de saber quando e como as diferentes tradições de uma sociedade complexa admitem como explicação a divisão social do trabalho. “As categorias sociais daí surgidas, quer em termos de sua posição em relação aos meios de produção, quer em termos estritamente ocupacionais (engenheiros, físicos, professoras, militares etc.), e que tenham um mínimo de continuidade temporal, tendem a articular suas experiências comuns em torno de certas tradições e valores” (VELHO, 1981:16). O problema, ainda uma vez, consiste em verificar o peso relativo dessas experiências em confronto com outras, como a identidade étnica, a origem regional, a crença religiosa e a ideologia política. No que tange ao grupo militar, o peso relativo da experiência que advém da vida profissional – e das categorias sociais daí surgidas – por força da socialização que a instituição dirige com inusitada eficácia, aplaina matrizes outras, que lhe são precedentes, como identidade étnica, crença religiosa e identidade política. A orientação a que Velho alude parece assim neutralizada na instituição total pelos processos, mecanismos e simbologias da socialização secundária que ali se desenvolve.

Um outro olhar entende que cada homem particular, nas sociedades complexas, encarna, num certo sentido, a humanidade inteira. O reino dos fins coincide com os fins legítimos de cada homem e, assim, os valores se invertem. O que ainda se chama de “sociedade” é o meio, a vida de cada um, o fim. Ontologicamente a sociedade não usufrui mais de uma existência. É apenas um dado irreduzível, de quem quer somente que em nada se contrariem as exigências de liberdade e igualdade. Tomando a idéia de Platão, também em Rousseau, do paralelismo entre as percepções do homem particular e da sociedade, com Dumont, entendemos que, enquanto a concepção platoniana vê o homem particular como uma sociedade, a *nação* é concebida como um indivíduo coletivo, que tem suas vontades e suas relações como o indivíduo elementar – mas não está, como ele, submetido a regras sociais (DUMONT, 1997: 58).

---

Ou o advento do Estado ? Ou a fronteira se define por um tipo de desenvolvimento tecnológico , consoante o modelo de Leslie White ? (DUMONT, 1981:15-6).

Mais importante que isso, esse, por assim dizer, distanciamento da sociedade do grupo militar *vis-à-vis* a sociedade englobante estaria na orientação profissional voltada para o grupo, para o coletivo, tal como em nossa discussão no capítulo 1, e não para o individual, o que, no primeiro caso, “incluiria coisas como camaradagem,<sup>52</sup> inclinação para o coletivismo (não necessariamente em termos econômicos), preocupações com honra pessoal no âmbito da corporação e em comparação com outros grupos, no âmbito externo à corporação” (Idem, *ibidem*).

Quando experiências compósitas que tais sucedem, sustenta uma visão antropológica, se passaria de um círculo social para outro, “como o militar para um universo de camadas médias urbanas”, em cujo interior “encontrar-se-iam fortes descontinuidades em termos de *ethos* e visão de mundo (VELHO, 1981:41). O que aí ocorre seria uma migração de um mundo “mapeado” – onde há claras idéias do que é certo e errado e de como as coisas devem acontecer para um mundo insubmisso ao controle exaustivo. Essa migração coloca o migrante, indivíduo ou grupo, diante do fenômeno conseqüente do “desmapeamento”, caracterizando uma situação na qual coexistem mapas, ideais, identidades e normas contraditórios (CASTRO, 1990: 155). Desta dicotomia entre dois sistemas de referência adviria a necessidade de o militar ter, nos dias de hoje, de conviver, ao menos intelectualmente, com dois padrões, o militar e o da sociedade civil, pressupondo a necessidade de adaptações e desconfortos.

O “desmapeamento” (...), ao contrário do que a metáfora parece sugerir de modo mais imediato, não é a perda ou simples ausência de “mapas” para orientação, mas sim a existência de mapas diferentes e contraditórios inscritos em níveis diferentes e relativamente dissociados dentro do sujeito (VELHO, 1981:23 seg.).

Na pesquisa de Castro, os cadetes entrevistados intuíram algum tipo dessa ordem de dissonância e entreviram uma solução para a ameaça de desmapeamento:

---

<sup>52</sup> A *camaradagem*, para ficar num exemplo, é definida no meio militar como “qualidade de proceder, tratando com bondade, respeito e amizade os seus camaradas” e se manifesta nos atributos de uma *capacidade de direção e controle*, entendida como “a qualidade de conduzir homens (planejando, ordenando, assistindo e fiscalizando) pela persuasão ou exemplo, na conquista de um determinado objetivo e pela *eficiência sob esforços físicos intensos e prolongados* operacionalizada como “qualidade de conservar a eficiência no trabalho intelectual e no cumprimento de missões a despeito de participação em exercícios de grande duração e intensidade”. Inclui-se ainda como atributo da *camaradagem* o *devotamento*, revelado no “empenho e dedicação aos deveres funcionais, cumprindo-os da melhor forma sem levar em conta conveniências pessoais.” (Normas para a Avaliação de Desempenho) (NAD). Academia Militar das Agulhas Negras. Anexo E às Normas Gerais de Ação da Aman. S.d.:33-4.

Fatalmente eu vou fazer uma faculdade civil, porque eu não sou cara de fazer sempre a mesma coisa. Eu tenho vontade de conhecer [...] de fazer uma coisa diferente, de ampliar meus horizontes, eu acho que é importante [...] inclusive muitos aqui na AMAN acham que é errado, acham que o oficial da Academia não deve fazer uma faculdade [...] Eu inclusive quero fazer uma faculdade, porque isso, além de melhorar o nível profissional do cara, ter mais conhecimentos, daí ter outra experiência de vida também, outra visão aí fora. (Depoimento, cadete do 4º ano. Em CASTRO, 1990:157).

[Por que você quer fazer faculdade?] Bom a gente aqui tem aquela formação, né? Um pouquinho de cada coisa. Na verdade, você não sabe de praticamente nada. E a gente precisa de um elo de ligação com o mundo civil. (Depoimento de cadete do 2ºano. Em CASTRO, 1990: 157).

A partir do estatuto de igualdade, que, afinal, define as sociedades modernas complexas, a base ideal do indivíduo moderno mistura o ser moral e o biológico, dotando-o da propriedade de agente normativo das instituições. É no mínimo uma reviravolta em relação à situação de referência. As possibilidades de operação desse indivíduo mobilizam dois elementos que o compõem: o agente empírico e o ser de razão. E são duas as suas possibilidades: consoante definidas configurações de valor *tradicional*, em que cada ser particular contribui em seu lugar para a ordem geral e, mais que isso, constrói sua identidade a partir do todo, como é o caso do grupo militar; e a chamada configuração *moderna*, em que o ser particular é a medida de todas as coisas, fundindo o agente empírico e o ser de razão.

A compreensão do grupo social militar emerge de maneira mais nítida quando associamos que, nas sociedades tradicionais, essa concepção de identidade, utilizada como sinônimo de continuidade das experiências concretas, é de difícil percepção. No grupo militar, o agente empírico, com seu suporte natural, o corpo, é produto de identidades e estatutos definidos pela formação social imediata de que faz parte – é parte –, a instituição total que o ressocializou. É possível, portanto, afirmar que em determinados rituais de passagem,<sup>53</sup> literalmente, “muda-se

---

<sup>53</sup> A carreira de um oficial, e a de um graduado lhe corresponderá, atravessa uma seqüência de ritos de passagem que incluem o juramento à Bandeira (quando do ingresso como praça na instituição militar); o compromisso do primeiro posto (quando da promoção de aspirante a oficial, com que ele sai das academias militares, a 2º tenente); formaturas dos cursos de especialização que serão feitos como tenente e como capitão; formatura da Escola de Aperfeiçoamento (como capitão), de Comando e Estado-Maior (como major ou tenente-coronel, eventualmente coronel) e de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (como coronel antigo, ou seja, já tendo comandado, realizado curso ou exercido função militar no exterior.). A idéia de “mudar de pessoa”, paralelamente ao sentido que se contém na noção de rito de passagem, refere-se a ascensão a um novo posto ou a um novo nível de qualificação profissional,

de pessoa”, no sentido de que se assume uma nova identidade dotada de novos acessos ao poder, em novos espaços de atuação. Na sociedade de configuração moderna, é o oposto que se entremostra: por maior que seja o número de transformações por que se passe, o sentido de identidade sempre será dado pela somatória de sentidos proporcionados por nossa individualidade.<sup>54</sup> Um outro distanciamento que se interpõe entre o ambiente militar e a sociedade englobante situa-se em que uma titulação acadêmica, um doutoramento, promove a efetivação de um certo grau de autonomia intelectual ou, ao menos, condições de acesso a isso, ainda que nem sempre de caráter irrestrito; a conclusão do curso mais alto do sistema educacional militar, por seu turno, consagra a conquista de uma filiação definitiva e irrestrita.

A lógica interna do grupo militar exige uma inserção fundamental e irreduzível na dicotomia hierárquica englobante-englobado; a ninguém é dado eximir-se desta definição, que orienta a identidade que a alguém será concedida, o(s) papel(is) que, em consequência, lhe caberá exercer, as precedências e prerrogativas que lhe será mandatório cumprir e fazer cumprir. Em artigo famoso, Dumont trata a oposição mão direita – mão esquerda, não como uma simples polaridade, mas por referência à totalidade (que quase sempre é elidida). Entende que não existe direita e esquerda senão por referência ao corpo humano. As mãos são sempre vistas com relação a um todo que as define e organiza. Tal fato traz consigo a noção de que o valor relativo das mãos, determinado por sua relação com o todo de que fazem parte, é constitutivo de sua distinção. A parte do todo, isto é, o militar profissional individualmente considerado, será distinguido fundamentalmente pela relação com a totalidade institucional englobante, a organização militar. Não há espaços ou conveniências para afirmações de individualidades: só o

---

vale dizer, a funções de perfil mais alto no que tange a responsabilidades, prerrogativas, obrigações e principalmente, alcance de atuação, nível de informação disponível e presença nas tomadas de decisão.

<sup>54</sup> É a Durkheim que se deve a reflexão mais influente nos estudos sobre o individualismo, embora autores outros devam ser citados, como o Tocqueville de *A Democracia na América* e o Simmel de *Philosophie des Geldes* ( em português: “O dinheiro na cultura moderna”, em Souza e Öelze, org :2005:23) , em que o autor credita (ou debita) à economia monetária uma influência que desfaz as conexões típicas da economia natural, particularmente entre personalidades e relações objetivas (Ibid:24), e constrói o mundo do individualismo. Durkheim, a matriz maior, aponta a importância da autonomia concedida ao *ego*, isto é, ao indivíduo, na “escolha” de seus atos e crenças. Em *O Suicídio*, por exemplo, para definir sua postura, essa autonomia varia conforme o meio social e cultural em que ele está imerso e pode também variar em função da conjuntura. Algumas culturas impõem aos indivíduos normas, regras e valores transcendentais. Nelas o egoísmo terá mais dificuldade de vicejar - “egoísmo” é a categoria que Durkheim utiliza para o que a maioria dos autores chama de “individualismo”, embora o termo durkheimiano não traga consigo conotação alguma de valor moral e, além disso, seja empregado com valor neutro, às vezes, e com sentido derogatório outras vezes. O individualismo, contudo, tem abrigado diversas conceituações. Para Tocqueville tem a ver com o desenvolvimento do espaço privado. Em Durkheim, vincula-se à idéia do indivíduo em matéria normativa e ética. Simmel, e logo depois Parsons, refere-se ao desenvolvimento de relações universalistas e “afetivamente neutras”. Marx, inspirado em Darwin, alude ao isolamento dos indivíduos decorrentes de sua competição no mercado.

chefe tem voz e opinião de eficácia, ainda que, eventualmente, não seja especialista da questão que se discute.

A justificação desse tipo de interrelação está em que o chefe é que será o responsável pela postura assumida pela organização. Vozes e pensamentos individuais outros são por definição uma conveniência menor, que ganha existência como procuradora da chefia, isto é, com sua autorização e nos limites por ela definidos. Tal estatuto de relações é até compreensível em assuntos vinculados à existência da instituição, seus valores e princípios definidores. Em questões técnicas – e é esse um ponto que aqui, antes, resvalamos –, o monopólio da palavra decisória não se modifica. Não se está admitindo aqui, ingenuamente, que o ambiente militar devesse pôr em prática um modelo de debate regido, digamos, por princípios deliberativos de ação comunicativa, mas que essa ação comunicativa fosse *do conhecimento* dos militares envolvidos em níveis maiores de pertinência com a questão a ser decidida. Se não por outros motivos, para que o grupo conhecesse a existência de procedimentos e conteúdos de um processo diferente de busca do entendimento mútuo. E que não se tentasse aplicar e operar no mundo da vida com orientações unilaterais, exclusivas, que somente com dificuldade crescente e dispendiosa para a instituição funcionariam.<sup>55</sup>

---

<sup>55</sup> Parece bastante que essa tomada de conhecimento dos profissionais militares que trabalham no nível estratégico incluisse - para fim exclusivo dos debates e tratamento as grandes questões de Defesa – procedimentos de operação do entendimento mútuo mediante o acionamento de ações e processos: (1) no plano da cultura, de “transmissão, crítica e aquisição de conhecimento de origem cultural”; (2) no plano da integração social, “de coordenação de ações” (que não se enquadrassem em questões de hierarquia e disciplina, para que não houvesse ameaça de fratura da coluna dorsal da organização), ‘através de asserções e busca de consensos cuja validade seria extraída de um reconhecimento intersubjetivo’; (3) no plano da socialização, “por processos de formação de identidade”. (Ver Habermas. 1981, vol 2. 141) Os três planos - cultura, sociedade e pessoa – já são formalmente atendidos pelos processos tradicionalmente em curso. Faltaria, talvez, nas escolas mais altas, e em caráter operativo, um “Conselho de Ensino”, de composição mista, integrada por civis e militares especialistas nas diversas questões – não apenas para ministrar palestras e conferências mas para, em volta de uma mesa, trabalharem as questões maiores, orientarem a pesquisa e publicações em determinadas áreas, funcionando como partes integrantes da organização e não como visitas bem-vindas, corpos estranhos de presenças adventícias e bissextas, oportunidades em que são recebidos, na linguagem oficial, *com fidalguia*, mas que se afastam tão logo se conclui o trabalho-em-conjunto efêmero que os convocou. Um outro insumo, particularmente para as escolas que operam com estratégia - a Esg é o emblema e a matriz de questões e proposições - ,seria a coordenação dos departamentos de ensino e pesquisa ser exercido por doutores seniores no campo do conhecimento de maior necessidade e frequência na investigação acadêmica, ensino, pesquisa, extensão. Tais especialistas não estariam acima hierarquicamente do comandante e subcomandante mas, ao nível de departamento, poderiam orientar uma sintonização da Esg com um processo de reeducação dos novos oficiais, como apontou Octávio Costa, citado no capítulo inicial (1.5). Como se mostra evidente, o próprio Ministério da Defesa teria de incorporar a si esta participação civil em condições similares, sob forma de membros de um quadro específico e permanente de docentes, abrindo-se para um novo sistema de educação militar, reconhecido pelo MEC e com acesso aos mesmos insumos de ensino e pesquisa do nível de pós-graduação. É muito difícil compreender que o Brasil tenha, em campos de saber correlatos, diversos sistemas e parâmetros de construção do conhecimento e de avaliação que se encapsulam e não se falam, para dizer o menos.

Em qualquer sociedade ou cultura é possível distinguir áreas ou domínios com um certo grau de especificidade. A questão, então, que se levanta é a de como fixar limites entre as diferentes experiências e tradições de grupos determinados (VELHO,1981:18). Essa distinção em termos físicos e espaciais nem sempre se mostra exequível e pode levar a equívocos comprometedores nos resultados do trabalho. Outros aspectos conseguem constituir-se como fronteiras mais confiáveis, aí se incluindo dimensões, traços, a religião, a identidade étnica, a ideologia política etc. Para o pesquisador, é fundamental perceber quais as distinções que se mostram importantes para o componente do grupo sendo estudado, que se podem revelar surpreendentemente diferentes de sua cultura de origem. É absolutamente indeclinável levar em conta como os integrantes do universo investigado se auto-percebem e através de que categorias.<sup>56</sup> Não é outra a orientação teórico-metodológica de alguns dos trabalhos importantes realizados junto ao grupo militar.<sup>57</sup>

Essa constatação da existência de grupos de identidade cultural diversa da de sua sociedade englobante revela uma grande complexidade. O grupo militar não foge a essa experiência de assimetria. No exame de determinada sociedade complexa, onde se mostrarão a unidade e a descontinuidade, a sociação militar – já que é o nosso objeto – se tipifica em sintonia fina nas relações que estabelece ante questões fundamentais, como democracia, legitimidade, participação e representação, militarismo, continuidade e mudança, relação Estado-sociedade. A existência de culturas diferentes faz mais nítidas as relações citadas, como elementos elicitadores das posições e definições do grupo em estudo. Pode-se até apontar que sociedades complexas vivem permanentemente a contradição entre as particularizações de experiências restritas a certos segmentos, categorias, grupos e até indivíduos e a universalização de outras experiências, que se expressam culturalmente através de conjuntos de símbolos homogeneizadores, paradigmas, temas etc. Aí se contém o problema fundamental da existência coletiva, a que se refere como cultura.<sup>58</sup>

---

<sup>56</sup> No caso específico de nossa pesquisa essa auto-percepção estará sendo discutida na análise de discurso que realizaremos, no capítulo 6, dentro de uma situação contemporânea de envolvimento político.

<sup>57</sup> Estamos nos referindo, particularmente, ao trabalho de Castro, na Academia Militar, (1990) e de Leirner na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (1997).

<sup>58</sup> Para caracterizar nossa referência ao conceito tão complicado como o de cultura, selecionamos de Kluckhohn, de suas vinte e sete páginas sobre o conceito, algumas definições que interessam ao presente trabalho. Referimo-nos a cultura como (i) “o legado social que o indivíduo adquire de seu grupo”; (ii) “uma forma de pensar, sentir e acreditar”; (iii) “um celeiro de aprendizagem comum”; (iv) “um conjunto de orientações padronizadas para os problemas recorrentes”; (v) “um mecanismo para a regulamentação normativa do comportamento”. Citamos as conceituações de *cultura* que mais diretamente se conjugam ao que vimos discutindo, mas, acrescentamos, atuando ela como um mapa, como uma peneira, como uma matriz. Clyde Kluckhohn “é uma das melhores introduções gerais à antropologia”, que consegue substituir o famoso “o todo mais complexo” de Tylor. Um passo adiante desses

Afinal, o que pode ser comunicado e como podem as experiências ser partilhadas? Como pode a realidade ser negociada e quais os limites para a manipulação de símbolos? Que grau de impermeabilidade possuem as mensagens e os símbolos? O que significa o desvio, o comportamento desviante, entendido como manipulação ou rejeição de normas e regras dominantes? Qual a eficácia potencial da universalização de códigos particulares? (VELHO,1981:19).

Tais considerações dizem respeito ao fulcro mesmo de nossa investigação e remetem ao problema de levar em conta como os indivíduos participam ou não do exercício e usufruto de códigos mais restritos ou mais universalizantes, e que conseqüências daí advirão. Esta é uma sondagem que tem não só pertinência mas também aprofundamentos quando projetada no complexo de interrelações que constitui a organização militar. Na visão de Bernstein, a diferença entre os dois tipos de utilização aí existentes<sup>59</sup> se deverá às relações específicas entre o modo de *expressão cognitiva* e *experiências diferenciadas*, em função do estrato social específico a que pertençam os indivíduos. Bernstein trabalha com diferenças que considera detectadas entre a classe trabalhadora e a classe média, “em termos de contextos socializantes, mostrando que a expressão cognitiva vai ser distinta, em função do predomínio nas famílias de uma *linguagem pública* no primeiro caso e de uma *linguagem formal* no segundo caso”<sup>60</sup>.

---

comentários, e como desdobramento deles, não fica sem a referência central a compreensão de Geertz, para quem o conceito de cultura vincula-se a um caráter essencialmente semiótico, no qual, como Max Weber, acredita que o homem é um animal amarrado às teias de significados que ele mesmo teceu. Em Geertz, a cultura são essas teias e a sua análise, “não como uma ciência experimental a procura de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significado.” (GEERTZ. 1989: 14-5)

<sup>59</sup> Basil Bernstein se refere em sua pesquisa à Inglaterra, capitalista. Citado por Velho (1981: 19-20).

<sup>60</sup> Por *linguagem pública*, Bernstein constata que a ordem da comunicação, a modalidade de expressão da língua, modifica a percepção. Distingue entre expressões não-verbais de significado (gestos, expressão facial, movimento do corpo, volume e tom de voz do falante), por ele denominadas de expressão “imediate” ou “direta” e expressões verbais de significado, a que denomina de expressão mediata ou indireta. O importante, aponta, é a ênfase colocada numa ou noutra modalidade de expressão e a natureza da forma de comunicação verbal. A categoria de *linguagem pública* diz, então, respeito a um determinado código utilizado, em que as palavras de que se lança mão contêm grande proporção de comandos sucintos, afirmações simples e questões onde o simbolismo é descritível, tangível, concreto, visual e de baixo grau de generalização, em que a ênfase se deposita mais nas implicações emotivas do que nas implicações lógicas. De outra parte, usada pela classe média, a categoria de *linguagem formal* envolve conjuntos de operações lógicas avançadas, e o volume, o tom e outros meios não-verbais de expressão, ainda que importantes, permanecem num segundo plano. É importante aqui não perder de vista que, na vida de uma criança de classe média, o importante será não o número de palavras que conseguirá inscrever em seu repertório léxico pessoal, mas o fato de se tornar sensível a uma forma particular de expressão indireta ou mediata, em cujo teor o arranjo sutil de palavras e as conexões entre sentenças expressem sentimentos. A importância deste tipo de linguagem na socialização primária junto à mãe, cria entre a criança e o meio que a envolve uma tensão, de onde surge a necessidade de verbalizar suas relações de forma pessoal e individual. Deste modo, desde cedo a criança se torna sensível a uma forma de uso da linguagem que é relativamente complexa, e que, de sua parte, age como uma

Cada um dos idiomas distintos de que um texto se compõe é um contexto por direito próprio: uma maneira de falar que procura prescrever que coisas podem ser ditas através dela, o que pretende o ato de fala efetuado dentro de suas prescrições e [que] pode perdurar mais do que ele (POCOCK, 2003: 36).

O “aprendizado desse idioma [...] pode ser considerado um processo de incorporação de suas características, recursos e limitações como modo de enunciação que facilita a efetuação de alguns tipos de atos de fala e inibe a de outros”. Mas, diz ainda Pocock, a linguagem é referencial e alude a vários objetos. Ela alude a elementos de uma *experiência da qual provém* e com os quais torna possível lidar. De uma linguagem corrente no discurso público, referente a uma sociedade ou grupo social, institucional e político, pode-se esperar que se aluda a instituições, autoridades, valores simbólicos e acontecimentos registrados; que se apresente como parte da política dessa sociedade e dela derive muito de seu próprio caráter (POCOCK, 2003: Ibid). Na verdade estamos diante da constatação, também pocockiana, de que o contexto lingüístico reafirma a si próprio e interage com crescente complexidade com o contexto da experiência do grupo social. Os referenciais se mostram visíveis:

E o Dale Coutinho e o Guedes já haviam conversado comigo a respeito da sucessão do Castelo, estando ambos na linha que deveria ser o Costa e Silva. Eu declarei: “Estou de acordo. A minha unidade está às ordens. Nós somos unanimidade a favor do Costa e Silva.” (Gen. FIÚZA DE CASTRO, Depoimento,1994:36)

É o que se pode extrair da referência, em que o contexto lingüístico - com a força de sua impresentida espontaneidade ante uma situação politicamente dramática - reafirma a postura quase informal de interlocutores, que se auto-atribuíam a responsabilidade de decidir quem seria o presidente da República de mais de 70 milhões de brasileiros.

Como se terá observado, no desenvolvimento dos pontos centrais referentes à socialização, acabamos conduzidos na direção de um início de comprometimento com a necessidade de articular o social – no sentido amplo de que subsume ou é subsumido pelo político – com o lingüístico, o contexto com a elocução e as condições sócio-históricas de

---

estrutura dinâmica sobre sua percepção dos objetos (BERNSTEIN, 1971: 28-29). É este substrato que a socialização secundária das instituições totais vai ter de enfrentar e subjugar.

produção da enunciação. Cumpre-nos, agora, manifestar um repúdio à compreensão ociosa de que existam, de um lado, o que se poderia chamar de “questões estruturais” e, de outro, “questões de sentido”, como coisas independentes, estranhas entre si.<sup>61</sup> Com todos os riscos de um truísmo, atente-se que, da perspectiva de uma semântica pragmática, sem negar as estruturas, pode-se pensar em trabalhar com a reflexividade das pessoas, porque os atores constroem e o fazem através de práticas da linguagem, já que as práticas sociais são por estas urdidas.

Eu diria que ele (Ernesto Geisel) teria de recomençar em 1974 um processo de reeducação das Forças Armadas. Todo esforço que se fez para implantar a guerra revolucionária na mente dos militares teria de ser repetido, com mais intensidade, *no sentido oposto*. (...) Em seu lugar [do general Dale Coutinho], eu teria escolhido um ministro capaz de entender essa estratégia e de colocar em cada escola de formação, na ECEME (Escola de Comando e Estado Maior do Exército), na EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais) e na AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras), homens que estivessem de acordo com essa idéia de reeducar o Exército e prepará-lo para um novo tempo: aceitar a anistia, a abertura, a reconstitucionalização. (COSTA, “Depoimento”, 1995, grifo meu)

#### 4.5. RESSOCIALIZAÇÃO E SEUS PRODUTOS

Dos processos de socialização havidos na sociedade, o capítulo buscou, até aqui, configurar aqueles que mais fielmente tipificam a instituição militar, particularmente a partir das instâncias de socialização secundária, sem descartar aspectos por vezes preponderantes da *alternação*. O agenciamento institucional dessa socialização, extensiva e intensiva é vetor poderoso a definir posições com relação às pautas do homem e do mundo. A consciência institucional com respeito à democracia é um exemplo, para o qual a socialização formal e informal da força armada é fundamental. Nessa admissão, não fica de fora a instrumentação da *alternação*, que pressupõe uma conversão de crenças trazidas para a instituição total.

---

<sup>61</sup> No correr da presente pesquisa, acabou sendo necessária uma referência à discussão sobre as chamadas ciências sociais, na medida em que diversas delas, suas categorias e posturas teóricas mais definidoras se vão como que intrometendo no desfiar do trabalho. São todas muito bem-vindas, contudo. Simmel e Elias incorporam noções como as de *formas de sociação*, *habitus*, *configuração e interdependência* e rediscutem, entre outras, as noções de *proximidade/distância* entre indivíduos e de sistema. Essa reflexão em alguns teóricos vai das estruturas sociais às interações (Bourdieu, Thompson e Giddens); em outros, da interação às estruturas sociais (Berger, Luckmann, interacionistas simbólicos e etnometodólogos, por exemplo). O quadro com que defrontamos ante tal diversificação de matrizes explanatórias é o de um comprometimento das sociologias com um “construtivismo social” e o que até aqui desenvolvemos, a nossos próprios olhos, se pretende ilustrativo disso.

No momento de finalizar esse capítulo da pesquisa, vamos experimentar um caminho diverso: ao invés de tão-só reconhecer e ilustrar o papel da socialização, especificar mecanismos e exemplificar alguns produtos inculcados em matéria de consciência de mundo do grupo militar, pretendemos, isso sim, a partir de um conceito fundamental ligado à democracia – no caso, o conceito de *ordem* - examinar em que medida suas concepções (capítulo 2), *quais concepções*, serão deferidas e professadas na *Bildung* militar, consoante o perfil militar até aqui esboçado.

Do conceito, por exemplo, de *ordem*, ordem política e social, há concepções clássicas diretamente associadas e explicativas do fenômeno. Há alguns supostos e valores constitutivos das construções teóricas abaixo que se acham incorporados ao mapa cognitivo dos militares ou mesmo ao seu senso comum, daí advindo um repertório de percepções e de crenças, de valores e convicções, que deferem e estão na raiz das iniciativas da organização armada. O espaço conceitual de *ordem* inclui concepções como (i) a de que, de uma postura utilitarista, sustenta a existência de um homem racional e prioritariamente interessado em si mesmo. Nessa colocação embutem-se as construções do chamado individualismo possessivo, de Hobbes e de Locke (MACPHERSON,1962:275); (ii) O utilitarismo, a que Merchior referiu como “o individualismo vestido com uma máscara calculista (1991:34), sustenta que a ordem social é criada por egoístas racionais, que são racionais o bastante para saber que seu auto-interesse é realizado por adesão a regras comuns – o que está longe de significar uma adesão à idéia central do Leviathan hobbesiano. Entendem que a ordem pode emergir espontaneamente de tensões humanas divergentes e conflitantes e que os interesses humanos se acham em estado de acordo mútuo.

Neste quadro de percepção, o equilíbrio social é obtido por escolhas concorrentes de indivíduos calculistas, que se lançam por si, e cuja segurança independe da confiança mútua, porque as ações das pessoas são induzidas somente por seus próprios interesses, distribuindo em troca felicidade para todo mundo (MISZTAL,1996:33). Valores, normas, dignidade ou autonomia dos seres humanos são desconsiderados, porque “o utilitarismo fala com a voz da utilidade, não com a dos direitos ou da virtude cívica (MERCHIOR, 1991: 34), e o único dever dos cidadãos é não interferir com os direitos um do outro.

Diante do que já havíamos anteriormente discutido, não surpreende que esta seja uma construção de *ordem* que se extrema dos valores proclamados e praticados pelos militares. Não há coerência numa suposta acolhida a uma ordem cuja racionalidade arranhe conceitos, ritos e mitos, tradições e símbolos que se fazem presentes no espírito dos patronos militares, nos

significados institucionais de formaturas, paradas e cerimônias, nas significações manifestas e latentes de ordens do dia, no discurso institucional, no teor dos regulamentos e manuais. Todos estes instrumentos de memória e tradição constituem representações da realidade que exaltam e são subsumidas pelo coletivo, pela integridade, pela totalidade. E que se afeioam a um discurso moralizante que concede legitimidade às convicções implantadas. Mais que isso, toda a superestrutura da instituição se alimenta de valores e clamores que enfatizam o espírito de equipe, o sujeito coletivo, a coesão, o trabalho impessoal.

A repulsa à individualidade se mostra também em os retratos de uma só pessoa só serem exibidos depois da morte, a título de evocação ou exaltação do exemplo edificante ou do comandante quando deixa a função, como seu último ato. Ainda em vida, os exemplos únicos são os do comandante em chefe das forças armadas e do comandante da força armada em questão, no exclusivo período de exercício da função, afixados ambos em parede no gabinete do comandante. Turmas de alunos e estagiários das escolas se reúnem, no mínimo, anualmente, para celebrar a existência de um coletivo, de cujo espírito se extrai e constitui a instituição como um todo, que existe em cada uma daquelas celebrações e em cada um daqueles celebrantes. Muitos dos movimentos militares em processo de gestação tiveram sua eclosão condicionada à eliminação do risco de cisão dentro da força armada, vale dizer, da ruptura da ordem.. Os recalcitrantes, de opinião diversa da institucional, na esmagadora maioria dos casos, foram afastados mais por “contribuírem para a cizânia no seio das forças armadas” que por apostasias tão irredimíveis, que uma ressocialização bem feita não recuperasse.

A perspectiva de mundo disponível ao militar, ao militar brasileiro de hoje, não consegue conciliar-se com a noção de a sociedade ser mera soma de indivíduos e em os fenômenos sociais serem resultado da somatória de fenômenos individuais, vale dizer, sem qualquer identidade dinâmica ou autonomia coletiva própria. Fica faltando, na visão militar, a noção maior de totalidade independente de importâncias individuais. O que prevalece no meio militar será o seu oposto: a individualidade é repassada pela totalidade e meramente a ressoa. O que realmente importa é a integralidade que responde do alto de sua onisciência e onipotência por subsumidas individualidades assim constituídas.

Nesse sentido, uma construção, como a de Spencer, p.e., numa chave de depreciação da moralidade, se constitui aos olhos e ante a emoção militar como antidiscurso, logo de impossível absorção. E o será sempre ante a lógica e as a emoções de qualquer discurso de

extração conservadora, em seu vezo de mostrar sempre uma fisionomia fronteriza à pudicícia. A moralidade é, historicamente, o *leit-motiv* de qualquer iniciativa política de manutenção do *status quo*

O que é política, senhores? Uma parte da moral; o que é moral? É a doutrina resultante dos dogmas, e tanto mais se conformam estes com a verdade quanto a moral é mais perfeita.[...]; para a política como para essa administração é preciso honestidade e justiça, e como aquilatá-las sem ser por meio do poder competente, guarda e fiscal dos dogmas, e mantenedor da moral? (MENDES apud Maciel de Barros. 1959:46-7)<sup>62</sup>

Embora a episteme evolucionista esteja longe de ser desprezada na *Bildung* do grupo militar – até porque serve competentemente de discurso explicativo, pela via da naturalização de muitas questões do mundo em torno das relações entre os humanos – o que a ela se agrega, em Spencer, é uma visão radiosa de futuro, que não será também, hoje, agasalhada pela *Bildung* militar. E não o será toda vez que o Estado, ainda que voltado para questões e iniquidades sociais, se descurar de sua aplicação a objetivos de *modernização*, de atualização, de desenvolvimento, entendidos como imbricados numa noção geral e difusa de progresso, cujos pilares se assentam no terreno de realizações concretas.

Talvez até pelas aproximações semânticas trazidas pelo caráter cognato das noções de autoridade e autoritário, os dois conceitos não se antagonizam necessariamente no discurso militar. Pragmaticamente, não estão em jogo questões da legitimidade do poder em exercício, em chave weberiana ou não, vale dizer, não entra em questão o consentimento da sociedade sobre quem exercerá essa autoridade – princípios, enfim, tradicionais e correntes do discurso liberal. A questão conceitual – e também pragmática – esbarra na convicção de que, a exemplo da organização castrense, e como consideração mais fundamental de todas, há necessidade de haver o detentor do mando, do comando, e um só, que traz para o exercício de sua autoridade a sua "personalidade". Junto a estes traços de natureza psicológica, a que não se recusam idiosincrasias, também se afagam crenças cujos alicerces, trazidos pela via da socialização secundária, sustentam o que a experiência, o bom-senso e a tradição transformam em convicção.

No âmbito militar, a socialização secundária se traduz por uma formação conservadora – um conservadorismo realista ou um conservadorismo realizador – que independe das crenças de

---

<sup>62</sup> Discurso ante o Senado, de 24 de maio de 1873, do senador Cândido Mendes, um dos líderes ultramontanos daquela Casa do Congresso.

origem, que são eficazmente convertidas. Admitir isso impõe de imediato uma reflexão sobre *ser conservador* e as repercussões disso para as relações com o mundo – no dizer de Geertz, em nossa rede de significados (1989). Para ficar num autor comprometido com esse tipo de reflexão, há em Manheim, uma noção de *intenção básica*, que expressa a idéia de que “diferentes modos de abordagem do mundo se acham, em última análise, no fundo de diferentes maneiras de pensar (MANHEIM, 1971:136). O que pode ser lido na ordem oposta.

A mentalidade conservadora, como tal, não possui predisposição alguma a *teorizar*. [E] não detém nenhuma *utopia*. [...] Faltam-lhe todos os reflexos e esclarecimentos do processo histórico que advenham de um impulso progressista. O tipo conservador de conhecimento consiste originalmente no gênero de conhecimento que fornece *um controle prático*. Compõe-se das orientações habituais e freqüentemente também reflexivas, face aos *fatores imanes* da situação. [...] o pensamento se inclina a *aceitar o ambiente total* na concretude acidental com que se dá, como se fosse a *ordem adequada do mundo*, a ser aceita de antemão e sem apresentar nenhum problema (MANHEIM.1976:253, grifos nossos).

Teorizar pressupõe admitir variáveis cuja participação no fenômeno escapa ao controle do operador; é aceitar a existência de relações e dependências entre fenômenos que por vezes, nesta vinculação, infringem crenças admitidas pela via da ressocialização. É levantar hipóteses operativas, algumas das quais terão de admitir resultados conclusivos na contra-mão de supostos e princípios institucionais. A variável interveniente é vista de soslaio em suas infiltrações autônomas, como uma intromissão não concedida, ao arripio de regramentos com que tudo deve funcionar, e o fenômeno em estudo está aí incluído.

O “controle prático” se associa a dois traços já mencionados: a inclinação para aprender “na prática” e a concepção de ciência de natureza “objetiva”, i. e., de obtenção de resultados. Lógica semelhante fez com que as escolas de nível estratégico, sem maior consciência disso, se tornassem behavioristas, destinando-se a “ensinar o desempenho de funções” e a abrir mão de se constituir em uma escola de pensamento, vale dizer, de desenvolver-se à luz da reflexão que se pretenda plural e crítica. O reconhecimento num fenômeno estudado de um caráter contingente é verdadeiramente inconcebível: lugar e oportunidade, imagina-se, de a incompetência prevalecer. Daí a prevalência concedida a “fatores julgados imanes”. Esse crédito outorgado à imanência tem correlações estreitas com uma percepção essencialista, com um substancialismo que insiste em ignorar uma dimensão externa, real ou fictícia; que tem a ver com a natureza tratada como

fonte maior, se não exclusiva, de legitimações explanatórias e de legitimação dos significados do mundo, de prevalência de sua concretude material. Refere-se à dimensão empírica, material da realidade que, em conseqüência, se faz, perdurável, permanente.

Finalmente, aceitar o mundo limitado aos seus aspectos de concretude nasce de uma ojeriza à antevisão de mudança, do indesejado reconhecimento de descontinuidades ou de qualquer explicação que rompa certezas lineares e organismos uniformes. Mudanças falam de crises e estas são ameaças à ordem estabelecida.

Uma outra concepção clássica de ordem que merece a nossa atenção deriva de um suposto de que sociedades diferentes produzem “vontades” sociais diferentes e que a vontade social é experimentada pelo indivíduo como a força de um comando moral (MISZTAL, 1996:38). É exatamente daí que Tönnies deriva sua influente tipologia de relações da sociedade, capturando a grande transição entre o “pré-moderno” e o “moderno” através de uma conhecida tipologia: *Gemeinschaft*, comumente traduzido como comunidade, e *Gesellschaft*, como sociedade. O que mais de perto nos concerne aqui é tentar pôr em algum relevo o perfil comunitário do grupo militar.

A *Gemeinschaft* é associada a uma extensão do modelo de grupo familiar, abarcando traços predominantes de uma dependência mútua e cerrada, envolvendo sentimentos que se partilham com base em instintos e emoções naturais baseadas em atividades e experiência que se reforçam (FRANCIS, 1987:39). Aí começam as homologias com a sociação militar. Embora essas relações naturais não desconheçam eventuais elementos de tensão, são elas processadas, como regra, através de modos partilhados e legitimados de lidar e equilibrar as relações da autoridade com o consenso. No que respeita ao grupo militar, processos idênticos de conciliação e negociação buscam neutralizar as possíveis crises latentes de relações pessoais – não profissionais. É o processo de socialização secundária que dá ênfase a aspectos de relações pessoais, camaradagem e um comum espírito de corpo.

Já se disse aqui que o resultado da avaliação de desempenhos e valores afetivos é fundamental para o êxito da carreira. Qualquer aspecto considerado desabonador é sancionado pelos pares tanto quanto pelo processamento institucional. Já nos referimos à existência de códigos de conduta estatuídos em regulamentos, manuais, diretrizes de comando, normas gerais de ação. No evento de um vazio normativo, será a palavra do comandante quem decidirá como

razão derradeira, o que pode levar a punições disciplinares ou processos de justiça regulares, como conselhos de disciplina, conselhos de justiça, sindicâncias e inquéritos.

Mais que o fato de conviverem como colegas, como vizinhos, como condôminos, em uma mesma vila militar, ou seja, no mesmo tipo e tamanho de moradia, função do posto ou graduação, de serem vizinhos do chefe e/ou do subordinado; de participarem conjuntamente de atividades, de irem à missa ou ao templo protestante ou ao centro espírita juntos; de se reunirem em domingos e feriados; de partilharem do mesmo churrasco ou dos mesmos problemas estruturais (tipo falta de luz e telefone, a marca de computador que foi comprada por equívoco, o plano de seguro de saúde *recomendável*) – esses não serão os fatores mais significativos na constituição da comunidade militar. Há que apontar em favor da inserção do grupo na categoria de *Gemeinschaft*, que as relações de convívio são como de hábito muito amistosas, mutuamente reafirmadoras em cada atividade profissional de que se participa. Dir-se-ia até que, quanto mais desafiadora for a co-participação em tarefas e missões profissionais complicadas, tanto maior será a aproximação entre seus participantes e o reconhecimento do valor profissional do colega. A frase anterior pode até beirar a obviedade e a pieguice. Contudo, o fato é que as grandes amizades, amizades de vida toda, nascem desse convívio do dia-a-dia e das dificuldades de missões que comprovam os atributos e qualificações que os regulamentos exigem, o comandante julga e a convivência viabiliza.

É bem elevado o número dos que convidam colegas de profissão, e não parentes e não irmãos seus, para afilhados de filhos e padrinhos de casamento. E me refiro a convite a colegas, não ao comandante, o que poderia ser entendido como iniciativa de inspiração laudatória. Não é raro se verem olhos esperançosos de irmão ante a perspectiva de terem no colega de profissão também um cunhado em processo. Os antropólogos falam de *endogamia*. Não sei de um tal tipo de relacionamento “comunitário” em outras profissões. Talvez nas plataformas da Petrobrás, em representações diplomáticas no exterior, brasileiros em missões religiosas nas regiões mais distantes da Amazônia. Merece igual referência que, nos momentos esvaziados de alegria, mortes, doenças, separações conjugais, admitamos, perda de parentes, particularmente filhos menores, essa solidariedade não é diferente. Diria até que as mulheres de oficiais são contagiadas por este espírito, que tem caráter seletivo, não é universal, na conquista de amigas. Na relação entre as mulheres, como regra, não há distanciamentos devidos ao posto hierárquico, exceção feita ao comandante que merece, ele e a mulher, um tratamento naturalmente bem mais

deferencial. Não por acaso, é elevado o seu nível de confiança com amigos militares por ele selecionados, e não com os meramente colegas.

Assuntos de natureza particular são partilhados, opiniões e pareceres solicitados, avaliações de decisões pessoais anteriores são reexaminadas. Tais afirmações, contudo, não pretendem ser uma vulgata do *De Amititia*. O que se pretende aqui é mostrar que, num grupo que profissionalmente tem tido participações políticas protagônicas de amplitude nacional, pré-existem e subsistem relações internas de *Gemeinschaft*, no âmbito de uma sociedade com traços de contemporaneidade. Tudo isso ressoa a reflexão de Barros (1978: 66), que endossamos, de distanciamento da sociedade maior.

Reconhecendo o contraste entre sociedade tradicional e moderna, o pensamento durkheimiano, contudo, daquela se afasta, quando sustenta que a sociedade moderna preservou um caráter de “unidade moral”. O novo tipo de cooperação social, da solidariedade mecânica para a solidariedade orgânica, gerou todo um sistema de direitos e deveres que aproximaria os homens de uma maneira duradoura, um processo advindo da divisão do trabalho ao produzir solidariedade (DURKHEIM, 1964:406). O padrão novo de cooperação social – de ordem, admita-se – resulta de uma nova ordem moral, a qual, por seu turno, integrou a sociedade. Trata-se de uma questão de moralidade ou, dito de outra forma, de coordenação da atividade individual no âmbito de um sistema social baseado em compromissos pessoais para com padrões e regras coletivas. E essa é uma questão diretamente concernida com instituições totais.

Os homens não conseguem viver em conjunto sem se admitirem – conseqüentemente fazendo sacrifícios mútuos - e sem se relacionarem uns aos outros por meio de vínculos fortes e duráveis (DURKHEIM, 1964: 228).

Não há como deixar de reconhecer tangenciamentos deste sistema durkheimiano de moralidade com processos e produtos da socialização militar, em algumas de suas mais nobres e atentas percepções:

Eu acho que aqui se devia respeitar mais a opinião pessoal de cada um. Às vezes você pensa diferente, mas por uma questão de segurança tu não vai ficar: “não concordo com isso, não concordo com aquilo”. Então você entra na massa. [...] acho que o cara tem que procurar se desenvolver, acho que se você estiver

sempre no mesmo ambiente, você não vai desenvolver nada. As idéias são sempre as mesmas, entendeu ?  
(Depoimento de cadete de 3º ano, CASTRO, 1990:157)

Mais até: a ordem social é considerada sem perder de vista a referência da sociedade, em cujo âmbito Durkheim dá ênfase à natureza dualista da adesão a ela pelo indivíduo, envolvendo tanto obrigações quanto um comprometimento positivo com relação a ideais. Chega a surpreender um certo sintoma da consciência de estratificação da sociedade, ainda que no microcosmo:

A [classe] média alta dos civis de Resende pra ser mais claro pra você, eles se afastam um pouco da gente. A gente tem pouco contato com eles, basicamente a gente não conhece o pessoal. O que fica do lado da gente é essa mulher que vive em barzinho, ou são essas meninas pra você bater um papo e sair, tchau e pronto.(...). Aqui [Resende] tem esse lado, a sociedade se afasta um pouco de você. Você tenta procurar outras saídas. Aí não tem. É difícil (Depoimento de cadete do 4º ano, Em CASTRO,1990:152).

Trata-se, enfim, do contraponto à teoria utilitarista, na medida em que a exigência maior que a sociedade faz ao homem é o altruísmo, o desapego a bens particularmente materiais. Nas expressões do próprio Durkheim, “se o homem deve se fazer um ser moral, deve se dedicar a alguma coisa diferente dele mesmo; e sentir-se como [pertencendo a uma] unidade no seio da sociedade”(DURKHEIM, 1973:79). “Toda sociedade”, dirá, “é uma *sociedade moral* e um *estado de ordem* ... em meio a homens [que] não podem seguir causas quaisquer, inteiramente materiais, a partir de algum mecanismo cego...Trata-se de uma tarefa moral” (DURKHEIM, 1957:12, grifo meu). No contraponto dessa postura normativa, Durkheim aponta que um agregado social composto de indivíduos calculistas e centrados em si mesmos não constituiria de modo algum uma sociedade, já que a capacidade de aquisição e o auto-interesse racional destruiriam a solidariedade social. Eis uma sentença que seria deferida e subscrita pelo grupo militar. Ou, devidamente modalizada, aquela que afirma que “o que é fundamental não é o estado de nossa economia, mas o estado de nossa moralidade” (DURKHEIM, 1957: 12).

## 5. O DISCURSO E O TEXTO: Vozes sem Nome

O desejo diz: “Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso, não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem, uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como um destroço feliz”. E a instituição responde: “Você não tem por que temer começar, estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis...” (FOUCAULT, 1998:7).

Visto de uma perspectiva da tradição que nasceu na Inglaterra e se enraizou firmemente nos Estados Unidos, o que foi denominado de *discourse analysis* incorporou nesse primeiro momento elementos da psicologia, da sociologia (evidentemente de extração norte-americana) e da etnologia e se vinculou mais estreitamente ao empirismo e à psicologia do consciente (PINTO, 2002: 21). Empirismo e consciente: falar com exclusividade desta primeira atitude analítica remete a uma análise de discurso de base quantitativa, que mais se preocupa com o tratamento estatístico das palavras – e há até programas de computador que resolvem este problema. Não que a prevalência de certas construções da linguagem ou a recorrência de determinados sentidos ou silêncios, por vezes insólitos, sejam desprezíveis ou irrelevantes. Vamos mesmo recorrer a elementos dessa natureza para trabalhar o *corpus* que será analisado: textos e discursos – como adiante se explicitará.

No que respeita ao recurso à psicologia do consciente, não chega a surpreender que do modelo anglo-americano aflore, com toda a magnitude de seu caráter reitor, a prevalência majestática do indivíduo, entendido e tratado como responsável pela enunciação e pelos significados da leitura. O indivíduo, o indivíduo enunciador, que se imagina, nesta linha de percepção, origem de todas as intenções, matriz de todos os sentidos do texto, e do que se denomina de discurso, passíveis de serem elicitados.<sup>1</sup>

Egressa dos anos 60, a análise de discurso norte-americana se propõe, em última análise, a tratar a questão de identificação de significações a partir da linguagem, tendo por modelo um “processo de comunicação”. Este é percebido atomisticamente como uma

---

<sup>1</sup> Estamos diante e nos domínios do sujeito do Iluminismo, que se assenta numa definida concepção de pessoa humana: um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades da razão, de consciência e de ação, cujo ‘centro’ consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo. – contínuo ou “idêntico” a si mesmo - ao

interação cooperativa de indivíduos. Na escola anglo-americana, ao remeter a compreensão da ação necessariamente ao indivíduo, este se entende imune a qualquer coação social, seja de natureza material ou de constituição simbólica<sup>2</sup> (FAIRCLOUGH, 2001:32;40;44). No tratar a linguagem em caráter exclusivamente informacional, esta postura anglófona invalida sua aplicação em campos regidos por supostos sociolingüísticos e em regimes de verdade nutridos por inserções históricas e por ideologias – interesses específicos desta pesquisa e do método teórico-metodológico que se vai aqui perfilhar.

Na contramão dessa visão individualista é que se vai, então, configurar a nossa abordagem. Em abono a essa disposição epistemológica, se terá observado que vimos discutindo, ao longo da pesquisa, fenômenos e categorias, métodos e conteúdos de construção e tratamento de uma ciência social de base holística. São exemplos desta opção: a dimensão de totalidade do grupo militar, autopercepções coletivas e algumas conclusões iniciais para a formação de consciência e visão de mundo daí advindas; a compreensão da organização como instituição – com funções sociais normativas e repressivas, como qualquer instituição e, aliás, como o grupo prefere se auto-perceber (**1.3, Identidade: A Dimensão Coletiva**); o processo de socialização formal e informal e de educação (como discutimos em **4.4., Socialização formal e informal**). Observando o modelo dessa linha de tratamento teórico, foram também tratados o mapeamento cognitivo do grupo em estudo, seu repertório de valores e seus processos de aquisição, os principais mecanismos teórico-metodológicos de ver o mundo pelas lentes de diversas disciplinas fundamentais (em **3.4**), para ficarmos em alguns exemplos de um esforço de coerência teórico-metodológica.

Esta mesma linha de inquirição continua existindo no presente capítulo: ele vai se apoiar nas vinculações da linguagem com o social, com vistas a identificar processos de produção de sentidos no discurso militar contemporâneo, de uma perspectiva teórico-metodológica homóloga à construção social de realidade a que vimos até aqui recorrendo.

Enquanto matriz definidora do próprio grupo em análise, a linguagem nos acorre instrumentando o reconhecimento da visão de mundo que traveja a ideologia e os mecanismos discursivos com que esta se enuncia. À posição metodológica da pesquisa, de inspiração

---

longo da existência, com o que se configurava uma concepção individualista do sujeito e de sua identidade (HALL, 1999:10-11).

<sup>2</sup> Para exemplos das chamadas escolas não-críticas de análise de discurso, ver FAIRCLOUGH, 2001.32, 40, 44). São chamadas por Fairclough de *críticas* escolas que não se bastam em posturas descritivas, mas entendem o discurso como moldado por relações de poder e ideologias e os efeitos construtivos que o discurso exerce sobre identidades sociais, relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença, nenhum dos quais é normalmente aparente para os participantes do discurso (FAIRCLOUGH, *ib*:31).

holística, justapomos agora a postura teórico-metodológica de tratamento da linguagem militar que se vai aqui adotar. Ela reside em que as próprias instituições são também, *lato sensu*, resultantes de longos processos de linguagem e de construção de identidades. São ritos e práticas sociais, estatutos e normas, simbolizados na construção de tradições e materializados em discursos oficiais, em depoimentos de história oral, em artigos e entrevistas. Tais discursos trazem consigo, como elementos de sua ordem mesma de possibilidades, a normatização e a disciplinarização, com o que se insinua o olhar foucaultiano (FOUCAULT, 1998:21); mas, principalmente, a definição de mundo, que é visto e lido tal como aprendido com exclusividade pela via de seu mapa cognitivo, do projeto que a instituição carrega e de sua característica construção da verdade institucional (4.2)

O presente capítulo busca recolher alguns elementos conceituais fundamentais, que definem o perfil teórico da escola francesa de Análise de Discurso (AD doravante), no que ela oferece de aplicável à nossa pesquisa. Pesquisa que não pretende se constituir em uma tese de análise de discurso nem recorrer a aprofundamentos maiores do que nos exige a busca de significados de um discurso militar contemporâneo. A análise de discurso aqui nos ocorre cumprindo duas funções principais. Como aparato teórico, vai balizar o processo de passar da leitura do texto à do discurso, identificando significações que a lâmina lingüística não explicita literalmente, por razões que focalizaremos na oportunidade mesma de sua ocorrência.. Em segundo lugar, a análise discursiva funcionará também como comprovação (ou não) dos elementos formadores da visão de mundo típica do grupo militar. Em última análise, a escolha deste modelo de AD, em detrimento de hermenêuticas, análises de conteúdo, esquemas comunicacionais ou exegeses de base filológica se deveu à congruência existente entre as concepções em que o modelo francês se apóia e as noções, que vimos até aqui tematizando , de organização militar, de totalidade, de instituição, de portadora e reprodutora de uma linguagem e uma teia própria de significados que são a sua cultura (GEERTZ,1989:15) e a sua ideologia, do processo de socialização formal, de sua homogeneização de sentidos e valores.

Como se observa, além de uma instrumentalidade teórico-metodológica, o aparato escolhido opera metaforicamente como “grupo de prova”, por tal se entendendo um instrumento de comprovação ou não do que até aqui foi já identificado ou entrevistado como componente do núcleo de resposta à questão central que funda a pesquisa. Estaremos, portanto, ao longo do capítulo 5, alinhando supostos, conceitos e categorias teóricas, que nos serão de utilidade na AD concreta que desenvolveremos no capítulo 6.

## 5.1. DISCURSO: IDEOLOGIA E RELAÇÕES DE PODER

[...] d'un côté, les règles de droit qui délimitent formellement le pouvoir, et d'un autre côté, l'autre extrémité, l'autre limite, ce seraient les effets de vérité que ce pouvoir produit, que ce pouvoir conduit, et qui, à son tour, reconduisent ce pouvoir (Michel Foucault, 1997:21).

A escolha da abordagem do discurso que mais diretamente interessa à pesquisa se deveu também à sua natureza crítica e ao encontro que proporciona do texto com a história e com a ideologia. Subjazendo à escolha, estamos como consequência nos abstendo de considerar o texto como um processo consciente de um sujeito-autor autocentrado. Em síntese, o discurso aqui não será tido como resultado de um ato de criação ou das intenções que supostamente o produziram, menos ainda um mecanismo de comunicação de que participa meramente como “código” empregado por um “emissor”.

A primeira idéia que se faz aqui necessário levantar é a que extrema as noções de *texto* e *discurso*. A existência do texto, como unidade primeira, é função da relação do texto consigo mesmo e com a exterioridade. A primeira diferenciação que se mostra, então, está em que as palavras não significam *por si*. É o texto que significa. Nas palavras originais,

... o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc. não existe “em si mesmo” [...] mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo social histórico em que as palavras são produzidas (isto é reproduzidas) (PÊCHEUX, 1977:145-6).

O *discurso* é aqui entendido como um tipo de sentido e não uma transmissão de informações entre interlocutores. Eis o pressuposto teórico central da análise de discurso, que inclui também a concepção de discursivo: processo social cuja especificidade reside no tipo de materialidade de sua base, a saber, a materialidade lingüística (PÊCHEUX, 2001 e PÊCHEUX e FUCHS, 2001, respectivamente).

Embora se reconheça que existe sempre um suporte lingüístico para um discurso, nem sempre o mesmo recurso da língua(gem) “expressa” o mesmo discurso, ou seja, aceita a mesma interpretação. A noção de discurso nem se opõe à de gramática nem é desta uma mera projeção. O discurso, aqui entendido como um *efeito de sentido*, uma posição, configura uma ideologia que se materializa na língua – embora não mantenha relações biunívocas com recursos de expressão da língua. É pela exploração de certas características da língua que a discursividade se materializa. O discurso emerge *no* e *através do* texto. Dito de outra maneira,

o discurso se constitui pelo trabalho *com* e *sobre* os recursos de expressão que produzem determinados efeitos de sentido, em correlação com posições e condições de produção específicas. Ele é expressão de um sistema ideológico de origem e configura um discurso específico de *autoridade*.

Como não existe mutualidade causal entre discurso e gramática, as mesmas manobras sintáticas podem servir a outros discursos. Por outro lado, o mesmo discurso poderia ser materializado na língua de outra forma. Na verdade, cada caso tem a sua configuração definitiva, o que irrevogavelmente demanda a *interpretação*.

Sempre que se trata de *sentido* e de *linguagem*, estamos condenados às limitações impostas pelo horizonte que resulta da projeção de nossa pré-compreensão, determinadas pelas tradições, com as quais não cessamos de dialogar. [...] Nele repõem-se tradições apropriadas a partir de nossa imersão no mundo muito específico que circunscreve nossa possibilidade de atribuição de sentido. Esse diálogo que travamos com as tradições que nos constituem está presente como projeção (eventualmente criativa) de pré-compreensões, em todas as nossas práticas significativas. Donde se conclui que as práticas a que atribuímos ou de que derivamos sentido são sempre mediadas pela arte da *interpretação*. E mais, a mediação interpretativa que nos liga ao mundo tornando-o significativo e valorizando-o não nos entroniza na posição superior, ativa e onisciente de *sujeitos* frente a objetos externos e passivos” (SOARES, 1994:130, o grifo é nosso).<sup>3</sup>

Ao significar, a palavra evidencia que tem textualidade, ou seja, sua interpretação deriva de um discurso que a sustenta, que a provê de uma realidade significativa. O texto é um objeto histórico, não no sentido de monumento mas de discurso. E aí sobreleva a noção maior de que o texto é um objeto lingüístico-histórico.

Nada melhor para verificar a idéia do discurso como uma prática social e histórica do que ver e viver disputas de sentidos, materializadas pela luta de certas palavras e na luta para evitar o emprego de outras (POSSENTI,2002:43).

Mais que isso, as análises que se fazem em torno desses dados, sua discussão e avaliação [...] “são ainda mais relevantes pelo fato de que revelam as forças sociais que lutam pela legitimidade de alguns discursos e pela ilegitimidade de outros” (POSSENTI, 2002:43).

---

<sup>3</sup> Deve ser observado que Soares faz menção às pré-compreensões “com que não paramos de dialogar”. Sem o mencionar explicitamente, defere conceitos da AD, como “memória”, “interdiscurso” exigindo para a elicitación

O exemplo simples dessa luta pela significação se evidenciou no entrelaço das referências à “Revolução Democrática de 1964”, à “Revolução Redentora” *vis-à-vis* “o movimento dos militares”, “o golpe dos militares” ou “o golpe de 1964”, que evidentemente não substancializa apenas um duelo lexical. “A significação apresenta-se como tendo a seguinte dupla face: ao mesmo tempo, ela depende dos discursos nos quais aparecem os meios de expressão e em grande parte é ela que faz os discursos serem o que são” (Idem, *ibidem*).

Sem pretender ser uma nova lingüística, a AD, por seu autor maior, Pêcheux (1997), dirá que “a especificidade da AD está em que o objeto, a propósito do qual ela produz o seu “resultado”, não é um objeto lingüístico, mas um objeto sócio-histórico, onde o lingüístico intervém como pressuposto.

Na postura enunciada por Orlandi, o texto, no que respeita a sua apresentação empírica, tem começo, meio e fim. Visto como *discurso*, não é uma unidade fechada.(BARROS E FIORIN.2003:16).. Move-se no tempo e na história, assente em seus conceitos e categorias. É da ordem do acontecimento. “O discurso é a palavra em movimento” (ORLANDI, 2002:15). E, como tal, não se basta na lâmina lingüística. Está para além da frase. Não é um conjunto de textos, mas uma prática, vinculada a um ou mais contextos (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004). Ainda assim, é unidade inteira, pois tem relação com outros textos, existentes, possíveis, imaginários, com suas condições de produção (os sujeitos e a situação), com o que se denomina de *interdiscurso*: a memória do dizer.

Uma outra tipificação da AD que nos acorrerá se entremostra nas diferenças entre as noções de história e de historicidade. A noção de *história* que a tradição traz consigo atomizava-a em suas relações com a língua e entendia essa relação como expressa em formas e lógicas de cronologia e de evolução. A análise de discurso francesa, de sua parte, recorre à historicidade, e esta relação passa, então, a ser constitutiva. Dito em outras palavras, nos vínculos que a língua estabelece com a historicidade, o que prevalece é uma temporalidade interna, ou seja, “uma relação com a exterioridade tal como esta se inscreve *no próprio texto*, e não como algo lá fora, refletido na língua (ORLANDI, 2004:54). Para que não se baste apenas com “uma concepção intemporal, a-histórica e mesmo biológica da subjetividade – reduzindo o homem ao ser natural, há que compreender a língua através de sua historicidade” (ORLANDI, 2002:50). Não se parte da história para o texto mas, isso sim, do texto enquanto materialidade histórica. Na relação sujeito/sentido, a temporalidade é a temporalidade do

---

de sentidos, uma *interpretação*. ORLANDI considera que a AD “não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos como parte dos processos de significação.” (2002:26)

texto. A historicidade do discurso se reporta, então, ao acontecimento como discurso, o trabalho dos sentidos que nele habitam. Definido o papel da exterioridade, a AD cuida trabalhar a historicidade do texto, vale acrescentar, como matéria textual que produz sentidos (ORLANDI, 2004:55). A partir dessa construção teórica, começa a se elucidar o objetivo da AD de compreender “como um texto funciona, como ele produz sentidos, concebido como objeto lingüístico histórico”. Neste trabalho, interessa não a organização do texto, mas o que o texto organiza (Idem 57).

Um outro aspecto definidor de que vamos lançar mão no capítulo que se segue é o que determina os sentidos. Estes, como se disse, não existem por si, mas se impõem em função das posições ideológicas investidas no processo sócio-histórico. É aí que as palavras são produzidas e mudam de sentido conforme as posições de seus enunciadores. A noção de “externalidades” utilizada por alguém ligado ao capital financeiro oferece um significado distinto do que a mesma palavra empregada por um representante da classe média baixa. Os sentidos são, então, extraídos dessas posições, ou seja, em relação às formações ideológicas, em que tais posições se inscrevem. A *formação discursiva* – a que fizemos, até aqui, apenas uma referência inicial – representa no discurso as formações ideológicas. Estas, a partir de uma posição dada, em uma conjuntura sócio-histórica dada, determinam o que pode e deve ser dito. A formação discursiva é noção fundamental da AD, porque é a partir dela que (i) se compreende o processo de produção de sentidos, (ii) a relação existente com a ideologia; e (iii) se possibilita ao analista estabelecer regularidades no funcionamento do discurso.

A apresentação inicial desses primeiros supostos da AD faculta, então, já agora de modo enfático, perceber que as palavras têm o(s) seu(s) sentido(s) derivados, não da “essência” das palavras”, mas da(s) formação(ões) discursiva(s) em que se inscrevem. Os sentidos são, desse modo, ideologicamente determinados. E aí se fala em *discursividade*, ou seja, a maneira como, no discurso, a ideologia produz os efeitos, em que ela se materializa. A discursividade traz à tona a maneira como linguagem e ideologia se articulam e se afetam na relação recíproca que estabelecem. No funcionamento discursivo, é por referência à(s) formação(ões) discursiva(s) que podemos compreender os diferentes sentidos. Palavras iguais podem significar diferentemente, porque inscritas em formações discursivas diferentes (ORLANDI, 2002:43).

À parte as polêmicas entre Pêcheux e Foucault – que levaram o primeiro a ver a construção foucaultiana como a de um “marxista paralelo”, por se afastar das categorias clássicas de Marx (GREGOLIN, 2004:120), a noção de *formação discursiva*, em Foucault,

exerceu significativa influência na construção de Pêcheux: *formação discursiva* se associa a um conjunto de regularidades, uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações. E, como regras de formação, aponta as “condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição: objetos, modalidades de enunciação, conceitos, escolhas temáticas (FOUCAULT,1987:43).

O exercício do dizer é o resultado da interpelação do sujeito pela ideologia. Partindo do reconhecimento de que ideologia e inconsciente são estruturas de funcionamento, Pêcheux aponta que a característica comum a ambas as categorias – ideologia e inconsciente - é ocultar a sua existência no interior do próprio funcionamento, produzindo-se um tecido de evidências subjetivas – de *constituição* do sujeito. O recebimento dos sentidos que se produzem a partir da formação discursiva caracteriza o efeito de determinação do interdiscurso (da memória).

Uma *formação ideológica*, onde se inscrevem e sujeitam formações discursivas, deve ser entendida como a visão de mundo de uma determinada classe social, um conjunto de representações, de idéias que revelam a compreensão que o grupo dele tem. Inexistindo idéias fora dos quadros da linguagem, essa visão do mundo tem de expressar-se para existir socialmente vinculada à linguagem. Por isso, a cada formação ideológica corresponde um ou mais processos discursivos: um conjunto de temas e figuras que materializa uma determinada visão do mundo. Assim como uma formação ideológica impõe o que pensar, uma formação discursiva determina o que dizer (FIORIN.2004:32). A relação da ordem simbólica com o mundo se processa de uma tal maneira que, para que haja sentido, é necessário que a língua se inscreva na história.(ORLANDI.2002:47).

Articulada, então, ao conceito de ideologia, a AD se orienta por sua noção específica de sujeito. É essa articulação que vai resultar numa posição crítica em relação às noções de leitura e de interpretação que problematizam a relação do sujeito com o sentido (da língua com a história). Por ser atravessado pela linguagem e pela história, o sujeito só tem acesso à parte do que diz. É materialmente dividido a partir de sua constituição. E é sujeito à língua e à história, na medida em que sua constituição e a sua capacidade de produzir sentidos são por elas determinadas. Até porque, se não se submeter à língua e a história, não se constitui, logo não fala, logo não produz sentidos.(ORLANDI.2002:48-9)

Pensado como posição entre outras, o sujeito não é tratado pela AD como uma forma de subjetividade mas, isso sim, na construção foucaultiana, como um lugar que ocupa para ser sujeito do que diz, a posição que deve e pode ocupar todo sujeito para ser sujeito do que diz (FOUCAULT, 1987:59). Esta, como se observa, é uma postura que começa a esboçar uma

teoria não-subjetivista da subjetividade, que designa os processos de “imposição/dissimulação” que constituem o sujeito, como se disse, situando-o: significando para ele o que ele é e, ao mesmo tempo, dissimulando essa “situação” (esse assujeitamento).

Começa a aflorar a esta altura o contorno das relações entre inconsciente, no sentido freudiano trazido pela releitura de Lacan, e de ideologia, de extração marxista, no olhar de Althusser, cuja imagem-síntese se expressa pela enunciação de que *a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos*. Mais especificamente,

[...] o indivíduo é interpelado como sujeito [livre] para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto, [livremente] a sua missão (Pêcheux,1997:133).

Essa ideologia interpelativa tem uma existência material reivindicada por Althusser, fundada em que a ideologia não é o ato de pensamento de um indivíduo solitário, mas reflete uma *relação social*.

Processos discursivos tratados segundo esta perspectiva não se geram a partir do sujeito; são, isso sim, singularizados pela formação discursiva que determina o sujeito e que corresponde ao lugar que ocupa na formação social em que vive (INDURSKY,1997:32). O sujeito alimenta esta *ilusão discursiva* de ser a fonte do que diz, referido por Pêcheux e seus epígonos como ilusão- esquecimento nº 1, e também de ter o domínio completo sobre aquilo que diz, de ser o mestre absoluto de seu próprio processo de enunciação, dominando as estratégias discursivas necessárias a dizer o que se aloja em suas intenções, e aí se configura em Pêcheux a ilusão-esquecimento nº2 (Ibidem).

Em síntese, a *interpelação* [do indivíduo] *em sujeito* relaciona-o com o imaginário, e sua *estruturação como sujeito* faz-se através de sua relação com o simbólico. Assim constituído, o sujeito produz o seu discurso afetado pelos dois esquecimentos antes referidos (INDURSKY,1997:33). O assujeitamento se faz de modo a que o discurso apareça como um instrumento límpido do pensamento e um reflexo justo da realidade. Na concepção de uma lingüística imanente (saussureana), o sentido literal é aquele que uma palavra possui independentemente de seu uso em qualquer contexto. Daí resulta o seu caráter básico, discreto, inerente, abstrato e geral.

Na medida em que a AD leva em conta a ideologia, apreende-se de forma crítica a ilusão que subjaz o estatuto primitivo de literalidade. E, quanto ao sujeito, trata-se de um produto histórico, efeito de discurso, que sofre as determinações dos modos de assujeitamento das diferentes formas – sujeito na sua historicidade e com relação às diferentes formas de

poder. O enunciador não opera com a literalidade como algo fixo e irredutível, já que não há sentido único e prévio, mas com um sentido historicamente instituído, na relação do sujeito com a língua, que faz parte das condições de produção do discurso. Ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, por sua experiência, por fatos que reclamam sentidos e também por sua *memória* discursiva, por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas, que representam no discurso injunções ideológicas. (ORLANDI.2002:53)

O *sujeito*, na perspectiva da AD francesa, a memória, juntamente com a *situação*, constituem as *condições de produção* do discurso. Em sentido estrito, a situação envolve as circunstâncias de enunciação, o contexto imediato. Em sentido amplo, a AD leva em conta o contexto sócio-histórico, ideológico, e aí se incluem “elementos que derivam da forma de nossa sociedade, suas instituições [...], como [essa sociedade] elege representantes, como organiza o poder, distribuindo posições de mando e obediência.” E, finalmente, entra a história, a produção de acontecimentos que significarão consoante um imaginário que afeta os sujeitos na estruturação de suas posições políticas (ORLANDI. 2002:30-1).

Com relação ao discurso, a *memória* é tratada com o conceito de *interdiscurso*, categoria central da construção de Pêcheux. O *interdiscurso* destaca-se na construção teórica de Pêcheux, quando aponta a relação entre o discurso e o *já-dito*, o *já-entendido*. A reflexão posterior que trouxe a noção de pré-construído identificou as marcas no discurso de elementos discursivos anteriores cujos enunciadores foram esquecidos. Como constrói Orlandi,

alguma coisa mais forte – que vem pela história, que não pede licença, que vem pela memória, pelas filiações de sentidos constituídos em outros dizeres, em muitas outras vezes, no jogo da língua que se vai materializando aqui e ali indiferentemente, mas marcada pela ideologia e pelas posições relativas de poder.(ORLANDI, 2002:32)

Na construção original de Pêcheux situa-se o discurso ao se constituir de um *já-lá*, vale dizer, um interdiscurso cuja objetividade material está em que isto–fala (*ça parle*) sempre antes, alhures, independentemente. O interdiscurso não está nem na designação banal dos discursos que existiram antes, nem na idéia de alguma coisa de comum a todos os discursos (GREGOLIN, CRUVINEL E KHALIL,2001:18). O interdiscurso designa o espaço discursivo e ideológico no qual se desenvolvem as formações discursivas, em função de relações de dominação, subordinação, contradição. O interdiscurso determina o sujeito, impondo-

dissimulando seu assujeitamento sob a aparência de autonomia. A interpelação do indivíduo em sujeito (de seu discurso) se efetua por sua identificação à formação discursiva que o domina. O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. O efeito do interdiscurso requer que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular, se apague na memória e, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas” palavras. No interdiscurso, diz Courtine (1984), fala uma voz sem nome.

[...] a produção do sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre seqüências tais que a família parafrástica de tais seqüências constitui o que se poderia chamar de a “matriz do sentido”. É a partir da relação no interior desta família que se constitui o efeito de sentido [...] A evidência da leitura subjetiva – segundo a qual um texto é biunivocamente associado a seu sentido[...] é uma ilusão constitutiva do efeito-sujeito em relação à linguagem... O “sentido” de uma seqüência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta seqüência como pertencente a esta ou àquela formação discursiva (que explica, de passagem, que ela possa ter vários sentidos.) (PÊCHEUX e FUCHS, 2001:169).

Daí ser fundamental à AD e ao conseqüente estabelecimento dos efeitos de sentido do discurso buscar estabelecer suas famílias parafrásticas para identificar as suas matrizes de sentido. Somente a partir daí é possível atingir o processo discursivo que lhe subjaz e, através dele, a formação discursiva que afeta o sujeito do discurso. Todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre *processos parafrásticos* – de investimento no(s) interdiscurso(s), no já-dito – e *processos polissêmicos* – os que demandam uma interpretação, ao se construírem deferindo um ao outro. Os processos parafrásticos consistem em mecanismos nos quais, em todo dizer, há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase significa um retorno aos mesmos espaços do dizer. São aí produzidas diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Já na polissemia, o que temos é o deslocamento, ruptura, descontinuidade de processos de significação, logo dos sentidos. A polissemia joga com o equívoco. Todo discurso se faz nesta tensão: entre o mesmo e o diferente.

É nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, que os sujeitos e os sentidos fazem seus percursos, se movimentam (ORLANDI, 2002:36). É a partir do reconhecimento desta tensão que na AD se distingue criatividade de produtividade. Regida pelo processo parafrástico, a produtividade mantém o homem num retorno constante ao mesmo espaço dizível: produz a variedade do mesmo. De sua parte, a criatividade implica a

ruptura do processo de produção da linguagem pelo deslocamento das regras, fazendo intervir o diferente, produzindo movimentos que afetam os sujeitos e os sentidos na sua relação com a história e com a língua. Assim irrompem sentidos diferentes. A polissemia é justamente a simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico (Idem:37).

A AD diferencia-se da hermenêutica ao buscar a compreensão de como certos objetos simbólicos produzem sentidos. Com isso vê-se compelida a analisar seus próprios gestos de interpretação, que ela entende como atos no domínio simbólico, por intervirem no real do sentido. A AD não procura um “sentido verdadeiro” através de uma chave. Esta chave não existe; não há uma verdade oculta atrás do texto (ORLANDI, 2002:26). Não é no dizer em si mesmo que o sentido é de esquerda ou de direita, conservador ou progressista, radical ou moderado. Tampouco pelas intenções de quem o diz. Há que referi-lo às suas *condições de produção*, estabelecer as relações que mantém com sua *memória* e também remetê-lo a uma *formação discursiva*. Os sentidos, como se disse, não estão nas palavras mesmas. Estão aquém e além delas.

As formações discursivas, são “aquilo que pode e deve ser dito”, a partir de uma posição dada, em uma conjuntura dada” (HAROCHE, HENRY, PÊCHEUX; 1975). A partir dessa conceituação, aponta Mariani, é que Pêcheux e Fuchs sustentam que

É este fato de toda seqüência pertencer necessariamente a uma formação discursiva para que seja ‘dotada de sentido’ que se acha recalcado para o (ou pelo?) sujeito e recoberto para este último, pela ilusão de estar na fonte do sentido, sob a forma da retomada pelo sujeito de um sentido universal preexistente... (PÊCHEUX E FUCHS,2001:169.).

Em 1970, em aula inaugural do Collège de France, Foucault assinalaria um dos princípios de rarefação do discurso:

Trata-se do autor. O autor, não entendido, é claro, como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu o texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência. (FOUCAULT.1998: 26)

Todas essas construções da AD passam necessariamente pelo exame da base lingüística, que constitui uma etapa *indispensável*, embora insuficiente, para identificar a formação discursiva que subjaz ao processo discursivo em análise. Para atingir a formação discursiva, é preciso relacionar esses dois níveis entre si. (INDURSKY.1997:32-3).

## 5.2. VOZES DA EXTERIORIDADE

O que vemos é governado pelo modo como vemos e  
este é determinado pelo lugar de onde vemos”

(HOLQUIST. 1990:164)

Há que entender como se relacionam os elementos intra-discursivos (da ordem da língua) com os elementos interdiscursivos (da ordem do discurso) – tendo em conta que este *exterior* é construtor de significados. Quando a AD insere, nesses termos, a exterioridade, sobleva um deslocamento teórico, de caráter conflituoso, que vai recorrer a conceitos exteriores, e não simplesmente ao domínio de uma lingüística imanente, para conseguir dar conta de uma análise de unidades mais complexas da linguagem.(GREGOLIN, 2001:12)

Nos textos não se acham os “conteúdos” da história, mas uma materialidade lingüística onde está inscrita sua relação com a *exterioridade*. Trabalha-se aqui com a materialidade histórica da linguagem, de que o texto é o vestígio mais importante, e que funciona como unidade de análise. O que interessa para a AD não é principalmente a organização lingüística do texto, mas como ele organiza a relação da língua com a história, no trabalho significativo do sujeito, em sua relação com o mundo. É dessa natureza a sua unidade lingüístico-histórica (ORLANDI, 2002:68-9).

Um outro aspecto da *exterioridade* que se põe como fonte de significados do discurso remete a conceitos cunhados por Bakhtin, que trazem consigo fortes simetrias com os princípios da AD. Para Bakhtin, o que denomina *dialogismo* é o princípio constitutivo da linguagem e a condição do sentido do discurso. O sujeito perde o papel de centro e é substituído por diferentes vozes sociais que fazem dele um sujeito histórico e ideológico. Estamos, então, diante do processo bahktiniano, em que “tanto as palavras quanto as idéias que vêm de outrem, como condição discursiva, tecem o discurso individual de forma que as vozes - elaboradas, citadas, assimiladas ou simplesmente mascaradas – interpenetram-se de maneira a fazer-se ouvir Ou a ficar nas sombras autoritárias de um discurso monologizado.(BARROS e FIORIN, 2003:2 e 14-5). A síntese dessa dialogicidade do discurso pode ser explicitada em suas três dimensões diferentes:

(i) todo dizer não pode deixar de se orientar para o “já-dito”; nesse sentido, todo enunciado é uma réplica;

(ii) todo dizer é orientado para a resposta (é intrínseco ao enunciado o receptor presumido);

(iii) todo dizer é internamente ideologizado: é heterogêneo, (é articulação de múltiplas vozes sociais) (BAHKTIN, 1934-5: 276 e seg).

Há assim tanto na AD francesa quanto na construção bahktiniana um deslocamento da noção de sujeito. Também aqui, em Bakhtin, o sujeito perde o papel de centro e é substituído por diferentes vozes sociais, que dele fazem um sujeito histórico e ideológico. Esvazia-se, também na construção bahktiniana, a tese da unicidade do sujeito, enfim, o locutor do texto. Somos todos, repetamos, no dizer de Coutine, vozes sem nome.

As noções de discurso e de formação discursiva desempenham para nós esse papel de dessubjetivação da teoria da linguagem [...] nos ajudam a pensar a relação de intrincação entre língua e formações ideológicas, através da qual práticas lingüísticas tendencialmente antagônicas vêm se desenvolver sobre uma mesma base lingüística (PÊCHEUX e GADET, 2001.12).

Vai nos valer para o desenvolvimento de nossa análise do *corpus*, a construção de Courtine (apud ORLANDI:2002), que sustenta e aplica que “todo dizer [...] se encontra na confluência de dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação)”. E é desse jogo que tiram seus sentidos. Quanto às noções de *memória*, de *interdiscurso*, no campo da Análise de Discurso, a nós se mostram deferidas, quando se considera a simetria com reflexões como a que se segue, em que o autor demonstra, e se demonstra, como comprovação do objeto de que o capítulo pretendeu se constituir:

“... há muitas rupturas, tensões, muitos atalhos sinuosos, além da pura continuidade intelectual. De todo modo preserva-se a idéia básica: pré-compreensões atuam inevitavelmente nos bastidores inconscientes em que se engendram as proposições mesmo as científicas”. [...] Trata-se de todo um mundo que, antes de cada proposição científica, constitui o sujeito que a enuncia, o objeto que ela concebe e a natureza particular de sua inter-relação, da qual deriva a possibilidade de formulação do próprio discurso.[...] Se isso ocorre nas chamadas ciências da natureza, com mais razão ocorre nas

ciências ditas humanas, em que sujeitos e objetos se confundem mais facilmente ainda.”  
(SOARES,1994: 12).

## 6. DO TEXTO AO DISCURSO:

### visão de mundo nas formações ideológica e discursivas

Recorrendo aos supostos teóricos da AD, a que fizemos referência no capítulo anterior, analisaremos a seguir um *corpus* constituído pelo discurso dos dois candidatos à presidência do Clube Militar nas eleições bianuais de 2006. O *discurso*, na sua acepção mais ampla, se configura e vai ser analisado como um *certo modo de apreensão da linguagem* empregada, cujos sentidos se produzem pelo encontro com a história e a ideologia. Não se trata, de modo algum, de uma estrutura arbitrária, ou um exercício de estilo de linguagem, mas da *atividade* de formas-de-sujeitos inscritas em *contextos* determinados e submetidos a condições de produção específicas, derivadas tanto de seus entornos imediatos quanto de sua extração sócio-histórica e ideológica.

O *contexto imediato* dos discursos dos dois candidatos – matriz de sentidos como uma das condições de produção – vai discutir o processo de escolha presidencial de uma das chapas concorrentes a uma associação de direito privado, o Clube Militar. A campanha eleitoral é o centro de nossa atenção. Duas chapas foram inscritas: uma, com o candidato a que nos referiremos como *Candidato A*, “de situação”, membro, como 3º vice-presidente, há dois mandatos, da diretoria que se achava em exercício quando das eleições aqui discutidas. O segundo candidato, *B*, será referido como “de oposição”.

Disporemos, portanto, do discurso de dois militares profissionais que atingiram o mais alto patamar da hierarquia militar, ou quase isso: o primeiro deles – candidato *A* – chegou ao posto de general de brigada (“duas estrelas”); *B*, este sim, atingiu o topo da pirâmide hierárquica referido, em linguagem oral, como de “quatro-estrelas”. Apesar de alturas diferentes na carreira, têm uma formação educacional militar igual. Foram ambos submetidos ao mesmo processo de formação, aperfeiçoamento e estado-maior nas mesmas escolas e centros; enfim, conviveram, interagiram e são produtos do mesmo processo de socialização, formal e informal, e provêm do mesmo tempo histórico, o mesmo momento sócio-político.

O general *A*, duas estrelas, é mestre-salto pára-quedista e especialista em guerra na selva, tendo sido formado oficial no final do ano letivo de 1964. Cadete de quarto ano, portanto, quando do movimento de 31 de março 64. O general *B* formou-se em 1959, presidência JK, pouco antes da transferência da capital para Brasília. Por ocasião do movimento de 64, seria um tenente “antigo”, termo que não significa velhice no sentido etário, mas, isso sim, que àquela altura já satisfazia condições e exigências para a promoção

ao posto seguinte. Em suma, ou se encontrava às vésperas da promoção ou havia recentemente sido promovido a este posto. Importante é assinalar como diferença, como o faz formalmente a instituição, que *B* é *bem* mais antigo que *A*, o que significa, em síntese, uma inflexível precedência militar.

Satisfizeram, então, as condições de uma mesma formação profissional, malgrado algumas tópicas diferenças curriculares. Tais diferenças, se as houve, foram de toda maneira aplainadas com os objetivos e conteúdos comuns do curso de estado-maior. Fizeram-se, então, igualmente aptos e oficialmente capacitados ao exercício das mesmas funções militares através dos mesmos estabelecimentos de ensino e dos mesmos programas de profissionalização. Isso vai sendo dito para explicar por que podemos considerá-los dotados do mesmo mapa cognitivo, do mesmo repertório de valores sócio-históricos e percepções de mundo, que lhes marcaram a origem e os percursos da carreira militar, vivida sob os mesmos princípios organizacionais e institucionais, experimentados por todos os colegas que atingiram o mesmo patamar profissional.

*Ceteris paribus*, haverá, contudo, uma diferença não desprezível: o candidato *B*, por ter atingido a quarta estrela, exerceu neste posto funções a ele específicas e restritas – experiência militar de nível mais alto, por que o candidato *A* não passou. Por exemplo, *A* não fez parte, como aconteceu com *B*, do Alto Comando do Exército, por construção um colegiado com áreas de responsabilidades maiores na organização, e que assessorava diretamente o comandante da Instituição. Só os generais do mais alto patamar têm assento no colegiado, são ouvidos diretamente pelo comandante da Instituição e a ele dão seus pareceres e, nas respectivas áreas de responsabilidade, podem influenciar nas decisões que ali se tomam. O colegiado substancializa a instância e o nível de informação e de decisão mais completo que o generalato consegue atingir.

Haverá um mínimo de cinco ou seis anos de diferença de idade entre ambos, o que não é pouco: no jargão interno, o “mais moderno” (*A*) não chegou a alcançar o “mais antigo” (*B*), quando cadetes. Não são “contemporâneos”, ou seja, não foram cadetes na mesma época. Isso se traduz na lógica militar, como se disse, por uma considerável diferença em matéria de *seniority*. Alcançaram ambos na Academia Militar uma classificação de curso que os coloca, na ordenação de mérito de suas respectivas turmas, em um dos três primeiros lugares.

No que respeita às condições imediatas das eleições, o candidato *A* (de duas estrelas) é o da situação, indicado pessoalmente que foi pelo presidente do Clube em exercício; o candidato *B* (de quatro estrelas), se formalmente considerado, é o de oposição, no sentido de que não foi o candidato do presidente em exercício e, portanto, se colocou como alternativa ao

anterior, a quem, em momento algum, se referiu como oponente ou adversário. E os significados, como dissemos no capítulo 5, são função da posição de quem enuncia. Um “duas estrelas” não tem altitude profissional militar para ser *oponente* de um “quatro estrelas”, segundo a lógica e princípios da caserna. Os dois patamares hierárquicos assim desnivelados jamais na carreira se defrontariam para o exercício de uma mesma função.

Malgrado o desemparelhamento hierárquico dos candidatos, ante as eleições do Clube, estávamos diante de um acontecimento de rotina, de gestação estatutária, administrativamente regular. O que de toda maneira, até certo ponto, arranhou a tradição foi a disputa eleitoral entre um general de duas estrelas e um de quatro estrelas. Não é comum e não é pouco, ainda que o Clube constitua uma entidade civil. Aquele (*A*, duas estrelas) lastreia sua proposta de candidatura com uma extensa experiência em administração de círculos militares, em todo o Brasil e no exterior; este (*B*, quatro estrelas) se apresenta para o pleito da diretoria, sem registros visíveis de tê-la integrado e, até, de ser, talvez, um freqüentador bissexto de suas atividades. Mas com percurso profissional por todos os níveis da carreira no âmbito do Exército. Tal competição entre candidaturas nunca foi um fato de rotina.

O nosso *corpus* se constitui dos discursos pronunciados pelos dois candidatos, no pleito de 2006, e será abaixo apresentado. Ao voto têm direito os associados, das três forças e civis, inclusive, mas, em sua esmagadora maioria, oficiais da reserva, da ativa, e reformados do Exército. O mandato é de dois anos e uma reeleição do presidente tem suporte estatutário. Os candidatos, aqui, concorriam à eleição presidencial pela primeira vez. Para esclarecer o processo de composição das chapas, diga-se que:

- 1) havia até as eleições de 2006, presidida pelo então presidente, quatro estrelas, - chamemo-lo de *X* – uma diretoria em exercício, constituída de generais de quatro e três estrelas, à testa de diferentes diretorias e órgãos consultivos;
- 2) o presidente em gestão do Clube selecionou, dentre seus auxiliares, para sucedê-lo, um de seus diretores, um general de duas estrelas (*A*);
- 3) o outro candidato (*B*), aqui por nós chamado de oposição, inscreveu-se posteriormente e incorporou à sua chapa dois dos diretores de três estrelas, membros da diretoria prestes a ter seu mandato encerrado;
- 4) daí havermos referido *A* como de situação e *B* como de oposição.

As denominações “de situação” e “de oposição” não implicam, diga-se, qualquer endosso ou repúdio por parte dos candidatos com relação a temas, objetos ou linhas políticas de origem partidária no âmbito da sociedade brasileira. São concidentes também nestes

aspectos. As denominações “de situação” e “de oposição” cumprem apenas uma função de esclarecimento maior da referência que a cada um se faz.

A análise de discurso que realizaremos terá como *corpora* comunicados enviados aos eleitores do Clube Militar, que serão adiante transcritos:

### **CHAPA DA SITUAÇÃO**

“Comunicado nº1”, Chapa “Continuação com Determinação”, do candidato A (A-1)  
“Mensagem Especial aos Eleitores do Clube Militar”, do general Y em apoio ao candidato A (A-2);

### **CHAPA DE OPOSIÇÃO**

Carta da Chapa “Consolidar e Modernizar”, do candidato general B (B-1);  
“Programa de Ação – Resumo” do candidato (B-2).

## **6.1. Transcrição do Discurso da Situação**

Doc A-1-

### **Continuação com Determinação**

§1 *Prezado associado do Clube Militar*

§2 *Porque sou candidato à Presidência do Clube Militar*

§3 *Após a minha carta de apresentação volto a manter o contato e o farei outras vezes para pedir-lhe o crédito de sua confiança e mostrar-lhe os propósitos que me levaram a aceitar o desafio de dirigir os destinos de nosso Clube, para o qual peço o seu indispensável apoio, atendendo a inúmeros pedidos de companheiros dos mais diversos recantos do Brasil, que têm acompanhado o trabalho que tenho realizado na 3ª Vice-Presidência e nos meus 40 anos de serviço na ativa.*

§4 *Porque continuação*

§5 *Há cerca de três anos e meio recebi o convite do Gen X para integrar a sua chapa, não só pela amizade amalgamada em outras empreitadas, principalmente na Amazônia, mas também pela minha experiência clubística como diretor do Círculo Militar de Fortaleza, Diretor do Círculo Militar da Praia Vermelha, Diretor do Clube do Exército de Brasília em duas oportunidades, Vice-Presidente e depois Presidente do Círculo Militar de Manaus, Presidente da Associação de Adidos Militares em Washington – EUA. Atualmente 3º Vice-Presidente do Clube Militar, credencial que não pode ser descartada devido à experiência e conhecimentos adquiridos na função.*

§6 *Ao assumirmos a 3ª Vice-Presidência responsável pelas sedes da Lagoa e Cabo Frio, onde efetivamente desenvolvem-se atividades sociais esportivas e de lazer, verificamos que teríamos a árdua missão de resgatar a imagem sócio-esportiva do Clube, trazer de volta o associado, criar atrativos ao associado fora da sede (interior) e conquistar ao jovens e as crianças visando o rejuvenescimento dos nossos Quadros.*

§7 *Para isso fixamos as seguintes metas: melhoria dos eventos sociais e esportivos; criar novos entretenimentos, novas opções de lazer; implantar normas visando o bem-estar da coletividade; criar atrativos aos cadetes e alunos das Escolas de Formação; e construir novas instalações físicas, recuperar e manter as já existentes.*

§8 *É com imenso prazer que afirmo que, trabalhando diuturnamente e com dedicação integral, contando com uma excelente equipe de diretores e funcionários, tivemos êxito e o clube hoje está bem freqüentado, não só pelos velhos camaradas, mas por adultos jovens e crianças, assim como pelos companheiros do interior, a quem temos dado atenção especial atendendo-os com a prioridade que merecem.*

§9 *Seria desnecessário, no momento, citar as inúmeras obras e melhoramentos que a atual diretoria realizou na Lagoa e Cabo Frio. É só constatarmos o que eram antes e como estão hoje, e o testemunho disso são os freqüentadores das nossas sedes e hotéis.*

§10 *Como candidato da situação temos pretensão de dar continuidade, afastando-nos da rotina, quando apresentaremos posteriormente um programa de ação bastante promissor para atendermos aos anseios dos sócios, razão de ser de nosso Clube.*

§11 *Ainda falta muito a realizar. Aguardem!*

**§12 *Porque determinação.***

§13 *Importantes questões nacionais como a internacionalização da Amazônia, Programa Nuclear, direitos humanos, crise energética, desenvolvimento auto-sustentável, sócio-biodiversidade, transgênicos, lei de patentes, riquezas minerais, nióbio, água, ALCA, etc, são assuntos que só a nós brasileiros dizem respeito.*

§14 *Há que se ter vontade, juntamente com as demais forças atuantes da nação, de liderar e mobilizar movimentos que comunguem com os nossos ideais, e atuar com determinação na busca de soluções a serem propostas para os relevantes problemas nacionais, bem como nos de maior interesse da classe, considerando as tradições, o valor de sua autonomia e independente voz.*

§15 *Estamos estudando a fim de ser criado um Núcleo de Estudos Políticos e Estratégicos que ditará o posicionamento a ser adotado e as ações a realizar, relativos aos objetivos a serem conquistados.*

§16 *O importante no perfil do Presidente do Clube, além das características pessoais de integridade moral, caráter e vontade, e ter coragem e determinação para enfrentar os problemas e capacidade para solucioná-los.*

§17 *O Estatuto é sábio quando define o direito de que o candidato seja um sócio efetivo dando opção aos eleitores poderem eleger aquele que tenha experiência, disposição para atender os anseios do quadro social e que seja o porta-voz dos que não podem ou não devem manifestar-se publicamente.*

§18 *Essa determinação é o nosso compromisso!*

#### **Doc A-2 “Mensagem Especial aos Eleitores do Clube Militar”** (Doc A-2)

§1 *Prezado associado*

§2 *Esta mensagem é uma manifestação espontânea e esclarecedora sobre aspectos importantes do Clube e dos candidatos às eleições de 2006, fundamentado nos conhecimentos que dispomos até o presente*

§3 *O Clube Militar realizará eleições para o biênio 2006/2008 e elegerá para presidente um dos dois concorrentes – dignos e honrados chefes militares da reserva, Gen Brigada A e Gen de Exército B – além de 3 (três) Vice-presidentes e Conselheiros, inexistindo na legislação vigente qualquer restrição aos candidatos quanto á hierarquia militar e à arma, sendo pois livre a escolha e a votação, como direito estatutário do associado efetivo. Em pesquisa efetuada, verificou-se que nos últimos 16 anos, dos presidentes eleitos, 75% foram Generais de Brigada e, apenas, 25% Generais de Exército.*

§4 *Diferente do que se pressupõe atualmente, o prestígio, o conceito e o status da Associação (pessoa jurídica de direito privado), bem como o poder político da autoridade autônoma e livre de seu presidente – de posto hierárquico – decorrem essencialmente do valioso legado de suas centenárias e gloriosas tradições e do valor de seus feitos , de suas campanhas cívicas e lutas patrióticas, na participação de marcantes episódios da vida republicana.*

§5 *Dessas circunstâncias históricas e outras estruturais emana naturalmente certo nível de liderança do Clube Militar. Contudo, ressalte-se que a ação conjunta interclubes essencial nas reivindicações legais e na defesa dos elevados interesses das Forças Armadas e da nação (junto ao Governo e á sociedade), reveste-se de legítima e poderosa*

*autoridade resultante da união das forças das associações integrantes sem que haja prevalência de hierarquia militar de seus presidentes.*

§6 *Em 2002, o Gen A – por seus méritos e antiga amizade com o gen X, eficiente desempenho como seu Ch EM/CMA e ampla experiência clubística vitoriosa, no Brasil e no exterior (presidente do Círculo Militar de Manaus e da Associação de Adidos do Exército nos Estados Unidos, Diretor do Clube do Exército, do Círculo Militar da Praia Vermelha e de Fortaleza, etc.)- aceitou o convite para integrar a sua chapa como 3º Vice-presidente (eleições 2002 e 2004), responsável pelas sedes da Lagoa e cabo Frio, onde se concentra a maioria das atividades –fim (social,esportiva, recreativa e lazer)*

§7 *Em 2005, teve a sua candidatura à presidência definida com a resposta afirmativa e voluntária à consulta direta feita pelo Gen X, na única reunião oficial, com as presenças dos presidentes do Clube, dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e ainda, os três vice-presidentes da Diretoria.*

#### **RAZÕES QUE FUNDAMENTAM A ESCOLHA DA CHAPA**

§8 *O conhecimento global e antigo da situação do clube – de longa vivência em várias administrações e de freqüente acompanhamento das ações de seus administradores, realizadas em suas sedes – autoriza-nos a considerar , na presente conjuntura, a chapa **CONTINUAÇÃO COM DETERMINAÇÃO** como a mais conveniente ao Clube , por razões importantes comprovadas no perfil do seu candidato – Gen A – possuidor de atributos e características desejáveis ao perfil do presidente e já revelados em suas atuações funcionais e profissionais, tais como:*

§9 *postura moral e atitude firme, corajosa e patriótica na defesa da Forças Armadas e da Revolução Democrática de 1964 – quando General ADIEX nos Estados Unidos e no Canadá – contra críticas públicas ofensivas de membros esquerdistas da delegação do Brasil em conferência sobre direitos humanos na Georgetown University, Washington.*

§10 *experiência...*

§11 *capacidade administrativa...*

§12 *capacidade de liderança ...*

§13 *aceitação ampla e apoio expressivo dos associados (do Rio e do interior) à sua chapa e ao programa de Ação e, em especial, do reconhecimento explícito da maioria dos ex-presidentes do clube;*

§14 *relacionamento externo (pessoal e funcional) com facilidade de acesso à cúpula da Força Terrestre, pela provável constituição do Alto Comando e o Comandante do Exército) ser efetivada , no biênio 2006/2008, por maioria de oficiais – generais, seus*

*antigos colegas, amigos e contemporâneos de sua turma AMAN de 1964 e das subseqüentes, bem como dos cursos escolares (Colégio Militar, Escola de Educação Física, CIGS, Bda Pqdt, EsAO e ESCEME)*

.....

(a) *Gen Y*

### 6.1.1. Análise do Discurso de Situação

De início consideraremos a constituição do *sujeito* no texto, por seu valor fundamental: “toda vez que o sujeito de um discurso toma a palavra, mobiliza um funcionamento discursivo que é definido como a atividade estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado, com finalidades específicas” (INDURSKY,1997:53). Este enunciador do texto, tal como prescrito na construção bahktiniana (BARROS E FIORIN, 2003:64), se encontra em um lugar determinado na estrutura de uma formação social. Tais lugares estão representados nos processos discursivos, a partir de uma série de formações imaginárias que designam o(s) lugar(es) que sujeito e destinatário se atribuem mutuamente, em outras palavras, as imagens que fazem do próprio lugar e do lugar do outro.

... a concepção dialógica da linguagem supõe *um percurso social historicamente constituído da significação*, em que está inscrita a relação entre os diferentes lugares (sociais) da interlocução com seus poderes desiguais. (ORLANDI,1989:44) (grifo meu)

Essas questões nos impõem que se identifique, aqui, o lugar deste enunciador do discurso da situação, a seus próprios olhos. Quem é esse enunciador que se apresenta e auto-representa?

Quando o candidato da situação (A) se representa em um *eu*, constrói as seguintes imagens de si mesmo:

(1) *O eu como o escolhido pelo poder maior atual, vale dizer, pela hierarquia.*

As marcas deste *eu* são lingüisticamente expressas nas desinências número-pessoais: *porque sou candidato* (§2), *volto a manter contato*; *o farei* outras vezes; *o trabalho que tenho*

*realizado; peço* o seu apoio (§3)); pelos pronomes pessoais retos, elípticos que sejam, mas nem por isso menos presentes nas desinências (*recebi* o convite do atual presidente (§5); *afirmo* que trabalhando diuturnamente (§8); pelo pronome pessoal átono (propósitos que *me levaram a aceitar* (§3); pelo possessivo (*minha experiência clubística* (§5).

Mas este é um recurso absolutamente insólito nos enunciados militares. A ênfase atribuída ao *eu* não é prevalente na enunciação militar e costuma provocar alguma desvalorização do signatário/enunciador. São tradicionalmente preferidos ou o pronome *nós*, quando há compatibilidade para este nível de intimidade hierárquica, ou eufemismos do tipo “este Comando”, no lugar do *eu*, com o verbo, como é evidente, na 3ª pessoa do singular: “esta Chefia informa”...e através de um pronome pessoal de tratamento na definição formal do destinatário: “vossa excelência” para as altas autoridades, “vossa senhoria” para algum nível de autoridade e “o senhor” para pessoas sem títulos percebidos – o que evidentemente não é exclusivo do meio militar. Malgrado a reprovação do emprego do pronome pessoal de 1ª pessoa do singular ser costume engessado pelo uso e determinado pela norma, o *eu* empregado por A não é uma mera incontinência formal, menos ainda gratuita. A essas caracterizações da materialidade lingüística – do *texto*, portanto – acrescem razões derivadas do *discurso*, que uma descrição lingüística não atinge, mas se mostram perceptíveis através da AD.

Dentre as opções de fazer uso de um pronome pessoal de 1ª pessoa do plural, um *nós*, que a tradição costuma referir como “de modéstia”, e a solução que o candidato da situação deu para as referências citadas (a opção do *eu*), ainda que tivesse sido inconsciente, A necessitou e buscou remeter-se ao patrocínio da autoridade maior do clube, então em exercício, o Presidente em gestão (X). Ao enfrentar em eleições diretas, como general de duas estrelas, um general dois postos acima do seu, não é exatamente de “modéstia” que ele precisa, mas de um perfil visível, que sirva a quem não tem o palanque mais alto e o lugar mais de frente, na representação com que busca individualizar e tornar mais legível sua proposta de candidato.

Foi da autoridade suprema em função, o então presidente do Clube, a opção de escolher *o nome* da situação, não *a chapa* de situação. Nada mais individualizado e distinto. Selecionou alguém especificadamente, isto é, atribuiu-lhe o direito a um *eu*; em outros termos, homologou em benefício de A o direito à existência individual e à independência política, sem levar em conta identificações e altitudes militares: de este se tratar de um candidato de duas ou quantas estrelas. A identificação funcional lhe era desfavorável, inferior, numa organização hierárquica. Embasado pela escolha pessoal do presidente em exercício,

quatro estrelas – que outorgou o direito desse novo *eu* de pleitear o poder – , o candidato *A* estava tentando reduzir as desvantagens eleitorais derivadas do caráter hierárquico. Não era para menos. Dessa perspectiva, há um *eu* competindo com um *sua excelência*.

O que o texto não diz literalmente, não está materializado na lâmina lingüística, mas a AD traz à tona, como efeito de significação emergindo do contexto imediato, é que estamos diante do silenciamento de uma enunciação, segundo a qual, malgrado existirem na mesma diretoria anterior, em fim de mandato, gerais de posto mais alto que *A* (três estrelas, que se achavam presentes à reunião de diretoria que procedeu à escolha), não foram estes os escolhidos pelo Presidente em função. Uma questão que aflora é a de por que haveria da parte do candidato da situação (duas estrelas) esse empenho de buscar ostensivamente o respaldo da autoridade – o presidente em exercício – ainda que pagando o preço de lançar mão de um repulsivo *eu* textual, em um meio aculturado segundo padrões de identidade coletiva? ( Em 1.3)

A explicação remete à figura da *formação discursiva* específica, a impor o que se deve dizer, o que pode ser dito, por quem. O candidato da situação, através de um *eu*, na representação que faz de si próprio, busca configurar-se individualmente como o escolhido pela hierarquia, o único escolhido – ele mesmo, não a chapa a que pertence. Ninguém mais. Já nos primeiros momentos de seu aparecimento no horizonte eleitoral, a grande oposição latente ao candidato de duas estrelas, manifestou-se e o confrontou, não exatamente, como chapa de situação ou na(s) pessoa(s) de seu(s) componente(s) mas, mais especificamente, ao nível produzido pelos princípios e racionalidades da hierarquia, derivada da *formação ideológica* de raiz. E tal se terá devido a que se renunciou, desde o momento zero, uma disputa eleitoral não entre propostas diversas de gestão do Clube, estilos ou objetivos de administração mas, fundamentalmente, entre candidatos de hierarquias díspares.

Da perspectiva, então, do candidato de situação selecionado, a autoridade que o indicou é seu grande eleitor, o cacife maior para a sua aceitação pelo grupo de associados eleitores. Este, o passaporte para a vitória nas urnas, desde que obtivesse do eleitorado uma identificação entre o quatro estrelas que o selecionou (*X*) e ele próprio, *A*, o duas estrelas selecionado, o *eu*. Em outras palavras, sua vitória dependeria de que o vissem, não como quatro estrelas, que não o era, mas, pelo menos, deferido e ungido por um quatro estrelas, presidente em função, para poder enfrentar um outro quatro estrelas, da oposição, *de igual pra igual*. A se viabilizar tal raciocínio, isso corresponderia a alguma coisa como um repasse da hierarquia, fazendo do candidato *A* uma espécie de procurador do posto mais alto, nomeado e ajuramentado pelas quatro estrelas do presidente em exercício. Para dizer o menos, estamos, à

luz das racionalidades hierárquicas, diante de uma proposta de absurdo: imaginar uma migração de poder e uma argüição das prescrições normativas da *formação ideológica* militar, tal como percebida pelo grupo.

Assim, no plano discursivo, se começou a desenhar a perspectiva de um dique de bloqueio às pretensões do situacionista: malgrado, como diz ninguém menos que ele próprio, seus *40 anos de serviço na ativa* (§3), particularmente como *diretor presidente de clubes e círculos militares, em todo o Brasil e no exterior*, todas as *experiências e conhecimentos que conseguiu amearhar, credencial que não pode ser descartada* (§5) e, afinal, o reconhecimento de seus pares e chefes. Com todo esse *curriculum*, não tinha o candidato da situação direito a uma surpresa ingênua neste seu curso eleitoral, ao nadar na contramare das lógicas, supostos e prioridades da *formação ideológica* militar. Esta se lhe impunha como paradigma, unidade e origem das significações a serem cumpridas e ponto focal de uma coerência de que a organização, individual ou coletivamente, e a instituição, oficial ou oficiosamente, historicamente não abrem mão. Aí se continha a prescrição de uma disciplina de reprodução dos seus elementos de saber e das posições ideológicas que representava. Esta desobrigação que o candidato A se permitiu no plano discursivo lhe acenava com a interdição – não da candidatura, que o estatuto do Clube garantia – do êxito.

*Le pouvoir, je crois, doit être analysé comme quelque chose qui circule, ou plutôt comme quelque chose qui ne fonctionne qu'en chaîne. Il n'est jamais localisé ici ou là, il n'est jamais entre les mains de certains, il n'est jamais approprié comme une richesse ou un bien. Le pouvoir fonctionne. Le pouvoir s'exerce en réseau et, sur ce réseau, non seulement les individus circulent, mais ils sont toujours en position de subir et aussi d'exercer le pouvoir.* (FOUCAULT, 1997:26)

Eis aqui, mais uma vez no plano discursivo, agora, a enorme aporia que se entreabre ao candidato de duas estrelas: de uma parte, é candidato da situação, candidato de um general de quatro estrelas presidente, mas *ele próprio* não é um quatro estrelas. E, como reza uma verdade do grupo social que integram ambos, poder não se exerce por delegação – alcança-se, conquista-se. Esvazia-se, neste tipo de razão, o arsenal de justificações e retóricas ao alcance da situação.

De outra parte, e não menos importante, o candidato da situação, com todos esses *defeitos* à vista, não poderia correr o risco de ter nome e chapa associados à violação da idéia de união e coesão da Instituição, no sentido com que este conjunto de valores gestados pelo poder é auto-percebido e, a partir da mesma formação discursiva, afinal, ele *fonctionne en*

*chaîne, s'exerce en réseau et qui n'est jamais localisé ici ou là.* E como tal tem funcionado ao longo da vida da instituição, já mesmo na fase de conquista de sua identidade<sup>1</sup>.

Ainda que ao longo de sua existência as eleições presidenciais do Clube Militar revelem que a eleição de um general duas estrelas se afeiçoa à norma escrita, não infringe os estatutos nem é fato novo em sua história, não se consegue fugir à associação que se faz com o fato de que tal excepcionalidade, um presidente do Clube de duas estrelas, se verificou a partir de 1990: dois anos, portanto, depois da nova Constituição, quando se buscou a construção de um novo Estado, após o fim do regime militar de 1964, em meio ao clímax de uma atmosfera de, no mínimo, desconfiança mútua. E neste clima: na chamada “Nova República”, com presidentes da República e ministérios civis, FHC, em dois mandatos, Lula eleito e empossado já para um segundo período, ambos anteriormente antagonizados pelo regime de 64, quando, à época do regime militar, FHC e Lula eram percebidos como emblemas antimilitares. São exemplos outros de um clima de antagonismo desse novo tempo, como tal percebido pelo mundo militar: medidas como a criação do Ministério da Defesa sem qualquer planejamento prévio – o que na Instituição infringe um evangelho – ; a nomeação de titular civil, absolutamente alheio aos misteres da Defesa, um político em particular, o que para o grupo é historicamente derogatório; a redução das funções militares ministeriais dentro do Executivo; o emagrecimento da participação no Orçamento e nas decisões de algum modo relativas a questões de defesa e segurança nacionais; a perda de *status* dos até então ministros das Forças; a perda de interlocução da Instituição junto aos centros de decisão estratégica; a tomada de medidas como a privatização de empresas entendidas como estratégicas, a que se deve acrescentar a valorização de um “neoliberalismo”, visto como um capitalismo antinacionalista ou entreguista (para usar de uma expressão que no grupo não consegue ser sentida como obsoleta), de racionalidades, interesses e valores transnacionais. Em suma, tais fatos omissões e medidas – acrescidos, ainda, das indenizações a participantes, reais ou supostos, da guerrilha – ou que como tal se colocavam – eram percebidos como descréditos da Instituição no âmbito do novo regime, desvalorizações da noção de autoridade militar, da participação nas relações de poder, em particular nas questões constitucionalmente vinculadas às forças armadas. Este foi, e é, o olhar da instituição fardada, quando o candidato de duas estrelas busca, legal, lícita e legitimamente, alçar-se a uma presidência do Clube Militar para a qual fora escolhido.

---

<sup>1</sup> No sentido com que Coelho a cunhou. Ver obra citada.

Nenhuma surpresa que, no clima político pós-regime de 1964, tenha parecido, digamos, mais lógico e menos desconfortável não expor como presidente do Clube um general de quatro estrelas. Ainda que a letra das normas estatutárias autorizasse candidatos de postos diversificados, pareceu prevalecer a percepção de que a hierarquia teria de ser preservada, o que significaria no mínimo um *low profile*. Tais motivos se mostram, assim, mais fortes e presentes que o assentimento de normas escritas, os Estatutos do Clube registrados em cartório. É raciocínio mais político que militar.

O autor dessa interdição à vitória eleitoral do candidato da situação à presidência do Clube Militar não é, como se observa, um sujeito personalizado, ou qualquer autoridade, qualquer cargo, afinal, com direito à ordem ou ao bloqueio, ou alguma lei de caráter proibitivo que interditasse o projeto presidencial do candidato de duas estrelas na vida política corporativa. Não há infringências a normas. A autoria da derrota eleitoral que inelutavelmente adviria se radica na *formação discursiva*, que se entende e aplica como

o “princípio de agrupamento do discurso” do candidato, o sujeito formal desses discursos, a unidade e “origem das significações”, o “foco de coerência” de um poder não concreto, que circula, funciona e se exerce em cadeia. (FOUCAULT.1998:26), (grifo meu)

Posteriormente a essas nossas considerações, e não por coincidência, uma “Mensagem Especial” sobre o candidato da situação (A) foi remetida aos eleitores. Vem assinada não pelo próprio candidato, mas por um outro general de quatro estrelas (chamemo-lo Y). Falava menos como membro Assessor da diretoria em função no Clube que como general de quatro estrelas. Como voz da hierarquia, e não da Assessoria, presta seu depoimento em favor do voto no candidato A, de menor altitude profissional, que afinal é o de sua escolha. Em sua “Mensagem Especial” são reconhecidos em A (duas estrelas) “atributos e características desejáveis” ao perfil de um presidente do Clube. É, em alguma medida, uma ressonância do que o candidato já afirmara de si próprio, violando com o emprego do *eu*, como fizemos referência, o princípio de impessoalidade inscrito na formação discursiva. Mas agora seria diferente: não há *eus*; é um outro general de quatro estrelas quem fala, corroborando a indicação eleitoral do quatro estrelas, presidente em exercício (X). O dado novo não está na opinião em si, ao apontar os méritos encontradas no candidato A; este só corrobora uma opinião generalizada dos associados quanto às qualificações do candidato de duas estrelas. A novidade quase insólita reside na identidade militar do signatário: do mesmo

posto (quatro estrelas) do candidato de oposição (*B*) e do presidente em exercício (*X*), sendo, ele próprio, um ex-presidente do Clube Militar.

Aparentemente um empate entre os trunfos depositados na mesa. Ledo equívoco: a mesma enunciação feita por um general de duas estrelas e por um de quatro têm discursivamente sentidos diversos. Como se disse, as mesmas palavras, que não são transparentes, têm sentidos diversos quando proferidas de posições diversas e em formações discursivas distintas. No rol dos atributos de *A* apontados na “Mensagem Especial” de *Y*, são reassegurados os constantes da comunicação do próprio candidato *A*: *a experiência ampla e bem-sucedida ... em gestões de clubes e círculos militares* (§10); *a capacidade administrativa na atual gestão* (§11); *de liderança* (§13), *organização* (§14); *aceitação ampla e apoio expressivo pelos associados; relacionamento externo (pessoal e funcional) com facilidade de acesso à cúpula da Força Terrestre* (§16)etc. O que de novo aparece – além do fato de ser subscrita por um outro general de quatro estrelas em apoio ao general candidato de duas – é o acréscimo de um atributo, até então não mencionado, e que se contém literalmente nas seguintes expressões de *Y* aplicadas ao candidato *A*:

**§9** ... *postura moral e atitude firme, corajosa e patriótica na defesa das Forças Armadas e da Revolução Democrática de 1964 [...] contra críticas públicas ofensivas de membros esquerdistas da delegação do Brasil em conferências sobre direitos humanos na Georgetown University, Washington.*

Esta referência, que, em essência, não singularizaria um candidato de outro, serve, contudo, para reafirmar, mais que o texto abriga, já no plano do discurso, que o candidato da situação se inscreve harmoniosamente em seu grupo, respeita a hierarquia, a coesão e integração do grupo e alimenta um pensamento conforme aos padrões e matrizes institucionais. Afinal, aí se contém motes do movimento de 1964. Por trás desta referência à 1964, explicitada na citação – que se aplicaria em cheio também no candidato da oposição, embora este, dela, não tivesse feito uso –, há todo um investimento na mobilização de eleitores deferentes à referência feita e que a consideram definitiva para a escolha do candidato a votar. E estes não são poucos. Possivelmente a enorme maioria dos sócios de postos e idades mais elevados subscreverão a necessária posse desse atributo de motivação ideológica. E se há algo de que o candidato *A* precisa é de postos mais elevados. A citação transcrita é percebida como um crisma de reverência aos conteúdos e princípios da “Revolução de março de 1964”, em última análise, entendida como substancialização da

*formação ideológica*: uma continência inconsciente que se bate em acatamento à hierarquia e à disciplina, seus valores, princípios e justificação. A citação do atributo tinha um caráter definidor e definitivo na dissipação de eventuais dúvidas dos que não conheciam o candidato da situação, o inferior hierárquico.

Um outro aspecto presente na “Mensagem Especial” com que o general *Y* manifesta suas razões de votar no general de duas estrelas, contra o candidato de oposição de seu mesmo posto, reside em uma questão que levou todo associado votante a refletir: e se o presidente do Clube Militar for um “duas estrelas” e os correspondentes do Clube Naval e da Aeronáutica forem quatro estrelas, como conseguirá o do Clube Militar, inferior hierárquico, se articular junto aos confrades de maior hierarquia das outras duas forças? É subordinar uma força armada às outras duas, rezaria a lógica canônica de matriz hierárquica. A “Mensagem Especial” se antecipa buscando dirimir tal sorte de dúvidas e apreensões. Sem que o assunto estivesse em questão, esclarecia que “a ação conjunta interclubes, essencial nas reivindicações legais e na defesa dos elevados interesses das Forças Armadas e da Nação (junto ao Governo e à sociedade), reveste-se de *legítima e poderosa autoridade* resultante da união das forças das associações integrantes, *sem que haja prevalência da hierarquia militar de seus presidentes*”(§3). Não era um tema em discussão. Sua inserção leva em conta, mais uma vez, a presença inconsciente e soberana dos interdiscursos – advindos de códigos, regulamentos – em última análise, da formação ideológica militar – que dá configuração às formações discursivas e define o que deve e o que não deve ser dito, “relacionado a um mesmo sistema de regras e em seus enunciados normativo-prescritivos, historicamente determinados”(MAINGUENEAU, 2000:68).

No plano do texto, a menção da “Mensagem Especial” poderia até ser inquinada de ociosa, mas não: nunca é demais ou abusiva a manifestação de acatamento aos princípios e emblemas da hierarquia e da disciplina, ainda que em referências parafrásticas e redundantes. E a formação ideológica é a matriz delas todas. Daí dizer-se, aqui, com oportunidade, que, da tensão existente em todo funcionamento da linguagem, entre processos parafrásticos (remissivos, reiterativos) e polissêmicos (criativos), prevalece no meio militar o das famílias parafrásticas, sentinela atenta a riscos de rupturas na produção da linguagem, ao deslocamento de regras e à fragilização da verdade institucional (4.2).

Toda essa reflexão em torno do aparato discursivo se deverá a que a mera competição entretecida por candidatos de postos diferentes, malgrado sua admissão nos

estatutos do Clube, já é em si um acontecimento incômodo.<sup>2</sup> Não surpreende, portanto, que o candidato da situação esteja querendo agregar o seu nome – auto-representado e carimbado textualmente pela imagem de um inconfundível *eu*, e eleitoralmente construído pelo presidente em exercício (*X*), ao de dois generais de quatro estrelas: o presidente em gestão e um ex-presidente, signatário da “Mensagem Especial” (*Y*).

Mais uma vez, *A* talvez considerasse ser este *eu* o seu trunfo maior. Das pessoas envolvidas no pleito, é o único *eu* – singularização ainda maior que a indiscutível competência que traz para a função como o texto traz à tona. Entretanto, o *eu* investido não pesa tanto quanto o sistema de saber e de valores derivados da socialização que, afinal, o colonizou na *formação ideológica*. Contra si, seu cacife, seu projeto de mostrar a corroboração da hierarquia, paira de contrapeso, contudo, a impossibilidade de arranhar a formação ideológica, onde se inscrevem as formações discursivas. No caso em espécie: de se repassarem discursivamente qualquer hierarquia e qualquer poder que, particularmente, é impessoal, até mesmo por definição e regramento burocrático-weberianos. No caso em questão, esse poder estatutariamente é civil: o mesmo que, também empiricamente, se instala no lugar do Presidente do Clube: na sua cadeira, nos seus despachos e convocações, sua sociabilidade, suas irrecorríveis decisões, a mesa privativa em que faz suas refeições no restaurante do Clube, as homenagens que recebe, as pessoas que o procuram, os convites para eventos, a precedência em mesas e auditórios; os espaços na mídia abertos, a relação com os associados regida pelo princípio de comando-obediência.

*What makes power hold good, what makes it accepted, is simply the fact that it doesn't only weigh on us as a force that says no, but that it traverses and produces things, it induces pleasure, forms, knowledge, produces discourse.* (Michel Foucault.1980:119, grifo nosso).

Com isso, correu o candidato da situação o risco não muito distante de não poder repetir metaforicamente os monarcas absolutistas que, com base em um *jus naturalis*, de início, eram representantes de Deus, posteriormente se constituíram no próprio Deus na Terra. A “*jus naturalis*” traz uma intenção de homologia com as direções e densidades da formação ideológica, mas a ela se submete. Mais poderosa, a formação ideológica opera como o próprio

---

<sup>2</sup> A título de ilustração, recorde-se o episódio da candidatura “autônoma” do general de três estrelas Albuquerque Lima postulando a Presidência da República na sucessão da Junta que dirigiu o país depois da doença de Costa e Silva. E a frase do ministro do Exército de então, general Orlando Geisel, de que “não bateria continência para um general de três estrelas”. Jarbas Passarinho e Mário Andreazza seriam também objeto de rejeição calçada na mesma formação discursiva que, como se disse, como “visão de mundo de determinada classe ou grupo social, se inscreve nas formações ideológicas” (ver capítulo 5).

direito natural, esvaziando aspirações e direitos outros nascidos da lei positiva, do mérito, do reconhecimento consensual, da experiência ou de qualquer credencial terrena, a que pudesse um candidato menor, ainda que ocasionalmente mais qualificado, recorrer.

(2) *auto-imagem do eu construída por três imagens do nós*

O *nós*, para fins de análise, representa não tão simplesmente uma forma plural do *eu*, como diz Benveniste (1966), mas uma forma ampliada que permite ao enunciador integrar outros enunciadores ao seu dizer. Nesse sentido o *nós*, por sua própria natureza, “designa conjuntos lexicalmente não nomeados”<sup>3</sup>. A representação discursiva do sujeito, na construção textual do *nós*, se faz em consonância com a “estratégia do *eu*” acima discutida. Nasce da perspectiva de ameaça de insucesso eleitoral – ante as limitações que a situação competitiva lhe impõe – e se equipa do vigor do “coletivo” em uma instituição – aqui entendida como conceito, projeto e comprometimento – que dita o seu *ethos* e a suas lógicas. São as seguintes as representações do candidato A através do nós:

- (i) Como parte da *diretoria então em exercício* que integra como 3º vice-presidente pessoalmente escolhido para a sucessão do presidente;
- (ii) Como *eu-e-a-diretoria* a ser eleita pela situação;
- (iii) Como *nós-brasileiros*.

São ilustrações de (i): *Ao assumirmos a 3ª Vice-Presidência; verificamos que teríamos a árdua missão de (§6) resgatar a imagem do Clube; trazer de volta o associado; criar atrativos, conquistar jovens e crianças; visando o rejuvenescimento (para rejuvenescer nossos Quadros); para isso fixamos as seguintes metas (§7). A chefia da vice-presidência então exercida identifica o nós até aqui citado com o eu anterior. São a mesma pessoa, já que o Chefe, aqui Vice-presidente, é responsável por tudo que os subordinados fazem ou deixam de fazer, conforme reza um lugar-comum da Instituição.*

Esse *nós* (do tipo “*eu-e-a-diretoria-em-exercício*”) se alonga no *trabalhamos diuturnamente, com dedicação integral, e se embute no contando com uma excelente equipe de diretores e funcionários (§8). A presença do eu neste conjunto se faz através da oração principal: afirmo (§8). Todas essas ações coletivas do nós se passaram tal como textualmente*

---

<sup>3</sup> GUESPIN. 1985 ;46. Citado por Freda Indursky,1997: 66.

relatado pelo *eu*, não há por que subsistir incertezas: em última análise e, para dissipar eventuais dúvidas, porque (eu) *afirmo*. É o aval de verdade das enunciações. O *eu* do candidato A está em todos aqueles *nós*, comandando-os. O *eu* dirigiu intelectual e empiricamente as atividades e deu o selo de veracidade ao relato textual sobre o trabalho. Com o mesmo selo de qualidade chega a sentença final das atividades: *afirmo* que [...] *tivemos êxito*. (§8). O *nós* depende para viver do mesmo *eu* anterior.

Essa agregação textual da equipe vitoriosa do candidato A enquanto diretor não é, contudo, um exercício de jactância: é uma necessidade. Não há desagregação, e isso precisa ser afirmado, já que dois outros vice-presidentes, confrades em gestão (gerais de três estrelas), migraram para a chapa de oposição, imagina-se, por absoluta incompatibilidade hierárquica. Com essas migrações, torna-se ainda mais imperioso que a candidatura de *situação* não seja entrevista como divisionista ou ameaça de racha. Tudo isso independente de se estar operando aqui com funções civis de uma associação de direito privado. Se essa idéia de divisão – e daí para a *desunião* é um pulo discursivo - fosse percebida, a situação já teria um outro motivo para perder a eleição *avant la lettre*. Tudo isso, malgrado – o que não é pouco – todo o substrato de admiração e respeito dos associados e da Instituição como um todo pelo presidente da diretoria que A integrou. E, recorde-se, foi este presidente que, afinal, selecionou e convidou A a candidatar-se.

(ii) o *nós* como *eu-e-a-diretoria a ser eleita* pela situação

Uma auto-representação do candidato com base na imagem de um outro tipo de *nós* traz, no plano do texto, a idéia do *eu* agregado à diretoria a ser eleita: *temos pretensão de dar continuidade, afastando-nos da rotina; quando apresentaremos um programa de ação* (§10); *para atendermos aos anseios dos sócios, razão de ser de nosso Clube* (§10). No plano da análise de discurso é fundamental *continuar o que* a diretoria atual, vale dizer, *que o atual candidato da situação realizou* – claro, contando com os demais diretores e funcionários de iniciais minúsculas. O elo exclusivo entre as realizações da diretoria em fins de mandato e a que a sucederá é o candidato da situação. E evitando a rotina. Não surpreende que os membros de um grupo social – formados integralmente na(s) mesma(s) escola(s), submetido a uma mesma socialização, em que cada ser particular, como agente empírico e ser de razão, contribui de seu lugar para a ordem global – identifiquem no outro membro da mesma totalidade auto-percepções idênticas. Há, no campo dos juízos do ser moral, toda uma

valorização da aprendizagem do *mesmo* e uma penalização em gradações distintas na assimilação do diferente, do *outro*.

E qual será essa *rotina* que se busca evitar e não explicitada plenamente? Genericamente considerada, no plano da lingüística, essa “rotina” diz respeito a um difuso *o que era antes*, o que era feito antes. E “o que era antes” define a atuação de diretorias encabeçadas por superiores hierárquicos. Esse é um terreno pantanoso. Por isso, não há benefícios em o candidato da situação arriscar-se alongando-se nessa ordem de consideração ameaçadora a sua integridade eleitoral: sobre diretorias outras, presidentes outros, autoridades outras acima de seu posto militar. Já se terá observado que, aqui neste pleito – ao contrário de comportamentos eleitorais outros –, não se designa o adversário, que sequer como tal é tratado. Daí que o *afastando-nos da rotina* (§10), no plano lingüístico, só mereceu a atenção de uma referência textual fugaz. Não mais que um registro cartorial de sua observância, sem maiores aprofundamentos da linguagem. Assim se mostra o texto compreensivelmente acautelado em sua materialidade textual.

Mas o *afastando-nos da rotina*, que a análise do *discurso* situacionista desvela, traz significação maior que a que o texto expõe, porque se enuncia em contraponto a uma tradição: a *rotina* de se elegerem, para a presidência de uma entidade de direito privado, gerais de quatro estrelas, como, aliás, vem sendo histórica e ritualisticamente cumprido, com as exceções dos períodos desaconselháveis e politicamente incômodos para o exercício dessa rotina regimental e ideológica. É equívoco e ingênuo julgar que significados extraídos exclusivamente da lâmina lingüística vão decidir o voto através do mero reconhecimento de uma experiência notória, que ninguém põe em dúvida devido aos reconhecidos valores morais, qualificações recomendáveis do candidato da situação etc, etc. “De fato, a linguagem ultrapassa o homem, a linguagem escapa ao homem” (FEBVRE. 1998:46).

Uma leitura textual asséptica ignora os significados da *formação ideológica*, *granu salis*, de seus postulados de saber e de poder, da ação reitora sobre as *formações discursivas* derivadas. E é inócua o argumento de que o Clube não se rege pelas leis e códigos de um comando militar, de que não é um quartel ou base militar mas uma sociedade civil, regida por um direito civil privado. A formação discursiva, enunciada a partir dos elementos nutrientes de uma formação ideológica, é mais consistente e imperativa do que a filigrana técnico-jurídica de uma lei entre pares, um contrato, estatuto de sociedade civil. Resta a nós, leitores, a convicção confirmadora de que os sentidos não estão nas palavras mesmas. Ainda que possam estar nos silêncios. O próprio silêncio, diz Febvre, “é cheio de palavras”(1998:46). E de sentidos. E “elas nunca falam sozinhas” (Idem:30). Os sentidos não existem em si: são

determinados pelas condições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as enunciações são produzidas. Essa potencialização mágica das significações do texto tratado como discurso pode até ser dita de uma outra forma, aqui mais contida em suas explicitações políticas.

Essa força instauradora do significado evidentemente não depende da palavra em si, mas, quando ela se instala, produz uma economia de tal ordem que se torna suporte de simultaneidades. E essa capacidade do verbo de condensar o significado, paradoxalmente, é que dá à palavra esse caráter mágico, esse caráter sagrado. [...] a palavra nos deixa (na superficialidade imediata da comunicação) uma ilusão de que é possível apreender na sua integridade o objeto pela nomeação para em seguida negá-la pela ambigüidade. (YUNES, 2002: 98)

( iii) A representação do sujeito em um *nós-os-brasileiros*.

Quando o enunciador do texto de situação migra, no texto, do subtítulo de *continuação* para o de *determinação*, desaparecem suas representações do *eu* e do *nós*, como até então empregados (citados em i e ii acima), e emerge uma outra representação do sujeito, inscrito, agora, no *nós-brasileiros*. Indubitavelmente não se acham, aqui, em discussão aspectos jurídicos de uma possível representatividade ou titulação, concedida ou conquistada pelo enunciador, para que fale em nome de ‘nós brasileiros.’ Não é bem essa a questão. O *nós brasileiros* é amalgamado em torno de *questões nacionais*, em que se relacionam tópicos centrais, estratégicos, de nossa política interna e externa – assuntos que *só a nós brasileiros dizem respeito* (§13). Esse *nós brasileiros*, como é evidente, não se basta nem se representa simplesmente nos associados do clube, diretores e funcionários, como no discurso da *continuação* (§ 4º) É um outro *nós*. Este *nós brasileiros* (§ 13) é um aceno de mobilização inchado de intenções patriótico-nacionalistas, tal como entendido, sentido e professado por pessoas que, assim, partilham de uma visão de mundo, uma ética política, que abriga, por exemplo, em sentido lato, as soluções de centralização do poder, de propriedade exclusiva de bens públicos pelo Estado brasileiro e de relações Estado-sociedade por aquele regido em relações de comando-obediência. Trata-se de uma convocação ideológica, portanto, com a qual se pode, com base em evidências, razões e paixões, concordar ou não.

O que se acha em tela aqui é apontar o redirecionamento do texto de um órgão associativo-corporativo-setorial, da postura de *continuação* (§4 e seguintes) para a de *determinação* (§12 e seguintes). Nesta, as posturas já se acham definidas e conhecidas e incluem uma irredutível atração pela estatização, que se imagina contida no lema,

universalmente aceito no grupo, *Brasil acima de tudo*, independentemente de sua origem alienígena, germânica.

Em suma, o *nós brasileiros* é constituído por todos os brasileiros, evidentemente, que pensam – ou podem vir a pensar – com visões idênticas das *questões nacionais* levantadas ou, mesmo, que a elas ainda sejam indiferentes. Não é difícil antever uma mobilização maciça de colegas mais antigos e de vivandeiras manifestas e latentes. E o *nós brasileiros* será, assim, constituído dos que serão *liderados e mobilizados* (§ 14) em forma de *movimentos que comunguem com os nossos ideais* para *atuar com determinação na busca de soluções a serem propostas*. (§14) Para tanto, está para ser criado um *Núcleo de Estudos Políticos e Estratégicos* (§15) pelo presidente do Clube, para quem é fundamental *ter vontade* (§14), *coragem e determinação* (§16), *considerando as tradições, o valor de sua autonomia e independente voz* [do Clube]. (§14) Mais até: estamos diante de uma candidatura devotada à *materialização da esperança de fortalecimento da voz e do nome que o Clube Militar conquistou perante a sociedade brasileira*. (§8)

Esse trecho do discurso da situação – denominado *Porque determinação* (§12 e seg.) – pode ser lido discursivamente como uma tentativa de *aggiornamento* aos princípios, corpos de saber e repertório de valores da *formação ideológica*, que nucleiam o processo de socialização institucional militar e constituem a(s) formação(ões) discursiva(s). Algo, aqui, como uma compensação retórica pelo fato de no primeiro trecho – o da *continuação* (§4-12) – não ter, com o êxito desejado, conseguido vencer os bloqueios impostos pela mesma formação ideológica e deixar transparecer que se candidatava somente porque (i) tinha sido indicado pelo Presidente general de quatro estrelas em exercício e (ii) era dotado de competência para tanto – repetindo a verdade consensual de seu conhecimento, como se isso bastasse.

Não basta. E o que acaba emergindo da leitura é que o primeiro trecho – *continuação* – era para ser lido como o da chapa da situação, dando *continuação* à gestão e ao plano diretor (§3) do general de quatro estrelas (X), presidente então em exercício. E *continuação* é conceito com sabores especiais de alta valorização para o grupo. Essa leitura só tem sentido ao se pressupor que o *eu* (o candidato da situação) é (seria) o presidente continuador. Um tal argumento seria a solução discursiva para o candidato de duas estrelas, desde que corroborada por grupo bastante de eleitores, já que a 2ª parte – *determinação* – já se sintoniza com ondas ideológicas e nacionalistas e com reflexões político-estratégicas pautadas na formação discursiva da “Mensagem Especial”, uma carta de recomendação de Y, que lhe conferia patente de revolucionário de 1964.

A primeira parte da comunicação – a *continuação* do êxito – é exclusiva do candidato da situação, mas não é bastante. A distância desvantajosa com relação ao candidato da oposição está nesta 1ª parte, a *continuação*. A viabilidade do êxito discursivo da *continuação* está montada sobre um solo de fatos e construções lingüísticas condicionantes, tempos impessoais, um terreno textual movediço e circunstancial demais para ser aceito pelo grupo que, novamente, à luz da(s) formação(ões) discursiva(s), opera tradicionalmente a sua racionalidade em cima de modos indicativos e orações coordenadas, preferencialmente assindéticas, sempre em busca de textos claros, precisos e concisos. A língua(gem) da norma, da ciência jurídica e empírica. Da verdade: universal, necessária e permanente (3.4).

Se estas considerações forem verdadeiras e ajustadas à realidade discursiva, não é de todo absurdo admitir de permeio que esses ideais do *Núcleo de Estudos Políticos e Estratégicos*, cuja criação, diz o candidato A, *estamos estudando*, já se acham formulados, e há algum tempo, e que o Núcleo se reunirá, como dizê-lo?, para uma função de evangelização dos gentios, de uniformização de saberes derivados do poder, de definição de uma doutrina, de um regime de verdade, um estatuto de articulação, talvez de colonização, das almas mais leves e erradias ou de interesses comprometidos com a substancialização dos *nossos ideais*, no que respeitam às *questões nacionais*.

A esta agenda fundadora trazida pelo *nós brasileiros*, outras agendas se acrescentarão, até por força da dinâmica natural de um Núcleo de Estudos Políticos e Estratégicos que tenha êxito. Acha-se, portanto, pressuposta a admissão, dentro do *nós brasileiros*, das *demais forças atuantes da nação* (§ 14), para cujos fins de encontro e discussão será criado o Núcleo, que *ditará o posicionamento a ser adotado, e as ações a realizar, relativos aos objetivos a serem realizados*. (§15) Evidentemente que a função de *ditar (a nós brasileiros)* pressupõe um contestatório zero ante as conclusões do Núcleo, o que o fará assemelhar-se aos desfechos de estudos escolares a partir de formas monológicas, doutrinárias, manualizadas do sistema educacional, que ensinou o auditório a ver o mundo e a participar de sua construção e ontologia. Esse ditado, *a nós brasileiros*, é muito mais uma tomada de decisão que o resultado de uma deliberação.

O *nós*, que vimos aqui trabalhando é a primeira encarnação lingüística do “mais que um”, através da qual é possível examinar a passagem do “sujeito falante” para o “sujeito político”.<sup>4</sup> No lugar do *eu/tu*, que traz muito pouco a oferecer quanto a interlocutores sociais, surge em seu lugar o *nós*, que se mostra muito produtivo e eficaz. Por seu intermédio, o

---

<sup>4</sup> GEOFFROY. 1985: 6 Citado por Indursky, *op cit.* 66.

locutor pode associar-se a referentes diversificados, sem especificá-los lingüisticamente, daí decorrendo alguma ambigüidade de seu dizer.<sup>5</sup>

Observe-se também que *importante no perfil do Presidente do Clube é ter integridade moral, caráter e vontade, além de coragem e determinação para enfrentar e solucionar* (§16) os problemas. Solucionar os problemas incluía criar o Núcleo de Estudos Políticos e Estratégicos, mobilizar e liderar as forças atuantes da nação que comunguem de nossos ideais e que, junto ao Núcleo, extrairão dele o que vai por ele ser ditado: o posicionamento a ser adotado, as *ações a realizar* relativas aos *objetivos a serem conquistados*, todas elas expressões extraídas de conceitos tradicionais da doutrina militar que aqui – tudo é sempre muito possível – talvez ganhem uma dimensão metafórica. Segundo o discurso, reitere-se, só assim se solucionarão problemas e *questões nacionais*.

Parece agora mais fácil a compreensão de por que o importante no perfil do Presidente era ser dotado de todos aqueles atributos personalógicos, particularmente *vontade, coragem e determinação*. Há que ter vontade, coragem e determinação para confrontar a formação ideológica matriz e sem o menor aceno de êxito. Estaríamos diante, então, respeitadas as devidas escalas, distâncias e sintonias, de um Ulisses Guimarães revisitado em escala diversa, marcando presença num outro contexto, de instituição total. Observa-se, por força de contraste, que, para a viabilidade de todo esse projeto de um novo Clube, o importante é a implantação da *continuação* (§4), *afastando-nos da rotina* (§ 10).

A Comunicação de A afirma literalmente que *O Estatuto é sábio quando define o direito de que o candidato seja um sócio efetivo*: (leia-se: não necessariamente um general de quatro estrelas), *dando opção aos eleitores de poderem eleger aquele que tenha experiência* (por *experiência*, leia-se experiência mesmo, não posto, não antiguidade, não altitude hierárquica); *disposição para atender os anseios do quadro social* (por alguém que tenha disposição, leia-se não-idoso), *e que seja o porta-voz dos que não podem ou não devem manifestar-se publicamente* (§17): entenda-se, aqueles que, sendo da ativa não podem, por força de regulamento, se manifestar de público e se acham hierarquicamente, no curso da carreira militar, mais próximos de um candidato duas estrelas que do candidato quatro estrelas da oposição. Pela análise de discurso, é de observar que, muito mais do que o texto registra, o que se está afirmando é que o respaldo das prescrições do Estatuto – de existência oficial e fundamentação jurídica – se faz factível e cumpridor do *ethos* institucional. A vitória, do

---

<sup>5</sup> GUESPIN, Louis. 1985; 45-6. Cit. por Indursky. Ibid.

candidato da situação, A, não seria, então, um desrespeito ao candidato oponente, menos ainda à formação ideológica matriz.

Trata-se, pois, argumenta A, de escolher e votar no candidato que tenha *experiência e disposição*. Por *experiência* o *curriculum* do candidato da situação (§5 e § 6) não poderia ser mais rico. O discurso aponta o sentido dessa *experiência* para o exercício de funções diretoras no Clube. O atributo pessoal de possuir *disposição* se articula de maneira mais clara a referência anterior aos atributos imprescindíveis de *coragem, determinação e capacidade*. (§16) E traz à tona a questão da idade do candidato a presidente. Isso se mostra ainda mais nítido quando se lê no discurso oposicionista, candidato cerca de cinco ou seis anos mais velho, sua antevisão de, como presidente, ter ele de *enfrentar um grande desafio* em *longas jornadas de trabalho* futuro, (Comunicação do candidato B, §2). Foi uma resposta ao candidato da situação.

No revés, o ânimo da *determinação* de A contém nos teores de seu texto um processo semântico eufemístico, e só assim ganha significação discursiva, partida do silenciamento. E significa que não é absurdo algum imaginar que uma pessoa de idade mais avançada talvez não possua mais esses atributos julgados imprescindíveis a um Presidente de um Clube, com *todo este legado que nos deixaram* (Comunicação B, §7), [...] esta *centenária instituição*, [...] *com o seu passado de tradição e glórias*. (Comunicado B, §4) Tal afirmação incidirá, em sua aplicação genérica, em um grande número de pessoas de terceira idade e, por exemplo, também, num general de quatro estrelas da reserva ou reformado, ou seja, numa pessoa com mais de 50 anos de serviço, já portanto – segundo o discurso, não o texto – derreado pelo arrebol da vida, o que o localizaria a contrapelo daquela meta citada no, de visar o *rejuvenescimento dos nossos quadros* (§ 3).

Observe-se que ser *porta-voz dos que não podem ou não devem manifestar-se publicamente* (§17) significa que os idosos e o pessoal da ativa terão o presidente a ser eleito como seu representante direto, falando, afinal, pelos interditados pelo regulamento (os novos) ou pela idade (os idosos). E o que é interditado aos da ativa é manifestar-se em questões que possam ser entendidas como vinculadas à atividade política e, em particular, partidária. Neste aspecto, na condição de *porta-voz* da oficialidade da ativa, no caso do situacionista, o presidente do Clube, embora em posto inferior ao de muitos generais de mais alta patente, funcionaria arbitrando o direito de seleção do que pode ser dito, quando e por quem. Em última análise, é possível a leitura de que esta acaba sendo uma proposta de se substituir a cadeia hierárquica e a formação ideológica. Não é pouco. Não passa sem uma menção que tal função de intermediação, de *porta-voz*, por um duas estrelas hipoteticamente eleito,

contribuiria para o fortalecimento e reprodução – aqui citada só para fins de raciocínio – de uma outra formação discursiva, digamos, de uma formação discursiva de segunda geração, ou de caráter alternativo, a do Clube Militar. Essa seria uma leitura mais que possível, provável, ante o discurso disponível. Contudo, impensável. O que constitui argumento a mais que se contrapõe aos ideais do candidato da situação, e à própria lógica da instituição mãe, que não é *total* por acaso.

Finalmente o *nós brasileiros* tem alguma correlação com o emprego da maiúscula/minúscula inicial. A inicial minúscula refere-se ao clube enquanto espaço físico: *o clube hoje está bem freqüentado* (§8) e a maiúscula ao Clube enquanto Instituição, com seus supostos e conceitos: *os destinos de nosso Clube* (§3); *...importante no perfil do Presidente do Clube* (§16). Observe-se que a mesma lógica talvez faça com que *diretores*, assim genericamente referidos, e *funcionários* (§8) não façam jus à maiúscula, enquanto o Presidente do Clube (§16), Presidência (§2) e Vice-presidência (§3) se marcam em importância textual com a inicial maiúscula. Todas essas opções textuais, que imaginamos inconscientes, parecem inaugurar uma nova lingüística, na verdade bem antiga<sup>6</sup>, segundo a qual os significantes têm a relevância – tal como registrada nas notações gráficas – de seus respectivos referentes. Um exercício de mimesis<sup>7</sup>, talvez.

## 6.2. Transcrição do Discurso de Oposição

### **Doc B1**

§1- *Prezado associado.*

§2- *Aceitar candidatar-me à presidência do Clube Militar constitui para mim um grande desafio a enfrentar em longas jornadas de trabalho futuro.*

---

<sup>6</sup> Aqui se contêm duas das quatro formas de similitude que Foucault identificou “até os fins do século XVI, [quando] a semelhança desempenhou um papel construtivo no saber da cultura ocidental. Foi ela que orientou em grande parte a exegese e a interpretação dos textos: foi ela que organizou o jogo de símbolos, permitiu o conhecimento das coisas visíveis e invisíveis, guiou a arte de as representar”(FOUCAULT, 1966:34 et seq.) Estamos diante de uma analogia - entre notações de iniciais maiúsculas e a importância atribuída pelo enunciador ao referente – “em que se sobrepõem a *convenientia* e a *emulatio* foucaultianas. Tal como esta , assegura-se o maravilhoso confronto das semelhanças através do espaço; mas, principalmente, tal como aquela, fala-se de ajustamentos de nexos e de juntura. O seu poder é imenso porque as similitudes de que trata não são as similitudes visíveis e maciças das próprias coisas; basta-lhe que sejam as semelhanças mais subtis das relações.” (FOUCAULT, 1966: 39).

<sup>7</sup> “... during the Middle Ages and on through the Renaissance, a serious realism had existed. It had been possible in literature as well as in the visual arts to represent the most everyday phenomena of reality in a serious and significant context. [...] however different medieval and modern realism may be, they are at one at this basic attitude.” (AUERBACH, 1974:534-5).

- §3- *Sou aspirante de 1959 – Turma Rondon – e sócio do Clube desde 1960. Comandei Regimento, brigada, um Comando Militar de Área e fui Chefe do Departamento de Pesquisa e Ensino, quando integrei o Alto Comando do Exército e convivi com nossos camaradas que, hoje, ocupam os mais elevados cargos do Exército. Passei à reserva há dois anos e meio.*
- §4- *Procurei, para compor minha Chapa, companheiros com larga experiência em administração e com grande aceitação entre seus pares. Portanto reuni homens com os predicados necessários para continuar conduzindo esta centenária instituição, acorde com o seu passado de tradição e glórias.*
- §5- *Pretendo manter o excelente relacionamento que hoje predomina com os Clubes Naval e da Aeronáutica, por intermédio de seus Presidentes, hoje Oficiais Gerais do mais alto posto da hierarquia militar. O General X, atual presidente do Clube e amigo de longa data, afirmou-me que pretende manter-se neutro no pleito, conduzindo-o como dirigente isento.*
- §6- *Escolhemos para nome de nossa Chapa “Consolidar e modernizar”.*
- §7- *CONSOLIDAR tem o sentido de prosseguir o profícuo trabalho dos que nos antecederam, a quem homenageio pelo legado que nos deixaram.*
- §8- *MODERNIZAR significa, com feitiço próprio, introduzir novas rotinas administrativas e implantar novas tecnologias, tudo em benefício do associado.*
- §9- *Com a Chapa praticamente formada, apresento nesta oportunidade os meus Vice-presidentes:*
- *1º Vice-Presidente o General-de-Divisão C, atualmente no cargo;*
  - *2º Vice-presidente o Major Brigadeiro D, no momento Chefe do Departamento de Assistência Social – DASO;*
  - *3º Vice-presidente o General-de-Brigada E, ex-Diretor de Pesquisa e Estudos do Pessoal e recentemente na reserva.*
- §10- *Não somos, como se pode ver, corrente de oposição. Somos, isto sim, uma verdadeira Chapa de situação. Pois os propósitos e ideários são os mesmos de hoje e, até, a maior parte dos executores o também o serão.*
- §11- *Anseios e aspirações dos associados serão um farol a iluminar os caminhos a seguir. Alguns já conheço e deverão constar do meu Programa de Ação.*
- §12- *Na próxima eleição peço que exerça seu direito de voto, como forma de reduzir a significativa abstenção que tem marcado as eleições do Clube. Se o fizer, votando em nossa Chapa, nos sentiremos honrados, ciosos das responsabilidades que nos cabem.*

§13- *Com um cordial abraço.*

(a) CANDIDATO B

## **B-2 “PROGRAMA DE Ação – Resumo”**

### **1. APRESENTAÇÃO**

§1 *Prezado Associado, a Chapa Consolidar e Modernizar cumpre uma prescrição regulamentar ao lhe dar conhecimento de seu Programa de Ação –Resumo, para a eleições, período 2006/20008*

§2 *Ao fazê-lo, deseja dar destaque a seu propósito de prosseguir o trabalho das administrações anteriores, a quem homenageia, por terem , ao longo dos tempos, somado conquistas e nos transmitido todo este legado histórico, patrimonial, cultural e social que é o Clube Militar.*

§3 *Proseguir, consolidando, é pois , um dos propósitos da Chapa; modernizar é a determinação de, simplificando rotinas e introduzindo modernas tecnologias, maior eficiência operacional.*

### **2. POLÍTICA DA CHAPA**

§4 .....

§5 *Neste Programa de Ação-Resumo, a Chapa resolveu, dentro de uma visão sistêmica, atribuir a cada um dos Órgãos da Administração ações específicas a realizar.*

### **3. AÇÕES A REALIZAR**

§6 *Estas Ações consistem, em essência, na forma como a Diretoria aplicará seus meios para atingir os objetivos preconizados. São elas:*

§7 *Realizar pesquisas.....*

§8 *Ligar-se aos veículos de comunicação social...*

§9-.....

§10- *Criar um fórum permanente de debates sobre temas de interesse nacional, regional ou da Forças Armadas, com segmentos representativos da sociedade, com ênfase nos relacionados com a Amazônia;*

§11-*Manter estreita ligação com os clubes co-irmãos para discutir temas de interesse comum às Forças Armadas, à Família Militar e aos Associados;*

.....

§14-*Proseguir na modernização da infra-estrutura e do gerenciamento da informação, acompanhando os avanços do setor;.*

§15-*Estudar as causas de evasão de associados, buscando formas de a elas se contrapor;*

§23- Acompanhar os grandes acontecimentos nacionais , além daqueles ligados à Família Militar, expressando as posições do Clube, sempre ue isso for recomendável.

.....

§25- A Chapa Consolidar e Modernizar, coerente com a sua própria denominação e em reconhecimento ao trabalho dos que nos antecederam, se propõe a tudo fazer para manter no mais alto nível a tradições do Clube Militar de prestar serviços aos Associados , à Família Militar, às Forças Armadas e ao Brasil.

§26- Optei em nosso Programa de Ação – do qual este é apenas um breve resumo, e que é da Chapa e não do candidato –por estabelecer ações a realizar, onde o personalismo não pode prevalecer sobre o trabalho de equipe.

§27- Quero presidir um Clube pujante, coeso e forte como tem sido. Com sua representatividade e a dos demais co-irmãos – o Clube naval e o Clube de Aeronáutica, nossas vozes serão melhor ouvidas e os anseios e aspirações dos Associados, com mais força, defendidos.

§28- Eu e minha equipe ficaremos honrados, se contarmos com o seu apoio e com o seu voto.

§29- Vote!.....

(a) Candidato B

### 6.2.1. Análise do Discurso de Oposição

Em *aceitei candidatar-me*, (§2), inviabiliza-se uma possível insinuação de iniciativa própria do candidato e produz-se o efeito de sentido desejado (não se tratou de iniciativa minha, fui convidado a candidatar-me), e se justapõem *B* a *A*, por serem ambos escolhidos. Aí se contém um tipo de interlocução que, à luz da *formação discursiva*, é eticamente conveniente, já que repele manifestações de personalismo e valoriza a afirmação de trabalho de equipe – e isso numa instituição em que o individual é regido pela totalidade (1.3). Uma das pedras de toque da formação discursiva militar. Tal posição textual não é resultado de um recurso retórico efêmero. O recurso à afirmação de confiança no grupo, no coletivo, e de repúdio a individualismos personalistas é reiterada até literalmente: *Optei em nosso Programa de Ação, do qual este é apenas um pequeno resumo – e que é da Chapa e não do candidato [...]* , onde o *personalismo não pode prevalecer* (“Optei em nosso Programa...”) (§26). Trata-se de uma candidatura *nossa*, nunca só minha.

Em suma, se no desenrolar de sua postulação a concorrer às eleições, a chapa de oposição teve curso e conseqüência, tal não se deveu, conforme acentua o texto, a instâncias

de iniciativas pessoais do candidato da oposição. A Análise Discursiva, contudo, vai permitir localizar sentidos outros advindos do interdiscurso, ou seja, do encontro do texto com a ideologia – esta que é a função de relação necessária entre a linguagem e o mundo (capítulo 5). Afinal o discurso é expressão de um sistema ideológico de origem e de um discurso específico de autoridade (capítulo 5)

Como referência dessa descrição lingüística, acentue-se que o texto não abriga qualquer oração de sujeito indeterminado ou construção verbal de voz passiva. Os sujeitos no plano do texto se mostram em formas sintáticas sempre bem determinadas, tempos finitos, e a voz do candidato a presidente, e a candidato a sujeito de seu texto, se mostra invariavelmente como de agente ativo da ação verbal.

Dentre os vestígios que o texto do candidato *B* oferece à análise, uma das marcas que mais chamam a atenção, já à primeira leitura, é a que se localiza na seleção vocabular. Não passa sem uma forte impressão a recorrência do investimento da chapa do candidato *B* no campo semântico do *remanescer*. Nesse sentido, sinalizando a permanência, encontramos no texto da chapa de oposição tanto sintagmas verbais que a expressam: *para continuar conduzindo esta centenária instituição* (§4), em que se avizinham o verbo *continuar* e o verbo *conduzir* na forma de um gerúndio, o tempo verbal que representa ações em desenvolvimento, no presente, no passado e no futuro, e com a qual se passa essa idéia de manutenção das coisas, dos valores, ações e propósitos. Um outro exemplo de ação ou estado em continuidade localiza-se em *serão um farol a iluminar os caminhos*, (§ 11), em que o jogo verbal traz um infinitivo, quando alternativamente poderia ter trazido mais um exemplo de gerúndio, “um farol iluminando”, mais contraditória nas sintaxes do português da América. – com a diferença residindo apenas na construção preferida: aquela no português da Europa; esta, com o gerúndio, no português da América. De toda maneira, o sentido de continuidade, prosseguimento, continua existindo.

O próprio nome da chapa traz esta idéia de remanescência: *Consolidar e Modernizar*. *Consolidar* é tornar, fazer sólido (o que ainda não o é). Mas não é modificar, alterar a natureza, a essência. *Consolidar* não é mudar, no máximo é modalizar, alterar a gradação do atributo de solidez no que já existe. Na linguagem da tática militar, *Consolidar* é “o ato de ultimar a limpeza dos remanescentes da defesa inimiga de uma posição (objetivo) recentemente conquistada, e adaptar dispositivo que permita a sua *manutenção*” (GLOSSÁRIO, 2003). A manutenção é, então, o seu fim último. Trata-se, mais que simplesmente continuar, de manter-se com maior e mais robusta capacidade militar de permanecer e defender a posição contra a possibilidade de retomadas ou mudanças de

situação. No plano lexical, ainda, observe-se que, orientado para o mesmo sentido de continuidade, acham-se palavras ou sintagmas, nominais ou verbais, que semanticamente a evocam quase nostálgicamente, como *passado de tradições e glórias* (§4); *pretendo manter o excelente relacionamento* (§5); *Propósitos e ideários são os mesmos* (§10) e, até, a maior parte dos executores também o serão, (§10); *prosseguir o profícuo trabalho dos que nos antecederam*. (§7).

Juntamente com esta recorrência a estados de continuidade, não de mudança, o texto aponta, talvez como consequência, uma significativa reiteração do verbo *ser* e de verbos outros que, como o *ser*, constroem predicados nominais e reclamam um predicativo, vale dizer, alguma coisa de valor e função *adjetiva*, como complemento. Verbo *ser* (ou outro verbo de ligação) mais um adjetivo (ou sintagma de valor adjetivo) como predicativo do sujeito – eis um outro esquema utilizado pelo texto do candidato B. Nesta situação apontamos construções lingüísticas como: *Sou aspirante [a oficial] de 1959* (§ 3º); *[sou] sócio do Clube desde 1960* (§ 3). *Fui Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa* (§ 3); *não somos corrente de oposição* (§10); *Somos, isto sim, uma verdadeira Chapa de situação* (§ 10); *propósitos e ideários são os mesmos* (§ 10); *a maior parte dos executores também o serão* (§ 10); *anseios e esperanças serão um farol a iluminar* (§11). *Pretende manter-se neutro* (§ 5): *nos sentiremos honrados; [nos sentiremos] ciosos das responsabilidades* (§12); Há que igualmente assinalar outras funções de caráter adjetivo, como adjuntos adnominais, o aposto do sujeito, implicando um verbo *ser* latente: o General [que é o] *atual presidente do Clube* (§5); *O General [que é meu] amigo de longa data* (§5).

Essa *mobilização adjetivadora recorrente*, quando a função sujeito é exercida pelo candidato, alguém ou algo que lhe diga respeito, traz consigo a idéia de fixar uma identificação, definir sua identidade, qualificações, níveis hierárquicos, enfim, estados de ser, e de ser funcional (o posto hierárquico, sobretudo). É esse, afinal, o seu terreno mais favorável. Sua identidade profissional traz a chancela da hierarquia, o sinete da precedência, o carimbo da autoridade maior. Estamos diante de um processo lingüístico prevalente no discurso da oposição.

De sua parte, *Afirmar* não é um verbo constatativo, mas performativo, uma ação portanto, que exemplifica toda uma família de verbos formados a partir de adjetivos (como *nacionalizar* a partir de *nacional*; *simplificar* a partir de *simples* etc.). Tais verbos, e *afirmar* não é exceção, geram significados que correspondem a uma mudança de situação, no sentido de alguma coisa ou alguém passar a dispor de uma propriedade que antes não possuía (BASÍLIO, 1989:69). Num outro campo de significação, *afirmar* alcança na linguagem

militar o mais alto grau de certeza emprestado a uma enunciação. Quando pronunciada por um chefe ou comandante, se está diante de uma formulação cujo índice de certeza do ouvinte/leitor – submetido à mesma formação ideológica do enunciador – atinge seus níveis mais altos, tangenciando, se se permite a comparação insólita, o grau de inviolabilidade de uma convicção de verdade de uma ordem ou cláusula pétrea.

Com relação ao verbo, empregado tanto pelo candidato de situação quanto de oposição, observe-se que o de situação, candidato A, antes referido, enunciou em seu discurso *afirmo que* [trabalhando diuturnamente e com dedicação integral, contando com uma excelente equipe de diretores e funcionários] *tivemos êxito e o clube hoje está bem freqüentado [...]*. (§8), Trata-se de um depoimento comedido e empiricamente comprovado já de trabalhos realizados. O verbo afirmar, ao oferecer um testemunho de verdade, busca, no discurso de A, conseguir níveis elevados de confiabilidade por parte dos leitores. O candidato de oposição, B, com o mesmo verbo, faz a enunciação, de longe, mais importante de seu discurso: enuncia que O General X – que escolheu o duas estrelas (A), concorrente de B –, atual presidente do clube e *amigo de longa data afirmou-me que pretende manter-se neutro no pleito, conduzindo-o como dirigente isento [...]* (§ 5). São assim *dois* gerais de quatro estrelas afirmando que B não terá suporte de ninguém. E essa isenção alcançada pelo candidato da oposição, B, afasta o presidente anterior da disputa e deixa desacompanhado o da situação, A. Na arena do pleito, então, defrontam-se agora um general de duas e um de quatro estrelas. É então um *afirmar* de afastamento do adversário, com toda a energia que este verbo tem, quando pronunciado por um chefe militar. Os dois candidatos, como acima se observa, recorrem ao tipo de ato da fala mais enérgico, peremptório de manifestação de certeza dentre os verbos performativos.

Uma outra distinção que Searle estabelece na sua taxionomia de atos ilocucionários diz respeito ao ajuste entre as palavras e o mundo. Algumas ilocuições têm de conseguir que as palavras – mais especificamente, seu conteúdo proposicional, se ajustem ao mundo; outras, com que o mundo se ajuste às palavras – aí se acham as *duas direções de ajuste* entre o mundo e as palavras. No primeiro caso, acham-se as *afirmações* e no segundo, as promessas e *solicitações*. Como se nota, o candidato da situação, A, busca ajustar o mundo às palavras: um discurso com a atitude de promessa; e o da oposição, B, faz chegar a sua enunciação ao mundo: trata-se de uma afirmação.

Na verdade, os significados e a orientação para a leitura, que constituem os dois fins mais explícitos da AD, só se mostrarão disponíveis mediante o encontro do discurso com o interdiscurso, isto é, a memória. Nesse encontro a fundamentalidade se centra na fonte de

significados que, como se vem acentuando, tem como lugar a(s) formação(ões) discursiva(s), assujeitada(s) esta(s) pelo sistema ideológico que orienta, “autoriza” e autentica o que determinado grupo social pode ou não dizer e quem pode fazê-lo. Assim se processa a acolhida da historicidade, já que nenhuma formação discursiva é atemporal, com o que impõe ela uma interpretação.

A idéia de ideologia, no sentido com que aqui a tratamos – que é associada pelo interdiscurso ao inconsciente e ao discurso, como já o dissemos –, não coincide necessariamente com o sentido de “máscara” de extração marxista (ELLUL, 1973: 335-354). Uma caracterização mais operativa do conceito, também isenta do tratamento marxista, se resume em seu reconhecimento como elemento de dinamismo, na medida de sua dependência do que se poderia chamar de *motivação social*, algo que, na práxis social, tem uma considerável simetria com o que no plano individual se refere como *motivo*. Um motivo, ressoemos Ricoeur, é ao mesmo tempo aquilo que *justifica* e aquilo que *compromete*. Por este raciocínio, não é difícil admitir que a ideologia *argumenta*. E o faz movida pelo desejo de demonstrar que o grupo que a professa tem razão de ser o que é. O que não autoriza a que daí se queira minimizar seu insubstituível papel de mediadora, que se exprime da seguinte forma: a ideologia é sempre *mais que um reflexo* porque é também *justificação e projeto*. O que se reconhece como “poder gerativo da ideologia” exprime-se no poder fundador de segundo grau que ela exerce com relação a empreendimentos, a instituições, que dela recebem a crença no caráter justo e necessário da ação instituída (RICOEUR, 1990: 68-9).

Mas não se vai aqui perder de vista que toda ideologia é simplificadora e esquemática. Ela é um código, *uma doutrina condensada*, não somente do grupo, mas em última instância do mundo. Um caráter codificado que advém de sua *função justificadora*. Se se admite que tudo pode ser ideológico, religião, ética, filosofia, não nos escapará a perspectiva de Ellul, para quem “essa mutação de pensamento em sistema de crença” é o fenômeno ideológico, e a idealização que um grupo faz de si mesmo é apenas um corolário dessa esquematização. O que a ideologia, em sua inelutável esquematização, interpreta e justifica por excelência é a relação com as autoridades, com a autoridade, com o poder. De toda maneira, a ideologia é um fenômeno insuperável da existência social, na medida em que, para ficar com uma só justificativa para a afirmação feita, a realidade social sempre possuiu uma constituição simbólica e comporta uma interpretação em imagens e representações do próprio vínculo social (RICOEUR, Idem: 75).

Parece também relevante que se identifique no texto de *B*, candidato da oposição, a reiteração com que o *eu* é convocado, malgrado a recorrência de um *nosso* inicial, como já

referimos. Se desconsiderarmos o vocativo inicial (*Prezado associado*) e o fecho (*Com um cordial abraço*), dos onze parágrafos restantes que constituem essencialmente o texto, encontraremos não menos que oito deles com a presença de um *eu*: como pronome pessoal caso reto, caso oblíquo tônico (*mim*) e átono (*me*); como possessivo; quatro parágrafos com a presença de um *nós*, caso reto (*nós*) ou oblíquo (*nos*), em que o *eu* não é só uma presença, mas a presença de vanguarda na iniciativa das ações verbais e nos julgamentos proclamados via um adjetivo que completa um verbo *ser*. Afora isso, o único sujeito personalizado que mereceu destaque e ressonância foi o presidente em exercício, também quatro estrelas, o qual *afirmou-me que pretende manter-se neutro*. (§5) Ainda aqui, com o presidente de então sendo sujeito, a referência não abriu mão de citar o candidato *B*, que vai evidentemente utilizá-la. (*Afirmou-me*, não simplesmente afirmou, o que seria bastante). Eu, candidato *B*, sou o aval de reconhecimento da firma do presidente anterior. Neste *me*, acha-se a certeza transmitida aos eleitores de que na arena subsistem somente os dois candidatos. O ex-presidente é um espectador, que abriu mão de influir em favor do candidato, que ele próprio escolhera.

Dessa pletora de *eus* ressoantes e de eventuais *nós*, extrai-se a centralidade exclusiva do candidato, a quem os pronomes pessoais se referem. O *eu* no discurso da oposição é, assim, anunciação. Funciona como um exórdio: toque de corneta no Exército, apito na Marinha nas “honras de portaló”, banda de música ou de clarins anunciando com pompa e solenidade a chegada da autoridade maior em determinado evento. No caso, o pleito. O *eu* é assim uma anunciação, uma epifania.

Se a tal constatação textual, agregarmos as opções sintáticas majoritárias de *B* pelo modo indicativo, no presente e no pretérito perfeito (de ações acabadas, rematadas, perfeitas); de que não há exemplos de orações subordinadas concessivas,<sup>8</sup> de orações interrogativas (do tipo questões retóricas), exclamativas ou negativas; enfim, da esmagadora predominância da ordem direta, podemos rascunhar como conclusões alguns vestígios que a materialidade lingüística registra do discurso que aí se contém. Nesse sentido, há um exuberante exercício de assertividade, que desvenda uma certeza comparável à da ciência e do regulamento militar. Na verdade, não são muitas as assertivas mas uma só. O texto da oposição, *B*, é uma grande assertiva, com prevalência do *eu* - do tipo *eu afirmo* - ordem direta, indicativos, uma autoproclamação, então. Vale ainda evocar o registro que fizemos sobre o campo semântico, prevalente no léxico, do *remanescer*, que insinua uma concepção prevalente de continuidade, de uma postura conservadora.

---

<sup>8</sup> Do tipo *embora...conquanto...apesar de ...malgrado...*

Terá sido observado que ambos os candidatos se anunciam de situação: *A*, porque escolhido pelo presidente em exercício e *B*, por haver reunido em sua chapa ex-diretores da diretoria anterior, também porque *os propósitos e ideários são os mesmos de hoje e , até, a maior parte dos executores também o serão* (§10). Sendo ambos, então, de situação – e não há que disso duvidar – o candidato *A*, escolhido embora pelo presidente em função, deve estar se sentindo um estranho no ninho. Então é assim: não há oposição. Se não há oposição, o que sucede é, em considerável medida, não um pleito eleitoral, não um contestatório político, mas uma passagem administrativa das funções da presidência, uma mudança de guarda. Comparada ao que se contém em **3.4**, uma análise dos conteúdos e métodos da Esg brasileira, a política como administração evidencia, aqui e nas lições da Esg, as razões de havermos relacionado posturas empíricas da instituição com seu mapa cognitivo e de valores, as noções de democracia e militarismo ao processo de socialização formal e informal.

Na presença de duas chapas contrárias, ainda que nenhuma de oposição, acha-se também a indisfarçável ojeriza em ser oposição: postura percebida como adversa, de dissenso, de desvio, particularmente do que é oficial. A posição será oriunda, talvez, de uma arqueologia que remonta aos motivos e discursos universais de criação da atividade bélica, vinculada com exclusividade a servir ao poder vigente, a obediência automática tida como virtude maior (**1.4**). Ojeriza que se magnifica ante a possibilidade não absurda nem rara de se associar semanticamente a idéia de oposição à de conflito. Inconscientemente, oposição passa assim a ser discordância, dissenso, fissão, cizânia: é desrespeito ao poder constituído, à autoridade, insinuando espasmos de incontinência, que aqui rima com rebeldia. Por tudo isso, ao se examinar os enunciados do candidato *B*, poder-se-ia afirmar, na contramão retórico-política da sociedade maior, que “eu vim para não mudar”.

É possível também extrair dos dois *corpora*, de *A* e de *B*, discursivamente analisados, agora não diferenças, mas convergências e simetrias que merecem também atenção pelos significados que oferecem. Começa-se pelo estilo que lhes é comum de redação oficial, um ofício, ordem do dia, ou congênere, que se mostra na seleção vocabular e num certo tom de proclamação que ambos adotam. Ao se conjugarem as duas enunciações dos candidatos, não terá passado despercebido que são pontos comuns a ambas a criação de *um Núcleo de Estudos Estratégicos, para estudo dos problemas nacionais que só a nós brasileiros dizem respeito* (A-1,§13) e *Criar um fórum permanente de debates sobre temas de interesse nacional, regional ou das Forças Armadas, com segmentos representativos da sociedade, com ênfase nos relacionados com a Amazônia.* (B-1,§10). Em terreno de convergências, tanto *A* quanto *B*

se apresentaram candidatos “atendendo a pedidos”: A, tocado pelos *propósitos que o levaram a aceitar o desafio de dirigir os destinos do Clube*. (§3). B, declarando *aceitar candidatar-me [...] o que constitui para mim um grande desafio*. (§2). Em outras palavras, ambos aceitaram a postura corajosa de arrostar desafios. Há, como parece legível, uma situação comum a ambos de terem sido descobertos, *achados*. No momento em que se mostram como escolhidos, uma aura salvacionista parece perpassá-los, em particular, ao se examinar o progresso que desencadearão se eleitos. O *progresso* é o futuro com que ambos se referem a suas gestões prospectivas. Convergem ambos igualmente quando ou acenam com um *afastando-nos da rotina*: (A-1 §10) ou se inclinam por *introduzir novas rotinas administrativas* (B-1 §2).

Outros tangenciamentos que aproximam A e B advêm dos próprios nomes com que batizaram as respectivas chapas: *Continuação com Determinação* (A) e *Consolidar e Modernizar* (B). Parece, aqui, aproximá-los uma ojeriza comum pela descontinuidade ou pela mudança.

Um outro sentido de convergência entre ambos coloca também dentro de uma mesma posição de mundo um ponto de apoio na historiografia da *Magistra Vitae*, a que nos referimos em 3.4., com origem, portanto, no sistema educacional militar trazendo consigo o caráter paradigmático e pragmático contido num passado heróico. São, então, cognições incorporadas em um mapa de conhecimentos que são aplicadas à vida. Exemplos dessa filiação acham-se nos discursos de A e B. Em A-2, quando Y fala pelo candidato A, refere-se ao Clube Militar, em particular pelo *valioso legado de suas centenárias e gloriosas tradições e do valor de seus feitos, de suas campanhas cívicas e lutas patrióticas, na participação de marcantes episódios da vida republicana* (A-2, §2). B, de sua parte, fala de sua gestão futura, *conduzindo esta centenária instituição, acorde com seu passado de tradições e glórias* (B-1, § 4º). É pura *Magistra Vitae*.

Essa incidência de aproximações e convergências entre os dois candidatos põe em relevo todo um processo de *famílias parafrásticas* – vozes pretéritas que se reiteram, ressonâncias, ecos que os atravessam e lhes são trazidos pela memória, ou interdiscurso, a que inconscientemente recorrem. Se imperceptíveis à leitura do texto, têm significados oferecidos quando este texto é tratado discursivamente. São famílias parafrásticas a aproximar os dois discursos, a evidenciar a sua sujeição à mesma matriz de formação ideológica. Paráfrases, e não polissemias. Tal tendência a paráfrases é constitutiva dos discursos militares, ainda que não lhes seja exclusiva, em detrimento de polissemias inusitadas e instigadoras. Esta constatação, do recurso a fórmulas engessadas pelo uso, pode até não constituir novidade. Servirá de toda maneira a que seja ratificada a escolha que fizemos de lançar mão do sistema

de construção de mapas cognitivos pela via educacional militar (3.4). Famílias parafrásticas são absolutamente coerentes com a história *Magistra Vitae*, com um ensino monológico doutrinário e acrítico, um quadro político marcado pela continuidade, sem os conflitos trazidos pela contingência, configurando um quadro de conservadorismo.

Como a análise de discurso ilustrou, as visões de mundo não se desvinculam da linguagem, que assim – deferida pela formação ideológica e enunciada em formações discursivas – se inscreve em uma política de simbolização e num regime de significados. Tal se dará porque a ideologia, vista como algo imanente à realidade, é indissociável da linguagem. Idéias, e por conseguinte discursos, são expressões definidas da vida real. Dito de outro modo, “a realidade exprime-se pelos discursos” (FIORIN, 2004:33).

### 6.3. TAXIONOMIA DAS FORMAÇÕES DISCURSIVAS

Tendo analisado dois discursos militares da contemporaneidade, parece-nos necessário inserir, agora, esta contemporaneidade numa taxionomia das formações discursivas. Afinal, é com estas que se nutre a visão de mundo dos militares. Essa ordem de necessidade se centra em que as diversas visões de mundo, ao se configurarem como discurso, como formações discursivas portanto, trazem consigo – enfatizando o que acima se disse – um assujeitamento a uma formação ideológica. Na verdade estaremos então lidando com visões de mundo que, ao longo da história, deram configuração a posturas ético-políticas, a concepções de poder, a processos “naturais”, a racionalidades investidas, a relações Estado-sociedade, enfim a posicionamentos que desenharam e desenham o mundo, tal como lido e julgado pelos militares. Acresce que essas formações discursivas apontadas, por mera conveniência expositiva, segundo uma seqüência histórica, não são mutuamente excludentes, melhor, não se substituem qual paradigmas kuhnianos.

Cada uma delas traz e leva substâncias e vestígios, convive com a sua precedente e se faz presente junto a que a sucederá. Daí que formações discursivas militares convivam com, ou habitem, outros tempos. A prevalência da idéia-mãe de continuidade, a valorização da linearidade na compreensão da seqüência histórica, a isenção de crises e conflitos na constituição do efêmero de nossa realidade, o afiliação aos supostos da *Magistra Vitae* – enfim toda essa caracterização que se mostra presente nas cognições, nas formações discursivas e na visão de mundo – e no mundo, como vimos – dos militares favorecerá uma

interpenetração e uma realimentação entre momentos diversos, em que as formações discursivas dão configuração ideativa ao mundo.

Na contemporaneidade, prevalecerá não só essa convivência diacrônica como também será praticamente impossível distinguir uma linha prevalente de percepção e leitura do mundo. Daí referirmo-nos à contemporaneidade como um período *sincrético*. Dizendo de outra maneira, é na contemporaneidade que se entrelaçarão formações discursivas que não se mostrarão imunes a outra tantas antecedentes e, assim, conviverão visões de mundo díspares. Co-participarão desse sincretismo, nos dias de hoje, formações discursivas do regime de 64 e visões liberais, e perspectivas de outras inclinações políticas. Daí resulta uma necessidade de conhecer as visões de mundo todas, enunciadas pelo sentido de suas respectivas formações discursivas.

Uma outra característica do caráter militar reside na relevância extrema que a construção da tradição oferece à identidade de seus usuários (1.3). É um argumento a mais apontando a necessidade de dispor de todas as formações discursivas experimentadas pela força armada. O fato de os contextos sócio-políticos serem diferentes não terá o mesmo peso de outras ordenações taxionômicas, considerando-se tratar-se de uma instituição que organiza o presente e o futuro investindo no caráter paradigmático de uma historiografia *Magistra Vitae*. Com isso, estamos simplesmente delineando uma postura ético-política conservadora, a que alguns autores clássicos referem como “realista” ou “modernizadora”. A discussão desta adjetivação não é, contudo, parte de nossa chave explanatória.

a. Taxionomia das formações discursivas militares

(1) Formação discursiva positivista

A nossa chave explanatória recolhe como primeira formação discursiva da instituição militar uma visão de mundo que se entremostra numa *formação discursiva positivista*. Se historicamente configurada, esse início se baliza pela referência do período posterior à Guerra da Tríplice Aliança, da “busca de identidade” de Coelho (2000) ou, em outra referência, dos “anos formativos do Exército” cunhada por McCann (1984:737). Mais especificamente, esta é uma visão de mundo que teve como condição de produção a segunda metade do século XIX, particularmente junto à socialização dos cadetes da Escola Militar, a atuação de Constant e um dos projetos de República, que em suas origens vem de Comte, e

chega a nós em meio à atmosfera da “Ilustração Brasileira”( MACIEL DE BARROS,1959), marcada por um determinismo de origem biológica ou mecânica. Não são estes detalhes ociosos nem mera paisagem histórica do pensamento positivista: são condições de produção dos discursos daí advindos, origem de sentidos. Parece necessário sobremarcar a presença discursiva positivista na instituição, cuja visão de mundo, ao longo de contextos sócio-políticos diversificados, será fiel a enunciações, que à instituição se mostram definitivas, cabais, rematadas, exatas, perfeitas. Essa certeza sem exceções será um dos legados da visão de mundo entrevista na formação discursiva positivista. E esse apego à certeza se vai transplantar para a consideração de temas sociais, políticos e das disciplinas que formalizam os saberes das humanidades e da sociedade, vistos com a organicidade de um fato da natureza. Daí se gera um desconforto em lidar com o contingente e com o multívoco. E também a agregação de uma visão da língua(gem), como discutimos em 3.4., em demanda de uma neutralidade, ou seja, isenta de partidarismos.

Nessa visão de mundo incluem-se a formação discursiva da ordem – o caminho que leva naturalmente a um futuro harmonioso e próspero da civilização – e a crença na possibilidade de administração científica do Estado e da sociedade, em prol de uma harmonização dos conflitos sociais, calcada em pressupostos de eficácia, cientificidade, controle social e urbano. A noção de realidade se bastará no reconhecimento do concreto como sua expressão exclusiva. A construção de um modelo político foi recortada naquele momento em consonância com os padrões de uma ditadura republicana. Aí se substancializava a adoção de um conceito de governo forte, de um Estado cujas relações com a sociedade se pautariam pela relação comando-obediência; de uma matematização do mundo como maneira exclusiva de conhecê-lo; enfim, de entender o mundo social por uma visão orgânica extraída, já se vê, da natureza e dos saberes formalizados que a estudavam. É bem lógico admitir que advenha dessa formação discursiva a concepção de pesquisa científica, que no meio militar se orienta exclusivamente no sentido da pesquisa aplicada (BARROS, 1989), o que, como causa ou consequência, pode ter expandido uma ojeriza pela teoria, associada esta, como regra, à perda desnecessária de tempo e de recursos outros.

## (2) Visão de mundo de religiosidade

Se for necessário uma data de nascimento para a adoção de discursos abrigando a formação discursiva da religiosidade, parece defensável apontar os anos vinte. Nos finais do século XIX, a Igreja busca superar os conflitos com o Estado, a que genericamente se referiu

como “Questão Religiosa”. Em essência, por baixo das repercussões e conseqüências de institutos como o Benepácito do Imperador, do Padroado e do ultramontanismo, há todo um jogo de poder, e de inserção da Igreja em seu tempo, que, a partir da *Rerum Novarum*, de Leão XIII, toma uma direção diferente, buscando conduzi-la a uma convivência harmoniosa com os “tempos modernos”. Isso equivalia a um projeto que evitava sucumbir à hegemonia da ciência, à “autonomia da consciência humana, à soberania da razão e laicização da vida moral” (LUPPI, 1990:160). Essa aproximação da *ecclesia* com o Estado brasileiro se dará principalmente no governo “forte” de Arthur Bernardes.

Algumas simetrias se fizeram responsáveis por essa aproximação com a instituição militar: tanto a Igreja quanto a força armada tinham posições definidas com relação à noção de ordem – na verdade a referência aponta para a ordem social. Em 1922 a *ecclesia* funda o Centro D.Vital, cuja revista bimensal, e não por acaso, tem exatamente este nome, *A Ordem* – “uma revista de doutrina, política e cultura católica” (VELLOSO.1978:125). O mundo se reflete em *A Ordem* nos artigos de Jackson de Figueiredo (“a pior ilegalidade era ainda melhor que a revolução”) e de Alceu de Amoroso Lima. Aí se contém uma das preocupações centrais do movimento católico de aproximação com o governo, intenções que também se podiam atribuir ao Exército, com exceção dos tenentes. Estes evidentemente atuaram em 1922, 1924, na Marcha e nos eventos que circunscreviam a figura de Getúlio Vargas à revelia da hierarquia, eximindo-se portanto da formação ideológica da instituição e, conseqüentemente, da formação discursiva da religiosidade que lhe era tributária.

Outro pólo de atração entre Igreja e Exército se situa em as duas instituições disporem de projetos nacionais para a educação. A Igreja lutando na Constituinte de 1933 em defesa de suas teses: o ensino confessional na escola, a designação de capelães para as forças armadas, a dispensa do serviço militar para o noviciado, para ficarmos em alguns exemplos. O Exército, por intermédio já de Góes Monteiro, vai encarregar o capitão Severino Sombra de orientador pedagógico de seu projeto nacional de educação de extração militar (SCHWARTZMAN *et alii*,. 1984).

A inserção da religiosidade no discurso militar se terá devido também à presença de três líderes que induziram pelo exemplo e pelo discurso a sua admissão: Juarez Távora, que era membro vicentino da Escola Militar, participante da Conferência de São Maurício, dos cadetes católicos. Juarez se entusiasma, em depoimento seu, pela “recristianização das Forças Armadas, já iniciada pela União Católica dos Militares”. E confessa que, general já, “assistir à comunhão de cerca de setecentos cadetes e praças da Academia Militar [...] foi esta uma das maiores emoções religiosas da minha vida.” (1974:90,91). Eurico Gaspar Dutra foi o segundo

nome de chefe militar movido pela catolicização do Exército. Terá recebido a influência de sua esposa, Dona Santinha, que se fez responsável pelo fechamento dos cassinos de jogo no Brasil. O terceiro chefe militar foi Humberto de Alencar Castelo Branco, assíduo freqüentador das missas, nas manhãs de domingo, de uma igreja de Ipanema.

No sistema de ensino contemporâneo, a religiosidade, com alguma freqüência, se entremostra como instrumento de avaliação ou compreensão ética. Ao instituir como objetivo nacional maior, fundamental, o conceito tomista, religioso nas origens, portanto, de Bem Comum, p.e., é impossível evitar a idéia de que um sistema ético secular a que se recorresse poderia fazer incidir nas discussões questões associadas, por exemplo, à justiça social, legitimidade, interesses e por via de conseqüência crises e conflitos, rigorosamente indesejáveis e mesmo proscritas do debate. A presença da religiosidade nas leituras e nas formações discursivas que compõem a visão de mundo militar apresenta, afinal, uma coerência etimológica. Retirada do vocabulário religioso, a palavra hierarquia engloba, em sua origem grega, a noção (*hieros*) de sagrado, de ser chefe, malgrado serem muitas e equívocas as acepções da palavra, quando aplicada no campo das ciências sociais, em razão do alcance valorativo da expressão (BIROU, 1982:191).

Referido aqui aos anos vinte, esse é, contudo, apenas um marco referencial, um balizamento inicial da presença da religiosidade no discurso militar. Na verdade, essa inserção no discurso já se acha, até mesmo indiretamente, presente desde os finais do século XIX e começos do XX. Ignorando a existência na sociedade brasileira de “vários catolicismos”, “os intelectuais, o clero, as camadas hegemônicas nacionais” da virada do século falavam com grande apreensão da “carência de patriotismo claramente observada” por ocasião da guerra do Brasil contra o Paraguai. Via-se “na diversidade de cultos sinais indeléveis de um retardamento”. “As sociedades civilizadas”, reza esta lógica, “não apresentavam heterogeneidades”. Era a “homogeneidade cultural interna” que “formaria a base para um profundo sentimento de identidade nacional” (QUEIROZ, 1988: 68-9). Era o que faltava ao Brasil, que não tinha definido sua “identidade nacional”. Falava-se de um ‘caráter nacional débil’ (idem). A idéia de “caráter nacional”, que afinal migrará para nós de uma etapa definida da “cultura política” norte-americana, já se inscrevia nos editoriais e matérias da *Defeza Nacional*. Partilhando as preocupações do clero, constituía-se em um item da agenda de envolvimento dos militares: mais uma área comum de interesses das duas instituições, a que os discursos não se podiam mostrar insensíveis.

A terceira visão de mundo institucional pode ser referida como do positivismo norte-americano. Advinda, em suas origens, das resoluções do Círculo de Viena, e apontada freqüentemente como manifestação de um neo-positivismo, seus conteúdos e métodos refletem, no âmbito da organização militar, a orientação trazida pela influência exercida no período da Guerra Fria. Os *national war colleges* e as escolas superiores de guerra da América Latina são seus grandes epígonos. Parece haver uma “lógica” em essas escolas da América Latina darem preferência ao que reputam como a “objetividade”, um valor supremo na explicação de currículos, métodos e na extração de resultados. Essa lógica situa-se, como aponta Alexander (1970:7), em as questões supra-empíricas só serem abordadas “quando há desacordo quanto aos *supostos de fundo* que informam as ciências”, a que nos referimos como “princípios de raiz”: a hierarquia, a disciplina e seus derivados. No mundo militar, evidentemente, tais desacordos não existem, nem questões são levantadas. Não há, não pode haver, questões que se levantem sobre essa base da formação ideológica matriz.

É nesse período que prevalecem lógicas e juízos calcados, p.e., nas racionalidades de uma sociologia estrutural-funcionalista, cujos aspectos descritivos e normativos operavam como lições de verdade a serem necessária e disciplinadamente incorporadas. Estudo monologal, unívoco e parafrástico, aplicação de modelos e conceitos apriorísticos, linearidade e ablação da historicidade e da compreensão processual, enfim, estes são implementos trazidos pela formação discursiva que chega carregando descritividade, normatividade, um forte sotaque estrangeiro e cuja caracterização mais detalhada mereceu nossa atenção maior em **3.4 Disciplinas, métodos e significados**.

A reação que se processa na academia norte-americana, de reação ao modelo estrutural-funcionalista de Parsons, se expressa no meio acadêmico no discurso de *ação* versus *estrutura*. Como Parsons buscou acabar com as “escolas em conflito” e tentou compatibilizar idealismo e materialismo por meio de sua estrutura sistêmica, fez o mesmo com ação voluntária versus determinação estrutural (ALEXANDER,1987:12b). Os objetivos buscados pelas Esgs do continente, a brasileira incluída, excluiu de sua consideração estratégica, no plano interno, o(s) agente(s), individuais ou coletivos. E, numa opção que não é casual, menos ainda inocente, optou por sistemas e estruturas, com que, coerentemente, um parsonismo radical, canônico, nunca tenha desaparecido por completo. Assim se organiza o quadro de fundamentações teóricas que não só se mostram coerentes com a discussão em **3.4**, como, ainda, dela se fazem base de referência teórico-metodológica e evidentemente ideológica. Entende-se, então, com maior legibilidade a opção – quem quer que tenha sido o

seu autor – por uma epistemologia das ciências naturais responsável pela inclinação exclusiva pela ciência aplicada e pela capacidade das ciências naturais de “excluir de seu objeto a ancoragem subjetiva em que se funda” (ALEXANDER,1987:7 a) .

Co-extensivo ao movimento da epistemologia tratado como neopositivismo norte-americano, desenvolve-se no Brasil, e junto aos militares, um ensaio de formação discursiva nacionalista, que durante algum tempo está condenado ao limbo, por ameaçar a formação ideológica institucional, a sua verdade que, como já se disse aqui, estribava-se nos supostos democráticos da eterna vigilância udenista (2.4.2). O nacionalismo só chegará a constituir formação discursiva – assujeitada portanto à formação ideológica institucional – durante o regime de 1964, se não com o liberal Castelo Branco, pelo menos com Médici e Geisel. Presente nos movimentos populistas, que abraçavam modelos de desenvolvimento com base no planejamento central, na extensa nacionalização, numa retórica antiimperialista e, mais tarde um pouco, na substituição das importações, o nacionalismo na instituição militar não se enunciou de imediato, antes de 1964, menos ainda neste período de inspiração liberal udenista.

De toda maneira, a campanha para a criação da Petrobrás e a tentativa de enviar contingentes militares para a guerra da Coreia são emblemas do período e do País e vão gerar conseqüências acauteladas para a formação discursiva institucional militar, embora presentes na consciência coletiva muda. A visão de mundo nacionalista foi obstaculizada pela formação ideológica da hierarquia e disciplina que, como se disse, define aquilo que pode ser pensado.

Defender nos anos cinqüenta tais teses significava endossar posições comunistas. Hoje onipresente em estudos, nos quais funciona como matriz de lógicas e éticas, a posição nacionalista só será deferida para emprego nas formações discursivas do Exército em caráter mais incisivo com Fernando Henrique Cardoso, ao se manifestar em incontida oposição às proposições do Consenso de Washington, ao projeto da ALCA, às privatizações *lato sensu*, ao fim dos monopólios em telecomunicações, por exemplo, ao aceno amplo a investimentos e à presença estrangeira indiscriminada na economia do País. A partir de então, constituindo uma agora manifesta formação discursiva, o nacionalismo realiza uma simbiose da nação com o Estado, o que não lhe parece incoerente com formações discursivas outras.

#### (4) Visão de mundo do golpe de 1964

Há que referir ao discurso do regime inaugurado com o golpe de 1964. Analisado em toda a sua extensão, da perspectiva da metodologia que seguimos, a chamada “linha dura”

representou uma tentativa de acrescentar uma nova formação ideológica à instituição militar. De todo modo, é a partir daí que começam a emergir formações discursivas assujeitadas por aquela formação ideológica criada com o golpe ou dele decorrente e amadurecida. Ou ambos. A formação ideológica que então buscou existência empírica criou os seus motes, as suas justificações, a sua lógica, os seus amigos e inimigos e as suas formações discursivas expressando uma visão de mundo própria. Atuou à margem da cadeia de comando, vale dizer, ao arrepio da formação ideológica de raiz. Apelou para o nacionalismo, já então liberado para consumo, e em nome da hierarquia e da dignidade militar, tentou uma retórica de mobilização. Evidentemente, como propõe a nossa questão central, admitir uma compatibilização com a democracia em regime não-democrático é empresa impensável.

Os vestígios contemporâneos da formação ideológica que buscou, e por vinte anos conseguiu, sustentação são hoje encontrados num discurso que busca configuração e suporte investindo numa congruência entre o discurso do regime de 1964 e uma dignificação da força militar. A dificuldade encontrada hoje para a restauração do discurso de 1964 parece residir na violentação da formação ideológica de raiz, hierarquia e disciplina. Como regra, não haverá chefe militar que se disponha a promover essa convivência incoerente. Incoerente e suicida, já que é na formação ideológica de raiz que se fundam os suportes da autoridade militar legal.

#### (5) Formação discursiva sincrética (contemporânea)

O sincretismo que se anuncia aqui como característica da contemporaneidade se expressa na co-habitação no tempo e na reflexão de direções diversas das formações discursivas militares, que se limitam com exclusividade pela formação ideológica, a que defere o que pode ser pensado. Numa primeira aproximação do sincretismo, este significa comportar as formações discursivas já citadas, e aí se incluem os discursos dos candidatos *A* e *B*. Imaginar pureza e homogeneidade de formações discursivas seria o mesmo que entender que, com o aparecimento do realismo literário no Brasil, nosso romantismo teria desaparecido. Ou admitir que com o surgimento da Idade Moderna – para alguns pressurosos em matéria de precisão acontecendo *pontualmente* em 1600 (não se sabe se a zero hora!) –, as relações feudais teriam desaparecido por completo como num passe de mágica.

Isso jamais sucedeu, jamais sucederia, ainda menos em uma instituição alimentada pela tradição, por liturgias nutridas pela reprodução e continuidade. Daí portanto não restar surpresa para a presença, por exemplo, de elementos de religiosidade na explicação de

questões e conjunturas políticas ou sociais. Ou de se aplicar supostos nomotéticos em situações de análise política. Ou buscar explicação para a política através de categorias e conceitos administrativos, como eficácia, obstáculos, relação custo-benefício ou pontos fortes e fracos.

Tudo isso vai sendo afirmado para ilustrar a existência, neste nosso período de vida coletiva, de todo um sincretismo que, no plano empírico, terá dentre seus elementos catalisadores últimos a experiência vivida ao longo do regime de 64 e a experimentada hoje. Período de presidentes que a tradição pinçava dentre as elites a que se contrapôs a escolha contemporânea de um líder sindical. De um poder civil que passa a subordinar as Forças Armadas. Do desaparecimento de funções ministeriais confiadas até pouco tempo atrás a militares. São novos os referenciais empíricos, mas não é novo o arcabouço cognitivo que o lê, explica e julga. As visões de mundo caracterizadas pelas formações discursivas analisadas apontam isso. Não se está aqui sequer mencionando questões tipicamente profissionais, como o reequipamento das forças armadas. E não porque não tenham importância maior. Estamos nos cingindo às posturas culturalistas e ao tratamento holístico com que a pesquisa vem prevalentemente sendo desenvolvida. Melhor dizendo, estamos convictamente reconhecendo, e desde o momento zero da pesquisa, mas agora nas expressões de Lessa, que “os fenômenos de natureza política derivam de atos de invenção intelectual” (2003:11).

Nesse sentido – de nos mantermos nos balizamentos metodológicos que nos traçamos – há que realçar que, embora a visão de mundo institucional de hoje, nas suas formações discursivas, se reflita neste sincretismo de olhares, não mudaram, senão topicamente, as “fundamentações” metodológicas e o “essencialismo” dos conteúdos que foram objeto de **3.4.** e da AD dos dois candidatos *A* e *B*. Subsistem então aqueles significados. E será com eles que vamos trabalhar ao final desses comentários conclusivos.

## **CONCLUSÃO: VISÃO DE MUNDO E DEMOCRACIA:**

### **Compatibilidades e Intolerâncias**

As noções de progresso do gênero humano e perfectibilidade da razão acabaram por sugerir que a mudança histórica não se restringia às condições materiais da vida, mas alcançava a própria natureza do homem (Jasmin, 2005:22).

Que respostas se poderão elicitar das relações entre a visão de mundo militar brasileira e a democracia em padrões e conquistas contemporâneas? Haverá afinal compatibilização entre os princípios de raiz da organização militar e os valores democráticos do tempo que habitamos? Nosso percurso examinou o mundo militar, tratando-o inicialmente como profissão. E, enquanto tal, pareceu impositivo considerar as contribuições dos exércitos alemão, francês e norte-americano, que para cá trouxeram e nos repassaram competências e “progresso”. Os “jovens turcos” foram produtos da convivência partilhada e da fascinação exercida pelo exército imperial. Foi essa articulação que ensinou a força armada a aplicar um olhar analítico às atividades profissionais, que até então se abasteciam dos malabarismos retóricos dos discursos oficiais. Uma nova reflexão crítica, a partir de então, se fez presente em “A Defesa Nacional”, ainda que com as marcas do seu tempo: suas certezas preconceituosas e deterministas e seus diagnósticos sombrios calcados na vulnerabilidade do brasileiro, em razão da heterogeneidade de raças, e da indefinição do “caráter nacional”.

Já o exército francês nos trouxe sobretudo a organização e a consciência do papel da escola e da educação permanente na formação do comandante militar. Entrechoques de vaidades profissionais e de áreas de responsabilidade funcional limitaram a Missão Francesa na capacidade do que nos poderiam ter repassado. Ficamos, por exemplo, sem as lições de cidadania e de inserção da força armada na vida do país. A alemães e franceses devemos, de toda maneira, mais que armas e munições, o nos ter suprido de um sentido de aplicação à educação e os significados que esta oferece nas leituras do mundo, que se pretendam despojadas de subjetivismos e oficialismos.

O repasse de competências dos norte-americanos, logo após a Segunda Guerra Mundial, veio inicial e formalmente para trazer apenas material bélico, novas técnicas de adestramento compatíveis com o novo aparato de guerra. Trouxeram também a identificação e a definição de nosso inimigo. No mesmo pacote, vieram como brinde toda uma política de significados e um

regime de verdades. Ambos, verdades e significados, seriam operacionalizados através da implantação de um mapa de cognições que nos seria repassado, sob rótulos como o de “técnica de ensino”; tudo, enfim, em nome e a título de modernização de nossas forças militares.

A política de significados e o regime de verdades, para ficar no campo das disciplinas ideativas – que é o que nos interessa mais de perto –, nos foram transmitidos por meio de metodologias didáticas, de teorias explanatórias e modelos centrados na realidade de saberes formais de sua ciência social do momento. Aí se incluem um estrutural–funcionalismo, o tratamento nomotético do fenômeno social, a valorização de conceitos como a organicidade da cultura e do fato social em todas as suas manifestações, o reconhecimento da realidade por meio exclusivo de sua quantificação (3.4). Todas essas cognições e referências foram introduzidas nas Esqs da América Latina, a brasileira inclusive, embaladas na grande moldura da segurança nacional, que se assentava nas explicações das ameaças do momento e nas inabaláveis certezas da geopolítica norte-americana. Assim aprendemos, assim ensinamos. Aprendemos aqui e lá no país de origem e patrocínio das idéias novas. Ensinamos aqui e por quase toda a América Latina. Fizemo-nos a nós próprios corretores do progresso dos outros, agentes de intermediação e acesso a um caminho que ia dar na democracia.

Da democracia e do militarismo a pesquisa cuidou apontar espaços conceituais que os configuraram submetidos a contextos de economias agrárias e industrializadas, em sociedades de uma burocracia participante e nas que já operavam com níveis elevados de tecnologias, em tipos de governo monárquico e republicano, em nações livres e países ocupados. Com toda a caracterização que reunimos, a nós pareceu mais adequado reconhecer, em nosso caso brasileiro, marcas do fenômeno do militarismo, particularmente no transplante de concepções, supostos, e referências de natureza e necessidade militares, para o âmbito da sociedade civil. E a irrupção deste fenômeno, derivado intelectualmente de um tanto de filiação a uma teoria das elites de Pareto e Mosca. Fomos convencidos disso. Ou nós próprios nos convencemos movidos por noções de superioridade com relação a uma sociedade que nos parecia vulnerável em razão de sua raça frágil, de seu debilitado estado de saúde, de seu analfabetismo e do desconhecimento de noções, como a de ordem, tal como incutida em lições de organização e método de planejamento. Afinal, as primeiras décadas do século XX nos mostravam isso, através da primeira fase de ciências sociais leigas, não acadêmicas, ou de extração e prática jurídicas, que nos

diagnosticavam o Brasil, sua sociedade e os remédios que se refletiam nos artigos e editoriais de “A Defeza Nacional”.

Esta mesma reflexão, em um outro olhar, identificaria que a viabilização de intervenções políticas se mostrava co-extensiva a uma idéia de aplicação no mundo civil das cognições do mundo militar, em particular, quando a este processo se agregava um forte movimento de cooptação pelas elites civis, via imprensa, insinuando arranhões e questionamentos aos valores maiores da autopercepção militar: o cumprimento da missão; a perspectiva de descrédito que pudesse incidir sobre as forças armadas; a imagem perante a sociedade; o acatamento às prescrições constitucionais, e principalmente, qualquer sintoma, débil que fosse, de confrontação de sua formação ideológica, isto é, a hierarquia e a disciplina. Foram lições trazidas de 1945-1964, do noviciado udenista e da visão de mundo de origem educacional lastreada pelo que genérica e generosamente referimos como “positivismo norte-americano”.

Esta última expressão, contudo, é insuficiente para veicular toda a pujança de envolvimento cultural de um mapa cognitivo, implantado de cima para baixo, pela via institucional das formações discursivas militares, sem opções alternativas, com influência em toda a vida profissional e até pessoal do militar. E, da perspectiva desta pesquisa, esse mapa cognitivo agregado foi causa e consequência principais dessa colonização do pós-guerra, cujos conteúdos, métodos e teorias (3.4) se fizeram alicerces da visão de mundo moderna que se construía, coonestando o apoio oficial do país às posições geoestratégicas da potência hegemônica em gestação. Foi nesse mesmo movimento de colonização que se fez possível produzir, para fins de análise de nossa própria sociedade, uma visão de mundo asséptica, isenta de conflitos e estratificação de interesses, neutra, o *grau zero* de leitura de nossa brasilidade, para recorrer ao conceito famoso de Barthes.

Entendida a instituição como estatuto de vida, com suas codificações, imperatividades e seu contexto próprio de ordem, direção e estabilidade, ela se move (ou se imobiliza) – e a militar não será exceção – pelas categorias com que trabalha. A isso se acrescenta uma *Weltanschauung* balsâmica que avalia o país segundo uma postura arredia ao empírico, bastando-se em normas e procedimentalismos. Com este equipamento teórico, a instituição se coloca distante da percepção da dinâmica social e de uma leitura da democracia em toda a pluralidade de significações e riscos que ela incorporou e incorpora à grande aventura humana, como empresa em permanente estado de construção.

Para além de teorias, conteúdos e métodos, nossa discussão no capítulo 4, do processo de socialização formal e informal, buscou definir uma ordem severa fundada pela *instituição* no exercício de funções normativas e repressivas e, principalmente, no mapeamento de categorias e conceitos com que se tece uma política de significados e se dá curso e conseqüência a um bloco unificado de medidas de avaliação do mundo. Assim se resume a construção desse corpo integrado de idéias, de que ela própria, instituição, é matriz. Apontamos que a estratégia de colonização do pós-guerra se fez *institucionalmente*, com maior especificidade, por intermediação dos instrumentos de uma socialização formal, onde se inscreve uma educação profissionalizante. De outra parte, sustentamos que, por orientação da *organização* e pela via de uma socialização também informal, que não prescinde de cognições, processam-se os padrões desejáveis da vida da sociação, através de normas e regulamentos que estandartizam comportamentos individuais, familiares, profissionais, grupais. A construção teórica que montamos, e a seguir apresentamos, representa uma definição de categorias, na verdade, tipos ideais com funções analíticas, que buscaram dar maior inteligibilidade a experiências concretas lastreadas de conseqüências políticas e intelectuais. Em termos sumários, foram apontadas a *organização* uniformizando comportamentos em geral e a *instituição* uniformizando e deferindo todos os processos de pensar, com todos os desdobramentos com que tal construção instiga a imaginação leitora.

A partir da análise de discurso que realizamos, e com base em suas categorias, voltamos para uma construção teórica do discurso militar, agora aplicada a uma perspectiva macro, da força armada como um todo, que se estrutura analiticamente como se segue.

- (1) Reiteramos o emprego da *formação ideológica* militar segundo suas bases definitórias próprias: os dois princípios militares de raiz, hierarquia e disciplina, e suas derivações centrais: a verticalidade do processo decisório e a tendência à centralidade que lhe são inerentes. Por ela subsumidas, trabalhamos com duas formações discursivas militares:
- (2) a formação discursiva da (a) *organização* militar e a formação discursiva da (b) *instituição* militar. A visão de mundo militar, uma das palavras-chave da pesquisa, aqui se erige na construção, que se instrumentaliza de

ambas: a *instituição* e a *organização*, separadas, para cumprir a funcionalidade de tipos ideais. Como já se disse, é a formação discursiva que expressa a visão de mundo.

Tal partição conceitual das visões de mundo macro lança mão de duas categorias analíticas, que, enfatize-se, não são dicotômicas. É possível, e heurísticamente recomendável, admiti-las, instituição e organização, operando uma articulação de racionalidades de caráter biunívoco na construção da visão de mundo militar. Apesar de tipicidades próprias, as formações discursivas que expressam a visão de mundo se sujeitam, diríamos *manu militare*, como acima foi referido, ao “que pode ser pensado”, tal como estabelecido pela formação ideológica da hierarquia e da disciplina. Cada uma dessas duas formações discursivas citadas oferece uma ordem de insumos na constituição da visão de mundo militar, compactuadas embora no exercício de uma coonestação de propósitos, de razões de ser e de integralidade de suas verdades. Não há cissiparidades, não há rachas. Afinal, é impossível perder de vista que nos encontramos nos domínios e lineamentos da totalidade.

Cabe também lembrar que, admitida a taxionomia das formações discursivas militares (capítulo 6), poderíamos afirmar que a visão de mundo militar, no tempo atual, se expressa sob a regência de um modelo caracterizado por um sincretismo, como seqüência (mas não abdicando) das visões de mundo positivista, de religiosidade, de positivismo norte-americano, do golpe de 1964. Como queremos aqui reafirmar, tais visões de mundo não se excluem nem se sucedem linearmente. Apesar da prevalência de uma visão de mundo, em razão de condições de produção mais favoráveis à sua irrupção – positivismo norte-americano depois da II Guerra Mundial ou religiosidade nos anos 20 e 30 –, as ressonâncias de uma transpõem as fronteiras de outra (s) visão(ões) de mundo e com esta(s) convive(m). Esse caráter sincrético da contemporaneidade pode ser observado pela coexistência de leituras de difícil congruência num mesmo contexto sociopolítico. As exceções se mostram evidentemente no discurso oficial que se traveja monocordicamente dos princípios da *formação ideológica* literalmente considerados, numa aplicação parafrástica e fundamentalista.

Hoje, por exemplo, é de observar a convivência discursiva de um nacionalismo com ares etnocêntricos, percebido como patriotismo, com um fortalecimento do Estado, ao mesmo tempo em que se clama por uma atuação mais capitalista dos detentores do capital. Numa outra vertente

discursiva, se encontrará uma prevalente valorização do homem individualmente considerado, ao mesmo tempo em que se repelem espasmos de liberalismos e de seus princípios fundadores. A isso se acrescenta exemplos de quem deplora uma total dependência do indivíduo ao Estado. Todas essas divergências seriam meros fenômenos rotineiros de diferenças de opinião, que em outro grupo sequer mereceriam referência.

Aqui, contudo, não se pode perder de vista que lidamos com pessoas que se orientam intelectualmente ao redor de uma doutrina, de uma direção monológica, que funciona como matriz de significados, regida pela verdade institucional, por um nexos social de totalidade e pela percepção de vínculos de mão única nas relações comando-obediência entre estado e sociedade. Esse sincretismo de hoje justapõe como matrizes os discursos de 64 com os que lhe são posteriores, não abre mão de formações discursivas de outros tempos e contextualizações e se mantém em alerta ante o que é percebido como ameaça à formação ideológica. Um sincretismo portanto que admite leituras do mundo paralelas – já em si um exercício insólito no meio que analisamos – e de difícil compatibilidade que, ao mesmo tempo, defere ressonâncias de vozes do passado que ainda hoje o atravessam.

### **VISÃO DE MUNDO ENQUANTO ORGANIZAÇÃO**

Se, a partir da *instituição*, o grupo militar foi suprido por todo um sistema de cognições e valores, que o capacita à leitura e ao julgamento do mundo, a *organização* militar tem também um papel aí a cumprir. Vai caber-lhe uma participação nessa padronização de significações através do conjunto de regulamentos, códigos, manuais e normas de ação e, além disso, toda uma socialização informal. Essa socialização trazida pela via organizacional inclui, para ficar em alguns exemplos, processos de convivência, padrões específicos de linhas de aproximação inter-familiar e intergrupais, códigos informais de reconhecimento mútuo, sistemas de lealdade clânica, mecanismos próprios de aquisição de informação e processos de formação de crenças, opiniões e reprodução da verdade institucional.

Inclui-se nessa dinâmica social própria também a presença da família. É impossível que a unidade familiar permaneça à margem de toda essa alimentação de insumos, tendo, ela própria, sob orientação do *cabeça do casal*, que se deslocar de uma Porto Velho para uma Uruguaiana a cada dois anos ou, às vezes, até em períodos menores. Aí se embutem problemas, que não são

exclusivos da família militar, quando a esposa trabalha, e da mudança permanente do colégio dos filhos, ou no afastamento da filha que estuda numa boa faculdade num grande centro e, simplesmente, hoje se sente à vontade para não querer acompanhar os pais a um centro menor. No caso do afastamento dos filhos, parentes ou mesmo a família de colegas são mobilizados, como se diz, empregando a metáfora do jargão profissional, “para dar uma cobertura de fogos”.

Todos esses tipos de dificuldades são um fator a mais de aproximação maior entre as unidades familiares, ditadas por condições da *organização* militar. Amplia-se consideravelmente o número das pessoas, militares ou familiares, que passa a se conhecer a um nível de partilhamento de situações mais denso do que o do mero convívio entre colegas de profissão. Não é evidentemente a competição a marca dessas relações familiares. Existem, pois, fatores de agregação, que promanam da *organização* – não da instituição –, que não podem ser desprezados na compreensão do que, no capítulo 1, denominamos de *totalidade*. Falamos de pessoas que irão viver, a grande maioria delas, em uma vila militar, nos mesmos locais, em residências similares e também hierarquizadas em sua distribuição e arquitetura. E, juntas, as famílias partilharão, o casal evidentemente de modo mais nítido, espaços e momentos de lazer, esportes, religião, refeição, planejamentos familiares de antigas ou futuras guarnições onde serviram ou servirão. Essa integração da vida do quartel e da *organização* da força armada à vida da família é observável nas construções vernaculares próprias do grupo militar: muitas esposas, com grande frequência, e os filhos, quando crianças, se referirão a “quando servimos em Marabá ou em Baieux”, ou a que “Estamos indo tirar a EsCEME.”, costume que, se não é universal, tem aplicação majoritária.

O que aqui se pretende é ilustrar como alguns elementos da *organização* constituem à sua feição a *totalidade*; elementos estes que não são necessariamente oficiais, que não se constroem – não diretamente – por meio do mapa das cognições formais, da *instituição*, portanto. Poder-se-ia até levantar, com uma carrada de razões, que também daí advém um processo de homogeneização universalizada: de procedimentos físicos, familiares, intelectuais, de convivência, adesão e lealdade. O que quer que seja a causa ou a consequência, o que importa aqui é que continua a prevalecer no âmbito, agora da organização, uma totalidade normativa sobre o individual.

Que importância terá esse traço ? Essa marca de totalidade tem papel central na antiga construção da *universitas*, “um todo em que os indivíduos são partes”. Ou na de uma

*Gemeinschaft* em que uma configuração de moldes comunitários engendra seus mecanismos de construção de crenças, convicções e ideologias. Essas não são “curiosidades”. Admitir que a estrutura existente é similar a uma *Gemeinschaft*, ou se constrói em relações de padrão de *universitas* gera conseqüências não desprezíveis para o significado social do indivíduo no âmbito de diversas sociedades. Interfere, para começar, em seu regime de verdades. A partir daí o problema do “valor” e das representações coletivas ganha configuração e contextura própria, e a orientação que se deriva tem valência política indiscutível.

Indiscutível também será o papel dos consensos que assim se formam. Uma *Gemeinschaft* do pensar, então, com todos os riscos da redundância que aí se contém. É bem provável que daí nasça a razão por que não se atribui valor significativo ao fenômeno da autoria intelectual, quando nascida dentro do próprio grupo. O que vale também para palestras e instruções militares: intermutam-se essas aulas, que não registram o nome da cabeça pensante que originariamente a pesquisou e produziu; autoria que simplesmente desaparece no tempo, num exercício de lealdades anônimas. Fosse por efeito de se observar a tradição de uma postura conservadora, que estimula a reprodução de mensagens e significados, ou da disciplina de se remeter tudo o que se faz e produz à organização, o fato é que acabam sobrevivendo insuspeitados compatriotas de autoria e de parcerias que permanecem na sombra. O que pode ser lido, ao menos, como uma exaltação consensualmente consentida de sua majestade, a totalidade.

Uma conseqüência desse exemplo de “estilo de pensamento” de Fleck parece localizar-se, também, na existência de um certo desconforto com a dissensão. Se no plano individual, familiar ou comunitário, o dissenso já se constituiria em fato ao menos inusitado, no plano político, o convívio incômodo com a discordância passa a crescer de importância, embora o assunto *política* esteja muito longe de se inscrever entre os de maior incidência, se alguma, no plano interfamiliar. Qualquer sugestão do que possa soar como dissenso, ou de seu acolhimento, - assim é percebido - acaba dando sustentação a algum tipo de desrespeito pela opinião consensualizada. Aí começa a se entremostar uma distância da sociedade maior. E a fazer sobrelevar uma valorização não muito entusiasta pelos valores dessa sociedade, a democracia sendo um deles. O que não é pouco.

## VISÃO DE MUNDO ENQUANTO *INSTITUIÇÃO*

Os mais importantes incentivos e desestímulos para obedecer às normas são cognitivos e sociais; daí a ênfase que a pesquisa conferiu aos processos de profissionalização militar e de socialização da instituição. Esta enfatiza as regras, em última análise, para definir como se estrutura a informação, quem está incluído na situação de decisão etc. Seja como arranjo responsável pela agregação de comportamentos, seja pelo monitoramento do comportamento institucional, seja ainda como as próprias normas de comportamento, o fato é que os grupos sociais só muito raramente serão só organização ou só instituição. Apresentar-se-ão usualmente como uma mistura intrincada de uma e outra categoria. Não há como negar, contudo, que esse hibridismo, sem abrir mão de sua identidade e existência organizacional, se inclina inequivocamente, no sentido de uma cristalização de natureza institucional. Não é, portanto, uma tendência aleatória. Com a instauração da verdade institucional, nela a instituição inscreve um conceito a ser levado pelo mundo e um perfil substantivo de matriz normativa, judicativa de controle da razão e da fé, sob forma de um repertório de princípios de valor pedagógico, pragmático e paradigmático.

Foi à luz desse reconhecimento que, como se terá observado, a *instituição* e a *organização* foram tratadas, numa construção de tipos ideais, como formações discursivas macro, que lêem e julgam o mundo – e ensinam a fazê-lo – da perspectiva militar. Enquanto *instituição*, com suas formações discursivas próprias, planejam-se e executam-se programas de socialização formal, uma política de sentidos, portanto. Estas se substancializam em cognições, que a partir do valor de *totalidade* transportam a verdade institucional para as almas, desde o momento de noviciado. É a partir dessa matriz de significados que se constrói a visão de mundo institucional, através de métodos e teorias, de mitos e ritos, de uma política de símbolos, que inclui a tradição. Enquanto *organização*, de outra parte, dão-se curso e validade a procedimentos cotidianos regulamentados por normas escritas, que incluem rotinas, a avaliação comportamental, e todo um processo de socialização informal, que, por via dessa intermediação, vai levar o grupo a deferir e compartilhar procedimentos comunitários de geração de consciências, disposições e atitudes. Organização e instituição, então, não se polarizam, como parece evidente. Contribuem ambas para a elaboração de uma homogeneização dos processos de agir, de pensar e de sentir, a partir dos significados institucionalmente construídos e deferidos.

A referência que fizemos à existência de uma *Gemeinschaft* do pensar transcende evidentemente a origem apenas organizacional. Na realidade, é a *instituição* a grande reitora da *Gemeinschaft* do pensar, por lhe caber com exclusividade a definição do mapa cognitivo e de valores que serão repassados a todos os militares. Tentemos aqui resumir dizendo que essa homogeneização do pensar é trazida nos conceitos, métodos e significados da verdade institucional e através de mecanismos, modelos e rotinas acionados pela via organizacional. A uniformidade dos processos cognitivos e ideativo-valorativos subtrai desse espaço do mundo que vimos discutindo a irrupção, logo o lugar de existência, para maiorias e minorias. Em consequência, também se excluem espaços para direitos de maiorias e minorias. E desaparecem os discursos correspondentes e tributários, que tratam, entre outras considerações, de um reconhecimento mútuo e recíproco dos dois entes, maioria e minoria. Esta *Gemeinschaft* do pensar é um dique à existência da alteridade. Uma condenação à existência da exceção. E a democracia vive e se nutre do processamento e da convivência com a exceção, com maiorias e minorias em suas alteridades e incontinências.

É essa compactação dos processos de pensar que faz vicejar conceitos como o do “caráter nacional”, concepções como a de uma visão orgânica da “cultura nacional” como, de resto, do fenômeno social. Vistas de uma perspectiva crítica, a partir da reitoria institucional, estas são construções de mundo trazidas, por exemplo, nos reducionismos abundantemente proporcionados pelo trato da política (*politics*) segundo um olhar jurídico. Se tratamos de padronização cognitiva, este é apenas um exemplo a mais. Se a norma jurídica for a fonte, a única fonte, daí advirá uma indiscutível facilidade de leitura das virtudes das unanimidades. E que se dispõe como exemplo paradigmático de linguagem clara, precisa e concisa, cortejando a isenção e a neutralidade e diagnosticando situações com a precisão de quem ignora a dinâmica social e os diversos contextos sócio-políticos entreabertos (e fechados) pela historicidade.

Já nos detivemos a discutir em **3.4** consequências de se evitar entender a política como *politics* mas, em seu lugar, exclusivamente como políticas públicas que, em sua fase de planejamento, operam com categorias, racionalidades e éticas da ciência da administração: com o que a realidade empírica da sociedade que se analisa se vê isenta de discontinuidades, crises e conflitos. A esta altura de nossa discussão, não parece caber mais uma mera desaprovação dessa leitura asséptica do fenômeno político. O viés deste olhar tão pouco crítico e tão pouco inocente remete à alguma ênfase na necessidade de entender os dois ou mais brasis – ao menos o da “Casa

Grande e Senzala” e o de “Os Sertões” – por quem se vê compelido ao exame de questões de Defesa nacional, de um mirante estratégico. De outra parte, avaliar a *politics* da perspectiva da norma jurídica é trabalhar em cima de consensos a que a dinâmica social se recusa a fornecer uma ilustração subserviente. É fazer retroceder análises e avaliações ao tempo em que as faculdades de direito exerciam este reducionismo e ignoravam, para ficar num exemplo, a estratificação e a organização de interesses agentes da sociedade.

Há que reconhecer, com toda a certeza, que o objeto dessa Defesa não se esgota nos aspectos infra-estruturais, de transportes, comunicações, energia, seneamento. Indefectivelmente esta discussão sobre questões de Defesa terá de se instrumentar de um conhecimento da aventura humana brasileira, que passa por seus processos políticos, questões sociais, pela definição de contornos de uma economia que não se baste em perseguir retornos maximizados e relações custo/benefício minimizados e em gravitar com exclusividade em torno de um conceito exclusivo de eficácia. Há que admitir como dado do problema de Defesa nacional as questões trazidas pelas humanidades clássicas e contemporâneas, para que, a partir daí, se projete um veio de democracia que consiga se entremear nos desvãos de estruturas e superestruturas do mundo da vida.

### **DEMOCRACIA: ASSIMETRIAS E CORREÇÕES DE CURSO**

Com base nesses supostos, qualquer modelo organizacional de base hierárquica, por força da socialização com que disciplina seus membros – vale dizer, da memória acumulada, das formações discursivas trazidas por interdiscursos e da formação ideológica que autoriza as formações discursivas –, requer, não retificação, mas algum tipo de compensação, cognitiva e valorativa, que reequilibre o peso e o sentido das percepções com relação a práticas e valores, particularmente, da democracia. E que, sobretudo, este projeto de desmapeamento não coloque as duas matrizes de consciência, hierarquia e disciplina, em questionamento, o que corresponderia à instituição admitir uma incompatibilidade apriorística com o projeto cujas linhas mestras se vão delinear. Sem esse reequilíbrio perceptivo, malgrado existir no meio militar uma certa consideração genérica e abstrata de apreciação da democracia – pelos valores de justiça com que o sistema acena em seus enunciados –, serão sempre hegemônicos o culto e o ofício dos princípios canônicos trazidos pelo voto da profissão, porque vinculados ao valor *excelsior* do

cumprimento do dever. Será sempre mais convincente a suação produzida pelo que é percebido como prevalência do espírito público em detrimento do interesse individual; será sempre mais mobilizador o repúdio ao que é lido como violação à ordem.

Não é fácil desencadear um tal projeto redutor de dissonâncias e reequilibrador de percepções no âmbito de um mundo de objetividade, como o da instituição, que opera no nível da legitimação das subjetividades pela via da plausibilidade: ao outorgar validade cognitiva a seus significados objetivados e conceder dignidade normativa a seus imperativos práticos. Menos ainda aprender a conviver e atuar em sistemas de poder que exigem atitudes diversas das plantadas através de uma socialização secundária, que traz consigo a ossatura da tradição. Uma medida dessa extrema dificuldade pode ser exibida, a título de ilustração, também na reflexão de um soldado, reconhecido em muitas, e criticado em outras tantas, das decisões e iniciativas políticas e estratégicas que tomou:

“o indivíduo fraco, medíocre transeunte, só consegue atingir satisfação emocional e realização moral participando do “poder, da grandeza, da permanência e da glória” de um corpo orgânico duradouro”.  
(CHARLES DE GAULLE, 2000:46).

Quando no âmbito da ação intelectual e de julgamento valorativo, essa hegemonia da homogeneidade de um corpo ordenado de verdades, admitimos, pode, a partir de seus diagnósticos e sentenças, se pôr em rota de colisão com o edifício da democracia, como é nos dias de hoje percebida e defendida. De uma perspectiva mais específica e mais conseqüente, não se podem deixar de apontar assimetrias, que parecem nascer da dissonância entre os valores do nexos social comunitário, do conceito institucional e dos significados deflagrados, que a organização/instituição põe em ação – recortada por uma visão de mundo típica – e, de outra parte, uma sociedade que tem consciência das liberdades e do papel que a ela cabe e que age e julga em função de motivos autocentrados, movida pelo interesse e pelas lógicas de escolhas racionais. Essa distância entre a *Gemeinschaft* militar e a sociedade tem raízes e se manifesta também na falta de correspondência entre as maneiras de reconhecer na riqueza de sua polissemia os fenômenos da vida societal. E se expressa em significados distintos com que se nomeiam aspectos constitutivos de um dado fenômeno submetido à análise. Tudo isso reflete uma falta de tradução possível dos respectivos repertórios com que a realidade é, assim, representada em códigos díspares. E qualquer tentativa de correspondência ou tradução dos significados da

*Gemeinschaft* cognitiva para a sociedade maior, sem se dispor dos códigos de visão de mundo, vai gerar incompreensões, dissonâncias e vieses, que não levarão à interação plena com uma sociedade democrática, menos ainda com o mundo acadêmico, como referimos já na introdução da pesquisa.

Gesta-se desse modo um núcleo de incompatibilização latente da visão de mundo militar com relação à democracia e entre os dois mundos, militar e acadêmico, por força dessa dissonância de códigos, olhares e significados. A compatibilização com a democracia, que é como se define explicitamente a nossa questão, só poderá ser redesenhada, acreditamos, mediante a interveniência nos processos de cognição militar e, por via de consequência, em suas formações discursivas constitutivas, já que qualquer modificação na formação ideológica se mostra inviável, indesejável, e prejudicial no sentido comum de eficácia de desempenhos militares profissionais, particularmente em níveis tático e operacional.

O insumo da mudança na socialização formal tem de ser operado no mapa cognitivo que objetiva o conhecimento do mundo e o torna subjetivamente plausível (4.2). Não se trata aqui de planejar “cursos modernos”, MBAs ou MBAs profissionalizantes ou *gadgets* de inovação tecnológica. Isso seria até fácil de construir mas não toca na essencialidade das cognições *vis-à-vis* os contextos de nossa vida social. Trata-se, então, de analisar metodologias, teorias, categorias, referências analíticas, em suma, todo o aparato analítico que comece por buscar atingir uma orientação de ensino plural nos assuntos e envolvimento que digam respeito às disciplinas *civis*. Dizendo de outra maneira, essa reformulação tem elos exclusivos com a formação estratégica, com as escolas estratégicas, com a Esg que dá acabamento ao processo de formação das lideranças mais altas.

Não se trata tão simplesmente de levar tais escolas estratégicas a replanejarem suas grades curriculares, redefinirem seus objetivos, e escolherem novas teorias e tecnologias educacionais para organizar o conhecimento formal do mundo. Cursos “superiores” já os há nas forças armadas e de excelente qualidade, a julgar pela avaliação da CAPES nas engenharias de graduação e pós-graduação dos institutos e centros militares. Não é de um outro curso “superior”, ou de terceiro grau, que se precisa. Essa operação tem de ser processada necessariamente fora do ambiente organizacional/institucional da força armada. Há que instabilizar a certeza até aqui definitiva de determinadas percepções de base, para ficar num exemplo, na crença na regularidade dos modos de vida e na unidade essencial do comportamento humano. E

proporcionar condições de vislumbre de que as condições históricas e sociais com que os homens vêm habitando o tempo que lhes cabe estão muito longe de serem as mesmas.

Há que fazer o oficial sentar num banco universitário civil. Faz-se mister toda uma socialização universitária: feita, planejada, executada e avaliada pela universidade, no meio civil, lidando com “disciplinas civis”, ou seja, de um modo que coloque o candidato em contato com os saberes pertinentes à sociedade, em um tratamento plural, mobilizando o exercício de interpretação de polissemias, o trato com o efêmero, a inclusão da historicidade, num quadro nem tanto de explicação quanto de conhecimento, pela via do discurso. E, por tal, estamos querendo entender modos de argumentação que são mais consistentemente generalizados e especulativos e, que, mais que para resultados da experiência imediata, se voltam para o raciocínio, persuadindo pelo argumento, coerência lógica, riqueza interpretativa, força retórica.

Tal operação de mudança pressupõe, no plano prático, submeter os candidatos militares que se inclinarem por tais cursos ao mesmo tipo de seleção universal, nas condições do mesmo edital de concurso, satisfeitas as mesmas exigências de ingresso e condições de aprovação: a mesma bibliografia, provas de língua estrangeira, o mesmo leque de cursos disponível, os mesmos tipos de trabalho monográfico, de escolha de linha de pesquisa, de métodos qualitativos e quantitativos, de escolha de orientador, de exposição dissertativa, a que todos se sujeitam. Há que tanger as cordas do sistema de cognições dos conteúdos, não dos saberes nomotéticos, mas ideativo-valorativos, operando com entimemas e não tão-só com linearidades causais ou com a validade indubitável dos silogismos. Exatamente porque aí se acham enunciações e enunciados que tentam explicar o mundo são os que devem vertebrar cursos de alcance e envolvimento estratégico.

Paralelamente, ainda há a considerar como vantagem não desprezível os aspectos de socialização informal que advirão de uma convivência universalizada com outras faixas etárias, com outros gêneros equalizados pela situação acadêmica. Assim se disporão, lado a lado, com colegas que, de igual para igual trarão perspectivas até inusitadas. A convivência universalizada implicará, enfim, o reconhecimento e o tratamento do insólito, que está na sociedade, à disposição de quem tenha olhos para vê-lo e vontade de compreendê-lo em seus motivos e justificações.

Assim se estará inserindo um insumo de mudança, não apenas nos dados que constituem o mapa cognitivo, mas nos caminhos com que serão construídos procedimentos cognitivos.

Exatamente assim, convivendo com a formação ideológica tradicional, novas formações discursivas advirão, enunciando produtos trazidos de outras epistemologias, de outras metodologias historiográficas, de novos processos de tratar os fenômenos, que são contingentes, e da ação política, que é sobretudo humana. Estes serão assim procedimentos que não alimentarão o ideal de se quererem neutros e precisos, mas que reconhecerão no exemplo do voltaireano Lessa (2003:14) estarmos vivendo a experiência, também vicária, de itens contingentes de apenas um dos mundos possíveis.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

A DEFEZA NACIONAL IV. Rio de Janeiro: 14 Jan. 1917

ABRAHAMSON, Benge. *Military Professionalization and Political Power*. Beverly Hills: Sage Publications, 1972.

ABREU, Regina. “Entre a Nação e a Alma: quando os mortos são comemorados”. Em *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Vol. 7, nº 14, 1994.

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. “Normas para a Avaliação de Desempenho” (NAD) *Anexo E às Normas Gerais de Ação*. Resende: s/data.

ACADEMIA MILITAR das AGULHAS NEGRAS.”Perfil profissiográfico do concludente do curso da AMAN”.1987. Em, CASTRO, Celso c, *op. cit.* 1990.

ACROYD, William.S. “Military Professionalism, Education and Political Behavior in México”. *Armed Forces and Society*. Danvers, 1991.

AGULHON, Maurice. “La République a-t-elle besoin de grands hommes?” Em *L’Histoire*. Paris: nº 242, Abr. 2000.

ALEIXO, Pedro. “Conceito de segurança nacional no regime democrático representativo”. *Série de palestras sobre segurança nacional*. Belo Horizonte:1968.

ALEXANDER, Jeffrey C. “O Novo Movimento teórico”. Em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº4, vol. 2. jun. 1987.

ALMEIDA, Eliana de. “Discurso Religioso: um espaço simbólico entre o céu e a terra”. Em VÁRIOS AUTORES, *Sociedade e Discurso*. Campinas e Cáceres: Unemat e Pontes: 2001.

ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos do Estado*. 2ª ed. Trad. de Walter J. Evangelista e Maria Laura V. de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquem de. “O Dono da casa. Notas sobre a imagem do poder no mito Vargas”. *Religião e Sociedade*, jul. 1986.

ARENDT, Hanna. *The Origins of Totalitarianism*. Nova York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973.

ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. 3ª ed. Trad. Mauro Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1992.

ARINOS, Afonso. *História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

- ARON, Raymond. *As Etapas do Pensamento Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- AUERBACH, Erich. *Mimesis. The Representation of Reality in Western Literature*. 4ª ed. Trad. Williard R. Trask. Princeton: Princeton University Press, 1974.
- BACH, M. “Individualism and legitimation: paradoxes and perspectives of the political sociology of Emile Durkheim.” Paris: *Archives Européennes de Sociologie*, 1990.
- BAHKTIN, Mikhail. “Discourse in the novel” apud FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem e Diálogo: as idéias lingüísticas do círculo de Bahktin*. 2 ed. Curitiba: Criar Ed., 2006.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 3ª ed. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BARNET, Richard J. “Twin Anacronisms: Nuclear Weapons and Militarism” apud TUYLL, Hubert van . *Armed Forces & Society*. Danvers: 1994.
- BARROS, Alexandre S. C. *The Brazilian Military Professionalization, Political Performance and State Building*. Tese de doutoramento. Chicago: The University of Chicago Press, 1978.
- BARROS, Alexandre S.C. “A Formação das Elites e a Continuação da Construção do Estado Nacional Brasileiro”. Em *Dados* Rio de Janeiro: IUPERJ, nº 15, 1977.
- BARROS, Diana L P. e FIORIN, José L. *Dialogismo, Polifonia e Intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 2003.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Dialogismo, Polifonia e Enumeração*. Em BARROS, Diana Luz Pessoa de e FIORIN, José Luiz (orgs.) *Dialogismo, Polifonia e Intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 2003.
- BARTHES, Roland. *Novos Ensaio Críticos. O Grau Zero da Escritura*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- BASÍLIO, Margarida. *Teoria Lexical*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1989.
- BASTOS FILHO, Jayme de Araújo. *A Missão Militar Francesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1994.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 13ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o Udenismo. Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BENHABIB, Sheila. "Toward a Deliberative Model of Democratic Legitimacy." in S. BENHABIB, S. (ed.) *Democracy and Difference. Contesting the Boundaries of the Political*. Princeton: Princeton University Press, 1996.

BERGHAIN, V. R. *Militarism*. London. New York: Cambridge University Press, 1981.

BERGER, Peter and LUCKMAN, Thomas. *A construção social da realidade*. 18ª ed.. Petrópolis: Vozes, 1999.

BERNSTEIN, Basil. "Theoretical studies towards a sociology of language". In *Class, codes and control*. Londres: Routledge and Kegan Paul., vol.1, 1971.

BETROS, Lance. "Political Partisanship and the Military Ethics in America" in *Armed Forces & Society*. Piscataway: Rutgers University, 2001, vol 27, nº4.

BETTS, R. K. *Soldiers, Statesmen and Cold War Crises*. Cambridge, 1977.

BILAC, Olavo. *A Defesa Nacional (Discursos)*. Rio de Janeiro: Liga de Defesa Nacional., 1917.

BILAC, Olavo. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1965.

BIROU, Alain. *Dicionário das Ciências Sociais*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BOER, Nicolas. *Militarismo e Clericalismo em Mudança*. São Paulo: TAO, 1980.

BRAIT, Beth. "As Vozes Bakhtinianas e o Diálogo Inconcluso". Em BARROS, Diana P de e FIORIN, José Luiz Fiorin (orgs.) *Op. cit.*

BROCKHAUS ENZYKLOPAEDIE, vol 12. Wiesbaden: 1971.

BUCHANAN, Allen. "Political Liberalism and Social Epistemology." Em *Philosophy and Public Affairs*. 32, nº 2. Blackwell Publishing Inc. 2004.

BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução em França*. Trad. de Renato de Assumpção Faria, Denis Fontes de Souza Pinto e Carmen Lídia Richter Ribeiro Moura. Brasília: UNB, 1982.

BURKE, Peter. *Uma História Social do Conhecimento*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

CARONE, Edgard. *A República Velha: v.I instituições e classes sociais*. 4ª ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Difel, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. “As Forças Armadas na Primeira República. O poder desestabilizador” Em *O Brasil Republicano*. Tomo III, 2º volume. *Sociedade e Instituição*.(1981-1930) Rio de Janeiro, São Paulo: Difel, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. *Brasil: nações imaginadas*. Rio de Janeiro. Mimeo. 1992.

CARVALHO, José Murilo de. “Cidadania, tipos e percursos”. Em *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *Brasil: 1870-1914. The Force of Tradition*. Latin American Supplement. Mimeo., s/d.

CARVALHO, Leitão Estevão. *Memórias de um Soldado Legalista*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1967.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. 5ª ed. Trad. Guy Reynaud. Rio e Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, Adyr Fiúza. “Depoimento”. Em D’ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso. *Os Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

CASTRO, Celso. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Zahar,1990.

CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

CHIAVENATTO, Idalberto. *Introdução à Teoria Geral da Administração*. São Paulo, Rio de Janeiro: McGraw-Hill do Brasil, 1978.

CLAUSEWITZ, Carl von. *On War*. Princeton: Princenton University Press, 1986.

COELHO, Eduardo Campos. “A Instituição Militar no Brasil.” Em *BIB*, n° 19, 1º semestre. 1985.

COELHO, Eduardo de Campos. *Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CONAGHAN, Catherine M. e SPINAL, Rosario. ”Unlikely Transition to Uncertain Regimes? Democracy without Compromise in the Dominican Republic and Ecuador.” *Journal of Latin American Studies*, n° 22, 1990.

CORSI, Carlos. Apud MCCANN, Frank, “The Formative Period of Twentieth Century Brazilian Army Thought”. Em *HAHR*, Americal Historical Association. November 1984, vol 64, n° 4,1984.

COSTA LIMA, Luis. *A Aguarrás do Tempo. Estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

COSTA LIMA, Luís. “Entrevista”. *Folha de S Paulo. Caderno Mais*. 2006, 23/7- 8.

COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. 2 ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

COSTA, Octavio. “Depoimento”. Em SOARES, Gláucio Dillon, D’ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. *A Volta aos Quartéis*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

COSTA, Octávio. “Os Militares na Sociedade Moderna”. Em *Política e Estratégia*. Vol. IV, n 2. Abr. Jun. 1986.

COSTA, Wanda. “Com Rancor e com Afeto: Rebeliões Militares na Década de 30”. Em *Política e Estratégia*. Vol IV- nº 2. Abr-Jun 1986.

COURTINE, J.J. ”Définition d’Orientations Théoriques et Méthodologiques en Analyse de Discours”. Apud ORLANDI, Eni., *op cit*. 2002.

CUNHA, Celso. *Gramática do Português Contemporâneo*. 3ª ed. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares, 1972.

DAHL, Robert A. *Poliarquia*. Trad. Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Edusp, 1997.

DAHRENDORF, Ralf. “Gesellschaft und Demokratie in Deutschland.” Apud BERGHAHN, V R *Militarism*. Cambridg:. Cambridge University Press, 1981.

DAHRENDORF, Ralf. *O Conflito Social Moderno. Um ensaio sobre política da liberdade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

DAMATTA, Roberto. “Brasil: uma Nação em Mudança e uma Sociedade Imutável ?” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vol 1, n.2. 1988.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil ?* Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

DE FLEUR, Melvin. *Teorias de Comunicação de Massa*. 2 ed.. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1975.

DIAMOND, Larry. *Political Culture and Democracy in Developing Countries*. Boulder e Londres: Lyenne Publishers, 1993.

DIBBLE, V. K., apud BERGHAHN, V. R. *op. cit*, 1987.

DIBBLE, V.K..”The Garrison Society”. *New University Thought*. 5. *Special Issue*. 1966/7.

DICIONARIO ENCICLOPEDICO ITALIANO, vol 7. Roma:1957.

DIEHL, James. *Paramilitary Politics in Weimar Germany*. Bloomington.1977.

DIX, Robert H. "Military Coups and Military Rule in Latin America". Em *Armed Forces and Society*, v. 20, n. 3. Danvers:1994.

DONOVAN, J. A. *Militarism U. S. A.* New York: 1970.

DOORNBUSCH, Sanford M. "The Military Academy as an Assimilating Institution" Em *Social Forces*.

DOUGLAS, Mary. *Como as Instituições Pensam*. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Edusp, 1998.

DUMONT, Louis. *Religion, politics and history in Índia*. The Hague: Mouton and Co., 1970.

DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

DUMONT, Louis. *Homo Hierarquicus. O sistema das castas e suas implicações*. 2ª ed. Trad. Carlos Alberto da Fonseca. São Paulo: Edusp, 1997.

DURKHEIM, E. *Professional Ethics and Civic Morals*. Trad. C. Brookfield. London:. Routlege, 1957.

DURKHEIM, Emile. *The Division of Labor in Society*. Trad. G.Simpson. New York: Free Press, 1964.

DURKHEIM, E. *Moral Education: A study in the theory and application of the sociology of education*. Trad. E. K. Wilson and H. Schnurer. New York. Free Press. 1973.

DURKHEIM, Emile. *An Introduction to Four Major Works*. Beverly Hills: Sage Publ., 1986 a.

DUVAL, Sérgio Armando Ferreira. *A Argentina, Potência Militar*. v. 2. Rio de Janeiro: 1922.

DUVAL, Sergio Ferreira Armando. *Reorganização do Exército*. Rio de Janeiro: 1901.

DZIEDZIC, Michael J. *Explaining Civil-Military Relations in Mexico: The Politics of Cooptation*. 1984/1985. Apud ACROYD, William S. *op. cit.*, out. 1991.

ECKSTEIN, Harry. "A Culturalist Theory of Political Change". *American Political Science* 82. 1988.

- EISENBERG, José. *A Democracia depois do Liberalismo. Ensaios sobre ética direito e política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*, v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- ELLUL, J. “Le rôle médiateur de l'idéologie”, *Démythisation et Idéologie*. Paris: S. Aubier, 1973.
- ENCYCLOPEDIA AMERICANA, The, v. 19. New York: 1968.
- ENDRES, F.C. Die Tragödie Deutschlands. Em BERGHAHN, V.R. op. cit.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Fundamentos Teóricos*. Rio de Janeiro: 1983.
- ESG, *Manual Básico*. Rio de Janeiro: 1988.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Pensamento Estratégico*. Rio de Janeiro: 2000.
- ESCUELA SUPERIOR DE GUERRA: *Programa de Estudos, 1977-1978. Curso de Mando y Estado-Mayor*, vol 3. México City: Secretaria de la Defensa Nacional, 1977.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, *Boletim*. Rio de Janeiro: 1912.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial das Forças Armadas*. Brasília: 1997.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: UNB, 2001.
- FARIA, General José Caetano de. *O Oficial como educador: sua missão social*. Boletim do Estado-Maior do Exército, nº 3, abr. 1912.
- FEAVER, Peter D. “The Civil-Military Problematique: Huntington, Janowitz and the Question of the Civilian Control”. In *Armed Forces & Society*. v. 23, nº 2. 1996.
- FEBVRE, Lucien. *Honra e Pátria*. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FERRY, Luc. “O dever e a salvação: da moral à ética”. Apud SPONVILLE, André Comte e FERRY, Luc. *A Sabedoria dos Modernos*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FIGUEIREDO, Eurico. *Os militares e a democracia*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- FINER, S. E. *The Man on Horseback*. Oxford: Pall Mall Press, 1967.
- FINER, S E. “The Statemanship of Arms”. Apud BERGHAHN, V R *Op cit*. 1981.

- FIORIN, J. L. *As Astúcias da Enunciação. As categorias de pessoa, espaço e tempo*. 2ª ed.. São Paulo: Ática: 2002.
- FIORIN, J. L. “Polifonia Textual e Discursiva”. Em BARROS, Diana Luiz Pessoa de e FIORIN, J. L. (orgs.). *Op. cit.*, 2003.
- FIORIN, J. L. *Elementos de Análise do Discurso*. 13ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- FIORIN, J.L. *Linguagem e Ideologia*. 8 ed.. São Paulo: Ática, 2004.
- FITCH, Samuel J. “Military Professionalism, National Security and Democracy: Lessons from the Latin American Influence”. Apud ACROYD, William S. *Op. cit.*
- FIUZA DE CASTRO. Gen. “Depoimento”. Em D’ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Dillon e CASTRO, Celso. *Os Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FLECK, Ludwik. *The Genesis and Development of a Scientific Fact*. Chicago: University of Chicago Press, 1935 .
- FONSECA, Gregório da. “Regeneração nacional”. *Nação Armada*. Rio de Janeiro: abr. 1941.
- FOSSUM, Egil. ”Factors Influencing the Ocurrance of Military Coups d’Etat in Latin America.” *Journal of Peace Research*, n. 4. 1967.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Antonio Ramos Rosa. São Paulo: Martins Fontes, s/d.
- FOUCAULT, Michel. “Truth and Power”, trad. Colin Gordon, Leo Marshall, John Mepham e Kate Soper. In GORDON, Colin (ed.) *Power/ Knowledge*. New York: Pantheon Books, 1980.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. 3ª ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir. Nascimento da prisão*. 14 ed. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1996a.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 12ª ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1996b.
- FOUCAULT, Michel. *Il Faut Défendre la Sociéteé. Cours au Collège de France. 1976*. Paris: Gallimard Seuil, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Trad. Roberto Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: PUC e NAU, 1996.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 4ª ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1998.

FRANCIS, D. "The great transition". In ANDERSON, R. J., HUGHES, J. A. e SHARROCK W.W. (eds). *Classic Disputes in Sociology*., London: Allen and Unwin, 1987.

FREIDSON, Eliot. "Para uma Análise Comparada das Profissões. A institucionalização do discurso e do conhecimento formais". Em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 11, jun.. 1996.

GADET, F. e HAK, T. (orgs.) *Por uma Análise Automática do Discurso*. Campinas: Unicamp, 1997.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em Prosa Moderna*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1975.

GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

GARSOMBKE, Dine J. "Organizational Culture Dons the Mantle of Militarism". Apud TUYLL, *op. cit.* 1994.

GEERTZ, Clifford. "Epilogue". Em TURNER, Victor W. e BRUNER, Edward M.. *The Anthropology of Experience*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 1986.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.

GEERTZ, Clifford. "O futuro das religiões". Em *Mais. Folha de S Paulo*. 14 de maio de 2006.

GEERTZ, Clifford. "Making Experience, Authorizing Selves." Em *The Anthropology of Experience*. Op cit.

GELLNER, Ernest. "O Advento do Nacionalismo e sua Interpretação: os Mitos da Nação e da Classe." Em BALAKRISHAN, Gopal (org.) *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

GEOFFROY, Anne. Em INDURSKY, Freda. *A Fala dos Quartéis e as Outras Vozes*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

GEYER, M. Apud V.R. BERGHAIN. *Op. cit.*

GIERTZ, Horst e KÜTTLER, Wolphang. Em BERGHAIN, V. R., *Militarism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GIRARDET, Raoul. *A Sociedade Militar, de 1815 aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Bibliex., 2000.

- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- GOLDMANN, Nahum. Der Geist des Militarismus. Em língua inglesa.V.R. BERGHAIN. Op. cit.
- GOODMAN, Nelson. *Ways of worldmaking*. Indianapolis: Hacket Publishing, 1978.
- GRAND LAROUSSE, vol.7. Paris: Larousse, 1963.
- GREGOLIN, M. R. F. “Análise do Discurso: os sentidos e suas movências.” Em GREGOLIN, M. R. e KHALIL, M. F. (orgs.) *Análise de Discurso: entornos do sentido*. Araraquara: Cultura Acadêmica Editora e laboratório editorial F C L, 2001a.
- GREGOLIN, Maria do Rosário.“Olhares oblíquos sobre o sentido do Discurso”. Em GREGOLIN, M. G. e BARONAS, Roberto. *Análise do Discurso: materialidade do sentido*. S. Carlos: Claraluz Editora. 2001b. *Op. cit.*
- GREGOLIN M.R.F. *Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso - diálogos e duelos*. S. Carlos: Editora Claraluz, 2004.
- GREIMAS, A. J. *Sémantique Structurale*. Paris: Librairie Larousse, 1966.
- GUESPIN, Louis. Em INDURSKY, Freda. *As Falas do Quartel e Outras Vozes*. Campinas: Editora da Unicamp.1997.
- GUIMARÃES, César. “Prefácio”. Em José Eisenberg, *A democracia depois do Liberalismo. Ensaio sobre ética, direito e política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- HAACK, Susan. *Filosofia das lógicas*. Trad: Cezar Augusto Mortari e Luiz Henrique de Araújo Dutra. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- HABERMAS, Jürgen. *The Theory of Communicative Action*. Vol 2. Trad. Thomas McCarthy. Boston: Beacon Press, 1981.
- HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Félix Alcan, 1925.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva* . São Paulo: Vértice. Ed. Revista dos Tribunais. 1990.
- HALL, R A, apud HUNTINGTON, Samuel, P. 1957. *Op. cit.*
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. 3ª ed.. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro.Rio de Janeiro: DPA Editora, 1999.

HALLIDAY, M. A K. *Language as Social Semiotic. The Social Interpretation of Language and Meaning*. 4 ed. Victoria (Austrália): Edward Arnold, 1987.

HAURIOU, Maurice apud LOURAU, René. *Op. cit.* 1996.

HAROCHE, Claudine, HENRY, Paul e PÊCHEUX, Michel. “La sémantique et la coupure saussureenne; langue, langage discourse”. Apud MARIANI, Bethania, *op cit.*

HAYES, Robert. *A Nação Armada, A Mística Militar Brasileira*. Trad. Sílvio Rolim. Rio de Janeiro: Bibliex, 1991.

HEROICO COLEGIO MILITAR (HCM). *Síntesis histórica, Objetivos y Actividades*. México City: Secretaria de la Defensa Nacional. Dirección General de Educación Militar y de la Universidad del Ejército y Fuerza Aérea, 1980.

HEROICO COLEGIO MILITAR. *Instructivo de Admisión.1980-1981*. Mexico City: Secretaria de la Defensa Nacional, 1980.

HILDEBRAND, A. *The Foreign Policy of the Third Reich*. London: 1973.

HOBHOUSE, L.T. *Social Development*. London:. Allen & Unwin,1924.

HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (org.) *A Invenção das Tradições*, 3ª ed.Trad.Celina Cardim Cavalcante. São Paulo e Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era das Revoluções*, trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 11ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

HOLQUIST, M. *Dialogism: Bakhtin and his world*. London: Routledge, 1990.

HOROWITZ, I.L. “The Military Elites”, in S.M.Lipset and A. Solari, eds., *Elites in Latin America*.London.1967.

HORTA, José Silvério Baía. *O Hino, o Sermão e a Ordem-do-Dia. Educação no Brasil.(1930-1945)* Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1994.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HOVET, Theodore R. “The Church Militant”, Em TUYLL, Hubert P van . “Militarism , the United States, and the Cold War”. *Armed Forces & Societ*,1994.

HUNTINGTON, Samuel. "Civilian Control of the Military: A Theoretical Statement", em BULAU, Heinz, ELDERSVELD, Samuel J. JANOWITZ, Morris (ed.). *Political Behavior: A Reader in Theory and Research*. Glencoe: The French Press, 1956.

HUNTINGTON, Samuel. *The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil Military Relations*. New York: Vintage Books, 1957.

HUNTINGTON, Samuel.(ed.) *Changing Patterns of Military Politics*. New York: The Free Press, 1963.

HUNTINGTON, Samuel. *Political Order in Changing Societies*. New Haven: Yale University Press, 1968.

HUNTINGTON, Samuel. *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. Editora. São Paulo: Forense Universitária e Editora da Universidade de S Paulo, 1975.

HUNTINGTON, Samuel. "Officership as a Profession". In WAKIN, Malham (ed.), *War, Morality and the Military Profession*. Londres: Westview Press London, 1986.

HUNTINGTON, Samuel. "The Military Mind: conservative realism of the professional military ethic". Em *War, Morality and the Military Profession*. Op. cit.

HUNTINGTON, Samuel. *The Third Wave. Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman. University of Oklahoma Press, 1991.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

INDURSKY, Freda e FERREIRA, M C. Leandro. *Os Múltiplos Territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Editora Sara Luzzato, 1989.

INDURSKY, Freda. *A Fala dos Quartéis e as Outras Vozes*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

JAGUARIBE, Hélio. *Sociedade e política: um estudo sobre a atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

JAGUARIBE, Hélio. *Brasil, sociedade democrática*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

JANOWITZ, Morris. *The Professional Soldier*. New York: The Free Press, 1960.

JANOWITZ, Morris. *The Military in the Political Development of New Nations. An Essay in Comparative Analysis*. Chicago and London: University of Chicago Press, 1965.

JANOWITZ, Morris. *Military Institutions and Coercion in Developing Nations*. Chicago: University of Chicago Press, 1977.

JANOWITZ, Morris. “Civic Conciousness and Military Performance”. Em JANOWITZ, Morris e WESTBROOK, Stephen (eds.). *The Political Education of Soldiers*. Beverly Hills: Sage, 1983.

JANOWITZ, Morris. “ The Future of Military Profession.” Em *War, Morality and the Military Profession*. *Op cit*.

JAPIASSU, Hilton. *Nascimento e morte das ciências humanas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

JAPIASSU, Hilton. *Introdução ao Pensamento Epistemológico*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

JASMIN, Marcelo Gantus. *Racionalidade e História na Teoria Política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

JASMIN, Marcelo Gantus. *Alexis de Tocqueville. A historiografia como ciência da política*. 2ª ed.. Belo Horizonte e Rio de Janeiro: Editora UFMG e IUPERJ, 2005.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.

JENNINGS, M Kent, NIEMI, Richards G. and SEBERT, Suzanne Koprince. “The Political Texture of Peer Groups” in *Political Character of Adolescence*. Princenton:. Princenton University Press, 1974

JOHNSON, J.J. *The Role of the Military in Underdeveloped Countries*. Princenton: University of Princenton Press, 1968.

JOUTARD, Philippe e LECUIR, Jean. “Le Palmarès de la Mémoire Nationale”; Em *L’Histoire*, nº 242. Paris: abril 2000.

KELLY, J.M.. *A Short Story of Western Legal Theory*. Oxford: Clarendon Press, 1992.

KHAN, Hermann. *A Escalada. Metáforas e Cenários*. Trad. Edílson Alkmin Cunha. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1969.

KISER, Larry e OSTROM, Elinor. “The Three Worlds of Action: A Metatheoretical Synthesis of Institutional Approaches”. Em OSTROM, E. (ed.), *Strategies of Political Inquiries*. Beverly Hills: .Sage Publications, 1982..

KLEIN, B. *Germany’s Economic Preparation for War*. Cambridge: University of Cambridge, 1959.

KOSELLECK, R. *Futures past: on the semantics of historical time*. Cambridge./Londres: The MIT Press, 1985 a.

KOSELLECK, Reinhart. *Futures Past. On the Semantics of Historical Time*. Trad. Keith Tribe. Cambridge, Massachusetts and London: The MIT Press, 1985 b.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto e Editora PUC Rio, 2006.

KOSELLEK, R. Cópia didática. S.d.

KOSELLEK, Reinhart. *The Practice of Conceptual History. Timing History, Spacing Concepts*. Stanford: Stanford University Press, 2002.

KRESS, G, apud POSSENTI, Sírio. *Os limites do discurso*, 2ª ed.. Curitiba: Criar Edições, 2004.

KUSCHNIR, K e PIQUET CARNEIRO, L. “As dimensões subjetivas da política”: *Cultura Política e Antropologia Política*.

LADD, Joseph F. Ten Cel. “Some Reflections on Counterinsurgency”. *Military Review*. Leavenworth: 1964.

LAMOUNIER, Bolívar. “Ideologia Conservadora e Mudanças Estruturais”. Em *Dados*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1968.

LAMOUNIER, Bolívar. “A Ciência Política no Brasil: Roteiro para um Balanço Crítico”, in LAMOUNIER, Bolívar (ed.) *A Ciência Política nos Anos 80*. Brasília: Editora da UNB, 1982.

LASSWELL, H D. *Politics*. New York: McGraw Hill., 1936.

LASSWELL, H.D. “The Garrison State Hypothesis Today”, in HUNTINGTON, S. P. (ed.), *Changing Patterns of Military Politics*. Op. cit. 1963.

LASSWELL, H.D. *Politics: Who gets what, when, how*. 11<sup>th</sup> printing. New York and Cleveland. The World Publishing. 1971.

LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia-volta Volver*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LEIRNER, Piero de Camargo. *Hierarquia e Individualismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LEITÃO DE CARVALHO, Estevão. *Dever Militar e Política Partidária*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1959.

LEITÃO DE CARVALHO, Estevão. *Memórias de Um Soldado Legalista* . 1959.

LESSA, Renato. *Agonia, aposta e ceticismo. Ensaios de Filosofia Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

- LEVI, Margaret. “Uma Lógica da Mudança Institucional”. *Dados*, vol 34, nº 1. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991.
- LEVIN, William C. *Sociological Ideas*. Belmont: Wadsworth Publishing Company, 1991.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.
- LIEUWEN, E. *Generals vs. Presidents. Neo-Militarism in Latin America*. London: 1964.
- LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Topbooks, 2000.
- LIPSET.S.M. *Political Man*. London: 1960.
- LLOYD,Cristopher. *As Estruturas da História*. Trad. Maria Júlia Goldwasser. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- LOCKWOOD, D. *Solidarity and Schism*. Oxford: Clarendon Press, 1962.
- LOURAU, René. *A Análise Institucional*. 2ª ed. Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis. Vozes. 1996.
- LUCKHAM, A.R. “A Comparative Typology of Civil-Military Relations”. *Government and Opposition*. 1971.
- LUCKHAM, A.R.”Militarism: Force, Class and International Conflict”. Em VR Berghahn. 1981.
- LUKES, Steven. *Émile Durkheim. His Life and Work. A historical and Critical Study*. Penguin Books, 1973.
- LUKES, Steven. *Individualism*. Oxford: Basil Blackwel, 1985.
- MAC IVER, R.M. e PAGE,C.H. *Society*. New York: Rinehart, 1949.
- MACHADO, Roberto. “Por uma genealogia do poder”. Em FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Op. cit.
- MACIEL DE BARROS, Roque Spencer. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 1959.
- MACPHERSON, C. B. *Teoria Política do Individualismo Possessivo. De Hobbes a Locke*, trad.. Néilson Dantas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1962.
- MAGALHÃES, João Batista. *A Evolução Militar do Brasil*. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

MAGANA, Luis Garfias. Coronel “Que es la estrategia?” *Revista del Ejercito y Fuerza Aérea Mexicanos*, Mexico: mai.1977.

MAGDOFF, H. ‘*Militarism and Imperialism*’. *American Economic Review* 60. ( May 1970).

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-Chave da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

MAINGUENEAU, Dominique. “Prefácio”. Em POSSENTI, Sírio. *Os Limites do Discurso*. Curitiba: Criar Edições, 2004.

MALAN, Alfredo Souto. *Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988.

MANHEIM, Karl. *Conservative Thought*. New York: Oxford University Press, 1971.

MANHEIM, K. *Ideologia e Utopia*, 3ª ed. Trad. Sérgio Magalhães Santeiro. Revisão técnica César Guimarães. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MARCH, James G. and OSTROM, Johan P. ”The New Institutionalism: Organizational Factors in Political Life”. *APSR*, nº 78, 1984.

MARCH, James e OLSEN, Johan P. *Rediscovering Institutions. The Organizational Basis of Politics*. New York: The Free Press, 1989.

MARCH. James C. and OLSEN, Johan P.”The New Institutionalism” In MACRIDIS, Roy C. e BROWN, Bernard E. *Comparative Politics*. 7<sup>th</sup> ed. Pacific Grove: Brooks/Cole Publishing, 1990.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa . Os comunistas no imaginário dos jornais: 1922-1989*. Campinas: Editora Revan/Ed. Universidade Estadual de Campinas, 1998.

MARIANI, Bethania S. Corrêa. “Leitura e condição do Leitor”. Em YUNES, Eliana. *Pensar a Leitura: complexidade*. Rio de Janeiro: Loyola, 2002.

MARXISTISCH-LENINISCHES WÖRTERBUCH DER PHILOSOPHIE, vol 2. Leipsig.1969.

MASLAND, J. W. and RADWAY, L I, apud Janowitz, M. “The Future of Military Profession”. *War, Morality and the Military Profession*. *Op. cit.*

MAUSS, Marcel. Oevres, vol. 3: “Cohésion sociale et divisions de la sociologie” Em REIS, Elisa. *Op. cit.*

MCCANN, Frank D. *A Nação Armada. Ensaio sobre a História do Exército Brasileiro*. Trad. Sílvia Rolim. Recife: Guararapes, 1982.

MCCANN, Frank. “Raízes do novo profissionalismo”. Em *A Nação Armada*. Recife: Ed. Guararapes, 1982

MCCANN, Frank D. ”The Formative Period of Twentieth Century Brazilian Army Thought”. In *Hispanic American Historical Review*. (Hahr). Albuquerque. 1984.

MEINECKE, F. *The German Catastrophe*. New York:. 1963.

MEINECKE, Friedrich. Em Friedrich Meinecke and German Politics in the Twentieth Century. Los Angeles: 1972.

MELLO FRANCO, Virgílio. *Sob o Signo da Resistência*. Rio de Janeiro: Valverde, 1947.

MENDES, Cândido. Apud BARROS, Roque Maciel de. *A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade*. Tese ao Concurso de Livre Docência da Cadeira de História e Filosofia da Educação da Faculdade de Filosofia , Ciências e Letras da Universidade de S Paulo. São Paulo:1959.

MENDES, Gilmar Ferreira et al. *Manual de Redação da Presidência da República*. Brasília: Presidência da República, 1991.

MENDES, Teixeira M. *Benjamim Constant, Esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do Fundador da República Brasileira*, I. Rio de Janeiro: 1913.

MERCHIOR, J. G. *Liberalism: old and new*. Boston: Twayne Publishers.1991 Ed. em português: *Liberalismo. Antigo e Moderno*. Trad. Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

MINISTÉRIO DA DEFESA..*Glossário de Termos e Expressões para Uso no Exército*. 3ª ed. Brasília: 2003 a.

MINISTÉRIO DA DEFESA. “Regulamento Interno dos Serviços Gerais”.*Separata do Boletim do Exército* 19 abril. Brasília: 2003 b.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. *Regulamento de Continências, Honras e Sinais de Respeito e Cerimonial das Forças Armadas*.1 ed. Brasília: 1997.

MIRANDA , Júlia. *Carisma, Sociedade e Política. Novas Linguagens do Religioso e do Político*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

MIRANDA, José A Bragança e CASCAIS, Antonio Fernando. “As Lições de Foucault” (Prefácio)” Em FOUCAULT, M. *O que é um autor ? Veja*. São Paulo: Ed. Abril,1992.

MISZTAL, Barbara A. *Trust in Modern Societies. The search for the bases of social order*. Cambridge: Polity Press, 1996.

- MOMIGLIANO. *The Classical Foundations of Modern Historiography*. 1990
- MONTEIRO, Góes. *A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército*. Rio de Janeiro: Anderson, s/d.
- MORAIS, Luiz Mendes. *Reforma do Ensino*. Rio de Janeiro: 1904.
- MOSES, J A *The Politics of Illusion*. London: 1975.
- MOTTA, Jeovah. *Formação do Oficial do Exército*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.
- NASCIMENTO, E. Fernandes. “Produção do texto: memória e gênese.” Em GREGOLIN, Maria do Rosário e BARONAS, Roberto. *Op. cit.*, 2001.
- NEEDLER, M.C. *The United States and the Latin American Revolution*. Boston: 1972.
- NETTO, Ferreira Lino *Dicionário de Ciências Sociais*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1987.
- NORDLINGLER, E. A. “Soldiers in Mufti. The Impact of Military Rule on Economic and Social Change in the Non-Western States”. Apud BERGHAHN, V.R. *Op cit.* 1981
- O’ DONNELL, Guillermo. “Substantive or Procedural Consensus? Notes on the Latin American Bourgeoisie.” Em DIX, Robert . *Op. cit.* 1994.
- O’ DONNELL. “Teoria Democrática e Política Comparada”. Em *Dados. Revista de Ciências Sociais*, , vol 42, nº4. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.
- ODOM, W. E. “The Party-Military Connection: A Critique”. HERSPRING, D. R. e VOLGYES, I. *Civil Military Connection. op. cit.* 1978.
- OLIVEIRA LIMA. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Top Books, 2000.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. “Doutrina de Segurança Nacional: Pensamento Político e Projeto estratégico” Em Eliézer Rizzo de Oliveira (org.) *Militares: Pensamento e Ação Política*. Campinas: Papyrus, 1987.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos. Representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo. *Reviravolta Lingüístico-pragmática*. São Paulo: Loyola, 1986.

- OLIVEIRA, Maria Lúcia de. “A Tendência à Centralização e o Fenômeno do Autoritarismo no Brasil”. *Dados* nº 15. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1977.
- ORLANDI, Eni P.(org.) *Palavra, Fé e Poder*. Campinas: Pontes, 1987.
- ORLANDI, Eni P. “Silêncio e implícito” In : GUIMARÃES, E.(org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.
- ORLANDI, Eni P. *Discurso e Texto*. Campinas: Pontes, 2001<sup>a</sup>.
- ORLANDI, Eni P. *Discurso e Leitura*. 6 ed. Campinas: Ed.Universidade de Campinas, 2001b
- ORLANDI, Eni P. *A Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. 4<sup>a</sup> ed. Campinas: Pontes, 2002.
- ORLANDI, Eni P. *A Linguagem e o seu Funcionamento. As formas do discurso*. 4<sup>a</sup> ed.. Campinas: Pontes, 2003.
- ORLANDI, Eni P. *Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4<sup>a</sup> ed. Campinas: Pontes, 2004.
- OSAKABE, Haqira. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- PAIM, Antônio. *História das Idéias Filosóficas no Brasil*. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Ed. Universidade de S Paulo. Grijalbo,1974.
- OXFORD ENGLISH DICTIONARY, The. Oxford.1933.
- PAIVA, Ângela Rondolpho. *Católico, protestante, cidadão*. Belo Horizonte e Rio de Janeiro: Ed. UFMG e IUPERJ, 2003.
- PALMEIRA, Moacir. “Política e tempo: nota exploratória”. Em Mariza Peirano. *Op cit*.
- PARENTI, Michael. “Socialism, Capitalism and Militarism”. *Political Science and Politics* 23. 1989.
- PARETO, Vilfredo. *Traité de sociologie générale* 2v. Paris: Payot, 1933.
- PARSONS, Talcott. *The Social System*. Glencoe: Free Press,1951.
- PARSONS, Talcott. *The System of Modern Societies*. Englewood Cliffs: Prentice Hall,1971.
- PÊCHEUX e GADET. Em GREGOLIN, Maria do Rosário. *Op cit*.

PÊCHEUX, M e FUCHS, C. "A Propósito da Análise Automática do Discurso" 1975. Em F. Gadet e T. Hak (orgs.). *Op cit.* 1997 a.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: Uma crítica à Afirmação do Óbvio*. 3ª ed.. Trad. Eni P. Orlandi, Lourenço Chacon J. F., Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana Mabel Serrani. Campinas: Ed. Unicamp, 1997b .

PÊCHEUX, Michel. "A Análise de Discurso: Três Épocas." (1983). Em GADET F. e HAK T. (orgs) . *Por uma Análise Automática do Discurso*. 3ª ed.. Campinas: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 2001.

PÊCHEUX, Michel. "Análise Automática do Discurso. (AAD-69)". Em GADET F. e HAK, T (orgs.) *Por uma Análise Automática do Discurso*. Campinas: 3ª ed.. Ed. UNICAMP, 1997.

PEIRANO, Mariza. "A Análise Antropológica de Rituais". Em PEIRANO, Mariza (org.), *O Dito e o Feito*. Rio de Janeiro: Relume Dumará., 2002.

PEIXOTO, Antônio Carlos. "Exército e política no Brasil. Uma crítica dos modelos de interpretação", tradução de Octavio Alves Velho in: ROUQUIÉ, Alain coord. *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

PERELMAN, Chaim. *L'Empire Rhétorique Rhétorique et Argumentation*. Paris: Librairie Philosophique J.Vrin, 1988.

PERELMAN, Chaim. *Retóricas*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São. Paulo: Martins Fontes, 2000.

PERELMAN, Chaim.e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie *Tratado de Argumentação. A nova retórica*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo. Martins Fontes, 2000.

PERLMUTTER, A. *The Military and Politics in Modern Times*, New Haven: 1977.

PIERUCCI, A.F. "As Bases da Nova Direita" Em *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo: dez. 1997.

PINHEIRO, Ênio dos Santos, General. "Depoimento". Em D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio A Dillon e CASTRO, Celso. *A Repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

PINTO, Milton José. *Comunicação e Discurso*. 2ª ed. São Paulo. Hacker Editora, 2002.

PLATÃO. Diálogos. *Teeteto. Crátilo*. 3 ed. Belém: Editora Universitária do Pará, 2001.

POCOCK, J. G. A. "O Conceito de Linguagem e o Métier d'Historien." Em POCOCK, J. G. A *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Ed. USP, 2003 a.

POCOCK, J. G. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003 b.

POSSENTI, Sírio. *Os Limites do Discurso: ensaios sobre o discurso e o sujeito*. 2ª ed. Curitiba: Criar Edições, 2002.

PROENÇA JUNIOR, D. DINIZ, R. RAZA. S. *Guia de Estudos de Estratégia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

PRZEWORSKI, Adam *et alii*. Em O'DONNELL, *op cit.*.

PRZEWORSKI, Adam. *Democracy and the Market. Political and Economic Reforms in Eastern Europe and Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991

PUTNAM, Robert .”Toward Explaining Military Intervention in Latin American Politics” .Em *Armed Forces and Society*.1994, vol. 20, nº3.

PYE, Lucien W. “Armies in the Process of Political Modernization” Em JOHNSON, John J. (ed.) *The Role of the Military in Underdeveloped Countries* . Princenton: Princenton University Press, 1967.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1998.

RAPOPORT, David.”A Comparative Theory of Military Politics” em HUNTINGTON, Samuel (ed.) *Changing Patterns of Military Politics* . *Op. cit.*

RASMUSSEN, Karen e DOWNEY Sharon D. ”Dialectical Disorientation in Vietnam War Films: Subversion of the Mythology of War”. Apud TUYLL, Hubert van. *Armed Forces and Society*.1994.

REIS, Elisa P.”O Estado Nacional como Ideologia: o caso brasileiro”. *Estudos Históricos*, vol 1, nº2. 1988.

REIS, Gustavo Morais Rego. “Depoimento”. Em D'ARAÚJO, Maria Celina SOARES, Gláucio Dillon e CASTRO, Celso. *Os Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará,1994.

RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA GUERRA.. Mallet. 1900.

RENARD, Georges. *La Théorie de l'institution*. Librairie du Recueil Sirey, 1930

REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO. 1925

RICHARDS, Gordon.”Stabilization Crises and the Breakdown of Military Authoritarianism in Latin America”. Em *Armed Forces and Society*, vol.20, nº3.1994.

RICOEUR, P. *Tempo e Narrativa*. Tomo II. Campinas: Papyrus,1995.

- RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1990.
- ROCHA, Alexandre S. “A Importância Geoestratégica da Comunicação Institucional Militar”. *Air & Space Power*. 2º trimestre, 2006.
- RODRIGUES, Rosângela Hammes. “Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin.” Em MOTTA-ROTH, D., MEURER, J. L. e BONINI, Adair (orgs.) *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- ROUQUIÈ, Alain. *Os processos políticos nos partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- RYAN, Michael E. “Carta”. Em *Air Force and Space Power*. Maxwell AFB. 2006 (2º trimestre).
- SÁ, Augusto. *Exércitos Regionais ou O Problema de uma Organização para o Nosso Exército*. Porto Alegre: 1905.
- SALAMAN, Graeme and THOMPSON, Keneth. *Control and Ideology in Organization*. Stratford: The Open University Press, 1980.
- SANDEL, Michael. *Liberalism and the Limits of Justice*. Cambridge University Press, 1982.
- SANTOS, Boaventura e Sousa. *O Discurso e o Poder. Ensaio sobre a Sociologia da Retórica*. Coimbra: Separata do número especial do Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra, 1980.
- SARKEJIAN, Samuel. *The Professional Army Officer in a Changing Society*. Chicago: Nelson Hall, 1975.
- SAUER, W. “Die politische Geschichte der deutschen Armee und das Problem des Militarismus” *Politische Vierteljahresschrift* 5(1965). Em língua inglesa, apud BERGHAHN, V.R..Op. cit.1981.
- SAUTCHUK, Inez. *A Produção Dialógica do Texto Escrito*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- SCHLIEBEN- LANGUE. *Introducción a la Sociolingüística*. Madrid: Gredos, 1977.
- SCHMITTER, P.C. *Military Rule in Latin America*. Beverly Hill, London: 1973.
- SCHNEIDER, Louis.”Instituição”. Em SILVA, Benedicto et alii *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: FGV, 1987.
- SCHOEMBAUM, D. “Hitler’s Social Revolution”. Apud BERGHAHN, VR. *Op. cit.*
- SCHOTTER, Andrew. *The Economic Theory of Social Institutions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

SCHWARTZMAN, Simon. “Comentário: Quem tem Medo de Estado?” Em *A Ciência Política dos Anos 80*. Brasília. Ed. UNB, 1982.

SCHWARTZMAN, Simon. BOMENY, H. M. Bousquet e COSTA, Wanda M.R. . *Tempos de Capanema*. São Paulo: Edusp, Paz e Terra, 1984.

SEARLE, John. *Expression and Meaning. Studies in the Theory of Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.

SELZNICK, P. *A liderança na Administração*. Rio de Janeiro: FGV, 1972.

SHAW, Martin e HOWE, Stephen. *Post-Military Society; Militarism, Demilitarization and War at the End of the Twentieth Century*. Philadelphia: Temple University Press, 1991.

SHEPSON, Kenneth and WEINGAST, Barry. “The Institutional Foundations of Committee Power” *APSR*. nº 78. 1984.

SIMMEL, Georg. “O Dinheiro na Cultura Moderna”.Em SOUZA, Jessé de e ÖELZE, Berthold (orgs.) *Simmel* 2 ed. Brasília: .Ed.UNB, 2005.

SKIDMORE, Thomas, *Brasil: de Getúlio a Castello*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

SMITH, Louis. *American Democracy and Military Power*. Chicago: University of Chicago Press, 1951.

SOARES DE LIMA, Maria Regina e CHEIBUB, Zairo Borges. “Instituições e Valores” Em *RBCS*. junho,1996.

SODRÉ, Néelson Werneck. *Memórias de um Soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SODRÉ, Néelson Werneck. *A História Militar do Brasil*. 3ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOARES, Luiz Eduardo. *O Rigor da Indisciplina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

SOMMERS, Margaret. “What’s Political or Cultural about Political Culture and the Public Sphere? Toward an Historical Sociology of Concept Formation”. Em *Sociological Theory*, vol. 13, nº 2. jul 1995.

SOUZA, Jessé e ÖELZE Berthold (orgs). *Simmel e a modernidade*.2ª ed. Brasília: Ed. UnB, 2005.

“Sovietskaia Istoricheskaia Enciklopedia”, v.9. Moscow: 1966. Em língua inglesa em BERGHAHN, V.R. *Op cit.*

SPENCER, Herbert. *The man versus the state*. Middlesex: Penguin Books, 1969.

SPENCER, Herbert. *Principles of Sociology*, vol II/2. New York/ London: 1886.

STEPAN, Alfred. *The Military in Politics: Changing Patterns in Brazil*. Princenton: Princenton University Press, 1971.

STEPAN, Alfred. “The New Professionalism of Internal Warfare and Military Role Extension”. In *Authoritarian Brazil*. New Haven, 1973.

STEPAN, Alfred. *Os militares na Política. As mudanças na vida brasileira*. Trad. Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

STEPAN, Alfred. *The State and Society. Peru in Comparative Perspective*. Princenton: Princenton University Press, 1978.

STERNTHAL, F. “Was ist Militarismus ? Em língua inglesa: BERGHAHN.V.R. *Op. Cit.*

STINCHCOMBE, M. *Constructing social theories*. New York: Harcourt, 1968

STONE, Ronald e WILBANKS, Dana W (eds.). *The Peacemaking Struggle: Militarism and Resistance*. Lantham: University Press of America, 1985.

SUMNER, W. G. *Folkways*. Boston: Ginn, 1940.

SUMNER W.G. e KELLER, A.G. *The science of society*. New Haven: Yale University Press, 1929.

TADDEI, J. S. *Grade Analítica da Organização Militar em seus Comportamentos Protagônicos*. Dissertação de Mestrado.. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2001.

TÁVORA, Juarez. *Uma Vida e Muitas Lutas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e José Olympio, 1974.

THOMPSON, John. B. *Ideologia e Cultura Moderna*. Petrópolis: Vozes, 1990.

THOMPSON, Keneth. “Organizations as Constructors of Social Reality II” In SALAMAN, Graeme e THOMPSON, Keneth (eds.) *Control and Ideology in Organization*. Stratford: The Open University, 1980.

TIBI, B. *Militär und Sozialismus in der DrittenWelt*. Em língua inglesa, em BERGHAHN, V.R. 1981.

- TILLY, Charles. "Reflections on the history of European state-making". Em *The Formation of nation states in Western Europe*. Princeton: Princeton University Press, 1975.
- TONER, James H. "Educar para a Conduta Exemplar". *Air and Space Power*. 3º trim. 2006.
- TÖNNIES, Ferdinand. *Communities and Society*. East Lansing: The Michigan University Press, 1975.
- TORRES, João C. de Oliveira. *A Democracia Coroada,, Teoria política do Império do Brasil*. Petrópolis: 1964.
- TOURAINÉ, Alain. *Que es La Democracia? Mexico-Argentina*: Fondo de Cultura Económica, 1995.
- TRILLING, Leonel. "Sincerity and Authenticity". Cambridge: Harvard. University Press, 1972. In Regina Abreu. *Op. cit.*
- TURNER. Victor W. e BRUNER, Edward M. (eds). *The Anthropology of Experience*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 1986.
- TUYLL, Hubert P. van. "Militarism, The United States and the Cold War". *Armed Forces and Society*. Danvers: 1994,
- VAGTS, Alfred. *A History of Militarism. Civilian and Military*. New York: The Free Press, 1959.
- VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura. Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. "A Ordem, uma revista de doutrina, política e cultura católica" In *Revista de Ciência Política*, 2, vol 11, set 78. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 1978.
- VIDICH, Arthur e STEIN, Maurice. "The dissolving identity in military life" In VIDICH, A et alii. *Identity and Anxiety*. New York: Free Press of Glancoe e London: Collier-Mac Millen, 1960.
- VIGNY, Alfred de. *Servidão e Grandeza Militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1975.
- VILLAS BÔAS, Gláucia. *Mudança Provocada. Passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- WACQUANT."Positivismo". Em OUTHWAITE, William e BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- WAKABE, Haquira. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

WATKINS, Frederick M. e KRAMNICK, Isaac. *A Idade da Ideologia*. Trad. Rosa Maria e José Viegas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

WEBER, Max. *Economy and Society*, vol 1. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1978.

WEEKS, David. R. “Organizations as Constructors of Social Reality I”. In SALAMAN, Graeme and THOMPSON, Keneth (eds.), *Op. Cit.*

WEFFORT, F.C. *Por que democracia?*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

WEFFORT, Francisco Corrêa. *Populismo na Política Brasileira*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WIARDA, Howard. *Critical Elections and Critical Coups: State, Society and the Military in the Processes of Latin American Development*. Athens: Ohio University Center for International Studies, 1978.

WIATR, Jerzy. “Expert and Politician – The Divergent Aspects of the Social Role of the Army Man”. *Polish Sociological Review*. n°1, 1964.

WIATR, Jerzy. “Military Professionalism and Transformations of Class Structure in Poland”. In *Armed Forces and Society: Sociological Essays*. Paris: Mouton, 1968.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, trad.. José Arthur Giannotti. São Paulo: Editora da Universidade de São. Paulo/Cia Editora Nacional, 1968.

YUNES, Eliana. “Elementos para uma história da interpretação” em YUNES, Eliana. *Pensar a leitura: complexidade*. Rio de Janeiro: Loyola, 2002.

ZAGORSKI, Paul W. *Democracy vs National Security: Civil-Military Relations in Latin America*. Boulder: Lianne Rienner, 1992.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)